FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.955 SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2022 R$ 5,00

Telegram atende exigências e volta a ser liberado no país

Plataforma cumpriu determinações do ministro Alexandre de Moraes, do STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, decidiu ontem permitir a volta do funcionamento do Telegram no Brasil, após o cumprimento, pela empresa, de determinações feitas pelo magistrado.

Em decisão divulgada na sexta, ele havia atendido à Polícia Federal e imposto o bloqueio da plataforma.

No sábado, o ministro estabeleceu prazo de 24 horas para que o Telegram cumprisse todas as condições fixadas, incluindo principalmente a exclusão de perfis bolsonaristas destinados à difusão de notícias falsas.

O prazo terminaria às 16h44 do domingo. A empresa informou o cumprimento das medidas às 14h45.

O presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Wilson Wellisch, deve ser comunicado para a adoção de providências no sentido de manter o funcionamento do Telegram, que não chegou a ser suspenso em massa. O mesmo deve ocorrer com empresas como Apple, Google e provedoras de internet.

O Ministério Público Federal em São Paulo acionará o canal de comunicação disponibilizado pelo Telegram ao STF para requisitar dados sobre moderação de conteúdo e combate à desinformação, como parte das investigações que os procuradores conduzem para tentar enquadrar o aplicativo de mensagens. Política A4 e A7

ENTREVISTA DA 2ª

Jeff Crisp

Europa tem duplo padrão na recepção de refugiados

O britânico, com 35 anos de experiência em instituições para refugiados, diz que ficou positivamente surpreso com a receptividade da Europa a ucranianos que fogem da guerra.

O outro lado, porém, é a diferença com que esses mesmos países lidam com os refugiados de outras nacionalidades, como sírios e afegãos. A12

Ilustrada C1

Paz em meio à guerra

Após 32 anos, Remake da novela 'Pantanal' propõe trazer calmaria a um Brasil envolto em chamas

Esporte B7

Charles Leclerc vence GP do Bahrein em dobradinha da Ferrari no pódio

Karime Xavier/Folhapress

SERVIÇO PÚBLICO PATINA NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DOWN NO PAÍS

Luan Almeida (esq.), Adenilson Santos e João Marcos Ribeiro (ao fundo), em Campinas (SP); falta vaga para concursados com deficiência intelectual Cotidiano B3

ANÁLISE

Eloísa M. de Almeida

STF mirou riscos para a democracia

A decisão de Moraes insere-se em um cenário onde o que está em avaliação é a capacidade do sistema de Justiça de fazer cumprir a lei — e em ano eleitoral, o que está em jogo é a continuidade de nosso projeto democrático. Política A6

Lira e líder do governo divergem sobre fake news

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que o projeto de lei que trata da disseminação de informações falsas "não é a prioridade agora". Já o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), considera que o texto precisa ter primazia. Política A6

Celso Rocha de Barros

Reação à Lava Jato saiu de controle

Está claro que a reação à Lava Jato perdeu a direção e saiu de controle. A turma de 2018 (a de Bolsonaro) piorou as instituições e tornou os escândalos futuros mais prováveis. Se o país for democrático, não poderá ser estável com corrupção sistêmica. Política A8

Moradores de Mariupol se veem reféns em casa

Famílias que fugiram de Mariupol, na Ucrânia, relatam ao enviado **André Liohn** que moradores não alcançam corredores humanitários e estão cercados pelo Exército russo. Depois de 15 dias de ataques intensos, 80% das casas foram destruídas. Mundo A9

EDITORIAIS A2

Perdendo da inflação

Sobre redução da renda apesar de alta do emprego.

Primeiro o teto

Acerca de políticas para sem-teto em São Paulo.

Diário de Petrópolis/Reprodução

TEMPORAL FAZ PETRÓPOLIS (RJ) ACIONAR SIRENES

Área alagada no centro histórico da cidade no Rio de Janeiro neste domingo (20); há pouco mais de um mês, fortes chuvas deixaram 233 mortos e quatro desaparecidos Cotidiano B4

Cortes de impostos deverão somar R$ 54 bi neste ano

Medidas de redução de impostos já adotadas e em preparação por parte de governo e Congresso vão resultar em um custo de pelo menos R$ 54,2 bilhões para União, estados e municípios só neste ano — e a renúncia de receitas prosseguirá no próximo mandato presidencial.

O impacto pode aumentar, a depender dos próximos movimentos do Planalto. O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem cobrado iniciativas para uma agenda popular às vésperas do calendário eleitoral, e entre as prioridades estão respostas à inflação. Mercado A13

Economia estuda incentivar setor de semicondutores

O Ministério da Economia discute medidas para estimular a produção nacional de semicondutores, componentes que passam por problema global de oferta e são cruciais para o funcionamento de produtos como brinquedos, celulares e aviões. Mercado A13

Projeto pró-armas motiva pressões sobre senadores

Senadores que analisam o projeto de lei que beneficia CACs (colecionadores, atiradores e caçadores), já votado pela Câmara, passaram a sofrer ameaças dos grupos. Também se tornaram alvo da pressão de lobistas de armas e até do clã Bolsonaro. Cotidiano B1

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)* e Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Perdendo da inflação

Mesmo com melhora do emprego, renda real cai, o que indica cenário ainda dramático no mercado

A melhora da situação sanitária tem favorecido a recuperação do mercado de trabalho brasileiro, mas ainda resta um longo caminho até a plena normalização.

Se é verdade que o impulso recente já permite o restabelecimento do emprego no patamar anterior à pandemia, isso ocorre num contexto de grande perda de renda para os trabalhadores, pois os salários não acompanham a inflação.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) referentes ao trimestre encerrado em janeiro mostraram a criação de 1,47 milhão de novos postos de trabalho, com alta de 1,6% ante o período de agosto a outubro de 2021.

É positivo que quase 79% dessas vagas (1,15 milhão) são formais, seja com carteira assinada, no setor público ou por conta própria. Trata-se de um padrão diferente do observado até meados do ano passado, quando a expansão se dava basicamente na informalidade.

Setores abalados pelo impacto da Covid-19 mostram crescimento mais forte. O pessoal ocupado no segmento de alojamento e alimentação ampliou-se em 4,1%, e o comércio contabilizou alta de 2,4% nas contratações. Em conjunto, essas atividades representam 24,8% do total de empregos formais.

A taxa de desemprego recuou para 11,2%, o menor percentual para o período desde 2016 e uma queda de 0,9 ponto percentual em relação ao trimestre anterior. Embora ainda haja 12 milhões de pessoas desocupadas, a cifra se reduziu em 858 mil no trimestre e em 2,7 milhões ao longo de um ano.

O grande problema continua a ser o poder de compra, que sofre os efeitos da escalada de preços. A renda real média na última pesquisa atingiu R$ 2.489 mensais, 9,7% abaixo do mesmo período do ano passado e o menor patamar da série histórica iniciada em 2012.

A força da ocupação e a fraqueza da renda são elementos que ainda indicam ociosidade no mercado e baixo poder de barganha dos trabalhadores. As novas contratações tendem a ocorrer com salários menores, e os dissídios salariais têm tido dificuldade em acompanhar a inflação ora elevada.

Outro fenômeno que dificulta a análise da conjuntura e da tendência é o alto grau de rotatividade por vontade própria dos empregados. O mesmo tem sido observado em outros países desde a pandemia, o que sugere que estão em curso mudanças setoriais na oferta e na demanda.

Nessa hipótese, é possível que o desemprego elevado não signifique excesso geral de oferta de mão de obra, o que pode ser indicativo de melhoria salarial adiante.

É inegável, contudo, que o quadro permanece dramático. Com a inflação em alta, não se espera significativa retomada na renda neste ano, enquanto o aperto nos juros dificulta as contratações.

Primeiro o teto

Oferta de moradia transitória se impõe ante disparada do número de famílias sem teto

Quase 40% das famílias sem teto que deixaram abrigos na cidade de São Paulo entre 2020 e 2021 conseguiram voltar ao mercado de trabalho e obter moradias fixas ou temporárias. Foram 945 saídas qualificadas —rumo a residência, convivência social ou emprego— em um total de 2.400 na rede de acolhimento da prefeitura.

Os dados, compilados pelo Observatório da Vigilância Socioassistencial, reforçam o entendimento favorável à política conhecida como "moradia primeiro" ("housing first") para promover a autonomia de pessoas em situação de rua.

Adotada em países como Canadá e Portugal, a estratégia privilegia o restabelecimento de laços comunitários, ao lado da busca de trabalho e enfrentamento de eventual vício em entorpecentes.

É bem-vinda, portanto, a adesão da Prefeitura de São Paulo a essa abordagem. A administração municipal anunciou um projeto-piloto com 330 unidades e previsão de atender até 1.600 sem-teto com crianças, por meio da oferta de moradias transitórias por até 12 meses.

Se bem-sucedido, o que requer perseverança e avaliação constante, o projeto pode inspirar iniciativas similares em outras cidades.

Habitação é em especial importante para o novo perfil de pessoas em situação de rua —com peso maior de famílias, cujo número disparou nos últimos dois anos.

Eram 4.868 sem-teto vivendo com ao menos um familiar (20% do total) em 2019. O contingente saltou para 8.927 (28%) no ano passado, de acordo com o censo encomendado pela prefeitura.

São, ao todo, 31.884 moradores de rua na capital paulista, segundo o levantamento, que para parte dos especialistas pode estar prejudicado por alguma subnotificação.

Aponta-se que o censo não conta pessoas internadas em serviços de saúde, em ocupações de sem-teto e instituições não conveniadas com a prefeitura. Dificuldades de acesso a determinados locais e ameaças em pontos de uso de drogas são empecilhos adicionais encontrados pelas equipes.

A busca de autonomia para a população de rua é alternativa mais eficaz do que medidas paliativas e até desumanas —como a instalação de pedras sob viadutos, já promovida na zona leste paulistana.

Ademais, políticas de moradia servem como atenuante dos impactos sociais da estagnação econômica e da alta da inflação.

Liberal não apoia censura

Lygia Maria

O Ministério da Justiça ordenou a retirada de um filme de comédia de diversas plataformas de streaming. O motivo alegado foi apologia à pedofilia, apesar de não haver apologia alguma (o personagem pedófilo é o vilão do filme e não há cena de ato sexual com criança). Ou seja, o Estado censurou uma obra artística como se estivéssemos em plena ditadura.

A censura veio de uma exigência de bolsonaristas e é aí que percebe-se a dissonância cognitiva dessa turba. Durante a pandemia, o argumento da liberdade individual foi usado para defender a postura anti-vacina, mas, desde as eleições, bolsonaristas adoram se colocar como baluartes do liberalismo, citando autores neoliberais como Hayek nas redes sociais.

Para amenizar a contradição, usam o jargão "liberal na economia e conservador nos costumes". Claro que é possível defender o livre comércio e achar que a homossexualidade é pecado. A contradição com o pensamento liberal é achar que o Estado deve criminalizar a homossexualidade ou censurar filmes que mostrem relações entre adultos do mesmo sexo.

Analisando a história do liberalismo, José Guilherme Merquior mostra como desde Locke, passando por Tocqueville até Milton Friedman, o cerne do argumento liberal é a necessidade de limitar o fenômeno do poder: "do fato de que o poder legítimo procede de todos não se segue que ele possa se estender a tudo". Essa preocupação advém da constatação de que indivíduos no poder tendem a abusar dele. Além disso, o poder estatal sempre quer mais poder e acioná-lo a todo momento e em todas as áreas da vida é uma faca de dois gumes: uma hora, o poder te pega.

Como pegou os bolsonaristas: um ministro do STF bloqueou o Telegram no país. O aplicativo de mensagens não é usado só por bolsonaristas (o que acarretou críticas à decisão, considerada censura prévia por alguns especialistas), mas tem sido uma ferramenta muito usada por eles. Parafraseando o ditado popular: censura que pega Chico também pega Francisco.

Grande conquista, triste ironia

Ana Cristina Rosa

Nascido em Burkina Faso, na África, o arquiteto e ativista social Francis Kéré cresceu sabendo que o que importa são as pessoas e que a educação transforma. Talentoso, converteu essa percepção em projetos arquitetônicos sustentáveis, contemporâneos e compromissados com a justiça social. Foi assim que há seis dias ele se tornou a primeira pessoa negra a conquistar o prêmio Pritzker, considerado o Nobel da arquitetura.

Reconhecido mundialmente por "empoderar e transformar" comunidades carentes, foi descrito no comunicado oficial do Pritzker como alguém que "trabalha para melhorar as vidas e experiências de inúmeros cidadãos (...)". Além da África, Kéré tem obras na Dinamarca, Alemanha, Itália, Suíça, Reino Unido e EUA.

Nada mal para o filho do chefe de uma aldeia na qual foi o primeiro a frequentar a escola. Aos 19 anos, com uma bolsa de estudos de carpintaria, mudou-se para Berlim, onde aprendeu a fazer telhados e móveis durante o dia, e frequentava aulas à noite. Outra bolsa, desta vez na prestigiada Technische Universität Berlin, garantiu a graduação. "Temos de lutar para criar a qualidade que precisamos para melhorar a vida das pessoas", diz Francis Kéré.

Para quem vive no Brasil, onde o déficit habitacional é estimado em cerca de 6 milhões de unidades, o raciocínio do arquiteto também parece digno de premiação. Sobretudo considerando-se que condições precárias de moradia podem ser determinantes para abreviar vidas.

Nesse contexto, não deixa de ser uma triste ironia que o anúncio de Kéré como vencedor do Pritzker por "seu compromisso com a justiça social e o uso inteligente de materiais locais para responder ao clima natural" tenha ocorrido no dia 15, data em que se completava um mês da tragédia que matou pelo menos 233 pessoas em Petrópolis, a maioria pobre, muitas pretas e pardas, afogadas ou soterradas na lama por viverem em áreas de risco, sem planejamento urbano ou atenção à sustentabilidade

De repente, o monônimo

Ruy Castro

Monônimo. Descobri-o outro dia e embatuquei. O Aurélio não o registra. O Houaiss, sim. É a palavra que abrange um só conceito. Quando se trata de nomear pessoas, dispensa epítetos e apodos. Exemplos: Aristóteles, Platão, Pitágoras, para citar somente alguns gregos de nossa intimidade. Ou Carlitos, Oscarito, Cantinflas. Ou Xuxa, Beyoncé, Anitta. A literatura tem muitos: D'Artagnan, Pinóquio, Capitu, Tarzan, Tintin, Zorro. Reais ou imaginários, todos, celebridades monônimas.

Monônimos eram Cleópatra, Esopo, Confúcio, Spartacus, Lampião. Os escritores franceses eram chegados: Molière, Voltaire, Stendhal, Colette. Mas não é assim tão simples. Não basta que o sobrenome se imponha ao nome. Shakespeare não é um monônimo, assim como Churchill, Picasso e Gandhi —para suas mães, eles eram Billy, Winston, Pablo e Mahatma. Nem Drácula, Hitler e Bolsonaro —algum incauto um dia já os chamou de Vlad, Adolf e Jair. E atenção: Michelangelo era um monônimo, mas Da Vinci, não —sua turma em Florença o tratava, sem a menor cerimônia, de Leo. Marlene, a grande cantora, era um monônimo; Emilinha, não —porque era também Borba. Jaguar, sim; Millôr (Fernandes), não.

Não se sabe por que, mas, em sociedades que adoram empilhar sobrenomes, alguns se eternizam por um simples nome, que pode ser um apelido, pseudônimo ou prenome, mas só um. E já começou cedo, com Adão e Eva. A Bíblia, aliás, é um dilúvio de monônimos: Deus, Abraão, Sansão, Herodes, Salomé, uns mil mais. A música popular também: Pixinguinha, Cartola, Jamelão, Maysa, Djavan, Cazuza, Prince, Björk, Madonna.

Os jogadores de futebol já foram mais mononinômonos: Zizinho, Pelé, Garrincha, Tostão, Zico, Romário. Hoje todos têm nome e sobrenome e só faltam entrar em campo com cartões de visita. Benzema e Mbappé são quase exceções.

Sou a favor dos monônimos. Nomes devem dizer coisas, não ocupar espaço.

Democracia no Leste

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante do MIT e da Universidade Yale (EUA).

Montesquieu referiu-se ao "império das planícies" para explicar o despotismo da "Moscóvia à Grande Tartária". O diagnóstico continua atual: o Leste Europeu, e adjacências, com raras exceções, caracteriza-se por regimes iliberais, muitos com traços sultanísticos.

O surgimento da democracia como arranjo institucional assumiu a forma de ondas: a primeira delas (1820- 1922) envolvendo 29 países; a segunda (1945- 1962), 36. Só na terceira (1974- 2000) alcançou o Leste Europeu e os Balcãs; processo acelerado pela dissolução da União Soviética, em 1991. A menos traumática foi a absorção da Alemanha Oriental na nova Alemanha unificada. No outro extremo, a Belarus permanece bastião autocrático.

Em nenhum dos países do Leste Europeu ocorrera alternância no poder em eleições competitivas e pacíficas na história pré 1991. Eis o padrão comum à região com pequenas variações: monarquias autoritárias (califados), ditaduras militares, regimes comunistas. No pós-guerra, as manifestações democráticas nos países com vida parlamentar pregressa e de maior renda (Alemanha,1953; Hungria, 1956; Checoslováquia, 1968) enfrentaram os tanques soviéticos.

A literatura sobre democratização aponta para o papel da renda e da experiência pretérita com regimes competitivos como os mais robustos preditores da transição (sobrevivência) para a democracia.

Como afirma Przeworski "a democracia é um bem de luxo": a demanda por esse tipo de regime aumenta com a renda. Sim, há exceções dentre os países com renda excepcionalmente elevadas (Singapura, países árabes).

A Rússia é "petro-state" de renda média alta (US$ 29 mil). Aqui é o conhecido padrão de 'maldição de recursos naturais' onde o timing é tudo: apenas quando a descoberta de reservas ocorre em um país já democrático (Reino Unido, Noruega, EUA) seu impacto não é devastador. Do contrário, a disputa assume a forma de conflitos redistributivos intensos, desestabilizadores.

A primeira década russa foi excepcionalmente turbulenta pela dupla transição: para a economia de mercado e para a democracia, que foi abortada. A única eleição relativamente livre na história do país, em 1995, foi marcada pelo vale tudo. O abuso de poder subsequente do país levou à perda, em 2004, do status de país livre, no ranking da Freedom House.

Sob Putin desde então o país permanece uma autocracia, que utiliza a mesma narrativa para justificar a tomada de áreas estratégicas e com reservas de petróleo e gás: a expansão da Otan. Causa espécie que alguns analistas recorram a ela —mera peça discursiva do autocrata— como "evidência" de que seja a justificativa de suas de suas ações predatórias.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Contra a guerra bárbara de Putin

Autodeterminação não é princípio vago: cabe à Ucrânia decidir o seu futuro

Markus Sokol
Economista, é membro da Executiva Nacional do PT e diretor do jornal O Trabalho

É o horror. Não se sabe quantos milhares estão mortos e feridos, mas há mais de 3 milhões de fugitivos da Ucrânia em três semanas de invasão unilateral, ordenada por Vladimir Putin. Um dilúvio de fogo e bombas sufoca as cidades do segundo maior país da Europa. De norte a sul, de leste a oeste.

Não é mais uma guerra localizada, é o maior conflito militar no coração da Europa desde a 2ª Guerra Mundial. É urgente estancar a escalada bélica, fazer Putin recuar, acabar com a guerra já.

Além dos ucranianos, cuja nação vem sendo destruída, o povo russo sofre com a inflação dos preços dos produtos básicos, em virtude das insanas sanções da União Europeia e dos Estados Unidos. Insanas porque a história ensina que, da Síria ao Irã, passando por Cuba e Venezuela, elas sempre prejudicam os povos.

Mas os russos não estão quietos. Apesar da repressão brutal de Putin, milhares de pessoas foram presas por protestar contra a invasão da Ucrânia em dezenas de cidades.

No último dia 11, os 27 líderes da União Europeia se reuniram para aumentar as despesas militares nos próximos sete anos. Olaf Scholz, premiê social-democrata da Alemanha, já ampliara as suas em US$ 110 bilhões. Magdalena Andersson, primeira-ministra social-democrata da Suécia, disse que "queria investir em escolas e aposentadorias, mas devemos gastar mais com defesa". Quem se beneficia com a escalada militar é a indústria de armamentos, os artífices da morte em massa.

A União Europeia reduzirá em 60% a importação do gás canalizado russo. Quem lucra com isso é o gás americano, transportado nos "navios-bomba", aqueles que mais poluem os oceanos. Além disso, a Otan encomendou mais 30 milionários caças F-35 "made in USA".

Nenhuma geopolítica, nem a de Putin nem a de Joe Biden, nenhum neonazismo ucraniano —ou o neoczarismo russo; ou ainda o golpismo orquestrado por Donald Trump no assalto ao Capitólio— pode justificar essa guerra por mercados e lucros. Não há lado bom nessa disputa intercapitalista. Não há um "campo progressista". Há uma nação refém da disputa, a Ucrânia.

Nasci na Polônia, perto da fronteira com a Ucrânia, e desde cedo acompanho o que se passa naquela parte do mundo. Também por isso digo: cabe aos ucranianos decidir, democrática e soberanamente, o seu destino. A autodeterminação não é um princípio vago. É um valor que diz respeito a todas as nações.

[...]

Nenhuma geopolítica, nem a de Putin nem a de Joe Biden, nenhum neonazismo ucraniano —ou o neoczarismo russo; ou ainda o golpismo orquestrado por Donald Trump no assalto ao Capitólio— pode justificar essa guerra por mercados e lucros. Não há lado bom nessa disputa intercapitalista. Não há um "campo progressista". Há uma nação refém da disputa, a Ucrânia

No Brasil, no primeiro dia da invasão, o "Inominável do Planalto" fez cálidos acenos a Putin. Mas seu vice, o estrelado general Hamilton Mourão, disse que sanções não bastam, que é preciso empregar a força bruta. Um e outro querem a guerra.

E o povo brasileiro? O "Inominável" diz ter um "plano": reduzir a dependência de fertilizantes importados (a Rússia é nosso principal fornecedor) —de 80% para 65%— em 30 anos. Trinta anos! O que se faz até lá? E o plantio das safras do próximo ano, quando acabarem os estoques nacionais de fertilizantes?

O Brasil depende de fertilizantes para ser o maior exportador mundial de proteína animal e grande agroexportador. No entanto, nenhum dos partidos da elite dá importância à guerra que está desordenando a já combalida economia brasileira. Nenhum deles cogita reconstruir o sistema Petrobras —que vem sendo desmantelado desde o governo Sarney e atingiu o paroxismo no mando antipopular do "Inominável". Ao contrário, querem adaptar o porto de Santos (SP) para receber o gás liquefeito norte-americano.

A invasão feroz da Ucrânia está na pauta da campanha presidencial, mesmo que a guerra —como queremos— acabe amanhã. Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, já disse em alto e bom som que é contra a guerra, é pela paz imediata. E os demais candidatos, têm algo a dizer? Fraternidade entre os povos, nenhuma intervenção, nenhuma anexação, nem Biden nem Otan, e sim autodeterminação. Que Putin retire suas tropas da Ucrânia. Que a voz dos povos que não querem guerras seja ouvida.

Os trabalhadores ainda não conquistaram sua independência

200 anos depois, categoria segue lutando por seus direitos e valorização

Ricardo Patah
Formado em direito e administração, é presidente nacional da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Você pode pegar uma lupa e analisar quadros e pinturas da Proclamação da Independência: não encontrará nenhum trabalhador. Estão lá membros da corte, serviçais e escravos. Nenhum era remunerado. Claro, naquele período ainda não havia o trabalho formal.

A classe trabalhadora nasceu e se desenvolveu durante estes 200 anos de Independência a partir da crise da economia escravista e da emergência do regime assalariado. Apesar de tudo o que fez para a construção do Brasil independente, não foi reconhecida.

Na esteira da industrialização, contribuíram para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico, mas não conseguiram usufruir desses benefícios nem conquistar sua própria independência. Os trabalhadores não têm o que comemorar.

Neste ano, as solenidades dos 200 anos da Independência serão abertas pelo príncipe Bertrand de Orleans e Bragança, herdeiro da família real, em mais uma festa das elites. Mas aqui vai uma boa notícia: pela primeira vez, os trabalhadores serão homenageados em uma exposição do artista popular Eduardo Kobra, que pintará 30 quadros de profissionais de várias categorias. As telas serão expostas na avenida Paulista, durante o mês de maio, na 8ª exposição da UGT (União Geral dos Trabalhadores), evento já tradicional em São Paulo.

Três séculos e meio de escravidão tiveram um impacto profundo na cultura, na sociedade e no nosso sistema político. O Brasil trouxe 5 milhões de africanos para cá. Foi o último país do Novo Mundo a abolir o cativeiro, em 1888, por meio da Lei Áurea. Os movimentos sociais (os trabalhadores), até o fim da República Velha (1889-1930), eram considerados "casos de polícia". Com a chegada de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-54), anarquistas e imigrantes europeus já agitavam o mundo do trabalho com greves, como a de 1917, que resultou em cerca de 200 mortos. O governo criou uma legislação trabalhista, que protegeu os trabalhadores, mas deixou suas entidades ligadas ao Estado.

[...]

Na esteira da industrialização, contribuíram para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico, mas não conseguiram usufruir desses benefícios nem conquistar sua própria independência. Os trabalhadores não têm o que comemorar

No golpe militar de 1964, os trabalhadores foram massacrados, muitos sindicatos, fechados, e mais de 400 sindicalistas, presos. O salário mínimo foi congelado, aumentando ainda mais a desigualdade. Com a eleição de Lula (PT), em 2003, os trabalhadores tiveram uma grande chance de fazer uma reforma trabalhista adequada, mas as condições políticas não despertaram essa possibilidade.

Vieram Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), e os trabalhadores foram jogados ao lixo da história. O então deputado tucano Rogério Marinho acabou com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Os trabalhadores perderam todos os seus direitos. Temer disse que seriam criados mais empregos. Nada disso aconteceu. Rodrigo Maia (sem partido-RJ), ex-presidente da Câmara que liderou as reformas trabalhistas, faz mea-culpa e afirma que os "sindicatos são fundamentais para defender o trabalhador e a democracia".

Temer e Bolsonaro aumentaram a fome, a desigualdade, a informalidade e enfraqueceram a democracia. Os trabalhadores sabem que têm de batalhar por sua independência, com cursos de qualificação profissional para enfrentar a revolução 4.0 e o 5G.

Sem a valorização dos trabalhadores, o Brasil não será independente!

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Luciano Salles

Endurance

Não esqueçamos que ninguém faz nada sozinho. Um líder como Shackleton ("Descoberta do navio Endurance traz a esperança de que Zelenski tire Ucrânia do abismo", Mercado, 20/3) teve um grande comandante navegador chamado F. Worsley, que apenas com conhecimento náutico navegou naquele mar difícil e chegou aonde planejou, teve os outros tripulantes, inclusive o que transformou um simples bote salva vidas em um barco capaz de atravessar 1.300 milhas no mais perigoso mar. Um líder sabe principalmente escolher os melhores.

José Carlos Soares Costa (Curitiba, PR)

Wilson Gomes

Texto primoroso! Começaste com o pé esquerdo! Assino a **Folha** há uns bons 15 anos, mudei da esquerda para a orfandade, depois para a direita e agora me encontro na esquerda não praticante. E eis que leio esse seu texto maravilhoso ("Sou de esquerda, mas posso não ser da sua esquerda", Ilustrada, 20/3), com o qual me identifiquei bastante, cético que sou.

Leo Oliveira van Holthe (Brasília, DF)

*

Desça de cima do muro, se posicione, não é preciso fazer um comentário deste tamanho para dizer que não vota no Lula, você é da esquerda oba-oba, que na hora do vamos ver vota no Bolsonaro.

Adenilson Peneli (São Paulo, SP)

Primeira via

É muita má-fé os industriais virem defender sua terceira via com nova roupagem, dizendo que só eles geram a riqueza e não são corruptos ("Presidência da República: a verdadeira primeira via", Tendências/Debates, 20/3. A pandemia revelou que os trabalhadores foram obrigados a continuar suas atividades porque sem eles a tal da riqueza não seria gerada. Esse artigo deveria estar na Ilustríssima, como ficção.

Adilson Roberto Gonçalves (Campinas,SP)

*

Quero agradecer aos três autodeclarados ícones da razão empresarial do Brasil, também conhecidos como a "elite" brasileira, a dica que me deram sobre em quem votar. Sem pressa e nem precipitação votarei no candidato que melhor representa a civilidade descrita como a primeira via. Votarei no Lula, naquele que se encaixa na descrição de tão lúcidos senhores. Diante do que se apresenta como o risco que gente como vocês nos impuseram, não tenho mais dúvidas.

Flávia Aidar (São Paulo, SP)

Falta de material

A Folha distorce a informação na notícia "Alunos estão sem livros em SP, dizem pais" (Cotidiano, 18/3). Cabe esclarecer ao leitor, como foi informado ao jornal, que todas as escolas da rede estadual receberam material didático (livros) em janeiro de 2022, antes do início das aulas. As Diretorias de Ensino também possuem estoque extra para eventuais faltas, e ainda, caso necessário, podem solicitar a qualquer momento para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo mais exemplares.

Wander Ferreira, assessor de comunicação na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

Hélio Schwartsman

Sou leitor de Hélio Schwartsman. Embora quase nunca concorde com suas posições excessivamente liberais ou consequencialistas, provoca bons debates. O de ontem, ao sugerir que seria mero lobby ou reserva de mercado a obrigatoriedade da presença de advogado(a) na realização de divórcio consensual ("Competência x lobby", Opinião, 18/3), demonstra inequívoco preconceito e ignorância, contrariando a afirmação de que "acredita em ciência e estudo". Conhecesse a ciência do Direito e a estudasse, verificaria que a advocacia é atividade essencial à administração da Justiça.

Luciano Rollo Duarte (São Paulo, SP)

Bolsonaro

Estamos vivendo uma realidade distópica. Bolsonaro, o comunista-fascista se alia com a Rússia, que sustenta o governo de Maduro e mantém ligação com a Coreia do Norte. Ao mesmo tempo, xinga a China e a mantém como o maior parceiro comercial do Brasil, de joelhos aos interesses chineses. E se junta à extrema direita dos EUA e de governos autocratas pouco relevantes. Só pode ser distopia.

Mário José Corrêa de Paula (São Paulo, SP)

Racismo

O autor se esqueceu de mencionar ("Negros com altas habilidades relatam diagnóstico tardio por causa de racismo", Cotidiano, 20/3)que das crianças identificadas como gifted ou talented (g ou t) pela M Gentry, nos EUA, brancos são 58,8%, negros 8,5%, de fato, mas que 18,1% são latinas e 9,9% amarelas. Ou seja, latinos são 33,21 % menos identificados (em relação à proporção da população matriculada) e amarelos são 102% mais identificados.

Luciano Ferreira Gabriel (Viçosa, MG)

Paulo Guedes

Faz muito sentido ele criticar os impostos ("Paraguai rebate Guedes após ministro dizer que país virou 'estado brasileiro mais rico'", Mercado, 20/3), já que deveriam servir para ajudar as classes menos favorecidas a terem algum tipo de ascensão via educação de qualidade. Mas não vemos críticas à taxa de juros de mais de 11%, pois a elite econômica ganha muito dinheiro com o rentismo às custas do povo brasileiro. Gostam tanto do liberalismo estadunidense, lá a taxa de juros é 0,5%. Notem a diferença.

Allan Freire (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (16.MAR) A reportagem "Alckmin recebeu R$ 3 milhões em caixa 2 da Ecovias, diz executivo em delação" (Política, 16/3) afirmava que a PF investiga a denúncia de caixa dois. O inquérito, porém, foi arquivado pela Justiça Eleitoral no início deste mês.

POLÍTICA (16.MAR) Diferentemente do afirmado no artigo "Um caso de lava-jatismo piorado", de Elio Gaspari, foi Cícero, então cônsul de Roma, quem criticou a insistência em abusar da paciência alheia, e não o senador romano Catilina, que foi na verdade o objeto da crítica de Cícero.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Confiança

Conselheiros do presidente Jair Bolsonaro estão convencidos de que a escolha do vice em sua chapa não será suficiente para alavancá-lo nas pesquisas. Apostam, para tal, nas medidas econômicas, como o Auxílio Brasil. Nesse cenário, consolidam-se as chances de o ministro da Defesa, Braga Netto, ocupar o posto. Sem expectativa de somar votos, o militar traz o que os demais cotados não trazem: segurança contra o impeachment.

EM CASA Lideranças do PL dão a filiação do ministro no partido como certa. A chapa puro-sangue seria mera acomodação, já que as alianças do presidente estão quase definidas.

VAI DECOLAR O governo deve retomar o processo de nomeação da secretária especial do PPI, Martha Seillier, para uma diretoria do BID, em Washington.

ARREMETEU A indicação quase foi concretizada ano passado, mas foi suspensa após ela ter sido passageira do voo da FAB que a levou, junto de José Vicente Santini (ex-Casa Civil) e outras autoridades, à Índia.

PISCADELA O presidente da Confederação Israelita do Brasil, Cláudio Lottenberg, que já chegou a ser cotado para uma chapa com o vice-governador Rodrigo Garcia, tem se aproximado do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas.

EM CAMPANHA Em um vídeo publicado nas redes sociais, o médico divulgou encontro entre os dois e desejou "o melhor" em suas ambições.

QUEM PAGA... A professora Luciene Cavalcante acionou o Ministério Público de SP para apurar se houve uso de recursos públicos para custear o advogado de Arthur do Val. Paulo Henrique Franco Bueno, que assina a defesa na cassação na Alesp, é chefe de gabinete do vereador Rubinho Nunes.

... A CONTA Procurado, Nunes afirmou ser alvo de retaliação e disse que o advogado teve o dia descontado quando compareceu ao julgamento de admissibilidade da cassação.

NOVO AMIGO Associado ao governo de Bolsonaro na CPI da Covid, Eduardo Girão (CE) é hoje, no Podemos, um dos mais próximos de Sergio Moro. É tido pelo ex-juiz como um conservador na área comportamental, capaz de ajudá-lo a abrir portas.

CONTRAPONTO Girão diverge bastante do presidente sobre ampliação do acesso às armas para os cidadãos. Nesse ponto, aproxima-se mais de Moro, que nunca foi grande entusiasta do tema.

GOL O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) selou o apoio do PTB a sua pré-candidatura ao governo do Rio Grande do Sul. A vereadora de Porto Alegre Tanise Sabino foi anunciada como vice na chapa.

CORRIDA Também aliado de Bolsonaro, o ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, também quer concorrer ao Palácio Piratini. A disputa agora é para ter na chapa o vice-presidente Hamilton Mourão, pré-candidato ao Senado.

VOZ DO POVO O PSB deve anunciar em seu congresso em abril um aplicativo para filiados votarem sobre temas que serão apreciados pelos parlamentares. Caso haja um número mínimo de participações, eles terão de seguir a maioria.

COERÊNCIA A confirmação de Geraldo Alckmin no PSB para ser vice do ex-presidente Lula levou a um coro pedindo reciprocidade. Beto Albuquerque, pré-candidato no Rio Grande do Sul, espera que o exemplo estimule o petista a trabalhar por palanque único no estado. Edegar Pretto (PT) pretende concorrer ao mesmo cargo.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
363.733 exemplares (janeiro de 2022)

O ministro Alexandre de Moraes, que havia determinado o bloqueio do Telegram Pedro Ladeira-2.out.19/Folhapress

Moraes revoga decisão e libera funcionamento do Telegram no Brasil

Ministro entendeu que houve cumprimento de ordens anteriores do Supremo, após estabelecimento de contato com a plataforma

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu no fim da tarde deste domingo (20) permitir o funcionamento do Telegram no Brasil, após o cumprimento, pela plataforma, de determinações feitas pelo magistrado.

Moraes havia acolhido um pedido da Polícia Federal e determinado que plataformas e provedores de internet bloqueassem o funcionamento do Telegram em todo o Brasil.

Essa primeira decisão se tornou pública na sexta-feira (18). No sábado (19), o ministro proferiu uma nova decisão e estabeleceu um prazo de 24 horas para que o Telegram cumprisse determinações anteriores, relacionadas principalmente à exclusão de perfis bolsonaristas destinados à difusão de notícias falsas.

O prazo terminou às 16h44 deste domingo. A notificação ao Telegram ocorreu às 16h44 do sábado.

A previsão era de que o bloqueio começaria a valer a partir desta segunda-feira (21). Na prática, o Telegram não chegou a ser suspenso em massa.

O ministro do STF considerou que houve "atendimento integral" das determinações feitas à plataforma. A empresa informou o cumprimento das medidas às 14h45 deste domingo, pouco antes do fim do prazo de 24 horas.

Assim, Moraes revogou a decisão de suspensão integral do funcionamento do Telegram no Brasil.

O presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Wilson Wellisch, deve ser comunicado para adoção imediata de providências no sentido de manter o funcionamento do Telegram.

O mesmo deve ocorrer com empresas como Apple e Google e com empresas provedoras de internet, para que deixem de impor obstáculos ao funcionamento do aplicativo.

No sábado, o ministro fez quatro determinações, como requisito para a garantia do funcionamento do Telegram:

1) necessidade de indicação do representante da empresa no Brasil (pessoa física ou jurídica);

2) informação de todas as providências adotadas para combater desinformação e divulgação de notícias falsas no canal;

3) imediata exclusão de publicações no link jairbolsonarobrasil/2030;

4) bloqueio do canal claudiolessajornalista (Claudio Lessa, bolsonarista, é servidor da Câmara dos Deputados).

Os perfis e links foram excluídos, como constatou o STF. Além disso, o Telegram informou o cumprimento integral das medidas que restavam, indicou um representante oficial no Brasil e informou qual será sua política de combate à desinformação, como consta na decisão deste domingo.

O representante da plataforma no país passa a ser o advogado Alan Campos Elias Thomaz, conforme informado pela empresa ao STF.

O Telegram afirmou ainda que haverá um monitoramento manual dos 100 canais mais populares do país, diariamente. Postagens poderão ser marcadas como "imprecisas", a partir de parcerias com agências brasileiras de checagem.

Quem divulgar fake news não poderá criar novos canais, conforme o Telegram.

A plataforma confirmou ainda que excluiu postagem no canal do presidente Jair Bolsonaro (PL), contida em jairbolsonarobrasil/2030.

O link permitia acesso a documentos de um inquérito sigiloso da PF sobre ataque hacker ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O material foi usado por Bolsonaro para lançar novos ataques infundados às urnas eletrônicas. O presidente passou a ser investigado em razão dessa divulgação.

A resposta ao STF é assinada pelo fundador do Telegram, Pavel Durov, e contém um novo pedido de desculpas ao Supremo.

Todos os perfis relacionados ao blogueiro bolsonarista Allan dos Santos foram bloqueados, conforme o Telegram.

Santos permanece foragido. Em outubro de 2021, Moraes determinou a prisão preventiva e o imediato processo de extradição do blogueiro, que vive nos EUA. Ele é suspeito de difusão de fake news e de integrar milícia digital para atacar a democracia brasileira.

O QUE FOI SOLICITADO PELO STF

- Necessidade de indicação do representante da empresa no Brasil
- Informação de todas as providências adotadas para combater desinformação e divulgação de notícias falsas no canal
- Exclusão de publicações no link jairbolsonarobrasil/2030
- Bloqueio do canal claudiolessajornalista

A plataforma de mensagens também indicou intenção de auxiliar o TSE, no que diz respeito à veracidade de compartilhamento de informações em ano de disputa pela cadeira de presidente da República.

O Telegram é visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news e se tornou também alvo de discussão no Congresso e no TSE para possíveis restrições em seu funcionamento no Brasil.

Na Alemanha, com cerca de 8 milhões de usuários, o Telegram vinha igualmente se recusando a conversar com autoridades que atuam no enfrentamento a ações de grupos extremistas.

A plataforma mudou recentemente de postura com a sinalização de que medidas mais drásticas poderiam ser adotadas, incluindo o seu banimento do país. Bloqueou mais de 60 canais usados por radicais em atendimento a um pedido da polícia alemã.

A ferramenta é usada amplamente usada pela militância bolsonarista. O presidente conta com mais de 1 milhões de inscritos em seu canal, usado para a divulgação de ações do governo.

Nas redes sociais, Bolsonaro tem convocado apoiadores a se inscreverem em seu canal no serviço de comunicação, onde divulga ações do governo diariamente. Recentemente, ele chamou de covardia o cerco à plataforma e disse que o governo está "tratando" do assunto.

Após a decisão de Moraes, o presidente classificou o bloqueio do Telegram de "inadmissível" e disse que a determinação do ministro poderia causar até óbitos no Brasil.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, disse que buscava uma solução para recorrer à decisão do ministro do STF. Afirmou que "milhões de brasileiros" estão sendo "prejudicados repentinamente por uma decisão monocrática".

O advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal, havia entrado com um pedido de medida cautelar ao STF contra a ordem de bloqueio. O pedido do advogado-geral foi direcionado à ministra Rosa Weber.

Leia mais nas págs. A6 e A7

Arthur Lira (esquerda) e Ricardo Barros no plenário da Câmara Cleia Viana-11.mai.21/Câmara dos Deputados

Lei no Congresso que mira Telegram opõe Lira a líder do governo

Presidente da Câmara diz que projeto é prioritário, mas Ricardo Barros afirma que não há urgência para votá-lo

Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o líder do governo na Casa, deputado Ricardo Barros (PP-PR), têm externado posições divergentes sobre a prioridade a ser dada pelos deputados ao projeto que busca combater a disseminação de notícias falsas no país.

Na última quinta-feira (17), Lira e Barros foram questionados sobre a votação do requerimento de urgência da proposta, o primeiro passo para que ela seja apreciada pelo plenário de deputados.

Barros, que se reuniu com o relator do projeto, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), afirmou que o texto que trata da disseminação de fake news "não é a prioridade agora" e que a Câmara poderia até votar a urgência, "mas não é o caso".

"Apresentamos várias sugestões de alteração de texto e vou ter uma reunião com ele [Orlando Silva] para ver como está a evolução. Mas não é a prioridade agora, nós estamos com esses outros assuntos", disse, em referência a duas PECs (propostas de emenda à Constituição) em tramitação na Câmara.

Já Lira, ao ser questionado sobre as declarações de Barros, divergiu. "O projeto das fake news é prioridade sim. Eu venho dizendo isso a vocês", afirmou.

O presidente da Câmara disse ainda que o tema é delicado e que qualquer termo empregado fora do contexto pode gerar distorções. "Há interesses grandes por trás dessa questão, eu posso falar das big techs com relação ao universo do jornalismo, empresa de comunicação, dentre outros assuntos", afirmou.

Ele defendeu a importância de ter uma legislação sobre o tema para as eleições. "Eu tenho dúvidas se vai ser possível que elas já vigorem para essas eleições, mas será uma sinalização muito forte que a política, as leis estão voltadas a que a gente tenha um ordenamento claro em relação a isso."

"Então é prioridade sim, só não vai ser discutido sem que todos os partidos da Câmara tenham tido oportunidade de conversar com o relator sobre o relatório dele."

As declarações foram dadas um dia antes de o ministro Alexandre de Moraes (STF) determinar o bloqueio do Telegram no país —a medida foi revogada neste domingo (20) após a plataforma ter cumprido uma série de exigências.

Ainda na sexta (18), o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e o deputado Luciano Bivar (União Brasil-PE) protocolaram projetos para exigir que provedores de redes sociais tenham sede e representante legal no país —o texto de Orlando Silva já prevê o mesmo.

Um dos objetivos do texto é enquadrar o Telegram, visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news.

Amplamente usada pela militância bolsonarista, a ferramenta vinha ignorando tanto decisões judiciais no Brasil como as tentativas de contato de autoridades para buscar parcerias e medidas de combate à desinformação.

Por isso o objetivo do projeto é fixar balizas para o funcionamento de empresas de serviço de mensagens e redes sociais. A proposta tem pontos de muita polêmica, e o presidente Jair Bolsonaro (PL) já antecipou que pretende vetar trechos.

Na quinta-feira, o presidente da Câmara disse que, em reunião recente com os líderes da base do governo, cobrou o MDB e o PL para que conversassem com Orlando Silva —o deputado está percorrendo as bancadas para negociar ajustes no texto.

Com o MDB, o relator disse estar acertando com o líder do partido na Câmara, Isnaldo Bulhões Jr. (AL), a melhor maneira de detalhar a proposta à bancada. Já o PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, deve acompanhar a posição do governo sobre o texto.

Na semana passada, Orlando Silva conversou com a Casa Civil sobre ajustes de texto.

"Havia vários órgãos [do governo] lá [na reunião]. Foram feitas várias sugestões. Com algumas delas, nós concordamos já na mesa. Outras, eles mudaram de posição também na mesa. Eles mandaram sugestões, críticas, propostas de supressão, de inclusão", disse.

Na próxima quinta (24), Orlando Silva deve se reunir novamente com o governo, em encontro pedido por Barros. Além disso, o deputado iniciou as negociações com o Senado para conciliar os textos.

O projeto de fake news atualmente em discussão na Câmara foi apresentado em maio de 2020 pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), no início da pandemia de Covid-19.

Pouco tempo antes, em março, Bolsonaro (PL) teve posts apagados por Twitter, Facebook e Instagram por violação às regras de uso. No caso do Twitter, a rede social entendeu que a publicação do presidente criava "desinformação" que poderia "causar danos reais às pessoas".

Havia ainda o temor no Congresso de que as plataformas não tomassem nenhuma atitude para coibir a disseminação de notícias falsas.

No Senado, o texto foi aprovado no final de junho de 2020, em tramitação também acelerada pelos desdobramentos do inquérito que apura a divulgação de notícias falsas e ameaças contra ministros do STF.

Uma das intenções do projeto é evitar que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e o Supremo "legislem" sobre tema que o Congresso considere estar sob sua competência.

Principais pontos do projeto

A QUEM SE APLICA
Plataformas como Meta (dona do Facebook, Instagram, Messenger e WhatsApp), Tik Tok, Telegram e buscadores como o Google.

Ficam de fora Wikipedia e outras enciclopédias online sem fins lucrativos, sites de artigos científicos e educativos

ROBÔS NÃO IDENTIFICADOS
Empresas devem proibir o funcionamento de robôs que não se identifiquem como contas automatizadas. Plataformas também devem identificar conteúdos impulsionados e publicitários

USO DE DADOS
Texto diz que dados não podem ser usados pelas plataformas em combinação com terceiros provedores de outros serviços —em redação considerada por especialistas mais restritiva do que a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Para plataformas, isso prejudica oferta de publicidade dirigida

TRANSPARÊNCIA
Plataformas e apps precisam produzir, a cada semestre, relatórios em que expliquem procedimentos e decisões envolvendo contas de usuários —por exemplo, por que excluíram conteúdo ou reduziram alcance de post.

A buscadores se aplicam regras parecidas, mas com adaptações (abrangem resultado de buscas e número de pedidos de desindexação recebidos por ordem judicial).

APPS DE MENSAGENS
Devem limitar o encaminhamento de mensagens ou mídias para vários destinatários

A Justiça pode determinar aos apps de mensagens que guardem e disponibilizem registros de interações de usuários por até 15 dias, desde que seja para usar como prova em investigação criminal e em processo penal

RESTRIÇÃO DE CONTEÚDO
Se a plataforma excluir ou diminuir o alcance de um conteúdo, precisará notificar o usuário e explicar a fundamentação, além de apontar procedimentos e prazos para que ele conteste a decisão.

PROPAGANDA ELEITORAL IMPULSIONADA
Público deve ter acesso a informações sobre valor gasto pelo candidato, partido ou coligação para fazer a propaganda impulsionada na internet

CONTAS PÚBLICAS
Presidente, ministros e outras autoridades públicas não poderão limitar a visualização de suas publicações por outras contas (como bloquear usuários, por exemplo)

IMUNIDADE PARLAMENTAR
A Constituição Federal prevê que deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por opiniões, palavras e votos.

O texto afirma que isso se estende às redes sociais. O projeto também proíbe que deputados, senadores, governadores, presidente e outros detentores de cargos eletivos recebam remuneração por publicidade em seus canais.

SANÇÕES
Texto prevê advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, multa de até 10% do faturamento da empresa no Brasil e suspensão ou proibição de exercício das atividades

REPRESENTAÇÃO LEGAL
Provedores devem ser obrigados a manter representantes legais no Brasil

REMUNERAÇÃO AO CONTEÚDO JORNALÍSTICO
Deve haver remuneração ao detentor dos direitos autorais de conteúdos jornalísticos utilizados pelos provedores, exceto no caso de compartilhamento de link

Conforme texto do relatório aprovado em dezembro de 2021 por grupo de trabalho da Câmara

Bloqueio de app por ministro extrapola regulação da internet

ANÁLISE

Eloísa Machado de Almeida
Professora e coordenadora do Supremo em Pauta da FGV Direito SP

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu o uso do Telegram em todo território nacional, suscita muitas questões jurídicas interessantes, mas tem em seu contexto sua melhor explicação. A medida foi revogada neste domingo (20), após o aplicativo cumprir determinações feitas pelo ministro.

Juridicamente, a decisão dialoga com o Marco Civil da Internet e os limites previstos na lei para operação de provedores e aplicações de internet. O pano de fundo é a ponderação legislativa já feita entre liberdade de expressão e responsabilidade pelo que é dito.

Na lei, o descumprimento de seus termos e de decisões judiciais pode gerar a suspensão dos serviços, mesmo que afete milhares de usuários.

Mas, para isso, o Marco Civil da Internet traz em suas disposições a ideia de proporcionalidade, isto é, uma correlação entre a gravidade dos atos e das sanções correspondentes. Há inclusive, uma ação que está em trâmite no próprio STF que questiona tais dispositivos, mas, até o momento, não há decisão.

Pelos parâmetros legais vigentes, a decisão de Moraes precisaria ser analisada, no âmbito do processo em que foi exarada, pela gradação adotada entre atos da empresa e a sanção aplicada.

Na decisão, o ministro Alexandre de Moraes ressalta as inúmeras vezes nas quais determinações judiciais previamente adotadas foram parcialmente descumpridas ou simplesmente ignoradas.

Há, com isso, um esforço para se comprovar a proporcionalidade da suspensão do Telegram diante do descumprimento de determinações judiciais menos gravosas.

Após a decisão de Moraes, o responsável pelo Telegram emitiu declaração dizendo não ter recebido as ordens judiciais e prometendo colaboração com a justiça brasileira.

O tema dialoga, também, com os esforços que os Estados têm feito para conter graves violações a direitos humanos e fundamentais perpetradas por grandes conglomerados empresariais e multinacionais. Aliás, os esforços para pensar em formas de adequar as práticas das empresas para com os direitos humanos e promover a devida responsabilização têm sido uma agenda internacional e preocupação central dos organismos multilaterais.

Todavia, há uma forma de analisar a decisão de Moraes que extrapola a regulação proposta pelo Marco Civil da Internet e o tema do poder de grandes empresas, relacionando-se com a conjuntura política brasileira.

A decisão foi adotada a partir de pedido feito pela Polícia Federal para que fossem suspensas as aplicações do Telegram após reiterados descumprimentos de decisões que demandavam o bloqueio de perfis de Allan dos Santos e da monetização dos mesmos.

O pedido se insere no âmbito de vários inquéritos em tramitação no STF que apuram atos antidemocráticos e disseminação de fake news contra instituições e no âmbito das eleições. Tais inquéritos lidam com uma Presidência da República que abertamente se posiciona contra a integridade das eleições e que já afirmou, por mais de uma vez, que não respeitará o seu resultado.

> [...]
> Na decisão, o ministro Alexandre de Moraes ressalta as inúmeras vezes nas quais determinações judiciais previamente adotadas foram parcialmente descumpridas ou simplesmente ignoradas

Para tornar o cenário mais complexo, as Forças Armadas ora se posicionam como fiadoras do processo eleitoral, ora como vertente política pleiteando espaço, ora como garantes da ordem pública.

O tema não está em pauta apenas no Supremo. Em outubro de 2021, ao julgar representações contra Jair Bolsonaro, o TSE absolveu o presidente.

Mas o tribunal decidiu que "o uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas visando promover disparos em massa contendo desinformação e inverdades em prejuízo de adversários e em benefício de candidato pode configurar abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do artigo 22 da LC 64/1990 (Lei de Inelegibilidade), a depender da efetiva gravidade da conduta, que será examinada em cada caso concreto".

Uma "decisão para o futuro", para as próximas eleições, disse o ministro Luís Roberto Barroso.

O principal contexto da decisão de Moraes sobre Telegram, sem ignorar a importância do debate de liberdade de expressão e liberdade de usuários ou a responsabilidade de grandes empresas na violação de direitos, está nos esforços adotados pelo STF e pelo TSE para conter movimentos antidemocráticos que, inclusive, têm encontrado guarida na Presidência da República.

A decisão de Moraes —assim como a decisão do TSE— insere-se em um cenário onde o que está em avaliação é a capacidade do sistema de Justiça nacional fazer cumprir a lei —e em ano eleitoral, o que está em jogo é a continuidade de nosso projeto democrático constitucional.

Procuradoria quer app sob pressão constante

Ministério Público Federal vai requisitar informações sobre moderação de conteúdo e combate à desinformação

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O MPF (Ministério Público Federal) em São Paulo acionará o canal de comunicação disponibilizado pelo Telegram ao STF (Supremo Tribunal Federal) para requisitar dados sobre moderação de conteúdo e combate a desinformação dentro das investigações que os procuradores conduzem para tentar enquadrar o serviço de mensagens.

O aplicativo é alvo de inquérito civil que trata da atuação das principais plataformas no país. Apesar de a empresa ter cumprido a decisão do ministro Alexandre de Moraes e conseguido reverter o bloqueio decretado pelo magistrado, o trabalho de apuração prossegue na Procuradoria.

Reagir pontualmente a determinações judiciais, avaliam os investigadores, não basta.

"É impositivo que seja dado seguimento normal às diligências", afirma o órgão em manifestação da sexta-feira (18), logo após a divulgação da ordem de Moraes de suspender a plataforma —a medida foi revogada neste domingo (20).

Um ofício será remetido ao email indicado pelo Telegram para o recebimento de demandas judiciais solicitando ainda informações sobre aspectos operacionais da ferramenta. O pedido já havia sido enviado a outros endereços eletrônicos da ferramenta e não houve resposta.

Conforme mostrou a Folha, o MPF propôs uma ação de cooperação internacional com o objetivo de buscar junto à empresa, a partir de uma intervenção judicial, detalhes sobre a política de enfrentamento a práticas organizadas de desinformação e de violência na internet.

Mais do que um pedido de informações, a iniciativa é uma tentativa de obtenção de "provas documentais" na apuração que "visa uma melhor regulação da esfera pública digital brasileira".

Um eventual silêncio do Telegram frente a uma intimação judicial poderia ser considerado um fato relevante e abriria caminho para ações mais drásticas.

No final do mês passado, a Justiça Federal em São Paulo acatou o pedido dos procuradores e mandou intimar o aplicativo para que ele se manifeste, caso seja de seu interesse. Cartas rogatórias serão encaminhadas ao Judiciário nos Emirados Árabes, onde está a sede da empresa, e no Reino Unido.

A ordem de Moraes e seus desdobramentos, incluindo a reação de Palev Durov, fundador e CEO do Telegram, porém, abriram na Procuradoria nova perspectiva de avanços no trabalho.

O inquérito da fake news do STF, no qual foi imposto o bloqueio, tem natureza criminal e está relacionado a pessoas suspeitas da prática de ilícitos penais. São alvos o presidente Jair Bolsonaro (PL), por causa das declarações falsas que fez sobre as urnas eletrônicas, e seus aliados.

O trabalho dos procuradores, por sua vez, é de natureza cível e diz respeito às ações e omissões que as principais plataformas que operam no Brasil têm adotado frente ao fenômeno das notícias falsas e da violência digital.

Nessa apuração foram cobradas informações de Twitter, Instagram, Facebook/Meta, YouTube, WhatsApp e Telegram a respeito de providências que estão adotando para regular comportamentos abusivos na internet. O aplicativo criado e dirigido por Durov não respondeu.

A Procuradoria afirma que o cumprimento de ordens pontuais de remoção de conteúdo, como as que foram listadas pelo ministro Moraes, é dever de toda plataforma que opera no Brasil, segundo regras definidas pelo Marco Civil da Internet.

Mas não é só. Há outros deveres, a exemplo daqueles relacionados à implementação de uma autorregulação conforme o interesse público e a legislação do país.

Até agora no inquérito civil público, "a grande maioria das principais plataformas do país, além de cumprir decisões reativamente, também age proativamente, promovendo a remoção de postagens incompatíveis com seus termos de uso, suspendendo contas envolvidas em comportamentos abusivos, independentemente de ordem judicial neste sentido", diz a Procuradoria.

Tela de celular com logos de aplicativos, incluindo o Telegram (à direita, ao alto) Damien Meyer / AFP

> “A grande maioria das principais plataformas do país [...] também age proativamente, promovendo a remoção de postagens incompatíveis com seus termos de uso
>
> **Ministério Público Federal em SP**
> em inquérito civil público

Entenda o caso envolvendo o Telegram

O que é o Telegram? É um aplicativo de mensagens com funcionamento parecido com o do WhatsApp. Além de ter alta capacidade de viralização, com grupos que podem comportar até 200 mil membros, o Telegram possui uma dinâmica que se assemelha muito mais a redes sociais. Apesar disso, não modera conteúdo —a não ser em casos como de terrorismo.

Por que o Telegram foi bloqueado em todo o Brasil?
O ministro Alexandre de Moraes disse que "o desrespeito à legislação brasileira e o reiterado descumprimento de inúmeras decisões judiciais pelo Telegram, empresa que opera no território brasileiro, sem indicar seu representante, inclusive emanadas do STF, é circunstância completamente incompatível com a ordem constitucional vigente, além de contrariar expressamente dispositivo legal".
Moraes salienta reiteradas vezes a "omissão" do Telegram em fazer cessar a divulgação de notícias fraudulentas e a prática de infrações penais.

Combate à corrupção no pós-Jair

Reação à Lava Jato deixou de ser estratégia e virou só saque generalizado

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Esse é um momento ruim para falar de corrupção no Brasil. Nós, brasileiros, passamos quatro anos em uma cruzada contra a corrupção.

Quando a cruzada acabou, tínhamos um orçamento secreto no valor de três petrolões, promovido por um presidente que faz 'rachadinha' com miliciano, não comprou vacina porque vinha sem suborno e queria dar um golpe para poder roubar sem o STF lhe enchendo o saco.

Seria, enfim, um exagero dizer que a coisa toda foi um sucesso.

Mesmo assim, está cada vez mais claro que a reação à Lava Jato perdeu a direção e saiu de controle.

Alguma reação do sistema político à Lava Jato era inevitável, e ela veio forte, dos áudios do Jucá até Augusto Aras. Mas quando o processo saiu das mãos dos grandes partidos e passou para o baixo clero de Lira, Bolsonaro e Aras, ela deixou de ser uma estratégia e passou a ser só saque generalizado.

Financiamento público de campanha, proibição de coligações na eleição de deputados, todas essas medidas tomadas pelo Congresso depois do impeachment foram reações à Lava Jato. Mas essa foi a reação certa.

Antes do financiamento público, aceitar dinheiro de cartel de empreiteira não era só permitido, era obrigatório para quem quisesse vencer. Se o adversário aceitasse e você não, você ia pra casa e ele ia pra Brasília.

Com o financiamento público, o candidato que não quer receber suborno pelo menos tem uma chance de vencer. É possível uma política em que os políticos não queiram roubar, mas não uma política em que eles não queiram se eleger.

A proibição de coligações em 2017, por sua vez, deve ajudar a reduzir o número de partidos. Se o presidente tiver que montar uma coligação com 20 partidos, não tem identidade ideológica que segure uma coligação sem suborno. Você pode ter partidos grandes que não queiram roubar, ou deixar roubar, mas todo partido grande quer governar.

Essas reformas foram feitas pela classe política porque ela entendeu que, mesmo se fosse de seu interesse fugir das acusações da Lava Jato, também era do seu interesse evitar novas crises como a de 2015.

Em 2018, os partidos grandes entraram em crise, e neles estavam os quadros com melhor visão de longo prazo para a política brasileira, inclusive entre os acusados de corrupção.

A turma de 2018 —a turma de Bolsonaro— roubou tudo o que deu, mas, além disso, piorou nossas instituições e tornou escândalos futuros mais prováveis. O orçamento secreto de Lira e Bolsonaro torna praticamente ilegal governar sem pagar suborno.

Dê uma olhada no modo como Bolsonaro escolhe e abandona os partidos em que vai entrar e me diga se ele tem interesse em fortalecer nosso sistema partidário.

Veja quanta gente o PSL elegeu em 2018, pense no tanto que Bolsonaro poderia ter feito com isso se, ao invés de planejar um golpe, tivesse tentado trabalhar.

Mesmo que o próximo governo não seja "lava jatista", terá que reverter a deterioração dos últimos anos e retomar o processo de tornar o sistema político brasileiro menos dependente de dinheiro sujo.

Se o Brasil for democrático, não conseguirá ser estável com corrupção sistêmica, como a denunciada pela Lava Jato. Os escândalos serão descobertos e novas infecções oportunistas como Bolsonaro surgirão. É preciso cortar esse ciclo.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | **TER. Joel Pinheiro da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Presidenciáveis da 3ª via têm partidos rachados e marasmo

Pré-candidatos defendem união, mas antes precisam encarar crises internas

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Pré-candidatos da centro-direita na corrida presidencial que tentam salvar a chamada terceira via com um enxugamento do quadro de nomes colocados terão antes que lidar com divisões internas nos próprios partidos, que dificultam a coesão em torno de um projeto alternativo.

Os cinco nomes hoje colocados encaram, em diferentes graus e características, cisões em suas legendas, mais um empecilho na busca de uma candidatura que faça frente aos atuais líderes das pesquisas, o ex-presidente Lula (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Articuladores admitem em conversas reservadas ser crescente o desafio de romper o favoritismo de Lula e Bolsonaro, que confere ares de segundo turno à eleição. O marasmo nas pesquisas reflete um cenário estável, com outros postulantes incapazes até aqui de apontarem alguma reviravolta.

Expressões como desespero, pessimismo e desânimo já são ditas nos bastidores, embora em público o discurso continue sendo o de que a aglutinação do segmento é a solução para conquistar até outubro a parcela da população "avessa aos extremos".

As negociações em torno da migração de Eduardo Leite do PSDB para o PSD, que agitaram o grupo nos últimos dias, são vistas como uma espécie de cartada final. O destino do governador do Rio Grande do Sul, derrotado nas prévias tucanas por João Doria (SP), ainda é uma incógnita.

A alentada crise no PSDB, sigla sem sinais de pacificação interna diante da série de problemas que envolve Doria, é o sinal mais evidente dos obstáculos domésticos de cada presidenciável rumo a uma unificação, o que implica estar disposto a abrir mão da candidatura.

Prestes a deixar o Palácio dos Bandeirantes, o tucano usará todas as armas que puder para manter a campanha e fazê-la deslanchar, avaliam tanto aliados quanto rivais, que ressaltam sua obstinação.

A movimentação que dribla as prévias realizadas em novembro é sintoma da insatisfação de alas da sigla com o paulista. O adversário interno Aécio Neves (MG) é um dos que operam pela saída dele do páreo, reforçada pelos baixos índices de intenção de voto e altos de rejeição.

Pedro Ladeira/Folhapress

Eduardo Knapp-15.nov.21/Folhapress

Adriano Vizoni-26.jan.22/Folhapress

Zanone Fraissat-4.dez.18/Folhapress

1 A senadora Simone Tebet (MDB-MS) **2** O governador de SP, João Doria (PSDB) **3** O ex-ministro Sergio Moro (Podemos) **4** O empresário Luiz Felipe d'Avila (Novo)

+

FHC deixa hospital de SP após se recuperar de cirurgia no fêmur

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 90, recebeu alta no sábado (19) após passar por cirurgia no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, devido a uma fratura no colo de fêmur, informou o hospital. FHC foi internado no dia 11 após cair em casa e sofrer a fratura.

"O paciente encontra-se em condições clínicas estáveis e seguirá o tratamento da fratura do colo de fêmur em casa", informou o boletim assinado pelos médicos José Medina Pestana e Miguel Cendoroglo Neto. Também por razões de saúde, FHC não compareceu à votação de prévias do PSDB em Brasília, em novembro passado. Em maio, porém, ele se encontrou com o ex-presidente Lula (PT), gerando repercussão no meio político.

Os prognósticos para uma eventual ida de Leite para o PSD tampouco soam animadores em termos de coesão interna. A agremiação presidida pelo ex-ministro Gilberto Kassab abriga de bolsonaristas a lulistas, que priorizam suas próprias bases e nem cogitam confrontá-las.

O pré-candidato Sergio Moro (Podemos), que entusiasmou setores políticos com sua entrada formal na política, em novembro, agora vê membros do partido reavaliando a aposta. A impressão de que ele bateu no teto e dificilmente será o nome de consenso se ampliou nos últimos dias.

Estagnado nas sondagens, sem ultrapassar a barreira dos 10%, o ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro é alvo de contestação de parlamentares da legenda por causa da divisão dos valores do fundo eleitoral. O temor é que seja drenado dinheiro demais para alguém sem chances reais de vitória.

A situação de Moro degringolou com os danos da crise com o MBL (Movimento Brasil Livre). O grupo se afastou do partido após o escândalo das falas sexistas do deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei (que deixou a sigla após o vazamento), mas disse manter apoio ao ex-juiz.

O ex-magistrado foi aconselhado a romper de vez com o MBL para tentar se descolar dos ruídos, mas reiterou que a relação "continua firme e forte" e rebateu a afirmação de Doria de que a atitude de Arthur, até então aliado de Moro, "fragilizou evidentemente" a candidatura e o partido.

Procurados, PSDB, PSD e Podemos não se manifestaram.

No MDB, a pré-candidatura de Simone Tebet sofre sinais de boicote de líderes alinhados a Lula —casos do senador Renan Calheiros (AL) e do ex-senador Eunício Oliveira (CE). O partido também tem simpatizantes de Bolsonaro, sobretudo no Sul, como o deputado federal Osmar Terra (RS).

A legenda, em nota à **Folha**, minimiza as divergências e diz que a escolha de Tebet se deu de forma democrática, por unanimidade, em reunião da comissão executiva nacional.

O comunicado diz ainda que Renan e Eunício, dois dos principais cabos eleitorais de Lula na sigla, "são forças importantes. Todas elas respeitam Simone, e vice-versa".

Os esforços por um polo alternativo envolvem também o União Brasil, resultado da fusão de DEM e PSL, o que já na raiz embute algum tipo de fragmentação. O partido tem propagado, sem citar nomes, que terá candidato próprio à Presidência e dialoga com PSDB e MDB para um arranjo comum.

Inicialmente alijado da mesa de negociações, Moro foi convidado a se unir ao grupo. O mesmo ocorreu, como revelou a **Folha**, com o ex-ministro Ciro Gomes (PDT), que rechaça o rótulo de terceira via e refuta se aliar a rivais como Moro e Doria embora busque palanques com União Brasil e PSD.

Para o deputado federal Junior Bozzella (União-SP), as "divisões [no partido] estão superadas" graças ao presidente da sigla, Luciano Bivar (PE), "que tem liderado bem esse processo de aglutinação das correntes em torno da proposta dele, de ter candidato e sentar nessa mesa de discussão".

Bivar, que também é deputado federal, tende a ser a opção de concorrente apresentada para a negociação, embora uma candidatura dele seja tratada com ceticismo pelos demais articuladores.

No Novo, Luiz Felipe d'Avila assumiu a pré-candidatura após a desistência de João Amoêdo em meio ao racha entre bolsonaristas e antibolsonaristas na legenda. O empresário, que concorreu ao Planalto em 2018, virou um duro crítico do presidente e entrou em choque com parlamentares.

Os atritos em torno da oposição a Bolsonaro "foram superdimensionados", contemporiza o presidente nacional do Novo, Eduardo Ribeiro, que classifica o partido hoje como "coeso e pacificado" em torno da candidatura de d'Avila, cientista político que já pertenceu ao PSDB.

O dirigente admite, entretanto, que "o campo está muito congestionado" e o cenário das pesquisas "não mudou" nos últimos seis meses. Diz que é porque o eleitor "ainda não está 100% dedicado à escolha dos candidatos".

A situação foi classificada pelo cientista político Alberto Carlos Almeida, em uma rede social, como "eleição entediante na opinião pública".

"Na média, há uma variação muito pequena. Isso acontece por conta de um ineditismo: temos um presidente em busca da reeleição que pauta a mídia e um ex-presidente que nunca saiu dela. Sem falar que são dois líderes com muita envergadura junto à opinião pública e à militância", diz.

Para o analista, "a polarização está muito consolidada" porque os demais postulantes "não empolgam" e se limitam ao buscarem o voto de eleitores que avaliam o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo, camada que "já está com Lula", identificado como a força de oposição.

"Quando a terceira via ataca Lula, aí é que não vai mesmo conseguir capturar esse voto. A principal dificuldade dela é alcançar uma imagem tão oposicionista quanto a de Lula e do PT. E isso é agravado pelo fato de que todos, em alguma medida, estiveram junto de Bolsonaro", afirma Almeida.

Christina Cherkess consola a mãe, Svetlana Kuriachaia, em centro de acolhida em Zaporíjia; elas viviam em Mariupol, sob intenso ataque russo André Liohn

Moradores de Mariupol vivem rotina de terror e se veem reféns em casa

Família que fugiu para Zaporíjia narra à **Folha** morte de vizinhos 'queimados vivos' por ataque russo

André Liohn

ZAPORÍJIA (UCRÂNIA) Cercados pelo Exército russo e sem conseguir acessar corredores humanitários, moradores de Mariupol, no sudeste da Ucrânia, relatam que estão sendo mantidos como reféns em sua própria cidade desde o início da invasão, há quase um mês.

Mais de 80% das casas foram destruídas após mais de 15 dias de intenso ataque russo, o que dificulta aos moradores encontrarem lugares seguros para buscar abrigo. Deixar a cidade é uma tarefa arriscada, já que a Rússia está há duas semanas quebrando a promessa de criar um corredor humanitário.

Em Zaporíjia, a **Folha** conversou com moradores que conseguiram deixar Mariupol depois de dias escondidos em porões, sem acesso a eletricidade, aquecimento, água e sinal de telefone. Além da destruição, eles contam que corpos se acumulam nas ruas.

Christina Cherkess chegou no sábado (19) a Zaporíjia, depois de ter passado 14 dias em um porão com o marido, o filho de um ano de idade e os sogros. "Por duas semanas nós vivemos em um porão, sem ter itens básicos para sobrevivência. Não tinha nem água para limparmos o rosto", conta, falando em russo.

"Putin mata pessoas de língua russa", afirma Christina. "Toda minha vida estou falando em russo, minha criança também fala russo, minha mãe fala russo, minha mãe nasceu na Rússia."

> Houve um incêndio, tiramos os idosos de lá, para que não fossem queimados vivos. No outro lado da rua, as pessoas foram queimadas vivas, encontraram só ossos queimados
>
> **Svetlana Kuriachaia**
> moradora de Mariupol

25º dia de incursões da Rússia sobre a Ucrânia

Fontes: Graphic News, The New York Times, Instituto para o Estudo da Guerra, The Guardian

"A população de Mariupol está sendo feita de refém, porque se há civis na cidade é mais difícil para as tropas russas entrarem em batalha com as forças ucranianas", declara.

A mãe de Christina, Svetlana Kuriachaia, descreve aos prantos o cenário de terror em que se encontravam em Mariupol. "As tropas russas entraram lá, e nós fomos bombardeados. Atingiram nossa casa, perto de casa, pessoas morreram, foram cortadas pelos fragmentos (de mísseis). Perto da minha casa atiraram em um jovem dentro de carro... ele ainda estava lá, ninguém o pegou, cachorros rasgaram o seu corpo."

Svetlana conta que só saíram do porão para tentar ajudar vizinhos que tiveram a casa bombardeada. "Houve um incêndio, tiramos os idosos de lá, para que eles não fossem queimados vivos. No outro lado da rua, as pessoas foram queimadas vivas, completamente, encontraram apenas ossos queimados."

Desde o início dos ataques, as autoridades russas e ucranianas tentam acordos para estabelecer corredores humanitários para retirar civis das áreas mais afetadas pela guerra. No entanto, ainda não conseguiram um cessar-fogo abrangente e duradouro na região de Mariupol para a retirada da população. A estimativa é de que 200 mil civis continuem sem poder sair.

Desde que os ataques começaram, cerca de 30 mil pessoas deixaram Mariupol por conta própria, usando seus carros para ir principalmente até Zaporíjia, que mantém centros de apoio para dar os primeiros socorros às pessoas.

Apesar de ser o destino de fuga de muitos moradores de Mariupol, a cidade também sofreu bombardeios russos e decretou um toque de recolher que vai vigorar até as 5h locais de segunda (21) — zero hora de segunda em Brasília. A intenção, segundo autoridades locais, é procurar "sabotadores" russos infiltrados.

No dia 4 de março, um ataque de Moscou provocou um incêndio na usina nuclear de Zaporíjia, a maior da Europa. Desde então, os russos controlam as instalações.

A viagem de Mariupol a Zaporíjia, de pouco mais de 200 quilômetros, tem durado de 3 a 4 dias por conta dos bloqueios e postos de controle russo. Os moradores precisam apresentar documentos e, principalmente os homens, provar que não são militares.

Na tentativa de se proteger de ataques, os moradores amarram faixas brancas nas portas dos carros e escrevem a palavra "crianças", em russo, nos vidros.

No sábado (19), a vice primeira-ministra ucraniana Iryna Vereshchuk anunciou que o governo tinha conseguido um acordo com as autoridades russas para criar 10 corredores humanitários, um deles em Mariupol. Segundo ela, a Ucrânia já retirou 190 mil civis de áreas atingidas pela guerra.

Ucrânia recusa ultimato da Rússia para se render na cidade

KIEV E LVIV | AFP E REUTERS A Ucrânia rejeitou um ultimato feito pela Rússia para se render militarmente em Mariupol, que convive com intensos ataques há mais de duas semanas. O cerco de Moscou tem imposto aos moradores um grave desabastecimento.

"Não pode estar em questão nenhuma rendição, nenhuma deposição de armas", disse a vice-premiê ucraniana, Irina Vereshchuk, nas primeiras horas desta segunda-feira (21), de acordo com o site Ukrainska Pravda. "Já informamos o lado russo."

Antes, Moscou havia cobrado das autoridades ucranianas que depusessem armas, pois estaria em curso uma "catástrofe humanitária terrível". Se a Ucrânia aceitasse, seus combatentes poderiam sair da cidade em segurança, e corredores humanitários seriam abertos a partir das 9h locais (4h de Brasília).

Forças russas bombardearam no sábado (19) uma escola de arte que servia de abrigo a centenas de pessoas em Mariupol, disse neste domingo (20) o governo local.

"Ontem os ocupantes russos lançaram bombas sobre a escola de arte G12, onde haviam se refugiado 400 moradores de Mariupol, mulheres, crianças e idosos", declarou a prefeitura da cidade portuária, um dos principais alvos da ofensiva russa. "Sabemos que o edifício foi destruído e que gente pacífica está debaixo dos escombros. Estamos buscando informações sobre o número de vítimas."

Moscou não confirmou esse ataque em Mariupol, que se tornou estratégica. Caso tomem a cidade, os russos conseguirão criar uma ponte terrestre ligando a península da Crimeia, anexada em 2014, à região do Donbass, onde estão duas autoproclamadas repúblicas separatistas (Lugansk e Donetsk, província onde fica Mariupol). O plano é cortar o acesso ucraniano ao mar de Azov, que banha a região.

Neste domingo, o governador de Donetsk, Pavlo Kirilenko, também acusou Moscou de "deportar à força, rumo à Rússia, mais de mil residentes de Mariupol que vivem a leste da cidade", mas não especificou quando isso teria ocorrido. Segundo Kirilenko, as forças russas instalaram "campos de triagem" nos quais "checam os telefones" dos moradores antes de "confiscar seus documentos de identidade" antes de supostamente serem levados para a Rússia. Não é possível verificar essas informações de forma independente.

A intensificação dos ataques a Mariupol tem prejudicado os trabalhos de busca em um teatro da cidade bombardeado na quarta (16). Autoridades dizem que centenas de pessoas estavam abrigadas ali. Ao menos 130 teriam sido resgatadas na sexta, e cerca de 1.300 ainda estariam dentro do edifício, provavelmente em um abrigo antiaéreo.

Comunicado do Ministério da Defesa russo divulgado neste domingo disse que as forças voltaram a utilizar mísseis hipersônicos em bombardeios contra cidades ucranianas.

Sem especificar a data, o anúncio afirmou que o último ataque ocorreu na região de Mikolaiv, no sul do país, com a destruição da "principal fonte de abastecimento de combustível para veículos blindados ucranianos".

A Rússia anunciou o uso de mísseis hipersônicos pela primeira vez no sábado (19), para atingir um depósito de armas em Ivano-Frankivsk, região oeste da Ucrânia. Kiev confirmou o ataque, que provocou danos, mas não especificou o tipo de arma usada.

Pelo menos 902 civis foram mortos e 1.459 ficaram feridos na Ucrânia até a meia-noite de sábado, informou o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos neste domingo. Acredita-se, porém, que a cifra esteja subestimada.

Zelenski usa lei marcial para suspender 11 partidos pró-Rússia

Uma das siglas é liderada por oligarca compadre de Putin; canais de TV são agrupados em plataforma única

SÃO PAULO O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, anunciou neste domingo (20) a suspensão das atividades de 11 partidos políticos que, segundo ele, teriam laços próximos com o governo da Rússia.

A maioria dos atingidos pela decisão seriam pequenas legendas, exceto o Plataforma de Oposição para a Vida, que é liderado pelo oligarca Viktor Medvedchuk, 67, empresário dos ramos de mídia e energia e compadre do presidente da Rússia, Vladimir Putin.

O partido tem 44 das 450 vagas no Parlamento ucraniano. A lista inclui ainda o Nashi, partido nascido de um movimento jovem pró-Putin, e o Partido Socialista da Ucrânia.

"As atividades de políticos que visam à divisão ou à colaboração [com a Rússia] não terão sucesso e receberão duras respostas", disse Zelenski, em pronunciamento por vídeo.

A suspensão das atividades desses partidos valerá enquanto a lei marcial estiver vigente. "O conselho nacional de segurança e defesa decidiu, dada à guerra em grande escala deflagrada pela Rússia e ligações que certas estruturas políticas têm com esse país, suspender as atividades de um número de partidos políticos pelo período da lei marcial", afirmou o presidente ucraniano.

Zelenski também assinou, neste domingo (20), um decreto para agrupar todos os canais de TV do país em uma única plataforma. De acordo com a agência de notícias Reuters, o presidente argumentou que, sob a lei marcial, era importante manter uma "política unificada de informações".

Os canais ligados a empresas privadas continuavam operando desde o início da invasão russa, no dia 24 de fevereiro. O decreto, divulgado no site do governo, não especificou a partir de quando a medida de unificação dos canais começará a valer.

No início de fevereiro, o governo ucraniano já havia imposto sanções a canais de televisão que teriam ligações com o governo russo.

As medidas restritivas anunciadas por Zelenski chamam a atenção porque emulam, em menor grau, as decisões de Vladimir Putin de tentar controlar dissidências internas sobre a invasão na Ucrânia.

Dois dias após as tropas russas ingressarem no país vizinho, o Kremlin proibiu o uso do termo "guerra" para a guerra que se iniciava. O termo aprovado era "operação militar especial no Donbass".

Inicialmente, o governo havia informado a dez órgãos de imprensa que suas publicações seriam bloqueadas se continuassem a usar o termo guerra, declaração de guerra, ataque ou invasão.

Receberam o aviso da batalha narrativa meios conhecidos, como a rádio Eco de Moscou, a Novaia Gazeta (novo jornal, em russo), a TV Dojd (chuva) e ainda os sites Mediazona e The New Times.

Logo depois, a restrição foi estendida para toda a imprensa russa. Além de bloqueios e empastelamento, há a possibilidade de multas que chegam a até 5 milhões de rublos (o equivalente a R$ 300 mil).

Em outro sinal preocupante para aqueles que temem o endurecimento do controle de Vladimir Putin sobre a Rússia, o Kremlin disse no dia 17 que o país precisa passar por uma "autopurificação" para se livrar de "traidores" contrários à guerra na Ucrânia.

"Nesses tempos difíceis, muitas pessoas mostraram o que são. Traidores", disse o porta-voz de Putin, Dmitri Peskov, elaborando sobre a fala na véspera de Putin, que havia acusado o Ocidente de plantar uma "quinta coluna" para provocar "conflito civil" no seu país e falou sobre "autopurificar o país".

"O povo russo sempre distinguirá os verdadeiros patriotas da escória e dos traidores, e apenas cuspi-los para fora como um mosquito que entrou acidentalmente na sua boca", disse o presidente. Peskov repetiu até o termos: para ele, a Rússia precisa de uma "autopurificação para distinguir patriotas verdadeiros da escória e dos traidores".

No início do mês, a Rússia instaurou a censura militar na prática à imprensa operando no país. A Duma, Câmara baixa do Parlamento, aprovou uma lei que prevê até 15 anos de prisão a jornalistas que divulgarem o que o governo considerar fake news sobre a guerra na Ucrânia. Em seguida, foi sancionada pelo presidente Vladimir Putin.

Na ocasião, o independente Novaia Gazeta, editado pelo coganhador do Nobel da Paz de 2021 Dmitri Muratov, publicou em suas redes que iria retirar todo o conteúdo relacionado à ofensiva de Putin na Ucrânia.

Líder ucraniano cobra Israel por sistema de defesa antimísseis

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, pediu neste domingo (20) ajuda a Israel para conter o ataque russo ao seu país. Em discurso transmitido por vídeo, Zelenski questionou a relutância israelense em vender seu sistema de defesa antimísseis Iron Dome à Ucrânia. "Vocês podem definitivamente salvar vidas de ucranianos, de judeus ucranianos", disse Zelenski, de origem judaica.

CHEGADA DE UCRANIANOS A CURITIBA TEM CULTO, BLINDAGEM E EXPECTATIVA DE RECOMEÇO
Blindadas do contato com a imprensa, famílias de refugiados recém-chegados ao Brasil participam de culto na Primeira Igreja Batista neste domingo; entidade acolheu 29 pessoas, que seguiriam para Guarapuava e Prudentópolis Bruno Covello/Folhapress

Turquia afirma que Moscou e Kiev estão 'perto de um acordo'

REUTERS E AFP A Turquia disse neste domingo (20) que Rússia e Ucrânia conseguiram avançar nas negociações para conter a invasão e que as duas partes estão "perto de um acordo".

"Claro que não é fácil chegar a um acordo quando há uma guerra em curso, quando civis estão sendo mortos, mas nós gostaríamos de dizer que há avanços", disse o chanceler turco, Mevlut Cavusoglu, durante pronunciamento na cidade turca de Antalya. "Vemos que as partes estão perto de um acordo."

Cavusoglu visitou Rússia e Ucrânia na última semana, uma vez que a Turquia mantém laços próximos com os dois países e vem se posicionando como mediadora.

Cavusoglu destacou que Ancara estava em contato com os grupos que negociavam pelos países, mas não quis dar detalhes das conversas. "Desempenhamos um papel honesto de mediador e facilitador", disse.

Em entrevista ao jornal turco Hurriyet, o porta-voz do governo turco Ibrahim Kalin indicou que os países estavam negociando seis pontos: a neutralidade da Ucrânia, o desarmamento e as garantias de segurança, a chamada "desnazificação", o fim de obstáculos para o uso do idioma russo na Ucrânia, a situação da região separatista do Donbass e a península da Crimeia, anexada pela Rússia em 2014.

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, tem pedido repetidamente por conversas "significativas" para chegar a um acordo de paz que ponha fim à invasão. Em entrevista à CNN neste domingo, Zelenski disse que está "pronto para negociações" com o presidente russo, Vladimir Putin, mas alertou que, se o diálogo fracassar, "isso significaria a Terceira Guerra Mundial".

"Eu estive pronto nos dois últimos anos. Acho que, sem negociações, não poderemos encerrar essa guerra", afirmou Zelenski.

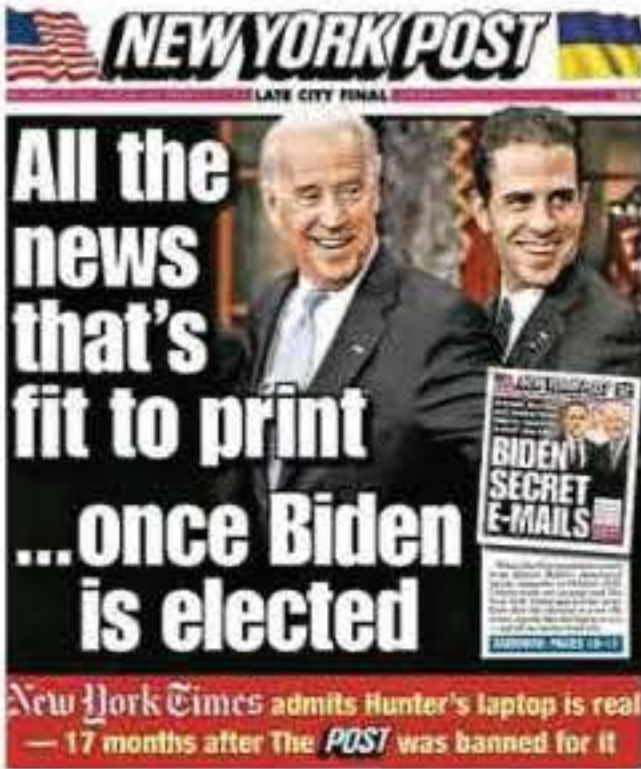
O líder ucraniano declarou estar disposto a "qualquer formato" de conversa com Putin, mas reafirmou seus pontos para negociar: "O fim da guerra, garantias de segurança, soberania, restauração da integridade territorial, real garantias para nosso país".

Nesta semana, Zelenski afirmou que chegou a "hora de conversar". "Chegou a hora de restaurar a integridade territorial e a justiça para a Ucrânia. Caso contrário, as perdas russas serão tantas que serão necessárias várias gerações para se recuperar." Segundo ele, a Ucrânia "sempre ofereceu soluções para a paz".

TODA MÍDIA | Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

NEW YORK POST
LATE CITY FINAL
All the news that's fit to print ...once Biden is elected
BIDEN SECRET E-MAILS
New York Times admits Hunter's laptop is real — 17 months after The POST was banned for it

Na capa, ironizando o NYT, 'Todas as notícias que cabe imprimir... depois de Biden ser eleito'; jornal reconheceu veracidade de notícia '17 meses após Post ser banido por causa dela'

Email do filho de Biden, admite NYT, não era desinformação russa

Como ironizou o Wall Street Journal em editorial, a informação só foi aparecer no 24º parágrafo de uma reportagem publicada na página 20 do New York Times: "Os emails foram autenticados por pessoas familiarizadas com eles e com a investigação".

O NYT confirmou a autenticidade um ano e cinco meses após a publicação, pelo New York Post, dos emails de Hunter Biden, filho de Biden —que mostraram os elos do futuro presidente, então em campanha, com a empresa ucraniana de gás que havia contratado Hunter como lobista.

Como afirmou o NY Post em manchete no dia seguinte, fazendo trocadilho com o slogan do NYT: "Todas as notícias que cabe imprimir... depois de Biden ser eleito".

E a Fox News, do mesmo grupo pró-republicano de WSJ e Post, editou e transmitiu um vídeo com diversas passagens em que suas concorrentes pró-democratas CNN e MSNBC haviam afirmado que os emails de Hunter eram "desinformação russa".

Não foram jornais e canais que "baniram" a informação que podia ter mudado a eleição. Mas seu combate à notícia, em outubro de 2020, estimulou Facebook e Twitter a ações para suprimi-la nas plataformas. Meses depois, cancelaram Trump de vez.

No título de um dos textos publicados agora pelo NY Post, que não esconde sua revolta, "Como democratas, mídia e Big Tech trabalharam juntos para enterrar a matéria sobre Hunter Biden".

PORTEIROS Na época, o colunista de mídia do próprio NYT, Ben Smith, identificou o episódio como marco da volta ao poder dos grandes jornais como "gatekeepers", porteiros da informação, controladores da agenda nos EUA. Junto com as plataformas, acrescentou.

POR OUTRO LADO No domingo, o NYT publicou o editorial "A América tem um problema de liberdade de expressão", questionando a "cultura do cancelamento", sobretudo em mídia social. E com um alvo em particular: "Muitos progressistas se tornaram intolerantes com aqueles que expressam outras opiniões e assumiram uma espécie de farisaísmo e censura que a direita exibe há tempos". Anunciou um projeto para identificar e combater ameaças à liberdade de expressão.

A guerra do cereal

Rússia usa o trigo para unir sul global

Mathias Alencastro
Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, ensina relações internacionais na UFABC

A batalha sangrenta pelo controle de Mariupol ocupou as manchetes da imprensa internacional na última semana. Face ao fracasso da sua estratégia inicial, que passava pela captura rápida e triunfal de Kiev, o Exército russo concentrou os seus esforços na ocupação da cidade portuária de 400 mil habitantes. Ela é porta de entrada para o mar de Azov, um dos dois pontos de acesso do comércio marítimo da Ucrânia, o quinto maior exportador mundial de trigo em 2019.

Se a indústria de petróleo e gás é a face mais visível da economia da guerra, porque ela organiza as relações entre a Rússia e o Atlântico Norte, a outra, o agronegócio, importa talvez ainda mais para o futuro do sul global.

Rússia e Ucrânia voltaram a ser potências globais do agronegócio nos últimos 20 anos, depois de recuperarem a infraestrutura deixada em ruínas nos anos 1990.

Juntas, elas correspondem a um terço da exportação global de cereais. Para a Rússia, controlar o mar de Azov e os portos ucranianos do mar Negro a colocaria no comando de cerca de 30% da produção de trigo mundial e fortaleceria a sua posição na África e no Oriente Médio.

Em árabe egípcio, o pão é sinônimo de "vida", e a região do mar Negro é a base da alimentação da bacia do Mediterrâneo desde a Grécia antiga. Mas, na África do Norte e Subsaariana, pelo menos desde 2011 o pão também é sinônimo de política.

A Primavera Árabe, ou a onda de protestos que derrubou regimes e desencadeou guerras civis, teve, na sua origem, a inflação dos preços dos produtos alimentares.

Se nos petro-Estados de Argélia, Nigéria e Angola o aumento do preço de grãos pode ser compensado pelo crescimento da renda de petróleo e de gás, todos os outros regimes dependem da Rússia para a sua sobrevivência política.

Analisando os votos na ONU, já é possível constatar que a questão alimentar pesa no cálculo dos países do sul global na hora de se posicionarem sobre a guerra. Junto com a batalha da informação, que a Rússia está vencendo fora dos países ocidentais, a diplomacia do trigo está dividindo a comunidade internacional.

Resta saber se a estratégia russa vai resistir à devastação causada pela guerra.

Por enquanto, a tensão comercial gira em torno dos milhões de toneladas de trigo que estão bloqueados nos portos do mar Negro. Mas é o impacto do conflito na capacidade produtiva ucraniana que vai determinar o preço dos bens alimentares para os próximos anos e décadas.

Com a sua "operação especial", a Rússia transformou os agricultores em refugiados ou soldados. Seus tanques estão devastando as plantações e seus mísseis destruindo a infraestrutura. Não seria a primeira vez que o setor agrícola ucraniano seria sacrificado.

O Holodomor foi uma fome politicamente organizada por Stálin, que esfomeou propositadamente os ucranianos em 1932-33 para alimentar a força de trabalho soviética em outras latitudes e regiões. Anos depois, a operação Barbarossa, de 1941, tinha como principal motivação a conquista das regiões produtoras de cereais da Rússia pela Alemanha nazista. Estaríamos assistindo a uma repetição da história, mas desta vez com 8 bilhões de espectadores-consumidores.

| SEG. Mathias Alencastro | **QUI. Lúcia Guimarães** | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzcovsky

Guerra cria temor em geração de jovens alheia a tragédias

Relatos associam conflito na Europa a questões de saúde mental e bem-estar

Lucas Alonso

SÃO PAULO Quando o presidente da Rússia, Vladimir Putin, determinou que suas tropas invadissem a Ucrânia, estava não apenas dando início à maior crise de segurança na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, mas também provocando um impacto sem precedentes no imaginário de toda uma geração.

Quem nasceu nos anos 1990, por exemplo, chegou ao mundo em um período pós-Guerra Fria. Aqueles que são descritos como alguns dos maiores horrores da humanidade, como o Holocausto, eram acontecimentos, em geral, restritos a livros de história e a obras de ficção que os recordam.

Relatos de dezenas de jovens e adultos dessa geração, colhidos pela **Folha**, mostram que os sentimentos mais recorrentes em relação à guerra na Ucrânia —que chega nesta segunda-feira (21) ao 25º dia— estão diretamente relacionados a questões de saúde mental e bem-estar emocional.

Ucranianos em La Teste-de-Buch (França) buscam informação da guerra Philippe Lopez - 2.mar.22/AFP

Pavor, angústia, ansiedade, desesperança, incerteza, medo e tristeza foram as emoções mais comuns relatadas à reportagem por meio das redes sociais —plataformas pelas quais essa geração mais se informa sobre o conflito.

"É uma guerra na qual você tem o TikTok como ferramenta", diz Vera Iaconelli, psicanalista e colunista da **Folha**. "Há, de um lado, uma experiência inédita de acesso [à informação] via redes sociais e, de outro, uma população massacrada com a qual especificamente nos identificamos. Por isso essa sensibilização", afirma.

Iaconelli se refere a uma conjunção de fatores que fazem da guerra na Ucrânia um evento bélico que, no imaginário coletivo, se sobrepõe a outros conflitos que tendem a ser invisibilizados. Para ela, o "choque" dessa geração diante do cenário revela, antes de tudo, uma alienação fundamental, mas o fato de a maioria das vítimas ser branca e europeia acaba por forçar uma identificação maior mesmo em quem está a milhares de quilômetros de Kiev ou Moscou. Ao mesmo tempo, rumores sobre uma possível Terceira Guerra Mundial tornam o conflito um fator de preocupação que transcende fronteiras e representa uma ameaça à sobrevivência do ser humano como espécie.

É o que conta o ferroviário Juan Pablo Neu Rogério, 31. De Curitiba, ele diz que vinha acompanhando as notícias sobre a tensão que crescia antes da ordem de Putin para a invasão da Ucrânia. Assustou-se quando o conflito escalou da retórica para as vias de fato e sentiu mais medo quando as tropas russas tomaram a região da usina de Tchernóbil, palco do maior acidente nuclear da história, em 1986.

"Foi um momento em que eu percebi que a escalada do conflito não daria um passo atrás", diz Rogério. "De repente, já estavam falando em abastecer a Ucrânia com armas, e a sensação que isso dava era de um agravamento inevitável. Uma sensação de não saber como as coisas vão se desenrolar", acrescenta.

O psiquiatra e psicanalista Mario Eduardo Costa Pereira, professor da Escola de Medicina da Unicamp, compara a reação à guerra na Ucrânia ao comportamento visto em resposta à pandemia de Covid.

"Esse tipo de cenário é muito contrário à nossa tendência emocional de fechar os olhos e tentar desprezar o que nos faz sofrer", explica o especialista.

O impacto geracional, ele diz, se dá também porque um conflito dessa magnitude vai de encontro à concepção civilizatória vigente e agora posta em xeque. "Depois da queda do Muro de Berlim, propôs-se uma solução definitiva do tipo 'o mundo será isso aí mesmo'. Saíram da pauta as grandes utopias e os grandes ideais de mudar o mundo."

A ideia de que a civilização estava protegida, para Pereira, já era passível de questionamentos diante da crise do coronavírus e da emergência das mudanças climáticas.

"A mesma coisa com a guerra, ela pode acabar com o mundo. Se um avião [russo] cruza a fronteira com a Polônia e joga uma bomba do outro lado, a gente não sabe se vai anoitecer hoje", diz.

Aliada às tragédias cotidianas no conflito que já matou centenas de civis e foi gatilho para uma crise migratória de milhões de refugiados, a iminência de um desastre de proporções globais é para Cecília Decaris, 17, motivo de desconforto diário desde o início da invasão russa da Ucrânia.

Como parte de uma geração de nativos digitais, a estudante de publicidade enxerga nas redes sociais um aliado e um inimigo no contexto de guerra. A velocidade com que a informação circula permite que ela tenha acesso a quase tudo que acontece no Leste Europeu, mas também torna difícil controlar até que ponto é saudável mergulhar nos relatos.

Para Cecília, a hora de parar foi quando viu a foto de uma família morta depois de um ataque russo em Irpin, nos arredores de Kiev. Desde então, procurou diminuir o consumo de notícias sobre a guerra.

> "A gente vê série, vê filme, lê livro. A gente sabe como foram as guerras na história. Mas quando vejo isso na vida real, no agora, me sinto apavorada de uma forma que eu não imaginava ser possível fora da ficção
>
> **Cecília Decaris**
> estudante de publicidade

"A gente vê série, vê filme, lê livro. A gente sabe como foram as guerras na história. Mas quando vejo isso acontecendo na vida real, no agora, me sinto apavorada de uma forma que eu não imaginava ser possível fora da ficção", diz.

A guerra, assim como a pandemia, é o tipo de situação que faz cair a ficha sobre a finitude humana, diz Iaconelli. "Na verdade, não conseguimos imaginar nossa própria morte. Então há disparadores que fazem com que a gente tenha acesso ao fato de que vamos morrer, mas sem que a gente consiga imaginar o que exatamente seria isso."

Para a psicanalista, porém, pode se repetir agora um tipo de adormecimento dos sentidos mesmo diante do conflito ainda em andamento, à semelhança de uma espécie de naturalização da morte das vítimas da Covid. "O que vai acontecendo é que a vida tem que continuar, e as pessoas continuam suas vidas e vão se dessensibilizando para poder sobreviver."

Motorista joga carro contra multidão na Bélgica, mata 6 e deixa ao menos 26 feridos

REUTERS E AFP Um carro em alta velocidade atropelou uma multidão reunida para celebrar o carnaval em Strépy-Bracquegnies, vilarejo próximo à cidade de La Louviere, no sul da Bélgica, por volta das 5h da manhã deste domingo (20), no horário local.

De acordo com as autoridades, ao menos seis pessoas morreram e outras 26 se feriram. Não havia, até a conclusão desta edição, indícios de que o incidente tenha sido um ataque terrorista. Duas pessoas de cerca de 30 anos foram detidas ainda no carro.

O prefeito de La Louviere, Jacques Gobert, afirmou à imprensa que o motorista avançou enquanto um grupo de 150 a 200 pessoas, aproximadamente, deixava o ginásio Omnisports para ir até o centro de Strépy-Bracquegnies.

Em entrevista coletiva, o procurador-adjunto do rei da Bélgica, Damien Verheyen, disse que, entre os 26 feridos, dez pessoas estavam em estado grave, com risco de morte.

"Meus pensamentos vão para as vítimas e seus entes queridos. Todo o meu apoio também vai para os serviços de emergência, por sua ajuda e pela assistência prestada", escreveu Alexander De Croo, primeiro-ministro belga, no Twitter. Acompanhado do rei Philippe, De Croo visitou o local do acidente.

A ministra belga Annelies Verlinden também se manifestou no Twitter: "Minhas sinceras condolências às famílias e aos amigos daqueles que morreram e ficaram feridos no incidente ocorrido esta manhã em Strépy".

Carro em alta velocidade atropelou grupo no sul da Bélgica; não havia indícios de ataque terrorista Kenzo Tribouillard/AFP

entrevista da 2ª

Família ucraniana usa carrinho de compras para levar os filhos e pertences logo após cruzar a fronteira com a Polônia, em Medika Wojtek Radwanski - 19.mar.22 /AFP

Jeff Crisp

Europa tem duplo padrão de acolhimento de refugiados

Ex-diretor de agência da ONU e especialista em questões migratórias diz ser evidente diferença de tratamento dado a ucranianos em comparação com fluxos de não europeus

MUNDO

Flávia Mantovani

SÃO PAULO Com 35 anos de experiência em instituições internacionais voltadas a refugiados, o britânico Jeff Crisp se diz positivamente surpreso com a receptividade da Europa aos ucranianos que fogem da guerra. O outro lado desse acolhimento, porém, é ter exposto a diferença com que esses mesmos países lidam com refugiados de outras nacionalidades, como sírios e afegãos.

Em entrevista à **Folha**, Crisp, que foi diretor de políticas do Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) e da Comissão Global para Migrações Internacionais, analisou o que está por trás desse "duplo padrão" de acolhimento, as razões para o êxodo ucraniano ser tão veloz e os impactos que essa migração em massa deve ter sobre o sistema humanitário global.

"É provável que os países europeus se tornem ainda mais restritos a refugiados de outras partes do mundo", afirma.

Para Crisp, não há crise global de refugiados, já que estes se concentram em poucos países —85% deles, no Sul global.

*

O êxodo ucraniano é um dos mais rápidos da história europeia. Quais são as razões para tantos saírem em tão pouco tempo? Em primeiro lugar, a brutalidade da invasão russa. Os ataques têm se concentrado em áreas urbanas, onde estão os civis. Quando bombas caem toda noite na sua cidade, não surpreende que você faça de tudo para sair.

Outro motivo é o fato de a Ucrânia fazer fronteira com vários países, o que dá opções a quem quer fugir. Muitos ucranianos têm amigos e familiares nesses países, e as pessoas são mais propensas a sair quando têm alguém para recebê-las do outro lado.

O fato de as fronteiras estarem abertas para o povo ucraniano também é um incentivo para migrar. Em outros contextos, se você acha que não te deixarão entrar ou que receberá um tratamento péssimo, você hesita mais em sair.

E eu acrescentaria uma quarta razão não tão óbvia, que é a qualidade dos transportes na Ucrânia. Até os trens continuaram funcionando. Em alguns movimentos de refugiados, é preciso andar longas distâncias a pé. Na Ucrânia, dá para pegar carro, trem ou ônibus e se deslocar rapidamente. É um incentivo.

Essa abertura das fronteiras aos ucranianos gerou comparações com a resposta da Europa a outros fluxos de refugiados recentes, como os do Oriente Médio. Há um duplo padrão de acolhimento? Claramente há um duplo padrão. A atitude em relação aos requerentes de asilo na Europa tem sido bastante negativa desde 2015, quando chegou um grande número de refugiados, especialmente sírios. Países do Leste Europeu como Hungria e Polônia vêm obstruindo a União Europeia de manter uma política mais aberta.

Por isso, mesmo os que somos experientes nessa área ficamos agradavelmente surpresos de ver essa reação positiva da Europa. Mas isso contrasta com o que ocorreu apenas meio ano atrás, quando o Talibã tomou o poder no Afeganistão e o tom geral era de que seria um desastre a chegada maciça de afegãos.

E, agora, estes mesmos países dizem: "Vamos ser o mais generosos possível com os ucranianos".

Esse duplo padrão tem origem racista? Não dá para negar isso. Os ucranianos são percebidos como mais "parecidos conosco": brancos, cristãos, estilo de vida semelhante. Eles não são associados ao terrorismo, como refugiados do Iraque, da Síria, que enfrentam muitos preconceitos.

Mas há debates sobre até que ponto devemos esperar que o público tenha uma atitude absolutamente igual em relação a todos os estrangeiros. Alguns colegas argumentam que é natural sentir mais compaixão por aqueles de quem nos sentimos mais próximos. Não tenho muita clareza nessa discussão. Concordo que há elementos de racismo, mas também vejo lógica no argumento de que é normal dar mais apoio às pessoas mais próximas.

Pode ser que os ucranianos deixem de ser bem-vindos, caso a crise se prolongue? Temos que observar o que vai acontecer se eles tiverem que ficar nesses países não apenas por meses, mas anos ou até mesmo para sempre. Pode ser que a população passe a ver esses refugiados como um fator de pressão para seus serviços públicos. Polônia e Moldova já disseram que não têm capacidade para receber mais gente.

Outra questão é que, se no primeiro momento os ucranianos estão indo para países vizinhos, depois muitos vão acabar indo para Alemanha, Áustria, países mais ricos do oeste e do norte da Europa. A Suécia já expressou preocupação com o número de ucranianos que chegam lá.

Há a expectativa de que os ucranianos fiquem no exílio por um longo período? Ou eles devem voltar assim que as coisas melhorarem? Uma coisa que aprendi nesses 35 anos trabalhando com refugiados é que mesmo movimentos que parecem ser de curto prazo quase sempre duram bem mais que o esperado.

E nem todos os refugiados escolhem voltar, mesmo que a situação melhore em seu país de origem.

Por quê? Primeiro, pelo nível de devastação econômica e de destruição. Por que você voltaria a um país onde não terá um emprego, onde seu apartamento foi bombardeado, onde você precisa começar do zero?

Depois há a questão do trauma. Alguns ficaram tão traumatizados pela experiência que só o pensamento de voltar já se torna insuportável.

À medida que eles se integram ao novo país, sentem-se menos inclinados a regressar, especialmente os que têm filhos. As crianças vão à escola, aprendem a língua, fazem amigos e passam a se sentir pertencentes àquele país.

Alguns governos alegam razões de segurança para não receberem refugiados islâmicos. Até que ponto é uma preocupação legítima e até que ponto é islamofobia? Não podemos negar que houve refugiados do Oriente Médio envolvidos em incidentes terroristas ou de assédio sexual. Mas esses atos são exagerados por políticos e recebem cobertura desproporcional da mídia. No Reino Unido, a maioria dos envolvidos em atos terroristas são cidadãos britânicos.

Nos Estados Unidos, um amplo estudo mostrou que a proporção dos refugiados envolvidos em atos terroristas é muito, muito pequeno. O terrorismo da extrema direita parece ser muito mais ameaça.

Muitos desses refugiados estão inclusive fugindo do terrorismo em seus países. Muitos são vítimas do crime do qual são acusados. Não sou adepto de fronteiras completamente abertas e sou a favor de que os governos verifiquem quem entra no país. O problema é pegar como alvo grupos específicos com base em informações imprecisas.

Jeff Crisp, 68
Pesquisador do Centro de Estudos de Refugiados da Universidade de Oxford, fellow de direito internacional no instituto Chatham House e PhD em estudos africanos pela Universidade de Birmingham. Foi diretor de políticas do Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados), da Refugees International e da Comissão Global para Migrações Internacionais. Trabalhou para o Conselho Britânico de Refugiados e para a Comissão Internacional de Questões Humanitárias

Há quem se oponha a receber refugiados de culturas e religiões diferentes para proteger uma certa identidade europeia. Isso faz sentido em uma sociedade global? Há poucos países relativamente homogêneos. Um deles é a Coreia do Norte, mas quem quer ir para a Coreia do Norte?

Mesmo o Japão, que adota políticas migratórias muito restritivas, já começa a reconhecer que precisa abrir seu mercado de trabalho para estrangeiros, pois a população está envelhecendo, eles precisam de pessoas para trabalhar, especialmente para o setor de cuidados.

Tudo aponta para um mundo em que os países vão se tornar multinacionais, multiculturais e mistos. E governos que tentam resistir a essa tendência vão perceber que a história não está do seu lado.

Como deve ficar a situação dos refugiados de outras nacionalidades depois desse grande êxodo ucraniano? Seria ótimo que o acolhimento aos ucranianos levasse a uma atitude mais positiva em relação aos refugiados em geral. Mas o que deve acontecer é os governos europeus se tornarem ainda mais restritivos a pessoas de outras partes do mundo. Eles vão dizer: fomos generosos, mas recebemos tantos ucranianos que não podemos acolher pessoas da África, da América Latina.

Deve haver uma concentração de recursos na crise ucraniana? O sistema humanitário global já estava sob grande pressão. Quando as Nações Unidas emitem apelos para refugiados de Mianmar, Síria, Sudão etc., só recebem 30% ou 40% do que precisam. Agora, levando em conta o protagonismo da Ucrânia na geopolítica mundial, os países que contribuem para programas humanitários vão ficar tentados a direcionar os recursos para os ucranianos.

Uma minoria dos refugiados está em países ricos. A crise na Ucrânia pode mudar isso? Mais de 80% dos refugiados são acolhidos por países do Sul global, e por isso sou contra a ideia de uma crise mundial de refugiados.

Esse conceito se popularizou bastante após a emergência de 2015-2016 na Europa, mas é uma percepção falsa e muito conveniente para os países desenvolvidos, pois é como se eles fossem igualmente afetados.

Com a crise da Ucrânia pode ser que essa proporção mude ligeiramente, mas o equilíbrio não vai mudar significativamente, mesmo com um êxodo de mais de 3 milhões de ucranianos.

Cortes de imposto em ano eleitoral já custam R$ 54 bi aos cofres públicos

Medida é defendida pela equipe econômica, mas risco fiscal preocupa; governo estuda mais ações

Fábio Pupo

BRASÍLIA As medidas já adotadas e as em preparação neste ano por governo e Congresso com o objetivo de reduzir impostos vão gerar um custo de pelo menos R$ 54,2 bilhões para União, estados e municípios só em 2022.

Além disso, os cortes continuarão reduzindo receitas dos cofres públicos durante o próximo mandato presidencial.

O impacto pode ficar ainda maior dependendo dos próximos movimentos do governo. O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem demandado iniciativas para uma agenda popular às vésperas do calendário eleitoral e, entre as prioridades, estão ações que possam funcionar como uma resposta à escalada da inflação.

O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), por exemplo, pode ser cortado ainda mais para alguns produtos. O governo já reduziu o tributo em 25% há pouco mais de duas semanas, ao custo de cerca de R$ 20 bilhões por ano (sendo metade para a União e metade para estados e municípios).

"Há uma possibilidade, segundo o Paulo Guedes disse, de reduzir [o IPI] mais ainda para automóveis, motocicletas e produtos da linha branca. É uma coisa fantástica porque nunca se ouviu falar disso no Brasil", disse Bolsonaro em cerimônia na última terça-feira (15).

O presidente não mencionou que governos petistas já tomaram essa iniciativa e cortaram o IPI justamente sobre automóveis e linha branca na tentativa de movimentar a economia.

Além disso, a classe política pressiona a equipe econômica por medidas voltadas aos combustíveis. Um corte de tributos sobre a gasolina, defendido por parte dos integrantes do governo, pode custar R$ 27 bilhões para os cofres públicos —ou ainda mais, dependendo do formato escolhido.

A equipe econômica vem resistindo de maneira reiterada a novas ideias voltadas aos combustíveis, em geral vistas como caras e ineficientes para segurar os preços. Caso realmente haja necessidade, a preferência do time de Guedes é por aumentos focalizados —por meio do Auxílio Gás ou um Auxílio Caminhoneiro.

Caso prossigam, os novos cortes se somariam à lista de reduções tributárias já feitas neste ano. A mais relevante foi justamente nos tributos federais PIS/Cofins e na limitação do estadual ICMS sobre produtos como diesel e gás de cozinha.

A medida retirou R$ 28,2 bilhões dos cofres públicos em 2022. Desse total, segundo o Ministério da Economia, R$ 14,9 bilhões serão bancados pela União durante o ano (outro montante, de R$ 1,6 bilhão, será sentido apenas em janeiro de 2023). Outros R$ 13,3 bilhões serão retirados de estados e municípios, nas contas da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão vinculado ao Senado.

Outra medida recente, anunciada na última terça, foi a eliminação gradual do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de câmbio. Nesse caso, o impacto fiscal começa em R$ 500 milhões em 2023 e vai crescendo gradualmente até alcançar R$ 7,7 bilhões em 2029 (em média, o impacto anual até lá será de R$ 2,7 bilhões).

O ministério também prepara a redução de tributação sobre o frete marítimo, conforme mostrou a **Folha**, além do corte do Imposto de Renda para investimentos estrangeiros e eliminação da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) de remessas ao exterior. Essas três medidas custariam cerca de R$ 6 bilhões ao ano, segundo as estimativas.

Membros da equipe econômica ouvidos pela **Folha** afirmam que há espaço fiscal para os cortes, mas começam a dizer que as medidas devem ter um limite.

Apesar de ainda ser projetada folga em relação à meta fiscal, há uma visão entre integrantes de que não se pode arriscar uma deterioração das contas públicas a ponto de piorar o resultado fiscal projetado para o ano, justamente em um momento eleitoral —o que poderia dar uma sinalização ruim ao mercado.

O déficit previsto pelo governo durante a elaboração do Orçamento de 2022 é de R$ 54,8 bilhões para o setor público consolidado (o que engloba União, estados e municípios) —valor que pode ser ajudado por maiores receitas, mas pode ser prejudicado por medidas eleitorais (como reajustes para servidores).

No limite, defendem, o governo não pode arriscar a meta fiscal do ano (que permite um rombo maior, de até R$ 177,5 bilhões para o setor público).

A renúncia de impostos adiciona pressão às contas públicas neste que será o nono ano do país no vermelho. A previsão é que a dívida do Brasil cresça até R$ 6,4 trilhões em 2022 e enfrente custos mais altos de financiamento diante da escalada dos juros e das incertezas com os cenários doméstico e internacional.

Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), afirma que os cortes de impostos causam menos preocupação neste ano do que em outros momentos por causa do aumento da arrecadação —mas que, mesmo assim, as medidas geram alertas.

Isso porque, diz ela, a elevação nas receitas públicas tem decorrido, assim como no ano passado, de efeitos conjunturais —como o avanço da inflação e o aumento do preço do petróleo (que infla os ganhos com royalties).

O risco é chegar a um momento em que a receita pública não será mais beneficiada por esses fatores e o país precise rediscutir as medidas adotadas agora —o que será uma tarefa difícil, tendo em vista que as empresas facilmente se "acostumam" com os tributos mais baixos.

"É difícil reonerar. A desoneração da folha, por exemplo, tem sido difícil reverter porque as empresas dizem que, se os impostos subirem, terão que demitir em massa", afirma.

A desoneração da folha foi prorrogada por meio de um projeto aprovado pelo Congresso e sancionado por Bolsonaro. Criada em 2011, ela deveria acabar em 2021 —mas foi estendida até 2023 diante da pressão dos empresários.

Damasceno reconhece que medidas como cortes de impostos são uma tentativa de melhorar a vida da população em um cenário conturbado, mas diz que não necessariamente haverá efeito porque as empresas precisariam sentir que a redução será sustentável para repassá-la adiante.

"Existe a possibilidade de não vermos isso chegar tanto ao consumidor final", afirma Damasceno.

Outro efeito comentado por Guedes, o de reindustrializar o país com o corte no IPI, também é visto com ceticismo. "Ninguém investe com uma alta de juros como a nossa. É muito descolado da realidade um discurso como esse", diz.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) durante solenidade referente ao Dia da Mulher, no Palácio do Planalto Pedro Ladeira/Folhapress

Impacto das medidas
Ações já adotadas ou em preparação

Medida	Impacto anual, em R$ bi
Corte de PIS/Cofins e ICMS sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha (somente 2022)*	28,2
Corte de 25% no IPI*	20
Corte de um terço em tributo sobre frete marítimo**	4
Redução do IOF sobre operações de câmbio	2,7***
Zerar Cide para remessas ao exterior**	1,615
Corte de Imposto de Renda para estrangeiros**	0,45
Corte de impostos para jet ski, balões e outros produtos	Governo não calculou
Corte adicional no IPI**	Ainda sem número
Cortes em tarifas de importação**	Ainda sem número
Corte de IOF para microempresas em programas de crédito**	Ainda sem número

Fonte: Ministério da Economia e IFI
*Impacto sentido em parte por União e em parte por estados e municípios
**Medida em preparação
***Cálculo do impacto médio anual entre 2023 e 2029 (a medida gera um impacto crescente nesse período até alcançar R$ 7,7 bilhões de 2029 em diante)

Crise faz Guedes estudar fabricação nacional de semicondutores

BRASÍLIA O Ministério da Economia passou a discutir medidas para estimular a produção nacional de semicondutores, componentes que passam por um problema global de fornecimento desde a pandemia e que são cruciais para o funcionamento de uma série de produtos —de brinquedos e celulares a aviões e sistemas de defesa.

A entrega das peças foi afetada durante a crise sanitária e continua desafiando as linhas de produção de automóveis. Os problemas podem ser intensificados com a guerra na Ucrânia e com o recente aumento de casos de Covid-19 na China, que tem levado a novas interrupções em fábricas.

Diante da persistência das preocupações, membros da equipe econômica têm conversado com representantes empresariais ligados à fabricação de semicondutores e veículos, que afirmam que o ministro Paulo Guedes (Economia) concordou com a importância de o país ter uma indústria voltada aos semicondutores.

Ainda não há uma decisão definitiva sobre o que é necessário para atrair empresas ou que medidas serão adotadas, mas o ministro sinalizou a possibilidade de cortar impostos para estimular empresas.

Guedes prefere diminuir tributos de maneira ampla, de forma que as mudanças sejam sentidas pela economia como um todo (e não apenas por um determinado setor). Por isso, continua defendendo a diminuição do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) —projeto encaminhado por ele ao Congresso e que estacionou no Senado por diferentes contestações.

Mesmo assim, participantes das discussões relatam que o ministro afirma que, no caso dos semicondutores, a diminuição do IRPJ proposto no projeto não seria suficiente e, por isso, um corte tributário mais profundo poderia ser adotado.

As discussões com Guedes resultaram das análises de um grupo de trabalho formado por governo e empresas para discutir a situação dos semicondutores.

São usados como referência para as discussões exemplos de outros países que estão em uma corrida mundial para estimular o setor. Entre as iniciativas tomadas pelo mundo, estão subsídios e até a divisão de custos de construção de fábricas entre Estado e empresas.

Uma das iniciativas analisadas é a dos Estados Unidos, onde parlamentares avançaram com um projeto de US$ 52 bilhões em subsídios para a produção de semicondutores. O país, assim como outros, tenta diminuir a dependência da Ásia —responsável por atender cerca de 80% da demanda global.

A União Europeia pretende dobrar sua produção de semicondutores até 2030. Enquanto isso, países como China, Taiwan e Cingapura continuam destinando incentivos a empresas do ramo e especialistas.

A depender do formato final da medida, uma decisão por incentivos setoriais pode contrastar com a visão de Guedes —que costuma se negar a usar os cofres públicos para políticas setoriais.

Antônio Jorge Martins, professor da FGV (Fundação Getulio Vargas), afirma que é muito difícil ver o setor se desenvolver sem incentivos estatais devido ao tamanho dos investimentos necessários. Mesmo assim, ele critica uma decisão desse tipo no caso brasileiro.

"Não temos condições de estimular esse tipo de mercado e não temos como fazer concorrência às outras empresas, porque não temos escala para isso", afirma.

Para o professor, o país precisaria, primeiro, elevar a renda da população para que o mercado consumidor atraia fabricantes para o território nacional.

"Temos 60 milhões de pessoas no Brasil dependendo do governo para sobreviver. Nossa população está com renda reduzida. Precisamos que a renda aumente para voltarmos a ter mercado e, assim, criarmos uma demanda por semicondutores", afirma.

O país tem hoje a estatal Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada) voltada aos semicondutores, mas a empresa está em processo de liquidação. "Não tem condições de [a fabricação] ser estatal, nenhuma dessas grandes empresas é estatal. Elas não têm estrutura para fazer frente a esse desafio tecnológico", afirma.

O problema no fornecimento de semicondutores chegou a um extremo durante a pandemia e continua sendo sentida na fabricação de automóveis.

Continua na pág. A14

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Braços cruzados

Os servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) prometem entrar em greve por tempo indeterminado a partir de quarta (23). Na semana passada, a Fenasps (Federação Nacional de Sindicatos em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social) enviou um ofício ao presidente do instituto, José Carlos de Oliveira, comunicando o início da paralisação. Eles brigam pela concessão de reajuste salarial de 19,99% para cobrir perdas remuneratórias dos últimos três anos.

CALCULADORA Na pauta de reivindicação da categoria há ainda a exigência de retirada da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa e a revogação da regra do teto de gastos. O documento enviado ao INSS é assinado por Laurizete Araújo Gusmão, da diretoria colegiada da federação.

MÃO DE OBRA Diversas categorias do funcionalismo público federal estão mobilizadas para cobrar recomposição salarial depois que o presidente Jair Bolsonaro (PL) acenou conceder aumento para policiais federais, rodoviários federais e agentes penitenciários.

CRONÔMETRO No Banco Central, servidores aprovaram na semana passada o início de paralisações diárias de quatro horas. Na terça-feira (22), eles terão nova assembleia para decidir se entram em greve no dia 23.

PALCO O Procon-SP notificou a Tickets For Fun pedindo esclarecimentos sobre o Lollapalooza. Após adiamentos provocados pela pandemia, o evento foi remarcado para os dias 25 a 27 de março. O órgão diz ter recebido reclamações de consumidores com dificuldade em usar ingressos comprados em 2020. Também cita queixas sobre negativa de reembolso a quem não poderá comparecer.

MICROFONE "A empresa deverá explicar a política de utilização dos créditos adquiridos em 2019 para o evento, quais os procedimentos a serem adotados pelos consumidores, como eles estão sendo informados, além de esclarecer se a edição de 2022 terá as mesmas características e atrações do que foi divulgado em 2019, e quais medidas conciliatórias são ofertadas pela T4F no caso de o consumidor pedir cancelamento", afirma o Procon-SP.

PLATEIA O órgão deu prazo até terça-feira (22) para a empresa responder e questionou também como ficarão os bilhetes vendidos com tarifa de meia-entrada aos estudantes que já concluíram seus cursos. Procurada pelo Painel S.A., a T4F não respondeu.

DIAGNÓSTICO No momento em que o mercado de produtos para saúde comemora o avanço das cirurgias eletivas, que chegaram a ser suspensas na pandemia, começa o temor de desaceleração nos investimentos estrangeiros em tecnologias no setor. O problema são os juros altos, especialmente nos EUA, que reduz investimento de risco em países em desenvolvimento, diz José Márcio Gomes, diretor da Abiis (associação do setor).

PREVISÃO "Para ter tecnologia de ponta, tem que investir muito, e é um investimento que nem sempre é seguro porque, após ter a tecnologia, depende de incorporar no SUS e ANS. A gente se preocupa que isso abale um pouco a atração de novas tecnologias no país", afirma Gomes.

GELO A americana Brown-Forman, dona de marcas de bebidas como a vodca Finlandia e o Jack Daniels, também suspendeu suas atividades comerciais na Rússia em reação à guerra na Ucrânia. Em comunicado, a empresa afirmou que estava se unindo ao chamado global por paz.

LADO "Nossos pensamentos estão com aqueles que estão rodeados de medo e incerteza, buscando refúgio e paz, ou em luto", disse a companhia. Mais de 80 empresas interromperam negócios na Rússia desde o início do conflito.

FIO Representantes do setor elétrico vão a Brasília nesta segunda (21) para pressionar deputados pela deliberação do novo marco regulatório do setor. O movimento, organizado pela Abraceel (associação dos comercializadores de energia), espera que o projeto de lei, já aprovado pelos senadores no ano passado, entre em vigor antes da eleição.

LÂMPADA O principal tema do PL 414 é a abertura irrestrita do mercado de energia para que todos os consumidores possam escolher seu próprio fornecedor e migrar em busca de preços mais baixos. Em defesa da medida, a Abraceel diz que aqueles que não têm recursos para investir em sistema de geração solar distribuída teriam uma oportunidade de reduzir a conta de energia.

com Fernanda Brigatti, Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS

Mar., em % ao mês ▪ Mínimo ▪ Máximo

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência fevereiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.mar

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.256,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.mar. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Crise faz Guedes estudar fabricação nacional de semicondutores

Continuação da pág. A13

Com a Covid-19, o trabalho remoto elevou a demanda por eletrônicos enquanto as montadoras desaceleraram suas encomendas diante das incertezas. Isso levou a uma desorganização das cadeias globais, sobretudo quando a demanda por carros subiu e as montadoras se viram sem peças.

A escassez fez as fabricantes automotivas produzirem 10 milhões a menos de veículos globalmente em 2021, segundo estimativas usadas pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Só no Brasil, de 300 mil a 350 mil unidades deixaram de ser produzidas pela falta dos componentes.

Consultada, a Anfavea afirmou que a dificuldade com semicondutores deve persistir. Para 2022, a previsão mais recente é que o problema subtraia até 8 milhões de veículos da fabricação mundial e uma normalização pode ser vista apenas em 2025.

As estimativas usadas pela entidade foram feitas em dezembro — portanto, antes da guerra na Ucrânia, que pode agravar a situação.

Rogério Nunes, presidente da Abisemi (Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores), diz que o desenvolvimento da produção nacional pode não ter resultados em menos de 10 ou 15 anos. Mesmo assim, ele defende políticas governamentais ao setor.

"É uma questão de domínio da tecnologia. A indústria de semicondutores é base para os outros produtos e, por isso, vai aumentar nossos níveis de desenvolvimento social e econômico. É absolutamente estratégico", afirma.

Segundo ele, menos de 20 empresas atuam no ramo dos semicondutores no Brasil — mas as empresas não participam da cadeia completa e cerca de 70% dos insumos são importados.

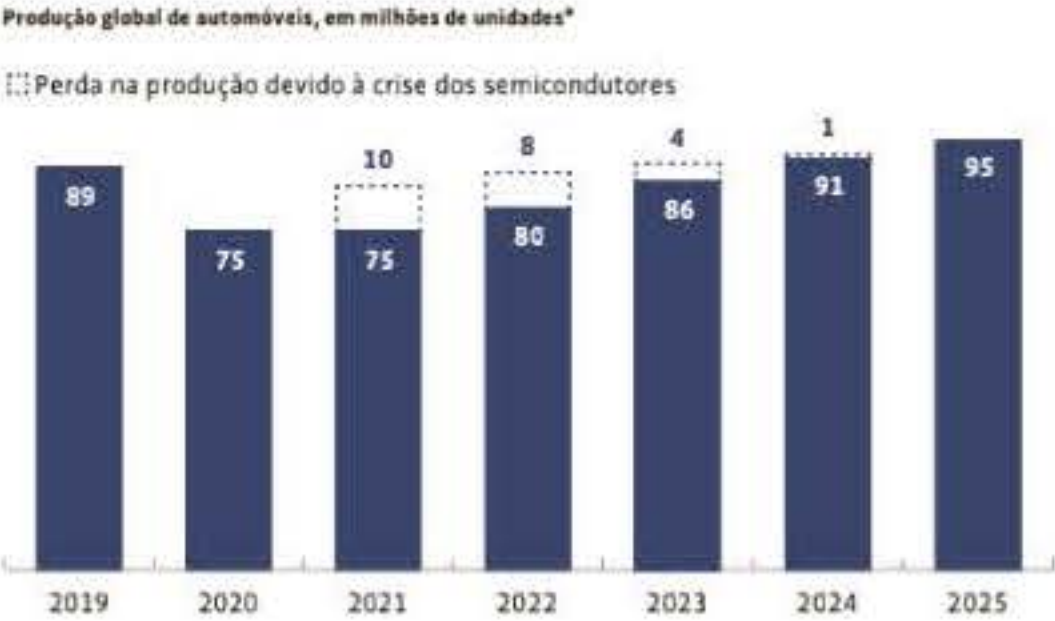
"Os semicondutores estão inseridos em absolutamente todos os setores da economia. Antes era somente na indústria eletroeletrônica, mas hoje vemos no setor automotivo, no médico, na segurança, nas telecomunicações e até na agricultura. Tudo hoje depende de semicondutores", diz.

Relatório recente da consultoria Deloitte afirma que as maiores empresas globais estão aumentando sua capacidade em níveis sem precedentes, com investimentos de US$ 200 bilhões até 2023.

Os recursos estão sendo direcionados para onde a indústria já está instalada, como Taiwan e Coreia do Sul, mas também a locais mais próximos do restante da cadeia em um movimento de regionalização. Entre os países citados como destino dos investimentos estão Estados Unidos, China, Japão, Cingapura e Israel. O Brasil não é mencionado na lista.

Fábio Pupo

Falta de semicondutores afeta montadoras em todo o mundo

Produção global de automóveis, em milhões de unidades*

Tendências para a indústria de semicondutores**

- Escassez deve permanecer no 1º semestre e pode diminuir no 2º, mas com prazos de entrega mais longos — o que deve ser sentido ainda em 2023
- Falta de talentos deve pressionar ainda mais o mercado
- Indústria deve aumentar capacidade em nível sem precedentes e três maiores empresas globais devem investir US$ 200 bi até 2023
- Investimentos devem ocorrer em locais onde indústria já está instalada, como Taiwan e Coreia do Sul, mas também em locais mais próximos do restante da cadeia em movimento de regionalização (como EUA, China, Japão, Cingapura, Israel e Europa)

*Projeção feita em dezembro de 2021 **Deloitte
Fontes: Anfavea e Boston Consulting Group

Avibras entra com pedido de recuperação judicial e demite mais de 400 funcionários

Douglas Gavras

SÃO PAULO A Avibras Aeroespacial, considerada a principal fabricante no Brasil de sistemas pesados de defesa, pediu recuperação judicial na sexta-feira (18) e também anunciou a demissão de 420 funcionários, de um total de 1.500.

O processo foi protocolado no fórum de Jacareí, no Vale do Paraíba, onde ficam as principais instalações da empresa.

O valor total da recuperação é de cerca de R$ 570 milhões, e esta é a terceira vez que a Avibras precisa recorrer à Justiça por problemas de caixa: ela requereu concordata em 1990 e, em 2008, entrou em uma recuperação judicial que durou cerca de dois anos.

De acordo com o advogado responsável pelo pedido de recuperação, Nelson Marcondes, do escritório Marcondes Machado, a crise financeira foi causada pela queda no número de contratos durante a pandemia.

Fundada na década de 1960 por um grupo de engenheiros do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), entre eles João Verdi Leite, a empresa cresceu no setor aeroespacial, participando de programas de pesquisa e desenvolvendo produtos para esse segmento.

Atualmente, o carro-chefe é o sistema de lançamento de foguetes Astros-2 e sua versão mais recente, Astros-2020. Mas ela também vende outros produtos, como blindados.

A empresa também tem o Exército brasileiro como cliente, mas como seu principal negócio é a venda de produtos para outros países, a Avibras ficou sem compradores durante a crise sanitária.

"Ocorreu um descompasso entre a receita e as despesas da empresa. Ela tinha expectativa de assinar novos contratos, mas isso foi impedido pela pandemia. Todos os países mudaram seus orçamentos, retirando da área de defesa para a área de saúde", diz Marcondes.

Além disso, as viagens internacionais foram suspensas, o que atrapalhou a empresa tanto na hora de realizar testes de produtos quanto na conquista de novos clientes.

Segundo a documentação enviada pela empresa no pedido de recuperação, nos anos de 2020 e 2021, as receitas líquidas —que até então vinham crescendo— caíram de forma expressiva. "As receitas aumentaram em mais de 50% entre 2018 e 2019, para, nos dois anos seguintes, descerem a praticamente um terço do patamar de 2018."

"Os altos investimentos realizados em 2020 e 2021 geraram altos custos adicionais para que a operação fosse mantida de forma continuada", diz a petição.

No documento, a empresa, no entanto, diz acreditar que o mercado de defesa está reagindo e que seus clientes têm aumentado suas operações, "reiniciando os projetos que haviam interrompido pelos últimos dois anos, revertendo em solicitações de novas propostas e, até mesmo, assinatura de novos contratos, mesmo que em uma velocidade ainda aquém do esperado".

A expectativa é de uma retomada em contratos de maior valor ainda este ano e no decorrer de 2023.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, os mais de 400 funcionários foram demitidos sem negociação prévia com a entidade. A empresa diz que as negociações ocorreram diretamente com os empregados demitidos.

Dirigentes sindicais protocolaram uma notificação extrajudicial à fabricante, reivindicando uma reunião com a direção da Avibras e a suspensão imediata de todas as demissões.

Segundo a entidade, é preciso repudiar a atitude da empresa, uma vez que existem mecanismos para evitar desligamentos em massa.

"Uma saída seria adotar o lay-off, como já ocorreu em outras fábricas da região, a exemplo da General Motors, Caoa Chery e TI Automotive, ou abrir um PDV (Plano de Demissão Voluntária)."

"Já que a companhia diz que está entrando em recuperação judicial, o nosso sindicato irá realizar uma campanha pela estatização da Avibras. Não podemos ver uma empresa que fabrica equipamentos bélicos, estratégicos para o país, dizer que está nessa situação", afirma o presidente do sindicato, Weller Gonçalves.

O sindicato irá fazer uma assembleia na próxima segunda-feira (21), às 7h30, e deve marcar uma mobilização para a próxima semana, na tentativa de reverter as demissões.

O advogado da Avibras afirma que durante toda a pandemia, até por determinação do acionista controlador, a empresa tentou manter o emprego dos 1.500 colaboradores, o que sugou os recursos de caixa. "Quando a recuperação se tornou inevitável, tiveram de demitir. É uma pena, até por se tratarem de funcionários altamente qualificados."

A Justiça deve analisar o pedido de recuperação judicial em cerca de dez dias. Depois disso, a Avibras tem até 60 dias para apresentar seu plano de recuperação.

+ LATAM SUSPENDE 21 VOOS

A Latam vai suspender, a partir de abril, temporariamente, 21 rotas nacionais por conta do aumento dos combustíveis. A maioria dos voos impactados vai ficar suspensa entre abril e junho. De acordo com a companhia aérea, quem já tinha voo comprado para esses destinos está sendo informado pela Latam e poderá remarcar o voo sem custo, solicitar o reembolso integral do valor pago ou optar por alguma rota alternativa com conexão. Todas essas alternativas são válidas até o vencimento do bilhete, 12 meses após a data da compra.

mercado

Banco Central libera hoje valores a receber para quem nasceu após 1983

Filipe Andretta

CURITIBA O Banco Central libera nesta segunda (21), até sexta-feira (25), o último lote da primeira fase de pagamentos do Sistema Valores a Receber, que devolve dinheiro esquecido pelos brasileiros em bancos e instituições.

Recebem nesta semana os contribuintes nascidos após 1983 e as pessoas jurídicas abertas neste período.

Para ter acesso ao montante, é preciso entrar no site valoresareceber.bcb.gov.br na data e na hora indicadas na consulta inicial ao sistema. Caso tenha esquecido qual é o dia agendado, o cidadão pode fazer nova consulta. O dinheiro só será liberado no horário exato.

O horário de pagamento varia: vai das 4h às 14h e das 14h até a 0h. Quem perder o dia, no entanto, poderá ter nova chance de transferência dos valores no sábado (26), quando ocorre a repescagem do sistema.

Pessoas nascidas antes de 1983 já tiveram a consulta e o saque liberado nas semanas anteriores.

Segundo o Banco Central, haverá uma nova repescagem para todos os públicos a partir de 28 de março.

O Banco Central afirmou que o dinheiro será devolvido de alguma forma ao trabalhador ou empresário, mesmo que ele perca todas as datas de saque desta primeira fase de liberação dos valores.

"O cidadão não deve se preocupar se perder a data por algum motivo. Ele poderá voltar ao valoresareceber.bcb.gov.br a qualquer momento e receber uma nova data de agendamento", diz a instituição.

O BC declarou ainda que o consumidor nunca perde o direito sobre os valores em seu nome. "As instituições financeiras guardarão esses recursos pelo tempo que for necessário, esperando até que o cidadão solicite a devolução."

Ao todo, 28 milhões devem sacar R$ 4 bilhões nesta primeira fase. São 26 milhões de CPFs e 2 milhões de CNPJs. Na segunda fase, está prevista a liberação de mais R$ 4 bilhões aos brasileiros.

Neste primeiro lote de liberação está o dinheiro esquecido em contas-correntes ou poupanças que foram encerradas ainda com saldo disponível; tarifas e parcelas cobradas indevidamente cuja devolução já estava prevista em termo de compromisso assinado com o BC; dinheiro de consórcios encerrados; e cotas e sobras de quem participou de cooperativas de crédito.

Após a primeira fase de liberação dos valores, que vai de 7 a 28 de março, haverá uma segunda fase de pagamentos, que liberará dinheiro esquecido nos bancos por outros motivos. É possível que o trabalhador ou o empresário encontre valores nos dois lotes. Também será informada uma data para sacar o montante. A consulta começará em 2 de maio.

O dinheiro a ser devolvido na segunda fase é referente a tarifas, parcelas ou obrigações em operações de crédito cuja devolução não estava prevista em termo assinado com o BC, além de contas de pagamento pré-pagas ou pós-pagas encerradas com saldo disponível.

Haverá também pagamentos em casos de contas mantidas em corretoras e distribuidoras de valores para registro de ativos financeiros dos clientes. Em muitos casos, há cobranças de tarifas duplicadas, que também serão devolvidas.

É nessa fase que os aposentados do INSS poderão resgatar os descontos indevidos no crédito consignado, segundo o Banco Central, e as empresas falidas poderão recuperar valores que ficaram esquecidos em alguma instituição.

País: Brasil
Projeto: Programa Eficiência Logística do Espírito Santo
Setor: Transportes

SERVIÇOS DE CONSULTORIA
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
Empréstimo 4833/OC-BR
Projeto Nº BR-L1534

O Estado do Espírito Santo recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e se propõe a utilizar uma parte dos fundos para contratos de serviços de consultoria.

Os serviços compreendem: Elaboração de Projetos Básico de Recuperação Funcional das rodovias aliado com Projetos de Conserva Rodoviária por Desempenho/Demanda e a Análise da Segurança das Rodovias através da Metodologia definida pelo Programa Internacional de Avaliação de Estradas (International Road Assessment Programme – iRAP), incluindo os levantamentos de campo, codificação, classificação em estrelas e a produção dos planos de investimentos, de aproximadamente 931 Km de rodovias localizadas em diversas regiões do Estado, distribuídos em 4 (quatro) LOTES, para o Departamento de Edificação e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES).

A seguir a divisão dos LOTES de projetos:

Lote 01 – Extensão aproximada de 133 Km – Na área de abrangência da Superintendência SR-I;
Lote 02 – Extensão aproximada de 154 Km – Na área de abrangência da Superintendência SR-II;
Lote 03 – Extensão aproximada de 292 Km – Na área de abrangência da Superintendência SR-III;
Lote 04 – Extensão aproximada de 352 Km – Na área de abrangência da Superintendência SR-IV.

Os consultores serão selecionados nos termos da Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC) e de acordo com os procedimentos previstos nas Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (GN-2350-15).

O Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo (DER-ES), convida empresas de consultoria elegíveis para apresentar sua manifestação de interesse em prestar os Serviços acima citados. As empresas interessadas deverão fornecer informações que indiquem que são qualificadas e possuem experiência para executar os Serviços, indicando o LOTE ao qual pretende concorrer (mediante a apresentação do portfólio por meio de folhetos, brochuras, devendo constar a descrição de serviços similares realizados, experiência em condições semelhantes, disponibilidade de profissionais da equipe técnica com conhecimentos necessários). Os consultores poderão associar-se a fim de melhorar suas qualificações.

Para o desenvolvimento dos trabalhos de Análise da Segurança das Rodovias será obrigatório a utilização de profissionais credenciados pelo iRAP nas três categorias de credenciamento (levantamento, codificação e análise e relatório). Apesar da obrigatoriedade do credenciamento no iRAP ele NÃO será utilizado como critério determinante para seleção dos consultores interessados, podendo esse serviço ser subcontratado, desde que a subcontratada demonstre possuir a qualificação necessária. Os consultores interessados poderão manifestar interesse em todos os LOTES, sendo obrigatório estabelecer sua ordem de prioridade quanto à preferência dos mesmos.

Os consultores interessados poderão obter maiores informações no endereço indicado ao final, no período das 9h às 11h e das 13h às 17h30min, do dia 21/03/2022 ao dia 20/04/2022.

As manifestações de interesse deverão ser recebidas no seguinte endereço, até as 09:30 horas do dia 28/04/2022.

Para: Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo (DER-ES)
Aos cuidados de: Comissão Especial de Licitação para o Programa BID
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1501 – Ilha de Santa Maria
Cidade: Vitória - Estado: Espírito Santo - País: Brasil
CEP: 29.051-015
Telefone: (55) (0**27) 3636-4448
Correio eletrônico: licitacoesbid@der.es.gov.br
Portal: http://www.der.es.gov.br

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220349

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220349 de interesse da Secretaria da Saúde - SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 3492022, até o dia 01/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2022. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220187

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220187, de interesse da Secretaria da Saúde - SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 1872022, até o dia 01/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2022. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220156

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220156, de interesse da Secretaria da Saúde - SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 1562022, até o dia 01/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2022. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220010

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220010, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de filtros e decantador lamelar para as estações de tratamento de água – ETA, das unidades de negócio do interior, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 1422022, até o dia 04/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Março de 2022. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20211664

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 20211664, de interesse da Secretaria da Saúde - SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material de órtese e prótese. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 16642021, até o dia 01/04/2022, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2022. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210271

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20210271, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de conexões polipropileno, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 25812021, até o dia 04/04/2022, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Março de 2022. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210020

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 20210020 de interesse do Corpo de Bombeiros Militar - CBMCE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Cestas de alimentos. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24142021, até o dia 01/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Março de 2022. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Gabriela Fedona Chiste, CPF nº 166.434.208-73, e Otavio Lobão de Mendonça Vianna, CPF nº 037.643.167-99, DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito à vista do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)

Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para integrantes do SPB.

Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Banco Central do Brasil - Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) - Gerência-Técnica de Organização do Sistema Financeiro em Recife - GTREC, tel.: (81) 2125-4117, e-mail: gtrec.deorf@bcb.gov.br.

São Paulo, 21/03/2022

Pro Magno Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 11.304.039/0001-62 - NIRE 35300376021-6

Edital de Convocação

Data e hora da assembleia: Será realizada no dia 23/03/2022, às 17hs, em primeira convocação, ou às 17:30hs em segunda convocação. Local: a assembleia será realizada de forma híbrida, por meio da plataforma Zoom (através do link https://us02web.zoom.us/j/83638877081) ou na sede social da companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professora Ida Kolb, nº 513, Casa Verde, CEP 02518-000. Ordem do dia: deliberar a respeito da proposta de alteração do estatuto social a fim de refletir a a. extinção do Conselho de Administração; e b. estipulação das condições de criação dos Comitês Consultivos de Assessoramento (Art. 25 § 1º e 2º). O voto de cada acionista para a deliberação da ordem do dia em Assembleia Geral Extraordinária será realizado tanto por meio da participação presencial como da remota. A companhia esclarece que a assembleia digital será gravada em áudio e vídeo e ficará arquivada em sua sede por, no mínimo, dois anos. Obs. adicional: O acionista que optar participar desta assembleia convocada, por meio de representante, no caso de pessoa jurídica ou procurador e no caso de pessoa física, cumprindo as exigências do artigo 126, § 1º da Lei 6.404/76, deverá encaminhar até 30 (trinta) minutos antes da primeira convocação instrumento adequado que comprove seus poderes para participar da assembleia geral convocada, especificamente para deliberar sobre esta ordem do dia, para o endereço eletrônico adm1@promagno.com.br. A assembleia é convocada pelo Conselho de Administração: Umberto Milo; Jamil Abdallah Ismael Fiena; Leo Theodoro Borghoff D'Azevedo; André Cukier; Soheil Eftekhari - Membros do Conselho.

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210044

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20210044 de interesse da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de implementos para mecanização da produção para convivência com semiárido, todos novos e de primeiro uso, para os diversos órgãos, para entidades da administração estadual e convenentes com a SDA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 25442021, até o dia 04/04/2022, às 8h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Março de 2022. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ORDINARIA E EXTRAORDINÁRIA POR MEIO DIGITAL

A Bancredi Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo e Municípios Limítrofes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.422.007/0001-90, por seu Presidente, convoca todos os seus associados em condições de votar, para reunirem-se em AGO e AGE por meio digital, para participarem das Assembleias Ordinária e Extraordinária Específica, que se realizará de forma remota/virtual, em razão da impossibilidade de aglomeração de pessoas e necessidade de isolamento social e quarentena, nos termos da Lei nº 13.979/2020 (cujas disposições de fato médico e sanitário de modo mais direto tiveram sua vigência prorrogada em decisão, por maioria de votos, do Supremo Tribunal, no exame da ADI 6.625 DF), durante o período das 10h às 16h, do dia 28 de Março 2022, na forma disposta no site (http://assembleia.spbancarios.com.br), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte pauta:

ORDEM DO DIA EM REGIME DE AGO DIGITAL
1-Leitura da Ata da Assembleia de 24/03/2020 para ratificação.
2-Leitura da Ata da Assembleia de 29/09/2021 para ratificação.
3-Prestação de contas exercício encerrado 31/12/2021, compreendendo: A) Relatório de Gestão/Diretoria; B) Balanço do ano 2021, primeiro e segundo semestres; C) Demonstrações de Sobras ou Perdas Apuradas; D) Parecer do Conselho Fiscal e Auditoria Independente.
4-Destinação das Sobras Apuradas
5-Eleição Conselho Fiscal
6-Outros assuntos de interesse do quadro social
ORDEM DO DIA EM REGIME DE AGE DIGITAL
1- Ratificação Reforma e Consolidação do Estatuto Social da Cooperativa, envolvendo os artigos: a)Artigo 14-Parágrafo 2º b)Artigo 15, aprovado em assembleia de 24/03/2021

Observações: Todos os documentos mencionados nesta assembleia, estão disponíveis na sede, nos pa's e no site www.bancredi.com.br a partir de 17/03/2022

São Paulo, 11 de Março de 2022.

Flavio Monteiro Moraes, Diretor Presidente — Washington Batista Farias, Diretor Tesoureiro

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210200

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 20210200, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, para atender as necessidades da área de serviço de vigilância armada da CAGECE. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 17662021, até o dia 04/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 16 de Março de 2022. JORGE LUIS LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA - PREGOEIRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA POR CONSULTA AOS TRABALHADORES PELO SITE www.sinergiagasista.org.br - 21/03/2022

Pelo presente edital, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA PRODUÇÃO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, ARMAZENAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE REDE DO GÁS NATURAL CANALIZADO, COMPRIMIDO (GNC) E DO BIOGÁS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINERGIA GASISTA, Entidade Sindical inscrita no CNPJ 62.803.960/0001-47, com sede à Rua Maria Domitila, 254, Brás, São Paulo, SP, considerando o Decreto Estadual 64.881/2020 que determinou quarentena em todo o Estado de São Paulo permitindo apenas a execução de atividades essenciais indispensáveis às necessidades inadiáveis da comunidade e proibindo aglomerações em função da pandemia de Covid-19; considerando o item "VII" da NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 06/2020 - PGT/CONALIS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL (CONALIS), CONVOCA todos os trabalhadores que executem serviços de instalação, ligação e manutenção do gás canalizado, lotados em todos os municípios que integram a sua base territorial, associados ou não, para que façam acesso ao site www.sinergiagasista.org.br a partir do dia 28 de março de 2022 a partir das 00h00 para tomarem ciência da "Pauta de Reivindicações" junto ao Sindicato das Indústrias de Instalação Elétrica, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo (SINDINSTALAÇÃO), manifestem-se, se assim desejarem, até a data limite de 30 de março de 2022 às 23h59 sobre a seguinte Ordem: a) aprovação ou rejeição como um todo, da Pauta de Reivindicações a ser encaminhada ao SINDINSTALAÇÃO; b) autorização para a diretoria do Sindicato firmar Convenção Coletiva de Trabalho junto ao Sindicato representante dos empregadores; c) Autorização para a diretoria do Sindicato requerer protesto judicial, bem como para instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho; d) Aprovação e/ou Ratificação da Taxa Negocial. Em função da situação da pandemia pela COVID-19, excepcionalmente nesta Campanha Salarial será considerada aprovada a Pauta de Reivindicações e autorizados e/ou aprovados demais itens da "Ordem" que não obtiverem rejeição de no mínimo cinquenta por cento mais um do número de trabalhadores associados ou não ao Sindicato. E para que o presente edital chegue ao conhecimento de todos os trabalhadores interessados, determino a sua publicação em jornal de grande circulação em todo o Estado de São Paulo.

São Paulo, 21 de março de 2022

GILSON GONÇALVES DE SOUZA - Presidente

EDITAL - De conformidade com Artigo 8º e incisos da Constituição Federal e com Artigos 529, 530, 531 e 532 e seus parágrafos da CLT, e Artigo 67 do Estatuto Social, faço saber que foi registrado uma única chapa, que tomou o número "um" para concorrer à Eleição que será realizada no **SINTECESTA - SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES NAS EMPRESAS FORNECEDORAS, DISTRIBUIDORAS, MONTADORAS DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS E MERENDA ESCOLAR DE SÃO PAULO E REGIÃO**, com sede na Rua Barra Funda, 933 Cj. 2 - Barra Funda - CEP 01152-000 São Paulo/SP, e assim constituída: **Diretoria Efetivos** - Presidente: Vagner da Silva Souza; Diretor Secretário Geral: Valentina Valentim dos Santos; Diretor Tesoureiro: José Carlos Moreira. **Diretoria Suplentes** - Tatiane de Jesus Silva, Juliana Campos Santa Barbara e Marcelo Santana dos Santos. **Conselho Fiscal**: Paula Brito da Silva, Tamara Rodrigues de Lima e Karina da Silva Rocha. **Conselho Fiscal Suplentes**: Emerson William de Sena Pereira, Priscila de Moraes e Luiz Ricardo Galvão. **Delegados Efetivo na Federação** - Vagner da Silva Souza e Jose Carlos Moreira. Suplentes: Valentina Valentim dos Santos e Tatiane de Jesus Silva. **Delegado a Confederação**: Vagner da Silva Souza. Suplente: José Carlos Moreira. São Paulo/SP, 21/03/2022. Vagner da Silva Souza - Diretor Presidente em exercício.

CONSELHO DELIBERATIVO - CONVOCAÇÃO - O Presidente do **CONSELHO DELIBERATIVO** do **CLUBE ESPERIA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os senhores Conselheiros para a **REUNIÃO ORDINÁRIA**, a realizar-se no próximo dia 31 de março de 2022, quinta-feira, em seu Salão Social, Michelino Abatte, sito à Rua Marechal Leitão de Carvalho, nº 65, com entrada também pela Avenida Santos Dumont, nº 1313, nesta Capital, às 19hs em primeira convocação, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte: ORDEM DO DIA: a) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Reunião de 30/11/2021; b) Informações do andamento da Comissão de revisão e atualização dos Regulamentos e do Estatuto Social do Clube Esperia; c) Análise, discussão e deliberação do Balanço Anual e Prestação de Contas da Diretoria Administrativa do período de janeiro a dezembro de 2021, com parecer do Conselho Fiscal, conforme prevê os incisos "V" e "VI" do Artigo 103 do Estatuto Social; d) Revisão da Previsão Orçamentária de 2022, descrita no inciso II do artigo 95 do Estatuto Social do Clube Esperia, conforme decisão aprovada na reunião do Conselho Deliberativo em 30/11/2021; e, e) Várias. **Artigo 88, § 3º do Estatuto Social: "Não vota o membro da DA: quando da aprovação das contas, da previsão orçamentária, dos aumentos ou criação de taxas ou sobretaxas estatutárias e nos casos mencionados nos incisos "IX" e "XIII" do Artigo 79".** Desde que não haja número legal de Conselheiros para a primeira convocação, o Conselho reunir-se-á 30 minutos após com qualquer número. São Paulo, 21 de março de 2022. Francisco Antunes de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho Deliberativo.

Inflação alta traz nova perspectiva para investimento de curto prazo

Ter títulos atrelados ao IPCA pode dar bons frutos já nos próximos meses

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

Não há otimismo sobre o atual momento do Brasil que sobreviva a uma boa olhada nas curvas de juros e de inflação. O termo parece tedioso ou técnico demais, mas vou simplificar. E mais, dá para ganhar algum dinheiro com isso até mesmo a curto prazo.

Na hora de criar uma carteira de investimentos, é comum comprar alguns títulos do Tesouro Direto, papéis de renda fixa que são títulos de dívida do governo. E as taxas oferecidas para quem topa "emprestar" dinheiro ao governo variam de acordo com o risco tomado.

Assim, títulos cujo vencimento será daqui a duas décadas costumam pagar mais do que os com vencimento próximo. Isso porque a dificuldade de prever o comportamento do mercado aumenta conforme o horizonte se distancia, numa lógica cartesiana.

A NTN-B, por exemplo, é um título público atrelado à inflação, que paga o valor investido, corrigido pelo IPCA (nosso principal indicador de inflação) e somado a um percentual de rendimento, a chamada taxa.

No fim de 2019, antes do início da pandemia do coronavírus, uma NTN-B com vencimento em 2024 pagava a correção pelo IPCA mais uma taxa de 2%, enquanto a de vencimento em 2050 pagava uma taxa de quase 3,5%.

Quando a Selic foi a 2%, essa diferença ficou ainda maior. Para alguém topar investir em uma NTN-B 2050, ou seja, emprestar dinheiro a longuíssimo prazo, o governo passou a oferecer taxas de 4%, enquanto as de vencimento em 2024 pagavam pouco mais de 1%.

Agora, entretanto, com os sequenciais avanços da Selic para tentar conter a inflação e a dificuldade de garantir alguma estabilidade, mesmo que a curto prazo, as taxas se encostaram. Ambas estão pagando entre 5,5% e 6%, além da correção IPCA.

Em outras palavras: com a guerra encarecendo insumos, o amanhã ficou tão imprevisível quanto daqui a 20 anos. A boa notícia é que isso aumentou tremendamente a oferta de títulos pagando bem, e mais, há uma boa chance de ganhar dinheiro com esses títulos já nos próximos meses.

É aí que mora a oportunidade mais interessante: engana-se (e muito) quem acha que a ideia aqui é comprar os títulos e carregá-los na carteira até o vencimento (quem sabe onde estará em 2050, aliás?).

O nome "renda fixa" engana. O ganho é previsível para quem segura os papéis até o vencimento. No meio do caminho, porém, há oportunidades de vendê-los no chamado mercado secundário.

A mágica da "marcação a mercado", que é o preço praticado no mercado secundário, é ela reagir às mudanças dos índices aos quais o título é atrelado. No caso da NTN-B, quando cai o IPCA, os títulos passam a ser negociados mais caros no mercado secundário.

Isso porque, com a queda da inflação, o governo tende a emitir novos títulos pagando taxas mais baixas. Assim, quem comprou uma NTN-B com taxa de 6% tem em mãos um título valioso, já que os próximos a serem emitidos pagarão menos.

Por isso, quando há uma queda na inflação, vale a pena negociar tais papéis antes do vencimento, no mercado secundário, e embolsar a diferença. Um caso interessante, de ganhos de 90% em cerca de um ano, com títulos de renda fixa, está aqui: bit.ly/3KU9CHt.

Nossa inflação tem origens globais e parece indomável. Zonzo, o governo Bolsonaro aumenta a taxa de juros ao mesmo tempo que injeta mais dinheiro na economia, permitindo novos saques do FGTS.

Ainda assim, os especialistas acham difícil que a Selic vá muito além dos atuais 11,75% ao ano. Assim, ter títulos atrelados ao IPCA pode dar bons frutos já nos próximos meses, para quem souber negociar no mercado secundário.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | **TER. Michael França**, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Disparada da Selic encarece imóvel na planta

Quem já deu entrada no apartamento e vai contratar financiamento neste ano precisa comprovar renda maior

Ana Luiza Tieghi

SÃO PAULO O aumento da taxa Selic em 1 ponto percentual, para 11,75%, anunciado quarta-feira (16) ainda não chegou às taxas de crédito imobiliário, mas pode ser um risco para quem comprou um imóvel na planta nos últimos anos e vai receber as chaves em 2022.

Simulação feita pela plataforma de crédito imobiliário MelhorTaxa, comparando as condições de financiamento imobiliário de março de 2020 com as atuais, aponta que o custo efetivo total do crédito já subiu de 8,25% ao ano para 10,06%. Na época, a média dos juros cobrados para o financiamento era de 7,49%.

Uma pessoa com cerca de 30 anos, que comprasse um imóvel de R$ 400 mil e, com a retirada de 30% de entrada, precisasse financiar R$ 280 mil, pagaria no final do contrato R$ 618.692,61.

Já neste ano, o mesmo financiamento custaria, no final, R$ 689.495,28, diferença de quase R$ 71 mil.

Além do maior valor gasto, o aumento da taxa de juros significa que é preciso comprovar uma renda maior. Se em 2020 era necessário ter uma renda de R$ 8.517,74 para conseguir o financiamento de R$ 280 mil, hoje o valor subiu para R$ 9.825,27, e poderá aumentar ainda mais caso os bancos elevem as taxas.

A renda mínima necessária afasta novos compradores, que podem adiar a decisão da compra, e é um risco para quem comprou imóvel na planta há dois, três ou quatro anos, e recebe as chaves em 2022.

Nesse tipo de compra, o dono do imóvel só começa a pagar o financiamento efetivamente quando o imóvel é entregue. Se não tiver como comprovar a renda exigida para conseguir o crédito, pode ser forçado a fazer um distrato, e pagar multa que varia de 25% a 50% do valor do imóvel.

"Ela pode financiar junto à construtora ou tomar crédito ainda mais caro com bancos menores que estão precificando esse risco", diz Paulo Chebat, CEO da MelhorTaxa. Se não conseguir pagar, perde o imóvel.

Segundo levantamento da plataforma, a média neste mês da taxa cobrada pelos cinco principais bancos brasileiros —Banco do Brasil, Bradesco, Santander, Itaú e Caixa— está em 9,33% ao ano, patamar que mantém desde janeiro.

Chebat afirma que um novo aumento nas taxas de financiamento imobiliário é esperado, principalmente porque o Banco Central já sinalizou um novo aumento de 1 ponto percentual para a próxima reunião do Copom, mas que não deve seguir o mesmo ritmo de elevação da Selic.

"Quando a taxa subiu de 6% para 7%, os bancos acompanharam muito rápido, mas agora que está acima de 10%, o repasse desse aumento tende a ser menor e mais alongado."

Ele analisa que as grandes instituições financeiras não podem subir suas taxas na velocidade da Selic porque isso significaria tornar o financiamento inacessível ao consumidor.

"Os bancos de grande porte, que possuem uma carteira de poupança muito grande, vão segurar um pouco, porque têm a obrigação de colocar parte desse dinheiro em crédito imobiliário e precisam de cliente", diz.

É a mesma opinião de Ely Wertheim, diretor-executivo do Secovi-SP, que prevê aumento de 1 a 1,5 ponto percentual para o crédito imobiliário.

"O financiamento imobiliário tem travas, não vai subir no nível da Selic, da mesma forma que não desceu muito quando a taxa básica estava em 2%", afirma. "Vai continuar sendo o crédito mais barato que tem".

Mesmo sem grandes aumentos esperados para o futuro, as taxas cobradas hoje são bem maiores do que há dois anos, quando a Selic atingiu seu valor mínimo de 2% e a média dos juros do financiamento imobiliário ficou em 6,96% ao ano.

Em nota, o presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), Luiz França, afirmou que a entidade entende que o aumento da Selic foi uma medida para conter o processo inflacionário, mas que "seria fundamental que essa elevação não seja repassada às taxas de crédito imobiliário, que é o principal impulsionador do setor da construção".

O CEO da MelhorTaxa afirma que, por enquanto, não é perceptível um aumento dos distratos, mas que isso pode ocorrer no futuro.

O temor é que se repita a onda de desistências registrada em 2015 e 2016, que motivou mudanças nas regras do distratoque ficaram mais rígidas para o consumidor desde então.

Roy Martelanc, coordenador da FIA Business School, lembra ainda que os contratos de financiamento com taxa fixa são atrelados à TR, que não é mais zerada, o que também aumenta o valor a ser gasto.

"A pessoa acostuma que o contato que ela assinou tem taxa fixa, mas não tem. Com os juros altos, a TR não é zero, ela vai pagar mais caro", afirma.

Wertheim não vê motivo para preocupação com distratos. "Não é um movimento que está acontecendo. Quem comprou apartamento há dois anos está muito satisfeito com o investimento que fez, com a valorização, não vai ser um ponto percentual agora, em um financiamento de 20 ou 30 anos, que vai mudar isso", diz.

Prédio em construção na av. Rebouças (SP) Eduardo Knapp/Folhapress

Evolução da Taxa Selic e dos juros do crédito imobiliário

Fonte: MelhorTaxa

Portabilidade é opção futura para quem contratar crédito caro

Se esperar os juros caírem não é uma opção, o que o consumidor pode fazer é tentar renegociar as taxas do seu financiamento com o banco ou pedir a portabilidade para uma instituição que ofereça taxas menores, quando os juros caírem.

Martelanc analisa que é esperada uma redução na Selic e na inflação a partir do próximo ano, o que deve levar a uma redução das taxas de financiamento imobiliário, mas não é possível cravar que isso irá ocorrer.

Enquanto isso, o setor imobiliário deve ter um ano mais difícil do que os dois últimos. "Juros altos atrapalham a venda de qualquer coisa, mas especialmente dos imóveis, que são dependentes de crédito", diz.

Segundo o diretor-executivo do Secovi-SP, é esperado que o setor tenha de 10% a 15% de queda nas vendas, o que a entidade considera um cenário estável, após os resultados positivos dos últimos anos.

Prédio com aluguel até 35% menor será financiado por CRI

SÃO PAULO Após ter trabalhado na estruturação de um CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) voltado ao financiamento de cooperativas cujos membros integram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o Grupo Gaia anunciou o lançamento de um novo projeto que busca unir retorno financeiro com impacto social.

As empresas Gerdau, Dexco (ex-Duratex), Movida, Votorantim Cimentos e P4 Engenharia fizeram um aporte em conjunto no valor de R$ 14,75 milhões em um CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) emitido pelo Grupo Gaia que será voltado ao financiamento de um prédio residencial no centro de São Paulo.

O endereço do projeto, batizado de Soma (Sistema Organizado de Moradia Acessível), ficará na Rua Frederico Steidel, próximo de regiões como Vila Buarque, Santa Cecília e República e contará com 110 apartamentos a partir de 25 metros quadrados. O imóvel deverá estar pronto em 20 meses após o início da obra, prevista para acontecer no segundo trimestre de 2022.

O edifício, projetado pelo escritório de arquitetura Andrade Morettin, contará com salão de festas, coworking, bicicletário e lavanderia coletiva.

Segundo os organizadores do projeto, o aluguel será de 25% a 35% abaixo do valor de mercado da região, e o foco são famílias com renda de 3 a 5 salários mínimos. A expectativa é que o valor do aluguel não ultrapasse cerca de 30% dessa renda. O pagamento dos títulos se dará por meio dos aluguéis dos locatários.

A definição dos critérios para a seleção das famílias será feita com a colaboração de outras organizações e movimentos sociais que trabalham com acesso à moradia.

Além do Grupo Gaia, também trabalham na estruturação do projeto a incorporadora MagikJC e a consultoria especializada em negócios de impacto social Din4mo.

A taxa de retorno oferecida aos investidores é de 2% ao ano, além da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

O retorno ficou bem abaixo dos prêmios que têm sido pagos pelos títulos públicos emitidos pelo governo disponíveis na plataforma online Tesouro Direto.

"[Apesar do rendimento oferecido] o investimento fica tão bom quanto um título público, por conta do impacto social", afirmou Guilherme Setúbal, gerente executivo de ESG da Dexco.

"O mercado de capitais precisa, cada vez mais, considerar o impacto, positivo ou negativo, nos seus investimentos. Essa história de olhar só o risco e o retorno vai ficar cada vez mais sem sentido", afirmou João Paulo Pacifico, executivo do Grupo Gaia. Segundo ele, a intenção é levantar 40 empreendimentos nos mesmos moldes até 2030.

"Não podemos deixar nas costas do setor público todo o investimento em habitação social que é necessário. Por isso, é importante a contribuição do investimento do setor privado, e acreditamos que as empresas que tenham propósito de melhorar a cidade, e sobretudo torná-la acessível para famílias de menor renda, terão todo o interesse de investir", disse Marco Gorini, sócio da Din4mo.

CEAGESP

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEAGESP

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Economia e representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas do país.
Ela possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem.
Dessa forma, a Companhia garante, de forma sustentável, a infraestrutura necessária para que atacadistas, varejistas, produtores rurais, cooperativas, importadores, exportadores e agroindústrias desenvolvam suas atividades com garantia de segurança, eficiência e serviços qualificados.
Além disso, a CEAGESP mantém a maior rede pública de armazéns, silos (grandes depósitos para guardar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel) totalizando 12 unidades ativas distribuídas em todo o estado de São Paulo.
Conta também com uma rede de entrepostos (depósitos ou venda de mercadorias) com 13 unidades ativas distribuídas pelo estado de São Paulo, incluindo a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) da América Latina - o Entreposto Terminal São Paulo - ETSP, situado na zona oeste da capital paulista, onde circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos.

Contexto Atual
Iniciamos o ano de 2021, na esperança de que a vacinação fosse amenizar os danos causados pela pandemia, justamente no momento de um aumento generalizado de casos no Brasil e no mundo, o que acabou por refletir numa apreensão quanto ao futuro da economia e desenvolvimento social. No entanto, com o avanço expressivo da vacinação, houve a reabertura de setores outrora fechados, dando impulso forte na retomada econômica. Houve, também, forte aceleração do setor agrícola, negócio afim da CEAGESP.
Em 2021, o país tinha alguns desafios a superar, sendo os principais a retomada da economia e a diminuição do desemprego. Algumas reformas prometidas ainda estão letargindo no Congresso Nacional, como a Previdenciária e a Tributária. Tudo isso acaba por impactar a decisão de grandes e médios investidores no país. Apesar desse cenário pouco otimista, os dados de comercialização da CEAGESP em 2021, demostram que não houve retração na comercialização em comparação com ano anterior, sinal de que o setor vem se recuperando mês a mês, mesmo com todos os fatores que em contrapartida seguram o avanço do negócio da CEAGESP.
Nesse sentido, o setor de hortifrútis foi muito profícuo e conseguiu, por mais um ano, avançar em qualidade dos produtos e em produtividade, vencendo desafios inerentes à produção e comercialização de produtos agrícolas frescos, possibilitando ao consumidor ter em sua mesa produtos de melhor qualidade a preços bastante satisfatórios e, ao produtor, manter e/ou aumentar sua produção sem ter que expandir sua área de plantio, com uma remuneração justa.
A título de informação, tem-se o Índice CEAGESP, que se trata do primeiro balizador de preços de alimentos frescos no mercado, e que indica a variação dos valores praticados no atacado de frutas, legumes, verduras, pescado e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) comercializados no ETSP.
Divulgados mensalmente, os 150 itens que compõem a cesta de produtos são escolhidos pela importância dentro de cada setor e ponderados de acordo com a sua representatividade. O Índice CEAGESP fechou o ano com índice acumulado de 3,56% nos preços, acarretado principalmente por problemas econômicos causados pela pandemia e fatores climáticos, tais como, geadas seguidas de estiagem e, por fim, frentes frias impertinentes em outubro e novembro, que retraiu o consumo principalmente do setor de frutas, que vinha aquecido pela proximidade do final de ano, época de maior comercialização neste setor.
Além do já exposto, a CEAGESP promove a aproximação entre atacadistas, varejistas, produtores rurais e consumidores de produtos hortifrutigranjeiros, flores, pescados, produtos agrícolas e agropecuários, quando permite o uso remunerado de seus espaços por terceiros. Neste sentido é que ela oferece classificação e certificação de produtos vegetais, através de pessoal qualificado para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio, investindo em novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários e informação de mercado.

Governança Corporativa, Estrutura Organizacional e Força de Trabalho

Estrutura Orgânica
A estrutura orgânica da CEAGESP contempla, a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, como também os Comitês Estatutários.

ASSEMBLEIA GERAL
CONFIS
CONSAD
DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDENTE

Assembleia Geral
É o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. É composta por todos os acionistas da Companhia, independentemente do direito de voto. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal
É o órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. É composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério da Economia, sendo um deles representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Conselho de Administração
É o órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da companhia, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. É composto de sete membros, sendo cinco indicados pelo Ministério da Economia, um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010 e um representante do acionista minoritário, eleito nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do art. 19, § 2º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Diretoria Executiva
É o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composto de três membros, sendo um Diretor Presidente e dois Diretores Executivos, que são eleitos pelo Conselho de Administração.

Gestão Estratégica
O Plano de Negócios da Companhia, finalizado em 2021, cumpriu as principais ações estratégicas, com destaque à rede armazenadora que apresentou significativo aumento do indicador referente ao lucro operacional, conforme dados abaixo:

OBJETIVO ESTRATÉGICO:
Aprimorar o equilíbrio financeiro por meio do aumento de receitas e otimização da Rentabilidade e Liquidez.

FONTE: DEPAR

No segmento de entrepostagem, houve a manutenção do resultado superavitário, com uma margem de aumento de ocupação das áreas, conforme dados abaixo:

OBJETIVO ESTRATÉGICO:
Aumentar a ocupação das áreas dos entrepostos.

FONTE: DEINT

Força de Trabalho
A CEAGESP encerrou o exercício de 2021 com 582 funcionários, distribuídos pela Sede e Interior.

Funcionários	Aprovado SEST	Quantidade Atual		Vagas em aberto	
		31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Carreira	564	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comissionados	38	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Convocados	-	14	[illegible]	-	-
TOTAL	[illegible]	597	578	[illegible]	41

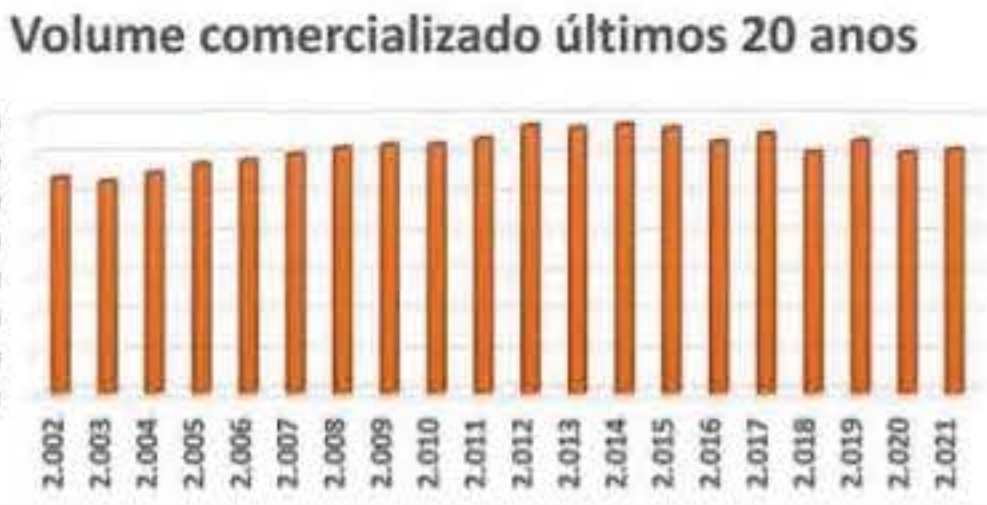
FONTE: DEARH

Volume Comercializado na Rede de Entrepostos
Em 2021, por meio do uso remunerado de espaços contratados, a rede de entrepostos da CEAGESP movimentou 3.977.717 toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados ante 3.952.807 toneladas negociados em 2020, ou seja, houve um acréscimo de 0,6% no volume ofertado. O gráfico abaixo mostra o volume comercializado nos últimos 5 anos:

Participação do ETSP
Neste mesmo período, o ETSP movimentou 77,9% do volume total comercializado da rede de entrepostos. As unidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba lideraram os volumes no interior, conforme quadro abaixo:

Volume Comercializado em 2021

	Unidade	Volume (em toneladas)	Participação
1º	São Paulo (ETSP)	3.097.895,32	77,9%
2º	Ribeirão Preto	238.586,69	6,0%
3º	Sorocaba	170.137,07	4,3%
4º	São José do Rio Preto	134.740,25	3,4%
5º	Presidente Prudente	80.707,06	2,0%
6º	São José dos Campos	75.328,00	1,9%
7º	Bauru	75.251,94	1,9%
8º	Araraquara	35.093,69	0,9%
9º	Piracicaba	20.966,40	0,5%
10º	Araçatuba	20.506,79	0,5%
11º	Marília	15.578,78	0,4%
12º	Franca	12.934,78	0,3%

O volume comercializado no ETSP aumentou 1,2% em 2021 em relação ao ano anterior. Foram comercializadas 3.097.895 toneladas de frutas, legumes, verduras, flores e pescados ante 3.059.662 toneladas em 2020. O gráfico abaixo ilustra a comercialização nos últimos 20 anos no maior entreposto da América Latina:

Em 2021, todos os setores apresentaram aumento na comercialização, salvo flores, com leve retração, isso se deve ao reflexo da pandemia que afetou o ramo de eventos comemorativos, como festas, casamentos, formaturas, comemorações institucionais, inclusive as fúnebres, tiveram restrições. O gráfico abaixo mostra os volumes, por setor, nos últimos 5 anos:

ETSP - Volume comercializado por setor (em toneladas)

	FRUTAS	LEGUMES	VERDURAS	DIVERSOS	FLORES	PESCADOS	TOTAL
2017	1.727.875	840.239	238.065	415.298	36.339	43.233	3.301.049
2018	1.604.802	764.191	225.541	395.490	33.795	39.980	3.063.798
2019	1.680.992	798.624	244.993	408.876	38.046	40.625	3.212.159
2020	1.601.740	773.732	205.297	414.980	24.975	38.931	3.059.662
2021	1.621.383	746.652	220.233	441.805	24.783	43.040	3.097.895

Participação dos Entrepostos do Interior
Em 2020 a quantidade ofertada nas unidades do interior caiu 1,49%. Em 2021, foram negociadas 879.821 toneladas ante 893.144 toneladas em 2020. Mesmo assim, houve crescimento em alguns entrepostos. As unidades com maior crescimento foram: Presidente Prudente (80.707 Toneladas), Sorocaba (170.137 Toneladas) e São José do Rio Preto (134.740 Toneladas). O gráfico abaixo detalha o resultado:

Volume Financeiro na Rede de Entrepostos
O fluxo financeiro na rede de entrepostos (resultado de todos os produtos comercializados pelos permissionários) registrou aumento de 9,3% em 2021. O montante negociado ao longo do ano foi de R$ 11.529.306.909,72 bilhões ante R$ R$ 10.550.979.341,39 bilhões registrados em 2020. O gráfico abaixo mostra o fluxo financeiro na rede de entrepostos nos últimos 5 anos:

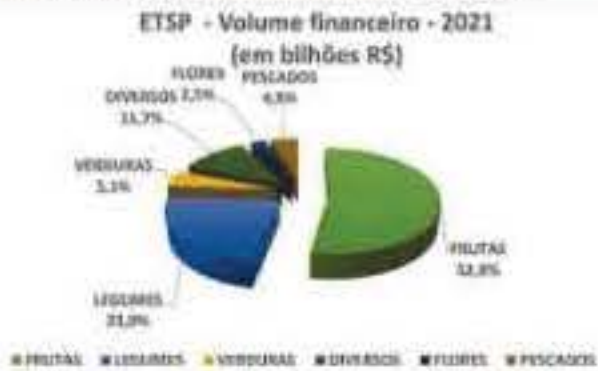
Participação do ETSP
A participação do ETSP no volume financeiro é um pouco mais expressiva do que no volume em toneladas. Do total de entrepostos, 78,3% do volume financeiro é gerado no ETSP, seguido pelas unidades de Ribeirão Preto (5,8%), Sorocaba (4,1 %) e São José do Rio Preto (3,6%), conforme quadro abaixo:

Fluxo Financeiro nos Entrepostos em 2021

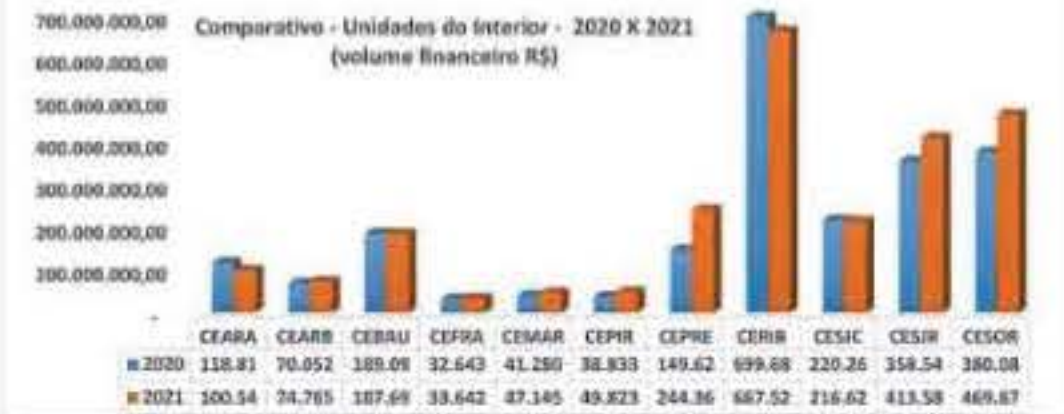
	Unidade	Fluxo Financeiro (R$)	Participação
1º	São Paulo (ETSP)	9.023.912.148,65	78,3%
2º	Ribeirão Preto	667.527.520,34	5,8%
3º	Sorocaba	469.672.586,50	4,1%
4º	São José do Rio Preto	413.583.119,27	3,6%
5º	Presidente Prudente	244.368.425,63	2,1%
6º	São José dos Campos	216.622.141,59	1,9%
7º	Bauru	187.898.656,08	1,6%
8º	Araraquara	100.545.235,51	0,9%
9º	Araçatuba	74.765.444,54	0,6%
10º	Piracicaba	49.823.659,57	0,4%
11º	Marília	47.145.776,71	0,4%
12º	Franca	33.642.195,36	0,3%

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

O fluxo financeiro envolvido na comercialização do ETSP em 2021 foi de R$ 9,02 bilhões. Aumento de 9,4% em relação aos R$ 8,25 bilhões negociados em 2020. O setor de frutas respondeu por cerca de 52,9% deste total, seguido por legumes com 23,0%. O gráfico abaixo mostra a participação percentual de cada setor na composição do volume financeiro:

O fluxo financeiro dos permissionários no ETSP em 2021, foi superior ao percentual em relação ao ano de 2020. Segue abaixo a evolução dos últimos 5 anos:

Participação dos Entrepostos do Interior

Fluxo Financeiro no Interior: O volume financeiro total das unidades do interior apresentou um crescimento de 9,0%. Passou de R$ 2,3 bilhões em 2020 para R$ 2,5 bilhões em 2021. A maioria das unidades apresentou aumento, com destaque para as unidades de Presidente Prudente (63,3%), Piracicaba (28,3 %), Sorocaba (23,6%) e São José do Rio Preto (15,4%), conforme gráfico:

Desempenho Contábil

Evolução do Resultado

Apresenta-se a evolução do resultado da Companhia nos últimos 5 exercícios, demonstrando um Lucro Líquido de R$ 27 milhões em 2021, após uma sequência de prejuízos.

Os principais fatores que explicam o desenvolvimento em 2021 são baseados no esforço da Companhia em aumentar a arrecadação das receitas, bem como em decisões administrativas em importantes negociações tributárias; além de reversões de processos jurídicos cíveis.

Receita Operacional Bruta - ROB

A receita operacional bruta da CEAGESP corresponde aos recursos gerados pelos negócios de entrepostagem e armazenagem de todas as unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo.

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita Operacional Bruta	152.304	133.144

A receita operacional bruta da Companhia totalizou o ano de 2021 com R$ 152.304 milhões, enquanto 2020 foi de R$ 133.144 milhões, um aumento de 14%, alavancada pelo aumento na arrecadação de receitas. As decisões administrativas e operacionais de gerenciamento de despesas apoiaram o resultado positivo do exercício.

As receitas provenientes das unidades de negócios da CEAGESP estão apresentadas conforme os seguintes percentuais:

Responsabilidade Social

A Companhia, buscando cumprir com sua função social, além de trabalhar com afinco para propiciar a garantia do direito constitucional à uma alimentação saudável, mantém parcerias através de convênios com instituições públicas e privadas para a realização de um objetivo comum, mediante mútua colaboração. Essas parcerias têm como principal objetivo a melhoria no atendimento ao cidadão, aos funcionários, clientes e fornecedores.

Os principais programas desenvolvidos nesse sentido foram a Nossa Turma e o Banco CEAGESP de Alimentos.

Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma

A Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma oferece lazer educativo voltado ao desenvolvimento humano, de modo a garantir as bases para uma transformação social positiva. O espaço ocupado é cedido através de convênio firmado entre a CEAGESP e a Associação.

O ano de 2021 foi um ano atípico, devido a pandemia de Covid 19, o retorno das aulas foi autorizado com atendimento de somente 35% nos projetos creche e ampliada, conforme cronograma da Secretaria da Educação de São Paulo, conseguindo cumprir de forma satisfatória o estabelecido.

Nesse ano foram atendidas 108 crianças com faixa etária entre 11 meses e 4 anos de idade, formando 37 crianças que foram encaminhadas para as Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI.

Foram atendidos 43 alunos de 5 a 7 anos, na maioria moradores de comunidades da região próxima ao ETSP, com ações de reforço escolar, alfabetização, oficina diversas e acompanhamento psicológico.

A Associação, no primeiro semestre do ano, direcionou algumas das ações que eram normalmente realizadas no ano letivo para atender e socorrer as 160 famílias assistidas pela instituição, se tornando um polo de recebimento e distribuição de doações internas e externas, de alimentos e recursos financeiros, vindas de empresas doadoras e da Prefeitura de São Paulo. No segundo semestre, com a volta das aulas presenciais, as doações se concentraram na própria instituição.

Banco CEAGESP de Alimentos - BCA

Criado em 2003, O BCA - Banco CEAGESP de Alimentos tem como principal missão evitar o desperdício dos alimentos excedentes da comercialização atacadista e distribuí-los aos beneficiários das entidades públicas/privadas e associações que operem gratuitamente em todas as circunstâncias, com alimentos ou refeição das pessoas em situação de insegurança alimentar como creches, casas de recuperação, orfanatos, hospitais públicos, asilos e entidades assistenciais em geral, além de outros bancos de alimentos parceiros.

Em 2021, o BCA do ETSP doou em sua totalidade 2.013 toneladas de alimentos que foram distribuídos em 1.263 atendimentos às 220 entidades cadastradas, 110 atendimentos voltados para 27 Bancos de Alimentos cadastrados, como também em 43 ações sociais realizadas para pessoa física no ETSP e 14 ações sociais para cidades solicitantes de ajuda de doação de alimentos.

Com o objetivo de atender as necessidades dos menos favorecidos nesse momento tão difícil de pandemia da COVID-19, o BCA intensificou o trabalho social, colocando em sua agenda semanal a distribuição de alimentos para pessoa física e, quando solicitado, também o atendimento a chamados de ajuda humanitária de populações atingidas por problemas causados pela própria pandemia e desastres naturais, ocorridos nesse ano.

Nesse ano a diretoria da Ceagesp mobilizou toda a empresa (matriz e unidades do interior), empresários, permissionários, funcionários e pessoa física a participarem dessas campanhas de arrecadação de alimentos, onde o resultado foi a realização de 14 grandes Ações Sociais Cidades, que possibilitou ajudar, com doação de alimentos, populações de cidades como: Aparecida do Norte, Potim, Roseira, Fortaleza, Guaratinguetá, Araraquara, Descalvado, Rincão, Amparo, Sumaré, Cachoeira Paulista, Pinhalzinho, Águas da Prata, Guatapará, APA Iguape, Sul da Bahia e Aldeias Indígenas Tenonde Porã e Krukutu em Parelheiros.

As unidades da Ceagesp do interior como: Araraquara, Araçatuba, Bauru, Franca, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Campos, Sorocaba, São José do Rio Preto, realizaram Ações Sociais para pessoa física em suas unidades, totalizando 534 toneladas doadas no ano.

Banco CEAGESP de Alimentos ETSP no ano de 2021	
Entidades Cadastradas	252 entidades
Atendimentos às Entidades	1263 atendimentos
Bancos de Alimentos Cadastrados	27 Banco de Alimentos
Atendimentos aos Bancos de Alimentos	110 atendimentos
Ações Sociais (doação pessoa física)	43 ações
Ações Sociais cidades (Missões)	14 ações que envolveu alimento para algumas regiões afetadas pela pandemia de Covid 19 e regiões afetadas por desastres naturais
Ações sociais unidades do interior	303 ações
Total de doações (geral)	2547 toneladas

Meio Ambiente

A CEAGESP também se preocupa com as questões ligadas à conservação do meio ambiente e faz a sua contribuição destinando corretamente os resíduos orgânicos e inorgânicos utilizados na comercialização de frutas, legumes, verduras, flores e pescados em seus entrepostos, promovendo ações de reutilização, reciclagem e reaproveitamento desses resíduos.

A separação de itens para reciclagem evita que estes sejam descartados como lixo em aterro sanitário, como também evita que sejam jogados no chão o que aumentaria o volume de lixo a ser varrido e coletado, gerando economia para a Companhia.

Pesquisa e Desenvolvimento

A CEAGESP para atender alguns direcionadores de seu Estatuto Social, tais como: elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio; manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e produtos de valor econômico; qualificar pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e do agronegócio; comercializar produtos e subprodutos, observando a legislação vigente; conta com um setor de pesquisa e desenvolvimento - a Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira.

Em 2021, devido ao impacto da pandemia imposta pela COVID19, diversas atividades como reuniões, palestras e cursos, sofreram alterações em seus formatos e passaram a ser realizadas remotamente. Apesar dos desafios, foram obtidos bons resultados, onde destacamos:

ACT - Acordo de Cooperação Técnica

CEAGESP e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) - Processo CEAGESP 077/20.

Produção de imagens de frutas e hortaliças frescas para uso como referencial fotográfico dos Requisitos Mínimos dos produtos hortícolas (Instrução Normativa nº 69/2018), para a produção de imagens para as Brochuras junto ao Programa de Frutas e Hortaliças da OCDE e para as ações de apoio à Defesa Agropecuária relacionadas com a temática da rastreabilidade, dos aspectos da padronização relacionados com o desperdício de alimentos e a promoção de treinamentos e cursos relacionados com a qualidade de frutas e hortaliças frescas.

O Brasil foi escolhido para elaborar a norma internacional de qualidade do mamão para o comércio internacional entre os países membros e parceiros da OCDE. A CEAGESP foi designada para a criação do referencial fotográfico para esta norma. Em 2021, no mercado atacadista e em viagem técnica, foram obtidas 3.000 imagens para composição da brochura.

CEAGESP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Processo 025/20.

Parceria a fim de estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica entre as partes para a realização de estudos e pesquisas, consultorias, conferências, ministração de cursos e programas de capacitação. É de suma importância este trabalho em conjunto em virtude da grande representatividade e diversidade dos entrepostos da CEAGESP sendo um local ideal para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária.

Em 2021, a CEAGESP contribuiu para a elaboração do VI Curso de Tecnologia Pós-Colheita em Frutas e Hortaliças, curso oferecido em formato on-line e gratuito que registrou um aumento na procura de 2.700% em comparação à edição anterior, realizada em 2019.

CEAGESP e Empresa Municipal Parque Tecnológico de Sorocaba – EMPTS - Processo 168/21.

Os municípios que fazem parte do APL Agrotech (Arranjo Produtivo Local)* Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Itapetininga, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, São Roque e Sorocaba, possuem de acordo com os dados da Seção de Economia e Desenvolvimento da CEAGESP (SEDES) grande importância: em 2011, juntos representaram 11,25% de participação no volume total comercializado no ETSP. O objetivo é promover ações de desenvolvimento dos setores e segmentos agropecuários, buscando aumentar a competitividade e eficiência da produção e qualidade dos produtos participantes do APL Agrotech.

Políticas Públicas

✓ ***Programa Hortiescolha – Processos 024/12 e 046/19:***

– Programa criado para apoiar à tomada de decisão de gestores de serviços de alimentação, na escolha do melhor produto para cada época, do tipo de produto de melhor custo-benefício, na garantia de diversidade na alimentação e um menor custo e maior quantidade de alimento no prato. Em 2021, foram treinadas 1.642 pessoas na utilização das ferramentas gratuitas do Programa Hortiescolha.

✓ ***Escola do Sabor:***

– Iniciativa que visa mudar e ampliar os hábitos alimentares infantis, em busca de uma refeição mais saudável através de atividades lúdicas e ações para aproximar as crianças da agricultura ao mostrar o caminho da produção até o consumo.

✓ ***Dica da Semana:***

– Elaboração de conteúdo técnico juntamente com a Seção de Sustentabilidade (SESUS), Seção de Economia e Desenvolvimento (SEDES) e Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CODGO) para vídeos que visam a promoção da alimentação saudável.

Parcerias

✓ ***Associação dos Produtores de Abacate – ABPA:***

– Estudos e análises com o objetivo de colaborar com a cadeia produtiva do abacate avaliando o ponto de colheita através da análises físico-químicas e sensoriais (teor de matéria seca, comprimento do fruto, massa fruto inteiro, casca, polpa e semente). A Ceagesp pelo recebimento de produtos de origens muito diversas, se torna um *hub* ideal para este tipo de avaliação. O objetivo é verificar a qualidade do produto que chega para a comercialização e com isto identificar o melhor ponto de maturidade comercial e consequentemente garantir a qualidade nutricional e sensorial durante a comercialização e consumo. Em 2021 foram realizadas 2.051 análises.

✓ ***ABRE – Associação Brasileira de Embalagens:***

– Estudo com o apoio das principais empresas fabricantes de embalagens e permissionários atacadistas do ETSP, para o aperfeiçoamento das atuais embalagens utilizadas, que permita acomodar diferentes matérias primas: plástico, papelão, isopor e madeira num mesmo palete (unitização de cargas).

✓ ***Mauricio de Sousa Produções (MSP), Embrapa e CEAGESP - cartilha "Dicas contra o desperdício de alimentos em tempos de coronavírus":***

– Ilustrada com os personagens da Turma da Mônica, a cartilha tem como principal objetivo orientar e auxiliar as famílias a evitar o desperdício de alimentos, que vai da compra ao consumo dos alimentos.

✓ ***Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria de Justiça do Consumidor de São Paulo:***

– Interface de apoio entre Promotoria da Justiça do Consumidor e Comerciantes Atacadistas da CEAGESP nas questões envolvendo a Rastreabilidade – IN 02/2018 e 01/2019 do MAPA e ANVISA, principalmente em relação às intimações para cumprimento da Instrução Normativa.

Atendimento ao Público

Em 2021 foram atendidas 5.842 pessoas (produtores, técnicos de campo, atacadistas, varejistas, agentes e estudantes em pós-colheita e comercialização), um aumento de 6,5% em relação à meta estabelecida para atendimento em cursos, reuniões, palestras, aulas e *lives* (ou *meetings*), sendo que a maior parte foi realizada à distância, via web. O atendimento objetiva apoiar a comercialização bem como a conformidade legal.

Estudos Técnicos

- ➢ Reutilização de embalagens de papelão ondulado em razão da escassez provocada pela crise em função do COVID 19.
- ➢ Proposta de Regulamentação Sanitária para comercialização de frutas e hortaliças *in natura* em Entrepostos Atacadistas.
- ➢ Proposta para descrição da Setorização no Mercado Atacadista e atualização da Norma NG-006 (Regulamento dos Entrepostos da CEAGESP).
- ➢ Centro Logístico de Caixas.
- ➢ Evolução de embalagens para frutas e hortaliças *in natura*.
- ➢ Exposição e venda de frutas e hortaliças *in natura* embaladas no varejão. Reavaliação da Norma Interna e Responsabilidade da CEAGESP perante órgão sanitário.

Tendência

Diante do acima exposto (gestão estratégica, volumes comercializados, fluxos financeiros, pesquisas e cooperações técnicas), podemos deduzir que, mesmo diante de todas as adversidades apresentadas no ano de 2021, a empresa obteve resultados positivos significativos, corroborando com a retomada da economia em âmbito nacional.

O país começa o ano de 2022, na esperança que os danos causados pela pandemia, bem como, o surto das novas variantes sejam rapidamente normalizados, haja vista que a taxa de imunizados já atinge expressiva parcela da população brasileira. O desemprego ainda é um grande obstáculo ao crescimento econômico, porém, o Governo Federal tem enfrentado essa questão de forma bastante firme, não somente buscando a geração de empregos formais como também assistindo aos menos favorecidos com políticas públicas de enfrentamento aos mais necessitados, vide os Programas Renda Brasil e Auxílio Emergencial. Após a recessão de 2021, as previsões para este ano ainda são "tímidas", com um crescimento do PIB da ordem de 0,3% considerando a última atualização do FMI, e segundo o Boletim Focus do Banco Central do Brasil, observando a mediana da perspectiva para o PIB 2022, também está na ordem de 0,3%. Já para o do setor agropecuário a estimativa é de 2,8% (dados do IPEA, Jan., 2022). Para a inflação, a previsão do Instituto é de queda no início, para 4,9%.

Temos que considerar também, como forte influenciador os custos de produção, pois os preços dos insumos são balizados na moeda estrangeira. Nossa taxa de câmbio está desvalorizada frente às principais moedas, fazendo os produtos estrangeiros chegarem caros, ocorrendo ao mesmo tempo um maior incentivo para as exportações de frutas nacionais, o que pressiona os preços internamente.

O setor de hortifrútis tem se dedicado, ano após ano, a investir cada vez mais em tecnologia, em toda a cadeia produtiva, desde a produção até a distribuição. O produtor precisa se preocupar com a planta, com o solo, clima, colheita, transporte, mercados, crédito, seguro agrícola, etc. Com isso temos cada vez mais produtos de qualidade, que mantém suas melhores características até chegar à mesa do consumidor final.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.144	11.437
Clientes	5	24.692	35.662
Impostos a recuperar ou a compensar	6	216	216
Estoques	7	832	606
Outros valores	8	512	570
Despesas antecipadas	9	1.410	728
Total do ativo circulante		51.806	49.219
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	10	35.902	34.221
Contas a receber	11	6.343	7.923
Outros valores	12	2.051	2.051
Total do realizável a longo prazo		44.296	44.195
Investimentos	13	241	251
Imobilizado	14	192.908	200.558
Intangível	15	183	287
Total do ativo não circulante		237.628	245.291
TOTAL DO ATIVO		289.434	294.510

PASSIVO + Patrimônio líquido	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	16	4.120	4.043
Férias e encargos a pagar	17	7.921	8.444
Contribuições sociais a recolher	18	3.392	3.614
Obrigações fiscais a recolher	19	10.683	58.663
Encargos a pagar	20	624	2.561
Contas a pagar	21	9.870	3.558
Empréstimos a pagar	22	-	2.025
Total do passivo circulante		36.610	82.908
Passivo não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	5.148	1.481
Obrigações fiscais a recolher	19	48.598	12.831
Provisões judiciais	24	14.540	30.390
Total do passivo não circulante		68.286	44.702
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	137.041	137.041
Reservas de lucros	25.2	32.392	14.184
Reserva de Reavaliação	25.2	15.105	15.675
Total do patrimônio líquido		184.538	166.900
TOTAL DO PASSIVO + PL		289.434	294.510

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Trimestre Atual 01.10.2021 a 31.12.2021	Acumulado do Atual Exercício 01.01.2021 a 31.12.2021	Trimestre do Exercício Anterior 01.10.2020 a 31.12.2020	Acumulado do Exercício Anterior 01.01.2020 a 31.12.2020
Receita operacional líquida	26.1	32.577	129.856	29.828	111.387
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	26.2	(16.752)	(58.930)	(9.995)	(45.694)
Lucro bruto		15.825	70.926	19.833	65.693
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas			(17)	(1)	(9)
Gerais e administrativas	26.3	(15.781)	(39.708)	(14.338)	(56.288)
Honorários da administração		(269)	(1.041)	(277)	(933)
Outras despesas operacionais		(59)	(155)		(1)
Outras receitas operacionais	26.4	294	634	1.993	3.028
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		9	30.639	7.210	11.482
Despesas financeiras	26.5	(921)	(943)	(3.882)	(17.006)
Receitas financeiras	26.6	1.173	3.678	1.207	3.815
RESULTADO FINANCEIRO		252	2.735	(2.675)	(13.191)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		261	33.374	4.535	(1.709)
Contribuição social	32	(448)	(1.727)	(386)	(386)
Imposto de renda	32	(984)	(4.265)	(595)	(595)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.170)	27.382	3.554	(2.690)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,03)	0,80	0,10	(0,08)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

	Exercício Atual 01.10.2021 a 31.12.2021	Exercício Anterior 01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
RESULTADO DO PERÍODO	(1.170)	27.382	3.554	(2.690)
(+) Itens não reclassificados para o resultado				
Realização da reserva de reavaliação	142	570	142	570
RESULTADO ABRANGENTE	(1.028)	27.952	3.696	(2.120)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 – *(Em milhares de reais)*

	Capital Social Subscrito	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Retenção de Lucro	Reservas de Lucros: Reserva Especial	Reservas de Lucros: Reserva Estatutária	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	137.041	16.245	3.513	-	3.020	9.693	-	169.511
Realização da reserva de reavaliação	-	(570)	-	-	-	-	570	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.690)	(2.690)
Atualização da Reserva Especial	-	-	-	-	78	-	-	78
Compensação de prejuízos	-	-	-	-	-	(2.121)	2.121	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(2.121)	2.121	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	137.041	15.675	3.513	-	3.098	7.572	-	166.900
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	137.041	15.675	3.513	-	3.098	7.572	-	166.900
Realização da reserva de reavaliação	-	(570)	-	-	-	-	570	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.382	27.382
Constituição da reserva legal	-	-	1.370	-	-	-	(1.370)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	19.937	-	-	(19.937)	-
Constituição dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	(6.646)	(6.646)
Atualização da reserva especial	-	-	-	-	134	-	-	134
Pagamento da reserva especial (Dividendos)	-	-	-	-	(3.232)	-	-	(3.232)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	137.041	15.105	4.883	19.937	-	7.572	-	184.538

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Atividades operacionais		
Resultado ajustado		
Resultado líquido do exercício	27.382	(2.690)
Depreciação e amortização	7.281	7.216
Resultado líquido da alienação de imobilizado	896	132
Despesas com provisões judiciais	(15.850)	2.070
Variação monetária líquida	1.515	284
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber – processos trabalhistas	(1.680)	(1.615)
Contas a receber – clientes	10.970	(11.026)
Estoques	(225)	272
Impostos a recuperar	0.02	(0.02)
Despesas antecipadas	(683)	1.022
Outros créditos	1.637	2.654
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	35	(25)
Fornecedores	77	(12.096)
Impostos, encargos e contribuições a recolher	(2.116)	(1.131)
Obrigações fiscais a recolher	(13.576)	25.478
Contas a pagar	3.179	(139)
Férias e encargos a pagar	(523)	91
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	18.319	10.497
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(422)	(228)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(422)	(228)
Atividades de financiamentos		
Variação monetária sobre adiantamento para futuro aumento de capital	68	38
Dividendos pagos	(3.232)	-
Empréstimos obtidos	-	4.000
Pagamento de empréstimos	(2.050)	(6.824)
Juros pagos sobre empréstimos	25	250
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(5.189)	(2.536)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	12.708	7.733
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.436	3.703
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	24.144	11.436
Variação de caixa e equivalentes de caixa	12.708	7.733

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

		31.12.2021	31.12.2020
1	**Receitas**	144.693	131.986
1.1	Receitas operacionais	152.304	133.144
1.2	Perda / reversão de crédito de liquidação duvidosa	(8.245)	(3.707)
1.3	Outras receitas operacionais	634	2.549
2	**Insumos adquiridos de terceiros**	(29.103)	(35.514)
2.1	Energia, serviços adquiridos de terceiros, água e outros	(31.980)	(24.568)
2.2	Materiais e manutenções	(7.879)	(3.467)
2.3	Propaganda e publicidade	(30)	(12)
2.4	Utilidades e serviços	(3.484)	(2.377)
2.5	Provisões diversas	14.270	(5.090)
3	**Valor adicionado bruto (1 - 2)**	115.590	96.472
4	**Retenções**	(7.281)	(7.216)
4.1	Depreciação e amortização	(7.281)	(7.216)
5	**Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3 - 4)**	108.309	89.256
6	**Valor adicionado recebido em transferência**	3.678	4.287
6.1	Receitas financeiras	3.678	3.815
6.2	**Dividendos recebidos**	-	472
	Valor adicionado total a distribuir (5+6)	111.987	93.543
	Distribuição do valor adicionado	111.987	93.543
7	**Remuneração do trabalho**	47.327	40.204
7.1	Salários, honorários e benefícios	40.111	35.732
7.2	FGTS	7.216	4.472
8	**Remuneração do governo**	36.335	39.023
8.1	Federais (IRPJ/CSLL)	5.992	981
8.2	INSS	15.384	15.313
8.3	PIS/COFINS sobre vendas	19.512	19.362
8.4	Impostos, taxas e contribuições	(4.553)	3.367
9	**Remuneração de capital de terceiros**	943	17.006
9.1	Juros, multas e atualizações monetárias	943	17.006
10	**Remuneração de capitais próprios**	27.382	(2.690)
10.1	(Prejuízo) / lucro	27.382	(2.690)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais) (Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede, administração e foro localizados na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1.946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e vinculada ao Ministério da Economia, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu Estatuto Social. O Decreto nº 10.041, de 3 de outubro de 2019, publicado no dia 4 de outubro de 2019, transferiu a vinculação da CEAGESP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o Ministério da Economia.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos do agronegócio, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Presta serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas.

Executa, ainda, serviços complementares de estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, mantendo serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 28 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 09 de fevereiro de 2022 e serão divulgadas após autorização do Conselho de Administração.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (IFRS e BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e correlacionadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações contábeis.

As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram apresentadas integralmente nestas informações anuais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção de práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis encerradas para 31 de dezembro de 2020, publicadas em março de 2021, portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	35	27
Bancos Conta Movimento	5.648	6.405
Aplicações Financeiras	18.461	5.005
	24.144	11.437

4.1. Caixa

Refere-se ao fundo fixo, recurso disponibilizado através de cartão de débito para pagamento de pequenas despesas da Matriz e Unidades Operacionais.

4.2. Bancos Conta Movimento

Correspondem aos saldos em contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

4.3. Aplicações Financeiras

Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

No mês de dezembro de 2020 foi aplicado o valor de R$ 5 milhões em renda fixa no Banco do Brasil, em cotas do fundo de investimento que atende entes da Administração direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal, proporcionando a valorização das cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

5. CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Contas a Receber – Entrepostagem	21.318	32.830
Valores em Cobrança	5.101	3.572
Contas a Receber – Armazenagem	4.102	3.888
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(5.829)	(4.628)
	24.692	35.662

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor original, deduzidos da PECLD.

5.1. Contas a Receber – Entrepostagem

Nesta conta são registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital, 4 Unidades frigoríficas e 1 fábrica de gelo que se encontra em inatividade desde janeiro de 2017. A fábrica de gelo, por encontrar-se fora de operação, não produz receita. A redução de R$ 11,512 milhões registrada nesta nomenclatura está relacionada à diminuição do índice de inadimplência e na quitação dos parcelamentos formalizados, consequência da pandemia do Coronavírus e da enchente que ocorreu no mês de fevereiro de 2020 no Entreposto Terminal de São Paulo – ETSP.

5.2. Valores em Cobrança

São débitos vencidos relativos a permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora, que se encontram em análise de abertura de processo judicial. Houve um aumento de R$ 1,529 milhão, principalmente de um cliente da rede armazenadora, que não efetuou o pagamento no montante de R$ 1,035 milhão que equivale a 67,69% do total.

5.3. Contas a Receber – Armazenagem

Consiste em valores a receber de clientes da rede armazenadora, composta por 33 Unidades, 14 ativas, 14 cedidas e 5 inativas, em 31 de dezembro de 2021. As inativas não produzem receitas. Houve aumento de R$ 214 mil em relação a 31 de dezembro de 2020 e está relacionado ao aumento do faturamento decorrente da captação de novos clientes, bom índice de ocupação e aumento dos serviços de processamento.

5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política o registro do valor total das perdas estimadas com vencimentos superiores a 180 dias e demais critérios detalhados a seguir.

Além do registro das perdas incorridas, em atendimento do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", subitem 5.5 que trata da Redução ao Valor Recuperável", foi estabelecido, em dezembro de 2021, um valor adicional de perdas esperadas, com o objetivo de registrar as perdas prováveis do grupo Clientes, subgrupo "títulos a vencer" da entrepostagem. A metodologia foi desenvolvida com base no histórico do não recebimento de títulos, e definiu a aplicação de um percentual pela expectativa histórica de não recebimento desta carteira.

Dessa forma, na atividade de entrepostagem são considerados os valores vencidos e complementar de perdas esperadas, enquanto na armazenagem é considerado o valor no caso da mercadoria estocada ser insuficiente para a garantia do débito.

Houve um aumento de R$ 1,201 milhão em relação a 31 de dezembro de 2020, com diminuição na Entrepostagem de R$ 299 mil e aumento de Cobranças Judiciais em Análise em R$ 1,527 milhão, notadamente de um cliente da rede armazenadora que possui débito vencido de 2016 A 2020 no montante de R$ 1.035 milhão que equivale a 67,69% do total.

Movimentação da conta	Saldo em 31.12.2020	Entrada	Saída	Perdas Estimadas	Saldo em 31.12.2021
Cobranças no Jurídico em Análise	(3.574)	(5.191)	3.664	-	(5.101)
CEASAS, Frigoríficos e E.T.S.P	(714)	(589)	1.286	(398)	(415)
Usuários – Parcelados	(278)	(468)	592	(26)	(180)
Contas a Receber Cliente Armazéns	(61)	(43)	47	(76)	(133)
Usuários – Parcelados – SINCAESP	(1)	-	1	-	-
Total de constituição	(4.628)	(6.291)	5.590	(500)	(5.829)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR OU A COMPENSAR

	31.12.2021	31.12.2020
IRPJ – Saldo Negativo	191	-
CSLL – Saldo Negativo	25	-
IR a Compensar	-	117
IR Retido na Fonte	-	74
CSLL a Compensar	-	25
	216	216

IR e CSLL a compensar e IR retido na fonte correspondem às retenções obrigatórias realizadas por clientes.

Os valores de IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa referem-se a recolhimentos no Lucro Real Anual mediante apuração feita por estimativas mensais, com recolhimentos mensais, a título de antecipações a cada mês. O encerramento definitivo se dá no fim do período de apuração, por meio da Declaração de Ajuste Anual.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

7. ESTOQUES

	31.12.2021	31.12.2020
Almoxarifado	831	599
Estoques de Vendas	1	7
	832	606

O almoxarifado é composto por insumos necessários à sua operação e manutenção, sendo transacionados pelo custo médio ponderado.

7.1. Estoque de Terceiros
O controle do estoque físico dos produtos armazenados é realizado pelo DEPAR – Departamento de armazenagem, área responsável pela administração e armazenamento dos produtos.
Os procedimentos operacionais para recebimento e armazenamento de grãos são determinados em normas internas da Companhia, confeccionadas conforme legislação específica do setor. As normas internas descrevem os procedimentos adotados desde o recebimento das mercadorias, os preparativos internos de limpeza e manutenção das unidades processos de pesagem, amostragem; bem como detalham os procedimentos realizados nos serviços prestados pela CEAGESP como secagem, expurgo, tratamento de umidade e limpeza dos grãos.
Os controles quantitativos das mercadorias de terceiros depositadas nos armazéns são registrados através de formulários de controle desenvolvidos nas unidades e são enviados mensalmente à área fiscal e contábil para o registro em contas de compensação.
Vale mencionar que os estoques de terceiros estão segurados através da apólice de seguro patrimonial – Riscos Nomeados e Mercadoria ajustável.

8. OUTROS VALORES

	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamentos a Funcionários	433	516
Outros Créditos	62	37
Cauções para Garantias Diversas	17	17
	512	570

8.1. Adiantamentos a Funcionários
São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio para viagens.

8.2. Outros Créditos
Valor a receber de funcionários, referente a desconto de benefícios diversos, principalmente por ocasião de afastamento e por não possuir saldo em conta de salário a descontar naquele momento, para ser descontado em folha de pagamento futura ou restituição dos valores pelo funcionário que são depositados em conta corrente da CEAGESP.

8.3. Cauções para Garantias Diversas
Valores a recuperar referentes a garantias contratuais. O valor registrado é relacionado à caução de serviços públicos da Prefeitura de São Paulo.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios de Seguros a Vencer	1.410	728

9.1. Prêmio de Seguros a Vencer
São registradas das parcelas do rateio de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil, conforme nota explicativa nº 30.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – LONGO PRAZO

Movimentação do Período	31.12.2020	Adições	Reversões ao reclamante	31.12.2021
Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo (Ressarcimento)	30.640	2.487	(86)	33.041
Causas Trabalhistas – Terceiros	2.148	109	(593)	1.664
Causas Trabalhistas – CEAGESP	987	59	(313)	733
Causas Diversas – Cíveis	446	18	-	464
	34.221	2.673	(992)	35.902

10.1. Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo
Compreendem os valores desembolsados referentes às antecipações de ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, aguardando ressarcimento do Governo do Estado de São Paulo que é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 ("Complementações").

10.2. Causas Trabalhistas – Terceiros
Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados; permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.3. Causas Trabalhistas – CEAGESP
São contabilizados valores desembolsados e classificados como recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da CEAGESP. Tais valores permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.4. Causas Diversas – Cíveis
São registrados depósitos judiciais como garantia, classificados como recuperáveis até o trânsito em julgado dos processos e baixados conforme parecer jurídico.

Ao final de 2021, foi iniciado um trabalho de apuração do saldo de Depósitos Judiciais. A alta administração, juntamente com o departamento de Controladoria, seção de Contabilidade e Departamento Jurídico empreenderam esforços para rastrear e confirmar os valores antigos que compõem todo o saldo apresentado no Balanço Patrimonial, bem como os critérios adotados para esses registros.

Até a finalização destas Demonstrações, a averiguação e confirmação dos saldos não foram concluídas. Como trata-se de eventos que dependem de identificação de condições já existentes na data do balanço, a Companhia atualizará as divulgações que se relacionam a essas condições à luz das novas informações.

A Companhia não vem reconhecendo juros e atualização até a finalização dos processos judiciais a que se encontram vinculados.

11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO – LONGO PRAZO

	31.12.2021	31.12.2020
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo	4.938	4.938
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo – Processos em Andamento	1.405	2.985
	6.343	7.923

11.1. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo
São registrados valores desembolsados referentes às antecipações de ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, aguardando ressarcimento do ao Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº 10.1.

11.2. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento
Contemplam valores classificados como recebíveis de acordo com classificação jurídica. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo não circulante denominada "Provisões judiciais – Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo" apresentada na nota explicativa nº 24.

12. OUTROS VALORES – LONGO PRAZO

12.1. Realizáveis por Venda de Imóveis
Estão registrados os valores a receber da Prefeitura Municipal de Itapetininga. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para a sua liquidação. Nesta conta não foi estimada a PECLD, pois o bem é mantido como garantia real da Companhia.

13. INVESTIMENTOS

	31.12.2021	31.12.2020
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação decorrente de Incentivos Fiscais	-	9
	242	251

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas e não controladoras da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosesp, entre outras, avaliadas ao custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização – FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.
O saldo da Participação decorrente de Incentivos Fiscais foi baixado em contrapartida do resultado em decorrência da liquidação e extinção da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP, conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13 de novembro de 2020.

14. IMOBILIZADO

	31.12.2021 Custo	Taxa (%)	Depreciação acumulada	Valor líquido	31.12.2020 Valor líquido
Imóveis	303.334	2,00	(209.117)	94.217	98.717
Terrenos	72.193	-	-	72.193	72.193
Equipamentos e Instalações	36.346	6,67	(24.587)	11.759	12.684
Obras em Andamento	4.079	-	-	4.079	8.779
Obras Elétricas	19.685	6,67	(12.477)	7.208	4.520
Bens Cedidos em Comodato	1.482	-	-	1.482	1.482
Equipamentos de Informática	5.026	14,79	(4.108)	918	1.130
Móveis e Utensílios	2.390	11,11	(1.986)	404	392
Benfeitorias em Bens de Terceiros	2.634	2,00	(2.335)	299	343
Obras Hidráulicas	4.323	6,67	(4.055)	268	316
Veículos	602	10,00	(521)	81	2
	452.094	-	(259.186)	192.908	200.558

A Companhia possui Unidades em municípios do Estado de São Paulo assim localizadas:
- 32 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepostagem na Capital.
- 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepostagem no Interior (Ceasas).
- 04 Terrenos.

Parte das unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal.
O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. No exercício de 1986, a Companhia reavaliou todos os itens das contas de edificações localizados em unidades operacionais ativas (vide nota explicativa nº 25.2.3). A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.
A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil econômica dos bens, de acordo com o IAS 16 (CPC27), tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.
O CPC 01 (R1) "Redução do Valor Recuperável de Ativos", item 9, determina: (...) "A entidade deve avaliar, ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização".
Foi elaborada uma Nota Técnica com o envolvimento das áreas de Controladoria, Contabilidade e Engenharia com o objetivo de demonstrar, através da evidenciação dos laudos emitidos por empresa contratada de 2016 e 2020, dos valores venais constantes do IPTU 2021 e do posicionamento do departamento de engenharia da CEAGESP, que durante o exercício de 2021 não foram identificados indícios de que os valores do ativo imobilizado da Companhia estejam registrados por valor que exceda seu valor de recuperação.
O objeto dos laudos de impairment incluiu apenas os grupos de imóveis e terrenos da Companhia, uma vez que a representatividade dos demais grupos é baixa (apenas 13% do total do ativo imobilizado).

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2021
Imóveis	98.717	179	-	(4.679)	94.217
Terrenos	72.193	-	-	-	72.193
Equipamentos e Instalações	12.685	457	(89)	(1.294)	11.759
Obras em Andamento	8.779	-	(4.700)	-	4.079
Obras Elétricas	4.520	4491	-	(1.804)	7.207
Equipamentos de Informática	1.130	4	-	(216)	918
Móveis e Utensílios	392	176	-	(164)	404
Benfeitorias em Bens de Terceiros	343	-	-	(44)	299
Obras Hidráulicas	315	-	-	(47)	268
Veículos	2	85	-	(5)	82
Bens de Terceiro em Nosso Poder					
Imóveis	1.207	-	-	-	1.207
Equipamentos e Instalações	161	-	-	-	161
Móveis e Utensílios	114	-	-	-	114
	200.558	5.392	(4.789)	(8.253)	192.908

15. INTANGÍVEL

	31.12.2021 Custo	Taxa (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	31.12.2020 Valor líquido
Direitos de Uso de Software	4.834	20	(4.651)	183	287
Marcas e Patentes	37	14,79	(37)	-	-
	4.871	-	(4.688)	183	287

MOVIMENTAÇÃO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	31.12.2020	Adições	Amortização	31.12.2021
Direitos de Uso de Software	287	64	(168)	183
	287	64	(168)	183

16. FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	4.120	3.618
Conta-Depósito Vinculada	-	425
	4.120	4.043

O grupo da conta de Fornecedores é composto pelas contas Fornecedores e Conta-Depósito Vinculada. A conta de Fornecedores apresentou saldo em aberto de R$ 4.120 milhão com uma variação de R$ 502 mil em relação a dezembro de 2020, referente à renovação da contratação de Seguros de Riscos Nomeados e Responsabilidade Civil, e, referente à repactuação de contratos para os serviços de portaria, segurança e limpeza. A Conta-Depósito Vinculada refere-se a retenção de garantia dos fornecedores cujos depósitos são mantidos, no Banco do Brasil, para garantia dos direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados.

17. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	31.12.2021	31.12.2020
Férias e Gratificações	5.828	6.229
INSS e FGTS a Pagar	2.093	2.215
	7.921	8.444

As obrigações referentes a direitos trabalhistas são constituídas com base na folha de pagamento da Companhia.

18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2021	31.12.2020
INSS – Empresa – Empregados	1.455	1.461
Cofins a Recolher	838	938
INSS – Lei nº 9.711/98 e OS nº 203/99	430	567
FGTS – Empresa	488	445
Pasep a Recolher	181	203
	3.392	3.614

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	31.12.2021 Curto prazo	31.12.2021 Longo prazo	31.12.2020 Curto prazo	31.12.2020 Longo prazo
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	5.337	46.257	-	-
Imposto de Renda – Fonte – Empregados	1.713	-	1.288	-
Programa Recuperação Fiscal – Refis	1.338	2.341	1.303	3.621
Impostos Retidos – Lei nº 10.833/03	1.316	-	1.173	-
Impostos e Taxas Municipais	439	-	52.980	-
IRPJ e CSLL a Recolher	272	-	229	-
ISS de Terceiros	200	-	211	-
ISS – Empresa	56	-	61	-
ICMS a Recolher	12	-	19	-
Taxa de Lixo	-	-	1.399	9.210
	10.683	48.598	58.663	12.831

Correspondem às retenções tributárias e outras obrigações.

19.1. Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI
Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo, nos exercícios de 2014 a 2020 e atualizados até a data da apresentação das demonstrações contábeis, com prazo de 120 parcelas, corrigidas pela taxa Selic, com término previsto para 31 de agosto de 2031.

19.1.1. Da Exclusão
A Prefeitura de São Paulo através do DECRETO nº 60.357 de 1 de julho de 2021, Capítulo VII, Art. 16, Inciso I, §2º, que regulamenta o Programa de Parcelamento Incentivado de 2021 – PPI 2021, a saber:
II - estar inadimplente por mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, observado o disposto no § 1º deste artigo;
III - estar inadimplente há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de qualquer parcela, contados a partir do primeiro dia útil após a data de vencimento da última parcela, observado o disposto no § 1º deste artigo;
IV - estar inadimplente há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de eventual saldo residual do parcelamento, contados a partir do primeiro dia útil após a data de vencimento desse saldo, observado o disposto no § 1º deste artigo;
§ 1º Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos II, III ou IV do "caput" deste artigo, o sujeito passivo não será excluído do PPI 2021 se o saldo devedor remanescente for integralmente pago até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência de qualquer dessas hipóteses.
§ 2º A exclusão do PPI 2021 implicará a perda de todos os benefícios legais regulamentados neste decreto, acarretando a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos previstos na legislação municipal, descontados os valores pagos, e a imediata inscrição dos valores remanescentes na Dívida Ativa, ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, efetivação do protesto extrajudicial do título executivo e adoção de todas as demais medidas legais de cobrança do crédito colocadas à disposição do Município credor.

COMPOSIÇÃO

DEMONSTRATIVO DOS DEBITOS IPTUS PARA FINS DE ADESÃO DE PPI2021 CFE DECRETO 60.357 DE 01/07/2021

Nº SQL:	POSIÇÃO DEBITOS VALOR PRINC.	AT. MONET. MULTA JUROS	HONOR./ CUSTA ESTADO	TOTAL DÉBITOS	BENEFÍCIOS MULTA/ JUROS/ HONOR.	ADESÃO TOTAL	PAGAMENTOS	CORREÇÃO	SALDO
IPTU 097.127.0001-1	35.054	21.356	5.836	62.245	(9.997)	52.248	(1.926)	1.272	51.594
IPTU 097.037.0001-2	223	121	2	346	(81)	265	(265)	-	-
IPTU 097.043.0001-8	175	94	29	298	(64)	234	(234)	-	-
IPTU 097.053.0006-2	46	25	7	78	(17)	61	(61)	-	-
IPTU 097.127.0002-1	871	467	9	1.347	(315)	1.032	(1.032)	-	-
IPTU 097.127.0003-8	1.608	957	276	2.841	(650)	2.191	(2.191)	-	-
IPTU 097.127.0004-6	518	308	89	915	(209)	706	(706)	-	-
IPTU 097.127.0005-4	299	169	50	518	(116)	402	(402)	-	-
	38.794	23.496	6.298	68.588	(11.449)	57.139	(6.817)	1.272	51.594

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

	Adesão	Baixas	Atualização	31.12.2021
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	57.139	(6.817)	1.272	51.594

19.2. Programa de Recuperação Fiscal – Refis
O saldo refere-se a débitos de Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL devidos à Receita Federal do Brasil – RFB anteriores ao exercício de 2008. O débito total é de R$ 3.679 milhões, dividido em 180 parcelas, corrigidas mensalmente pela taxa selic, com término do parcelamento previsto para 28/09/2024.

19.3. Impostos e Taxas Municipais
Corresponde ao parcelamento do IPTU da unidade Ceasa de Piracicaba.

19.4. Taxa de Lixo
O total devido de R$ 10.976 milhões foi quitado antecipadamente em junho de 2021. A quitação antecipada gerou uma economia de R$ 7 milhões referente a encargos que venceriam no futuro, conforme aprovação em ato da Diretoria conforme Ata nº 025, de 18.06.2021. Resultado da ação de execução, objeto dos autos nº 0103825-88.2006.8.26.0053, em trâmite na 9ª Vara da Fazenda Pública, movida pela Prefeitura do Município de São Paulo relativa a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários, referentes ao exercício de 2001.

19.5. ICMS a Recolher
Contempla o parcelamento em 36 meses, do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM da Unidade de Tupã, nº 4.099.586 emitido pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, com pagamento da primeira parcela em agosto de 2018 e término em julho de 2021.

20. ENCARGOS A PAGAR

	31.12.2021	31.12.2020
Ordenados a Pagar	25	1.956
Processos Judiciais Trabalhistas	599	605
	624	2.561

20.1. Processos Judiciais Trabalhistas
Correspondem a parcelamentos de processos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e de empregados de serviços terceirizados nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária.

21. CONTAS A PAGAR

	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos a Pagar	6.646	-
Convênio SEAP	1.482	1.482
Correntistas	1.163	1.129
Contas a Pagar Diversos	509	887
Cauções e Retenções	70	60
	9.870	3.558

21.1. Dividendos a Pagar
Os dividendos obrigatórios foram calculados sobre o Lucro Líquido Ajustado - LLA do exercício de 2015, conforme determina o artigo nº 202 da Lei 10.303 de 2001. Mantido em conta de reserva especial e atualizado pela taxa SELIC a partir do encerramento do exercício social até a data do seu respectivo pagamento, nos termos do Decreto nº 2.673/98, art. 1º, § 4º. O pagamento de R$3.232 milhões foi realizado em dezembro de 2021 em virtude da indisponibilidade financeira dos períodos anteriores.

21.2. Convênio SEAP
Este convênio foi realizado entre a CEAGESP e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca– SEAP, com investimentos na área industrial do Pescado do ETSP, recebido como doação, no programa de modernização do setor. Esta etapa foi concluída e inaugurada em 2008. Desde este período a Companhia vem solicitando junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA a emissão do Termo de Doação de Bens e Obras de Construção das instalações referente a esta Secretaria para o devido registro na imobilização. Até o término destas demonstrações contábeis o saldo permanece inalterado.

21.3. Correntistas
Nesta nomenclatura são registrados valores levantados judicialmente em processos de desapropriação de área e créditos de clientes. A conta Correntistas Credores, trata-se de clientes que efetuaram o pagamento dos boletos em duplicidade ou a maior e restou um crédito a ser devolvido posteriormente.

21.4. Contas a Pagar Diversas
São registrados valores de glosas de processos trabalhistas, honorários advocatícios de sucumbência, convênio com instituições financeiras referente a empréstimos consignados, pensão alimentícia, entre outros.

21.5. Cauções e Retenções
Correspondem aos valores recebidos como garantias de contratos para assegurar prejuízos advindos de não cumprimento dos objetos contratuais, pela falta de adimplemento de obrigações previstas, prejuízos causados à Administração ou a terceiros, multas punitivas, dentre outras não conformidades.

22. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos	-	2.025

Os recursos foram captados junto ao Banco do Brasil, no valor de R$ 4 milhões no mês de março de 2020 exclusivamente para reforço do capital de giro com prestações mensais e consecutivas estipuladas no valor de R$ 333 mil, sendo que a quitação ocorreu em junho de 2021.

22.1. Garantia – Obrigação Especial – Cessão de Direitos Creditórios
Trata-se de registro em cobrança, na proporção mínima de 120% dos valores a receber a título de prestação de serviços ou vendas, vencíveis até o prazo de 180 dias.

22.2. Obrigação Especial – Reforço da Garantia
Caso a garantia reduza em nível inferior aos 120% do valor do saldo devedor da dívida, a CEAGESP fica obrigada a restabelecer o nível, em até 5 dias, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

CEAGESP

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

22.3. Encargos Financeiros
Sobre o valor do empréstimo e as quantias devidas a título de acessórios, taxas e despesas incidem encargos financeiros de 198% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP. Os encargos financeiros foram calculados pela quantidade de dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo a cada data-base, no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente. Ficou a cargo da CEAGESP o pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, bem como por outros tributos que venham a ser instituídos e tornados exigíveis.

22.4. Comissão Flat
Além dos encargos financeiros, a CEAGESP paga a comissão flat na data da liberação do crédito, no percentual de 1,35%.

23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)
Em 17.06.2010 foi publicado o Decreto Presidencial, tendo em vista o disposto no art. 4o do Decreto-Lei no 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, autorizando o aumento de capital social da CEAGESP no montante de R$ 11.398.361,00, mediante capitalização com recursos do Orçamento Fiscal da União, proveniente de ressarcimento do primeiro lote de processos trabalhistas de responsabilidade do Governo de São Paulo, na forma da Lei nº 12.174, de 29 de dezembro de 2009.
Ainda segundo o Decreto, a efetivação do aumento de capital social ocorreria por meio de Assembleia Geral de Acionistas e os recursos recebidos deveriam ser atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia – SELIC e capitalizados até 30.07.2011.
Os recursos foram recebidos em 31.10.2010, a Assembleia Geral Extraordinária ocorreu no dia 22 de julho de 2011 com as seguintes deliberações:
a) Homologação do aumento de capital social decorrente de crédito extraordinário da União, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, passando o capital social de R$ 180.161.942,78 para R$ 191.942.793,24, composto por 34.403.576 ações ordinárias.
b) Redução do capital social para absorver prejuízos acumulados no montante de R$54.901.588,62, passando o capital para R$ 137.041.204,62, sem a modificação do quantitativo de ações.
O aporte de capital foi realizado no valor de R$ 11.780.850,46, com data-base 31.12.2010, devidamente atualizado pela SELIC.
O saldo atual na conta de AFAC refere-se a resíduos daquele aporte, no período de 01.01.2011 até a data da realização da AGE realizada em 22.07.2011, cuja atualização é contabilizada mensalmente até que ocorra o próximo aumento de capital.
Em 30 de dezembro de 2021 conforme a Lei nº 14.244 de 19 de novembro de 2021, houve nova entrada de recursos da União (Ministério do Desenvolvimento Regional) em favor da CEAGESP no valor de R$ 3.599.157,00 referente participação no capital para a pavimentação de vias existentes nas dependências da Companhia localizadas na capital e no interior. Aprovada em Ata de Reunião de diretoria nº 07 de 03 de fevereiro de 2021 de acordo com a celebração do convênio entre a CEAGESP e o Ministério do Desenvolvimento Regional que trata de Participação no Programa de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

24. PROVISÕES JUDICIAIS

	31.12.2021	31.12.2020
Provisões para Riscos Cíveis	4.971	19.450
Provisões trabalhistas – CEAGESP	3.944	4.604
Provisões judiciais trabalhistas – Terceiros	2.570	1.789
Provisões para Riscos Fiscais	1.650	1.562
Provisões judiciais trabalhistas – Governo Estado SP	1.405	2.985
	14.540	30.390

As provisões são constituídas com base em dados da classificação jurídica, e em atendimento do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, face às perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas relevantes: a) a provisão para indenizações trabalhistas reduziu R$ 1,459 milhão; b) provisões de riscos fiscais aumentaram R$88 mil; c) provisão para riscos cíveis reduziu em R$ 14,479 milhões. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 15,850 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Natureza das ações	31.12.2020	Provisões	Liquidação	31.12.2021
Provisão para Riscos Cíveis	19.450	2.666	(17.145)	4.971
Provisão para Riscos Fiscais	1.562	962	(874)	1.650
Provisões judiciais trabalhistas – Governo Estado SP	2.985	335	(1.915)	1.405
Provisões judiciais trabalhistas – Terceiros	1.789	1.468	(687)	2.570
Provisões judiciais trabalhistas – CEAGESP	4.604	3.273	(3.933)	3.944
	30.390	8.704	(24.554)	14.540

A Companhia possui registrado no grupo de "CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – LONGO PRAZO" (nota explicativa nº 11) o valor de R$ 1,562 milhão que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.
A Companhia possui o valor de R$ 108,309 milhões com risco possível de perdas em processos judiciais cíveis no valor montante de R$ 106,894 milhões e para os processos trabalhistas e tributários em R$ 1,415 milhão, conforme classificação jurídica.
A variação a maior em relação a 31.12.2020 foi de R$ 16,211 milhões, com maior impacto nos processos judiciais cíveis em R$17.800 milhões, devido à inclusão de novos processos e atualização dos valores e reclassificação.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social e Composição Acionária
O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021.

	31.12.2021			31.12.2020
	Número de ações ordinárias	%	Capital	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.607	136.607
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	108.858	0,31	433	433
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo	22	0,01	1	1
	34.403.023	100,00	137.041	137.041

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019, de acordo com a nota explicativa nº 36.

25.2. Destinação do Resultado do Exercício
Para o exercício de 2021 houve a destinação do lucro líquido de R$ 27,382 milhões conforme o quadro demonstrado abaixo:
(Em milhares de reais)

Descrição	Percentual	valor
Lucro do Exercício	-	27.382
(-) Reserva Legal	5%	1.369
(+) Realização de Reserva de Reavaliação	-	570
(=) Lucro líquido ajustado – LLA	-	26.583
Dividendo obrigatório	25%	6.646
Reserva de Retenção de Lucros	-	19.937
Saldo das Reservas	-	26.583

25.2.1. Lucro do Exercício
O lucro no período foi de R$ 27,952 milhões, considerando a realização da reserva de reavaliação de R$ 570 mil, conforme nota explicativa nº 25.2.3, resultando um lucro acumulado de R$ 27.382 milhões.

25.2.2. Reserva Legal
A reserva legal é constituída em 5% sobre o lucro líquido ajustado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social consoante as disposições contidas no estatuto social da Companhia e de acordo com o artigo 193, da Lei Federal nº 6.404/76.

25.2.3. Reserva de Reavaliação
O saldo da reserva de reavaliação no período é de R$15,105 milhões. Foram realizados R$570 mil até 31 de dezembro de 2021 e transferidos para a conta do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de edificações localizados em Unidades operacionais ativas efetuada com base na Lei nº 6.404/76, e a empresa optou por manter a reserva até a sua realização completa conforme período estipulado no laudo de avaliação. A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

25.2.4. Dividendo Obrigatório
Constituído em 25% sobre o lucro líquido ajustado, após constituição da reserva legal e a realização da reserva de reavaliação, conforme nota explicativa nº 21.1.

25.2.5. Reserva de Retenção de Lucros
É o saldo do lucro líquido ajustado, após constituição do dividendo obrigatório, conforme nota explicativa nº 25.2.
Esta reserva exige que:
Retenção de Lucros (Art. 196 – L. 6.404)
ART. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.
§ 1º. O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.
§ 2º. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. (redação dada pela Lei nº 10.303/2001)

26. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS
O lucro líquido do exercício de 2021 foi de R$ 27,382 milhões, enquanto em 31 dezembro de 2020 houve prejuízo de R$ 2.690 milhões. A variação apresentada foi positiva em R$ 30,072 milhões, apesar das dificuldades enfrentadas na pandemia do Coronavírus e corresponde aos seguintes fatores: a) aumento das receitas operacionais brutas no valor de R$19,160 milhões, principalmente nos serviços prestados na armazenagem que variou R$ 7,253 milhões relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, vide nota explicativa nº 26.1; b) redução de R$ 16,063 milhões de despesas financeiras, relacionadas à atualização das parcelas do IPTU de 2019 e 2020, conforme nota explicativa nº 26.5; c) redução de R$ 13,236 milhões nos custos dos serviços prestados, provenientes principalmente das medidas de limpeza pós enchente realizadas em 2020 no ETSP, vide nota explicativa nº 26.2; d) diminuição em despesas gerais e administrativas, no valor de R$ 16,589 milhões, com destaque para provisões que reduziram R$ 14,822 milhões, nota explicativa nº 26.3.

26.1. Receita Operacional Líquida

	01.10.2021 a 31.12.2021	01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
Serviços Prestados	38.142	150.990	35.453	132.979
Venda de Produtos	10	1.314	20	165
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**38.152**	**152.304**	**35.473**	**133.144**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(5.575)	(22.448)	(5.645)	(21.757)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**32.577**	**129.856**	**29.828**	**111.387**

	01.10.2021 a 31.12.2021	01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
Permissão Remunerada de Uso	19.227	78.063	18.422	69.602
Serviços Prestados na Armazenagem	12.976	53.002	11.961	45.749
Autorização de Uso	3.062	12.127	3.204	10.117
Concessão Remunerada de Uso	1.758	5.038	768	2.941
Receitas Diversas	1.052	4.477	1.027	3.398
Venda de Produtos	10	731	20	165
Resíduos e Varreduras	-	583	-	-
Parcelamento	69	276	69	277
Taxa Administrativa	(2)	9	-	-
Reaparelhamento – Obras	-	-	2	895
	38.152	152.304	35.473	133.144

As receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços na rede armazenadora e de entrepostos.

26.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso
Corresponde à cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades típicas de entrepostagem e atípicas precedidas de licitação. Houve aumento de Permissão Remunerada de Uso de R$ 6,461 milhões, enquanto na receita de Concessão Remunerada de Uso o aumento registrado foi de R$ 2,095 milhões.

26.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem
Os serviços prestados na rede armazenadora são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção, ad-valorem, embarque e serviços complementares. Houve aumento na prestação de serviços no valor estimado de R$ 7,253 milhões em relação ao ano de 2020, e, um acréscimo de R$ 1,484 milhões no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021, bem como de 8,49% em relação ao quarto trimestre de 2020, que está relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, dentre eles, produtores, cerealistas, moinhos que armazenaram grande volume de grãos, e derivados, processamento de grãos e a permissão de áreas ociosas. Produtos que são estocados nas Unidades armazenadoras: trigo, soja, milho, algodão, sorgo, açúcar e outros.

26.1.3. Autorização de Uso
Receita proveniente da disponibilização para uso provisório de áreas vagas dos entrepostos a concessionários, permissionários, produtores rurais e pessoas físicas com a finalidade de comercialização, desenvolvimento de atividades típicas ou atípicas. A variação em relação ao ano de 2020 foi um aumento de R$ 2.010 milhões. Na comparação entre o terceiro e o quarto trimestres de 2021 a variação de R$ 144 mil foi maior.

26.1.4. Receitas Diversas
Correspondem às taxas de emissão de crachá, cadastro, liberação de caminho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e pesagem avulsa. O aumento registrado foi de R$ 1.079 milhão em relação ao ano de 2020 relacionado às taxas de alteração cadastral, enquanto no quarto trimestre a variação menor foi de R$ 76 mil em relação ao terceiro trimestre de 2021.

26.1.5. Venda de Produtos
Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados. Houve aumento de R$566 mil em relação ao ano de 2020. Em 2021 houve diminuição de R$ 72 mil em relação ao terceiro trimestre.

26.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	01.10.2021 a 31.12.2021	01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
Pessoal e Honorários	(6.846)	(26.370)	(4.443)	(18.380)
Serviços de Terceiros	(3.764)	(15.529)	(3.040)	(10.664)
Materiais de Consumo	(2.174)	(7.285)	(300)	(2.234)
Depreciações e Amortizações	(1.884)	(6.826)	(1.644)	(6.677)
Manutenção e Reparos	(2.448)	(3.557)	(339)	(585)
Utilidades e Serviços	(791)	(3.136)	(543)	(2.147)
Propaganda e Publicidade	(1)	(13)	(2)	(3)
Gastos Diversos	1.156	3.786	(1.890)	(5.004)
Provisão	-	-	2.206	-
	(16.752)	(58.930)	(9.995)	(45.694)

26.2.1. Custos com Pessoal e Honorários
Contemplam os honorários, remunerações, encargos sociais, benefícios, outros encargos com pessoal e a conta de recuperação de custos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R$ 7,990 milhões, cerca de 30% em relação ao ano de 2020: a) a recuperação de custos com pessoal, conta redutora que registra o rateio desses custos aos clientes da rede de entrepostagem, variou negativamente em R$ 7,757 milhões, ou 125%; b) os encargos sociais aumentaram R$ 1,805 milhão, cerca de 15%, levando em consideração as rescisões ocorridas em 2020 que elevaram consideravelmente os valores de FGTS; c) em custos com outros encargos, o aviso prévio e indenizações aumentaram R$ 629 mil; d) as remunerações reduziram R$ 1.602 milhão, aproximadamente 5% em comparação ao ano de 2020. Houve aumento na variação do quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 de R$ 7,990 milhões.

26.2.2. Custos com Serviços de Terceiros
Foi registrado nesta rubrica um aumento de R$ 4,685 milhões, cerca de 31% de variação em relação ao ano de 2020: a) serviços de vigilância e segurança, limpeza, portaria, estágio, mão de obra aplicada nas Unidades armazenadoras tiveram redução de R$ 15,871 milhões, cerca de 43% de variação em relação ao terceiro trimestre de 2020. A principal variação é decorrente das medidas pós enchente, que ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2020 no município de São Paulo. Foram disponibilizados no ETSP equipes de limpeza para lavação e caminhões de coleta para recolhimento de dejetos e esvaziamento de caçambas, com a finalidade de retirar das vias todo lixo acumulado e mercadorias impróprias para consumo. O valor total de serviços de limpeza em 2020 foi de R$ 27,654 milhões e em 2021 foi de R$ 14,859 milhões, uma redução de R$ 12.794 milhões, cerca de 46% de variação a menor, em conformidade com os intensos trabalhos desta nova Diretoria Administrativa que reduziu gastos através da redução do valor dos contratos. A variação relativa ao quarto trimestre foi de R$ 2,755 milhões em relação ao terceiro trimestre de 2021; b) locação de móveis, equipamentos e veículos teve aumento de R$ 25 mil, com uma variação de 5% em relação ao ano de 2020; os honorários profissionais tiveram um aumento de R$ 6,064 milhões, 99% desse valor refere-se a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI (nota explicativa nº 19.1) não houve lançamentos nessa conta no ano de 2020. c) as recuperações tiveram uma redução de R$ 15,088 milhões, cerca de 62% de variação em relação ao ano de 2020.

26.2.3. Custos com Materiais de Consumo
Correspondem aos materiais aplicados direta e indiretamente na prestação de serviços da CEAGESP. Houve aumento em relação ao quarto trimestre de 2020, no valor de R$ 5,052 milhões, ou 69%; a) aumento nos custos com mercadorias vendidas de R$ 526 mil, o equivalente a 89%; b) houve aumento com materiais para expurgo e secagem de R$ 380 mil, cerca de 67%; c) houve aumento nas contas de energia e água e esgoto de R$ 5,551 milhões e de R$ 608 mil respectivamente, cerca de 18% e 6%; d) houve aumento de R$ 2,710 milhões nas recuperações, equivalente a 42%, R$ 3,120 milhões com recuperação dos custos com energia; e) houve redução de R$104 mil com materiais de consumo, cerca de 29%; f) aumento com materiais para manutenção e reparos de R$ 676 mil, equivalente a 59%. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 325 mil menor.

26.2.4. Custos com Utilidades e Serviços
São registrados os custos com seguros de bens próprios, de riscos diversos, de mercadorias, custo com telefone, fretes, condução, malotes, dentre outros. O aumento total foi de R$ 989 mil, aproximadamente 31,52%, dos quais, R$ 906 mil, registrada no custo com seguros em virtude de novos contratos. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 47 mil menor.

26.2.5. Custos com Manutenção e Reparos
Foi registrado um acréscimo de 83,55% ou R$ 2,972 milhões, no comparativo com o ano de 2020, principalmente em manutenções elétricas e manutenções civil. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi aumento de R$ 1.877 milhão.

26.2.6. Gastos Diversos
Neste grupo são registrados os custos com IPTU e taxas, viagens, legais e judiciais, contribuições para associação de classe e outros custos gerais. Ocorreu aumento de R$ 7,971 milhões na conta de (-) recuperação de custo com impostos e taxas, 142,74% em relação ao mesmo período de 2020. O aumento relativo ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 5.592 milhões.

26.3. Despesas Gerais e Administrativas

	01.10.2021 a 31.12.2021	01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
Pessoal e Encargos	(7.920)	(35.302)	(9.113)	(36.206)
Serviços de Terceiros	(977)	(4.539)	(1.481)	(5.678)
Despesas Gerais	(755)	(3.742)	(892)	(3.430)
Materiais de Consumo	(289)	(1.037)	(250)	(970)
Depreciações e Amortizações	(111)	(455)	(110)	(538)
Utilidades e Serviços	(46)	(348)	(35)	(230)
Manutenção e Reparos	(54)	(311)	(74)	(440)
Provisão/Reversão de Provisões Judiciais	(5.629)	6.026	(2.383)	(8.796)
	(15.781)	(39.708)	(14.338)	(56.288)

26.3.1. Despesas com Pessoal e Encargos
Contemplam as contas de remunerações, encargos sociais, benefícios e outros encargos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R$ 904 mil e, em percentuais, 2% em relação ao ano de 2020: a) as remunerações diminuíram em R$ 2,014 milhões, ou 9%; b) os encargos sociais aumentaram R$ 1,011 milhão, ou 13%, tendo em vista as rescisões ocorridas em 2020 que alavancaram os valores de FGTS; c) em despesas com outros encargos, o acréscimo total foi de R$ 441 mil, com indenizações trabalhistas e aviso prévio que aumentaram aproximadamente 90%. Houve redução na variação relativa ao quarto trimestre de R$ 1.015 milhão em relação ao terceiro trimestre de 2021.

26.3.2. Despesas com Serviços de Terceiros
Neste grupo são registrados os serviços de limpeza, processamento de dados, locação de móveis e equipamentos, estágio e demais serviços de terceiros. Houve, em relação a 2020, diminuição de 20%, ou R$ 1,139 milhão. As principais variações ocorreram em serviços de limpeza, terceiros e processamento de dados no valor de R$ 1,152 milhão, e, aumento com auxílio transporte estagiário no valor de R$ 43 mil. A variação negativa relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 165 mil.

26.3.3. Despesas Gerais
Grupo em que são registradas as despesas com viagens, IPTU, taxas, contribuições de classe e outras. Houve aumento de R$ 312 mil e, em percentuais, 9% em relação ao quarto trimestre de 2020: a) despesas legais e judiciais registraram aumento de R$ 419 mil, ou 22%; b) as despesas com taxas e emolumentos aumentaram R$ 19 mil, cerca de 45%; c) a despesa com viagens e estadas registrou diminuição de R$ 36 mil, 23%; d) houve aumento das recuperações em R$ 101 mil, cerca de 81%. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 167 mil maior.

26.3.4. Despesas com Materiais de Consumo
Contemplam as despesas com energia elétrica, água e esgoto, consumo, materiais de escritório, limpeza e higiene, informática, combustíveis, ferramentas, materiais para manutenção. O aumento total em relação ao mesmo período de 2020 foi de R$ 67 mil, principalmente em materiais de aplicação direta de energia. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 22 mil maior.

26.3.5. Despesas com Utilidades e Serviços
São despesas com condução, telefone, fretes, seguros, anúncios e publicações, dentre outros. A aumento total em relação ao mesmo período de 2020 foi de R$ 118 mil e em percentagem 12%. A principal variação ocorreu em seguro de riscos diversos. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 32 mil menor.

26.3.6. Despesas com Manutenção e Reparos
São registradas as manutenções elétricas, mecânicas, civis, veiculares, conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática. A diminuição em relação ao mesmo período de 2020 foi de 30%, ou R$ 129 mil. A principal variação foi registrada em conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática em R$ 135 mil. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 10 mil maior.

26.3.7. Provisão/Reversão de Provisões Judiciais
São registradas as despesas com PECLD, indenizações trabalhistas, riscos fiscais e riscos cíveis. Houve redução de R$ 14,822 milhões em relação ao quarto trimestre de 2020: a) PECLD – a conta de despesa com perdas aumentou R$ 4,538 milhões; b) a despesa com provisão para indenizações trabalhistas reduziu R$ 942 mil; c) a despesa com provisões de riscos fiscais reduziu R$ 1,218 milhão; d) a despesa com provisão para riscos cíveis reduziu em R$ 17.200 milhões. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 5,164 milhões menor.

26.4. Outras Receitas Operacionais

	01.10.2021 a 31.12.2021	01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
Eventuais	210	510	1.993	2.491
Alienação do Imobilizado	84	124	-	57
Dividendos recebidos	-	-	-	472
	294	634	1.993	3.020

26.4.1. Eventuais
Correspondem às multas operacionais e outras. Houve redução de R$ 1,981 milhão, ou 80% em relação ao quarto trimestre de 2020: a) as multas operacionais reduziram R$ 2,350 milhões, cerca de 105%, considerando principalmente o abatimento de repactuação contratual deliberado em reunião de diretoria conforme ata nº 28/2021 em 02 de julho de 2021, no valor de R$ 755 mil, de acordo com o disposto pelo Departamento de Entrepostagem e com fundamento no parecer Jurídico; b) outras receitas aumentaram R$ 143 mil, ou 57%; c) as doações de bens e as vendas de sucatas aumentaram R$ 67 mil e R$ 59 mil, respectivamente. Não houve movimentação para estas contas no quarto trimestre de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi o aumento de R$ 608 mil.

26.5. Despesas Financeiras

	01.10.2021 a 31.12.2021	01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
Juros sobre Outros Encargos	(25)	(5.326)	(550)	(1.584)
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(29)	(4.110)	(347)	(436)
Outros Encargos Financeiros	-	(257)	(2)	(4)
Comissões e Despesas Bancárias	(5)	(51)	(57)	(298)
Juros Financeiros e Empréstimos	-	(25)	(8)	(250)
Descontos Concedidos	-	(3)	-	-
Imposto sobre Operação Financeira – IOF	-	-	-	(45)
Atualização Monetária	(862)	8.828	(2.918)	(14.389)
	(921)	(943)	(3.882)	(17.006)

26.5.1. Atualização Monetária
São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial, parcelamento da taxa de lixo e IPTU a recolher. Foi registrada redução de R$23.217 milhões decorrente da reversão de atualização das parcelas de IPTU a recolher do exercício de 2020 e IPTU complementar do ETSP referente a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI no valor total de R$ 23.720 milhões, e, atualização no momento da adesão ao PPI de R$ 3.750 milhões. Bem como, Refis e Reserva especial, vide nota explicativa nº 19.1. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi redução de R$19.241 milhões.

26.5.2. Juros Financeiros e Empréstimos, Comissões e Despesas Bancárias e IOF
Os encargos financeiros foram calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

26.6. Receitas Financeiras

	01.10.2021 a 31.12.2021	01.01.2021 a 31.12.2021	01.10.2020 a 31.12.2020	01.01.2020 a 31.12.2020
Juros Recebidos	497	2.223	1.101	3.586
Receita sobre Aplicações Financeiras	447	986	5	5
Multas	199	269	98	212
Descontos Obtidos	-	170	2	12
Rendimentos sobre depósitos judiciais	30	30	-	-
	1.173	3.678	1.207	3.815

26.6.1. Juros Recebidos e Multas
Receitas provenientes de encargos financeiros de boletos recebidos em atraso. Houve redução de R$ 1.306 mil em comparação ao ano de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi aumento de R$ 139 mil.

26.6.2. Receita sobre Aplicações Financeiras
Refere-se aos rendimentos provenientes das aplicações no Banco do Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3. Houve aumento de R$ 981 mil em comparação ao ano de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi aumento de R$ 138 mil.

26.6.3. Descontos Obtidos
Receitas obtidas principalmente na antecipação de pagamentos de IPTU. Houve aumento de R$ 158 mil em relação ao ano de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre de 2021 em relação ao terceiro trimestre de 2021 teve efeito nulo.

27. EBITDA

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	33.374	(1.709)
(-) Receita Financeira	(3.678)	(3.815)
(+) Despesa Financeira	943	17.006
(+) Depreciações e Amortizações	7.281	7.216
	37.919	18.697

No ano de 2021, a CEAGESP apresentou EBITDA positivo de R$ 37.919 milhões. Na comparação com o mesmo período de 2020 houve crescimento de R$ 19.222 milhões, e em termos percentuais, 103%.

28. REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS ESTATUTÁRIOS
Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, até os quartos trimestres de 2020 e 2021 registrados na rubrica "Encargos Trabalhistas", foram de R$ 1.451 milhão e R$ 1.230 milhão, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2021 Remuneração R$	31.12.2020 Remuneração R$
Conselho de Administração – 6 membros	185	182
Conselho Fiscal – 3 membros	105	120
Comitê de Auditoria – 2 membros	76	121
Diretoria Executiva – 3 membros	1.085	807
Total	1.451	1.230

29. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO – BGU
O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União – BGU, pelo valor dos investimentos da União.

30. SEGUROS
Em 6 de setembro de 2021, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a riscos nomeados, operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 06 de setembro de 2022.
A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo dos funcionários, compulsório, facultativo e contributário com vigência até o dia 08 de maio de 2022.

31. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS
As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (*Warrant* e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

32.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 15% para o Imposto de Renda, 10% de adicional federal e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.12.2021		31.12.2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**33.374**	**33.374**	**(1.709)**	**(1.709)**
(+) Adições	**531.586**	**529.677**	**472.050**	**470.031**
Despesas Indedutíveis – Operacional				
Avaliações do Imobilizado	570	570	570	570
Gastos Indedutíveis	1.625	1.625	-	-
Multas Indedutíveis	17	17	370	370
Licença Maternidade – Prorrogação	66	66	81	81
Contribuição Associação de Classe - Indedutível	289	289	284	284
Indenizações Civis	-	-	2.206	2.206
Provisões	526.332	526.332	465.851	465.851
Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal - alienação ou baixa de ativo	779	779	669	669
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91 Art.3)	1.909	-	2.019	-
(-) Exclusões	**(537.551)**	**(537.551)**	**(464.221)**	**(464.221)**
(-) Reversão de Provisões	(532.390)	(532.390)	(458.392)	(458.392)
(-) Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(5.161)	(5.161)	(5.357)	(5.357)
(-) Dividendos Recebidos	-	-	(472)	(472)
Base de Cálculo	**27.409**	**25.500**	**6.120**	**4.101**
Compensação da Base Negativa	(8.223)	(7.650)	(1.836)	(1.230)
Base de Cálculo do Período	**19.186**	**17.850**	**4.284**	**2.871**
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.727	2.677	386	431
Adicional Federal	-	1.761	-	263
Total	**1.727**	**4.438**	**386**	**694**
Alíquota Efetiva	**5,17%**	**13,30%**	**22,56%**	**40,59%**

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R$ 433.972 milhões e base negativa de contribuição social de R$ 356.938 milhões. Esses valores não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

33. PARTES RELACIONADAS
A CEAGESP possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião Ordinária nº 12/2019, realizada em 29 de novembro de 2019.

33.1. Entidade Controladora
A CEAGESP é constituída sob a forma de empresa pública e está vinculada ao Ministério da Economia, com 99,68% do capital social integralizado pela União.

33.2. CONSAD e DIREX
Os membros do Conselho da Administração e da Diretoria Executiva constituem-se em Órgãos de gestão, estratégia e administração da Associação, adotando decisões para cumprimento das determinações, convalidando, expressamente, os atos, quando devidamente justificados.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS
No período compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.
Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):
a) Caixa e equivalentes de caixa;
b) Contas a receber;
c) Causas judiciais trabalhistas;
d) Fornecedores;
e) Obrigações fiscais a recolher; e
f) Risco de liquidez.

34.1 Gestão de Riscos
A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: Contas a receber de clientes; Causas judiciais trabalhistas e Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: a) passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); b) ações de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e c) ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP.

34.1.1. Risco de liquidez
Os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento da empresa. Demonstram o risco da Companhia de não conseguir obter recursos suficientes para cumprir com as obrigações relacionadas a seus passivos financeiros.

34.1.1.1. Índice de liquidez corrente
A comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1.43 em 31 de dezembro de 2021 e de 0,59 em 31 de dezembro de 2020.

34.1.1.2. Índice de liquidez geral
Considera os direitos e as obrigações de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou índice de liquidez geral de 0,92 enquanto que em 31 de dezembro de 2020 registrou índice de 0,73.

34.1.1.3. Índice de liquidez seca
Similar à liquidez corrente, a liquidez seca não considera o saldo de estoques da Companhia. O índice calculado em 31 de dezembro de 2021 foi de 1.41 enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 0,59.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES
Até a finalização dessas demonstrações, não foram identificados eventos favoráveis ou desfavoráveis ocorridos após a data do Balanço.

36. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND
A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019.
O Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.
Em virtude da inclusão da CEAGESP no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

37. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19
Houve a substituição temporária dos índices de correção dos contratos de IGP-M para IPCA, conforme autorização da Diretoria por motivo de força maior decorrente de situação de emergência em saúde pública, causada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), e, o aumento desproporcional do índice de reajuste anual que serve de base para as autorizações, concessões e permissões de uso celebrados pelos Departamentos de Entrepostos da Capital e do Interior e pelo Departamento de Armazenagem enquanto durar os efeitos da pandemia da Covid-19.

Volume comercializado mantém elevação no 4º trimestre
O Entreposto Terminal de São Paulo da CEAGESP, o maior da América Latina, registrou alta na comercialização em relação ao trimestre anterior, com tendência de elevação mensal na quantidade ofertada a partir do mês de outubro.
O aumento da flexibilização das restrições de isolamento social na capital, grande São Paulo e municípios do interior impulsionou a comercialização.
No quarto trimestre de 2021 foram comercializadas 781.425,30 toneladas de produtos ante 798.851 toneladas negociadas no mesmo período de 2020, com retração de 2.18%. Já na evolução mensal, no mês de dezembro último, registramos um volume de 269.230,97 toneladas e no mês de novembro, um volume de 268.099,36 toneladas; uma evolução positiva de 0,42%.
O gráfico abaixo ilustra a comercialização em toneladas no período de outubro a dezembro, por setor:

Apesar da retração observada no quarto trimestre deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado, o cenário da comercialização é positivo, demonstrando a retomada da economia, que além das questões da pandemia, o setor agrícola sofreu ainda em 2021, geadas, estiagem prolongada e ao menos três frentes frias extemporâneas, ainda assim o setor fechou o ano com 1.2% maior em relação ao ano anterior (quantidade em toneladas).

Índice de Preços

O índice de preços da CEAGESP encerrou o ano com 3,56%, além de ser o ano da retomada da pandemia, o setor de hortifrutigranjeiro passou por momentos muito difíceis no meio do ano, por conta de situações climáticas desfavoráveis. Os setores de legumes e verduras registraram as maiores variações ao longo do ano. O setor que teve maior alta no ano foi o de pescado, com 24,14%, seguido de legumes com 14,36%, frutas e diversos encerram o ano com -3,30% e -13,7%, respectivamente. Já para o setor das verduras houve uma leve baixa em dezembro, mas encerra o ano com alta de 3,97%, no Índice CEAGESP.
Apesar de todas as adversidades ocorridas ao longo do ano, o fluxo financeiro subiu 9.4% comparado com o ano de 2020. De outubro a dezembro o Entreposto movimentou R$ 2,55 bilhões em 2021 ante R$ 2,44 bilhões no mesmo período de 2020.
No mês de dezembro de 2021, o Entreposto movimentou cerca de R$ 903,2 milhões ante R$ 861,1 milhões negociados em novembro. Crescimento de 4.88%. O gráfico abaixo ilustra o fluxo financeiro dos últimos trimestres de 2021 e 2020, por setor de comercialização.

Tendência
O último trimestre do ano foi melhor que o último de 2020, e encerramos o ano dentro da estabilidade. A oferta foi melhor que a do trimestre anterior, o que significa que, aos poucos, o setor vem recuperando o vigor de sua atividade. O valor indica recuperação nos números da comercialização. Temos que considerar também, como forte influenciador os custos de produção, pois, os preços dos insumos são baizados na moeda estrangeira. Nossa taxa de câmbio está desvalorizada frente às principais moedas, fazendo os produtos estrangeiros chegarem caros, ocorrendo ao mesmo tempo um maior incentivo para as exportações de frutas nacionais, o que pressiona os preços mais elevados.
O setor de hortifrutícolas manteve milhares de empregos e renda para todos os elos da cadeia, incluindo os pequenos produtores rurais e pequenos comerciantes, apesar dos problemas pontuais de clima e cultura e também os agudos prejuízos causados pela pandemia. A missão de prover o abastecimento vem sendo desempenhada com muito empenho pela CEAGESP e seus permissionários, levando à mesa do consumidor, produtos de qualidade a preços justos.

38. DIRIGENTES E CONTADOR

Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araujo
Diretor Presidente

Glauco Tsuneimatu
Diretor Administrativo e Financeiro

Antonio Ferreira Pinto
Diretor Técnico e Operacional

Daniela Lourenço Caravana
Gerente do Departamento de Controladoria

Paulo Rogério Pereira da Silva
Contador CRC1SP 236593/O-4

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da Empresa, no decorrer do exercício. Neste sentido, considerando que não foram encontrados fatos que comprometessem os atos de gestão dos Administradores, bem como os teores dos Relatórios dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 15 de março de 2022, e do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho de Administração manifesta-se pela regularidade das contas, que expressam adequadamente a posição econômico-financeira e patrimonial da CEAGESP em 31 de dezembro de 2021, estando em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas. São Paulo, 16 de março de 2022.

NEWTON ARAÚJO SILVA JUNIOR
Presidente

ALANO ROBERTO SANTIAGO GUEDES
Conselheiro

JOÃO CLÁUDIO DE LIMA
Conselheiro

HEITOR FREIRE DE ABREU
Conselheiro

MARCUS VINÍCIUS MORELLI
Conselheiro

JOSELITO SARMENTO OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro

ALINE FAN PAPINI
Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e tendo como referência o Relatório da RUSSELL BEDFORD GM Auditores Independentes S/S sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 10 de março de 2022, os quais são adotados na íntegra, observada a aprovação por parte do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em reunião realizada em 16 de março de 2022, conclui que os referidos documentos societários expressam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, na forma da legislação em vigor. Tomou conhecimento, ainda, da proposta de destinação do lucro líquido de R$ 27.382.064,36 relativo ao resultado do exercício de 2021, da seguinte forma: R$ 1.369.103,22 para Reserva Legal; R$ 569.667,96 para Realização de Reserva de Reavaliação; R$ 6.645.657,29 para Dividendos Obrigatórios; R$ 19.936.971,81 para Reserva de Retenção de Lucros; bem como, da programação de investimentos, em relação aos quais manifesta-se favoravelmente, em cumprimento ao que dispõe o inciso III, do art. 163 da Lei nº 6.404/76. Da mesma forma, expressa sua opinião favorável ao aumento do capital social de R$ 137.041.204,62 para R$ 142.200.574,92, na forma proposta na Carta nº 004/DECON, de 10 de março de 2022."

São Paulo, 17 de março de 2022.

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO
Presidente do Conselho

ELIAS JACÓ DOS SANTOS
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Administração e aos Conselheiros da
COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP
São Paulo – SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da **"COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reembolso a Receber do Governo do Estado de São Paulo
Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Conforme Nota Explicativa nº 10, a CEAGESP desembolsou valores referentes às ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, em 31 de dezembro de 2021 apresentou o saldo de R$ 33.041 mil (R$ 30.640 mil em 31 de dezembro de 2020). Como também na Nota Explicativa nº 11, a CEAGESP teve desembolso de valores referentes a processos encerrados e em andamento, em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 6.343 mil (R$ 7.923 mil em 31 de dezembro de 2020). O Governo do Estado de São Paulo é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 ("Complementações"), porém desde 2019 não há o cumprimento das disposições contratuais. A CEAGESP ingressou com ação judicial para que seja declarada a obrigação do Governo do Estado de São Paulo, em cumprir os termos estabelecidos nos instrumentos contratuais firmados pelas partes. Conforme nota técnica emitida pela assessoria jurídica da Companhia a questão foi classificada como possível. Até a presente data o processo está em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Justiça Federal. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Procura por ouro cresce com a guerra; veja como investir

Commodity metálica acumula alta de 6,2% em dólar desde o fim de janeiro

Lucas Bombana

SÃO PAULO Em momentos de aumento das incertezas nos mercados, é comum que os investidores recorram aos ativos considerados os mais seguros, de modo a se resguardar nos dias de maior volatilidade.

Com a invasão russa à Ucrânia e os potenciais impactos econômicos e geopolíticos ainda desconhecidos em escala global, o ouro, conhecido como uma das principais proteções disponíveis para as carteiras dos agentes econômicos junto com o dólar, vem em uma firme trajetória de valorização.

De 31 de janeiro de 2022, quando estava cotada em torno de US$ 1.800 (R$ 9.072) no mercado internacional, até US$ 1.921 (R$ 9.682) em 18 de março, a commodity metálica acumula uma valorização de aproximadamente 6,2%, em dólar, segundo dados da Bloomberg.

O metal precioso atingiu as máximas históricas em meados de agosto de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus, quando bateu em US$ 2.060 (R$ 10.383).

O ouro é especialmente demandado em cenários como o atual, de extrema volatilidade nos ativos de maior risco, explica Paula Sauer, que é professora de Economia da ESPM e planejadora financeira CFP.

"Se já não bastava a gente ainda estar tendo de conviver com a pandemia, agora temos também a guerra na Ucrânia para trazer mais incerteza, o que faz as pessoas buscarem maior segurança", afirma.

Para aqueles interessados em ter o metal precioso dentro do portfólio de investimento para efeito de proteção e de diversificação, a especialista lembra que existem algumas formas de ter acesso a ele no mercado local.

Uma das maneiras mais tradicionais se dá por meio da compra direta de ouro no mercado, operação que pode ser feita por meio dos grandes bancos.

"Por ser um ativo de renda variável, a decisão de investimento deve considerar as condições de mercado, o prazo pretendido de investimento e, sobretudo, a adequação ao perfil de cada investidor", informa o BB (Banco do Brasil), que oferece aos correntistas a modalidade "Ouro Escritural", em que é possível investir em ouro em quantidades múltiplas de 25 gramas.

O investimento em ouro pode ser "uma excelente opção para quem espera um retorno de médio a longo prazo e deseja diversificar investimentos, proteger seu patrimônio ou reduzir perdas com volatilidades de mercado", aponta o Bradesco.

A grama do ouro no mercado local está valendo algo em torno de R$ 310, e só não está em patamares ainda mais esticados por conta da recente valorização do real frente ao dólar.

Para se chegar ao valor do ouro que é negociado no mercado é preciso pegar o preço da onça-troy no mercado internacional e dividir por 31,104 gramas, quantidade padrão de ouro da medida de referência.

Com a cotação de sexta em torno de US$ 1,9 mil, o resultado equivale, portanto, a cerca de US$ 61,76 por grama, com a conversão do câmbio para se chegar ao preço doméstico, com o dólar ao redor de R$ 5,04.

Além dos bancos, também é possível investir no metal precioso diretamente por meio da Bolsa de Valores.

> Ter uma exposição ao ouro é importante para efeito de diversificação, mas entendo que comprar ouro é um tipo de seguro. Você compra antes de acontecer o sinistro
>
> **Bruno Mori**
> planejador financeiro CFP

Cotação do ouro à vista
Em US$

Eixo: 2500, 2000, 1500, 1000, 500, 0 — 288 (31.dez.1999); 1.931 (5.set.2011); 2.060 (6.ago.2020); 1.921 (18.mar.2022); 24.fev Rússia invade Ucrânia

Fonte: Bloomberg

Na B3, existem duas alternativas principais para acessar o investimento no ouro, explica Louis Gourbin, superintendente de commodities da Bolsa —por meio dos contratos que acompanham a cotação do ouro (OZ1D, OZ2D e OZ3D), ou ainda via o ETF GOLD11 e o BDR de ETF BIAU39, instrumentos financeiros que representam uma espécie de fundo de gestão passiva que replica a performance do índice global LBMA (London Bullion Market Association Gold Price).

O OZ1D é um contrato negociado na Bolsa que corresponde a uma quantia de 250 gramas de ouro, explica Gourbin. No caso do OZ2D, são dez gramas, e 225 gramas, para o OZ3D.

O valor necessário para o investimento nos contratos varia a depender da cotação da grama do ouro do momento, além das tarifas cobradas pela B3 conforme o volume negociado. Assim como ocorre nas ações, a tributação é de 15% sobre os ganhos obtidos na venda dos contratos, com isenção para negócios abaixo de R$ 20 mil no mês.

Já no caso do ETF GOLD11, o valor da cota negociada em Bolsa era de R$ 10,28 na sexta-feira (18), com taxa de administração de 0,55% ao ano, enquanto o BDR de ETF BIAU39 era cotado a R$ 45,94, com taxa de 0,25% ao ano. Ambos também são tributados em 15% sobre o ganho de capital, sem isenção independentemente do valor negociado.

"Ter uma exposição ao ouro é importante para efeito de diversificação, mas entendo que comprar ouro é um tipo de seguro. Você compra antes de acontecer o sinistro, na comparação com o seguro de um carro", afirma Bruno Mori, planejador financeiro CFP.

Nesse sentido, continua Mori, incluir aplicações vinculadas ao ouro na carteira acaba sendo mais eficiente quando isso é feito antes de acontecer algum problema no mercado, como no caso de uma guerra. Depois que o problema aconteceu, o ativo já está valorizado, afirma o planejador.

"Claro que tudo o que está ruim sempre pode piorar, mas existe o risco de se comprar o ativo na máxima e ficar com ele na carteira amargando prejuízo quando o mercado melhorar", complementa Mori.

Crises e conflito tornam Brasil e Rússia as decepções dos Brics

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Brasil e Rússia foram as duas grandes decepções entre os Brics, grupo de países formado também por Índia, China e África do Sul, duas décadas após a criação do termo para designar essas economistas emergentes.

As sanções impostas ao governo russo após a invasão da Ucrânia tendem a piorar uma trajetória que já se mostrava desfavorável para os dois países antes mesmo da guerra.

Como grupo, as cinco economias já respondem por quase um terço do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, mas esse resultado se deve principalmente ao desempenho da China e, em menor escala, ao da Índia.

O acrônimo Bric (palavra que também significa tijolo, em inglês) foi criado pelo economista britânico Jim O'Neil, do banco Goldman Sachs. Em um trabalho publicado no final de 2001, ele traçava cenários de crescimento para Brasil, Rússia, Índia e China.

Os Brics, no plural, acabaram por se tornar um grupo organizado a partir de 2009 e que conta, ainda, com a África do Sul desde 2011.

O'Neil estimou em 2001 que o peso dessas economias emergentes no PIB mundial passaria de cerca de 20% para 27% nos dez anos seguintes. Pela métrica do FMI (Fundo Monetário Internacional), chegou a 26,8% em 2011 e a 31,2% em 2021.

Para Brasil e Rússia, o economista estimava um crescimento anual médio de 4% nos anos seguintes. O resultado efetivo de 2002 a 2021 foi de 2,2% e 3,1%, respectivamente.

A Índia cresceu 6,6%, acima dos 5% estimados. A China teve expansão anual de 8,7%, superando a expectativa de 7%. A participação do Brasil deveria chegar a 3,2% do PIB mundial. Atualmente, está em 2,4%.

Em artigo publicado em setembro do ano passado, O'Neil afirmou que a primeira década do século foi de sucesso para os quatro países. Todos tiveram desempenho acima do projetado. Na segunda década, porém, as participações de Brasil e Rússia no PIB mundial regrediram.

Em 2017, O'Neil já afirmava que "Brasil e Rússia foram grandes decepções" e que o acrônimo deveria ser apenas IC (Índia e China). Naquele ano, a economia brasileira havia acabado de sair de uma das maiores recessões da história, enquanto o mundo continuava a crescer. Nos anos seguintes, o país entrou em um ritmo de baixo crescimento, de 1% ao ano na média, que se mantém até hoje.

Na média de 2022 até 2026, a taxa de crescimento do Brasil deve dobrar, mas ainda será a metade do previsto pelo economista há mais de 20 anos, segundo projeções coletadas pelo FMI.

As estimativas apontavam que a Rússia deveria manter o ritmo de crescimento em torno de 3% ao ano nesse mesmo período. As sanções aplicadas àquela economia por causa da invasão da Ucrânia, no entanto, devem mudar esse cenário.

Pesquisa realizada pelo Banco Central da Rússia com economistas mostra que a inflação no país deve acelerar para 20% e que a economia pode ter uma contração de até 8% neste ano.

O banco JP Morgan também estima que o PIB da Rússia pode ter uma contração de 8% em 2022, seguida por um resultado próximo de zero no ano seguinte.

Os EUA, por exemplo, proibiram a importação de petróleo e gás russo. A Rússia também foi excluída do sistema internacional de transferências bancárias, e várias empresas estrangeiras estão deixando de operar no país.

Dentro dos Brics, as reações têm sido menos desfavoráveis. Dos outros países do grupo, apenas o Brasil votou a favor de uma resolução da ONU (Organização das Nações Unidas) condenando a invasão. Os demais se abstiveram.

A China evitou condenar o presidente russo, Vladimir Putin, pela invasão, mas criticou as sanções internacionais impostas ao país.

Participação dos Brics na economia mundial*

Fatias de Brasil, Rússia e África do Sul encolhem

PIB per capita medido em paridade do poder de compra

*Produto Interno Bruto baseado na participação da paridade do poder de compra (PPC) no total mundial | Fonte: FMI (Fundo Monetário Internacional)

tec

Supremo vence Telegram no 1º round

O tempo dirá se o período de molecagem do app com o Brasil acabou

Ronaldo Lemos
Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Na sexta (18) o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão monocrática, determinou o bloqueio do aplicativo Telegram no Brasil.

O aplicativo —que é útil— infelizmente tem adotado por prática a molecagem de ignorar a lei dos países em que opera, inclusive no contexto de democracias constitucionais como o Brasil e a Alemanha.

No mesmo dia da ordem de bloqueio, o fundador da empresa publicou em seu canal (no próprio Telegram!) uma série de desculpas de por que vinha ignorando as decisões do Supremo há meses ("parece que tivemos um problema com nossos e-mails").

No domingo (20), o Telegram —em mudança de postura— acatou a maioria das determinações do Supremo.

Chegou inclusive a nomear um procurador no país, que a partir de agora é responsável por representar legalmente a empresa. Em suma, a ordem do Supremo surtiu efeito.

Até domingo o termo "molecagem" aplica-se bem à empresa. O Telegram claramente trouxe inovações no conceito de mensageiros digitais. Aliás, ele é hoje mais uma ferramenta de "broadcast" do que de troca de mensagens individuais. Mais um serviço de nuvem do que meio de comunicação ponto a ponto.

Com isso, ganhou muitos usuários no mundo, sendo 50 milhões no Brasil.

O que não dá para entender é como o Telegram —que na teoria critica autocracias e se proclama como defensor das liberdades— na prática vinha atuando exatamente como uma autocracia, e das piores.

Ao não responder ordens de tribunais legitimamente constituídos por países democráticos constitucionais, o aplicativo mostra que responde apenas à vontade de uma única pessoa: seu fundador.

Nem os criadores das principais big techs do planeta hoje, por mais tomados por húbris que estejam, foram capazes da molecagem de ignorar a existência das instituições criadas pelos estados-nacionais, como o Poder Judiciário.

Amazon, Facebook, Microsoft, Apple, Google e TikTok respeitam as instituições dos países em que operam. Já o Telegram vinha adotando a postura de sites piratas. Ou ignorava, ou gastava dinheiro e recursos tecnológicos para fugir de ordens judiciais.

O site chegou a implementar proxies ou se esconder atrás de empresas legítimas (como de armazenamento em nuvem), mescladas ao seu serviço, para dificultar ordens contra a empresa.

A ordem do Supremo também tinha vários problemas. Por exemplo, utilizava erroneamente o Marco Civil da Internet como fundamento para a decisão de bloqueio. O Marco Civil não permite qualquer bloqueio a sites ou serviços de internet.

No entanto, a forma de lidar com ordens judiciais equivocadas é responder no âmbito do processo judicial com outros argumentos jurídicos, como qualquer pessoa normal faz no âmbito do Estado de Direito.

Além disso, o Telegram é financiado por fundos que têm investimentos no Brasil, como o Oyster Venture Partners. Espera-se que esses investidores também demandem uma postura mais madura do aplicativo, até para não correrem risco de danos colaterais.

Com tudo isso, o tempo irá dizer se o período de molecagem do Telegram com o Brasil encerrou-se neste domingo ou não.

READER

Já era *A paciência da Justiça brasileira com o Telegram*

Já é *Cumprimento pelo Telegram das demandas do STF*

Já vem *Acompanhar se a recém-alcançada maturidade do Telegram irá perdurar*

LinkedIn retira anúncio de vaga que dava preferência a negros e indígenas

Emprego era parte de ação afirmativa de centro de pesquisa; rede diz que postagem feria regras

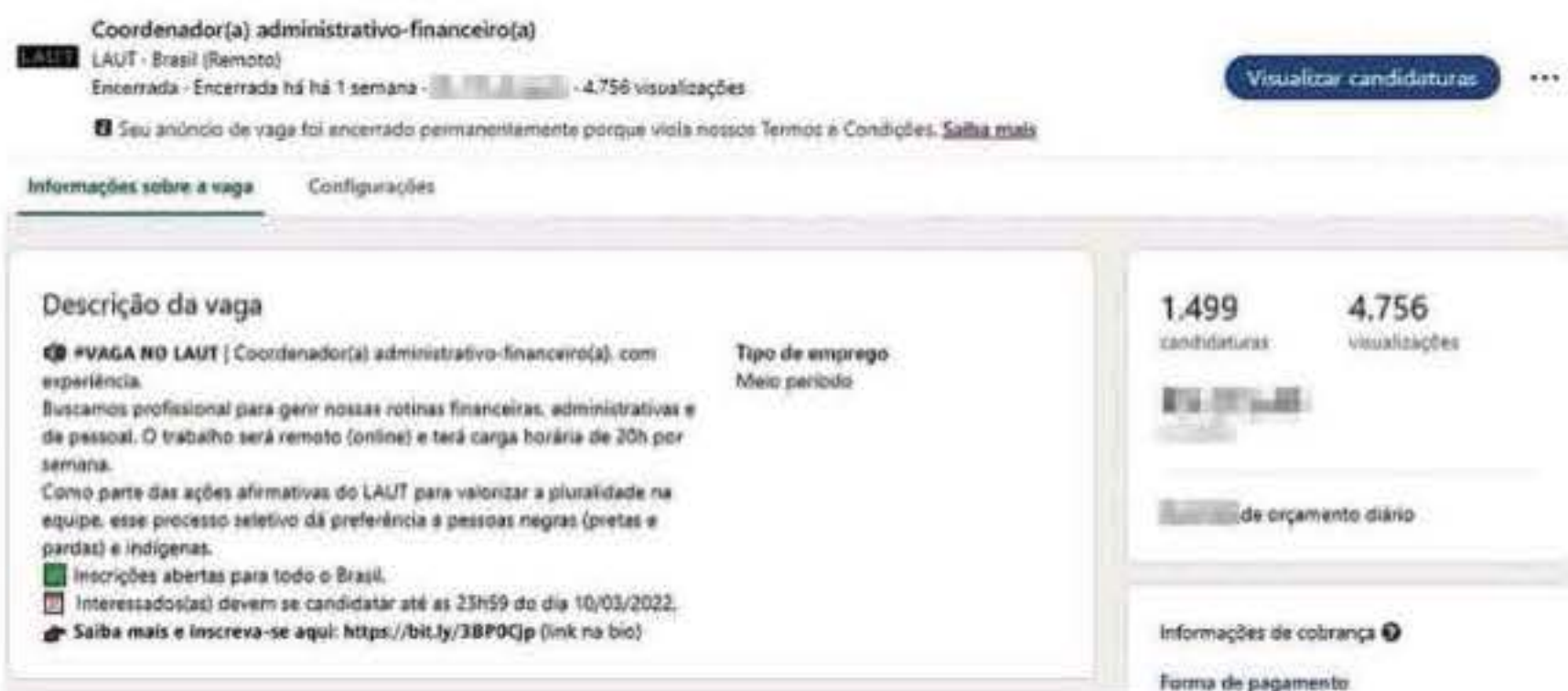
Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A rede social voltada para o mercado de trabalho LinkedIn excluiu a publicação de uma vaga que dava prioridade, na seleção, a pessoas negras e indígenas. A posição foi aberta pelo Laut (Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo) e buscava contratar alguém para a coordenação do setor administrativo e financeiro.

O LinkedIn diz que as políticas de publicação de vagas não permitem anúncios que excluam ou demonstrem preferência por profissionais. A restrição vale, segundo a empresa, para quaisquer tipos de características, sejam elas idade, de gênero, raça, etnia, religião ou orientação sexual.

O anúncio feito pelo centro de pesquisa descrevia quem teria prioridade na seleção: "como parte das ações afirmativas do Laut para valorizar a pluralidade da equipe, esse processo seletivo dá preferência a pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas."

Além disso, trazia informações típicas de uma publicação de vaga de emprego: a carga horária de 20 horas semanais e a expectativa de que o profissional contratado gerenciasse as rotinas financeiras, administrativas e de pessoal da entidade.

Dias depois de publicado, o anúncio foi retirado do ar. O suporte do site informou que a postagem havia sido retirada do ar por ter sido considerada discriminatória. O funcionário da rede social não detalhava o que havia sido considerado discriminatório, mas, para o Laut, não há dúvida de que o alvo era a preferência por pessoas negras e indígenas.

O LinkedIn afirma que suas políticas são detalhadas, transparentes e aplicadas a todos os usuários da plataforma em todo o mundo, e que partem do entendimento de que pessoas com os mesmos talentos devem ter acesso às mesmas oportunidades.

"Entendemos que em alguns países, como o Brasil, a legislação permite que empregadores apliquem esses critérios em seus processos de seleção. Revisitamos regularmente nossas políticas para garantir que apoiamos a diversidade e a inclusão de candidatos no LinkedIn e, consequentemente, no mercado de trabalho", diz a plataforma.

O pesquisador do Laut, Conrado Hübner Mendes, colunista da **Folha**, diz que o combate à discriminação estabelecido pelo LinkedIn em suas políticas é positivo. Porém, considera estapafúrdia a interpretação da regra em relação à preferência por candidatos negros e indígenas.

"O Brasil tem um acúmulo de políticas públicas para expandir ações afirmativas, com cotas em universidades, cotas em partidos, cotas em empresas. Foi um assunto que suscitou debates intensos, mas houve uma estabilização de que esse tipo de ação não é só compatível como é desejável", afirma Hübner, que é professor de direito da Universidade de São Paulo.

O pesquisador defende que a priorização de grupos nas seleções para vagas por meio das chamadas ações afirmativas buscam melhorar o acesso de quem acabava excluído desses processos.

Ele lembra o caso do programa de trainee aberto pela rede Magazine Luiza em 2020, para o qual só foram selecionados mulheres e homens pretos.

O anúncio gerou reações acaloradas contra e a favor da iniciativa. Na época, até juízes do trabalho vieram a público criticar a decisão da rede, que consideravam discriminatória, por dar exclusividade a candidatos negros.

Depois da rede de varejo, outras empresas lançaram programas de seleção similares, com reserva de vagas para candidatos negros ou seleções exclusivas. A **Folha** organiza, neste ano, a segunda edição para um treinamento destinado a profissionais negros. A primeira foi em 2021.

No início deste ano, a roteirista e podcaster Deia Nunes, do Não Inviabilize, foi alvo de uma onda de ataques por meio do Twitter depois que anunciou uma vaga de trabalho para a qual selecionaria somente mulheres pretas, pardas e indígenas.

> O Brasil tem um acúmulo de políticas públicas para expandir ações afirmativas. Foi um assunto que suscitou debates intensos, mas houve uma esta-bilização de que esse tipo de ação não é só compatível como é desejável
>
> **Conrado Hübner**
> pesquisador do Laut

Anúncio do Laut, derrubado do LinkedIn por ter sido considerado discriminatório
Reprodução

Google é acusado de discriminar funcionários negros nos EUA

Daisuke Wakabayashi

SAN FRANCISCO | THE NEW YORK TIMES Uma ex-funcionária do Google processou a empresa na sexta-feira (18), alegando que ela discriminava sistematicamente os trabalhadores negros, colocando-os em cargos de nível inferior, com remuneração baixa, e negando-lhes oportunidades de avanço profissional.

O processo, aberto no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Norte da Califórnia, em San Jose, deve se tornar uma ação coletiva. A demandante da ação é April Curley, que trabalhou no Google de 2014 até ser demitida, em 2020.

Enquanto fez parte da empresa, Curley ajudou a trazer funcionários negros para o Google, criando programas de recrutamento em faculdades e universidades tradicionalmente negras.

"O Google está engajado num padrão ou prática nacional de discriminação racial intencional e retaliação, e mantém políticas e práticas de emprego que têm um impacto díspar contra funcionários negros nos Estados Unidos", dizia a queixa.

Um porta-voz do Google não respondeu imediatamente a um pedido de comentário sobre o processo.

A ação reflete muitas queixas apresentadas por funcionários negros ao longo dos anos sobre trabalhar no empresa. Mesmo tendo crescido e se tornado um dos maiores empregadores privados dos Estados Unidos, a companhia teve dificuldade para aumentar a diversidade racial e de gênero em sua força de trabalho, especialmente em sua bem remunerada equipe de engenheiros.

De acordo com seu relatório de diversidade de 2021, 4,4% dos funcionários do Google nos EUA eram "negros+", o que inclui trabalhadores que se identificam como mais de uma raça.

Isso está muito abaixo da média nacional, de 9,1% para empresas de publicação e pesquisa digital, de acordo com a Agência de Estatísticas do Trabalho.

O processo diz que o Google contrata sistematicamente funcionários negros em uma posição profissional inferior à adequada à sua experiência. Como o pagamento está vinculado aos níveis de cargo, isso acabou permitindo que a empresa pagasse menos aos funcionários negros em relação a seus pares.

Candidatos negros qualificados muitas vezes não eram considerados suficientemente "googly" —designação arbitrária que seria uma espécie de sinalização para discriminação racial, segundo a queixa.

Ela também afirma que a empresa muitas vezes causou confusão em candidatos negros a uma vaga de emprego com perguntas intencionalmente difíceis para que eles se saíssem mal nas entrevistas, e acusou o Google de contratar trabalhadores negros para cargos com salários menores e de nível inferior, com menor potencial de progresso.

Curley também disse que foi submetida a um ambiente de trabalho hostil. Durante seus seis anos na empresa, disse, os gerentes muitas vezes a confundiram com outras duas colegas negras.

Ela disse que ela e essas colegas não tinham permissão para falar ou se apresentar durante reuniões importantes, e que ela se sentiu humilhada e sexualizada quando um gerente perguntou com quais colegas ela queria dormir.

O processo relata que o salário de Curley tinha sido reduzido e que ela foi repreendida por se manifestar em reuniões de equipe e desafiar as práticas internas em 2019. Um ano depois, a empresa colocou a ex-funcionária em um plano de melhora de desempenho e rescindiu seu contrato em setembro de 2020.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Justiça barra sede da Amazon em terra considerada sagrada

JOHANNESBURGO E CIDADE DO CABO | AFP E REUTERS A Justiça sul-africana paralisou a construção da sede continental da Amazon na África, na Cidade do Cabo, atendendo a representantes de povos originários que afirmam que a terra é sagrada.

"O direito fundamental à cultura e ao patrimônio de grupos indígenas, mais particularmente os povos Khoi e San, estão ameaçados na ausência de consulta adequada", disse o tribunal em decisão publicada neste domingo (20).

Alguns descendentes se opuseram ao empreendimento River Club. Além da Amazon, o projeto inclui um hotel, escritórios e residências.

A empresa não respondeu a um pedido de entrevista.

A Justiça reconhece que representantes dos povos originários apoiaram o projeto em troca da construção de um centro cultural. Mas o Conselho Tradicional Indígena Khoi Khoin de Goringhaicona e uma associação pediram a interrupção do empreendimento.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2022 B1

Processo para mudar regras de armas tem ameaças e apoio do clã Bolsonaro

Projeto de lei que beneficia CACs está em tramitação no Senado e é alvo de pressão de lobistas

Eduardo Bolsonaro (de boné preto), um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro, discursa em protesto pró-armas em Brasília Pedro Ladeira - 9.set 20/Folhapress

Raquel Lopes

BRASÍLIA Senadores na linha de frente da tramitação do projeto de lei que beneficia CACs (colecionadores, atiradores e caçadores) passaram a sofrer ameaças da categoria, além de se tornarem alvos da pressão de lobistas de armas e até do clã Bolsonaro.

Com a justificativa de dar segurança jurídica aos CACs, o projeto altera pontos importantes da legislação sobre controle de armas e munições no país. A proposta está na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), sob a relatoria do senador Marcos do Val (Podemos-ES).

Apresentado pelo Executivo ao Congresso, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em novembro de 2019.

O relator tentou votar o texto como chegou ao Senado em dezembro do ano passado, mas houve pedido de vista coletivo na comissão.

Em fevereiro, foi feito um acordo oral para que alguns pontos fossem mudados, o que gerou novo pedido de adiamento da votação. No início deste mês, parlamentares alegaram que uma série de novas modificações no texto dificultou o andamento da proposta novamente.

Entre as mudanças, estava conceder porte de arma para agentes socioeducativos, defensores públicos e membros do Congresso. Essa inclusão de novas categorias gerou muitos questionamentos de parlamentares e tem sido criticada por especialistas em segurança pública.

Após senadores contrários ao novo texto conseguirem adiar a votação, alguns deles passaram a receber ameaças nas redes sociais e por email.

Em uma dessas ameaças, os senadores Eduardo Girão (Podemos-CE), Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Simone Tebet (MDB-MS) são atacados e xingados.

"Eu já venho atuando nessa área há anos, já fui ameaçada outras vezes. A gente não pode naturalizar e precisa encaminhar o caso para investigação. Às vezes nas viagens uso apoio de seguranças, não posso subestimar", afirma Eliziane.

Girão e Eliziane acionaram a polícia legislativa, que já identificou os autores das ameaças. Segundo o senador Marcos do Val em sessão da última quarta-feira (16), os dois são CACs, sendo que um é de Maceió e o outro de São Paulo.

O relator disse que estuda incluir no texto penalidade para as categorias que são citadas no projeto e que promovem ameaças.

"Vou colocar na lei que o CAC pode perder o registro, ter as armas recolhidas e pode pegar prisão. Eu não concordo com esse tipo de ameaça e, por isso, pedi para o projeto ser retirado da pauta até a conclusão das investigações", destacou Marcos do Val.

Para especialistas, o novo texto vai além de focar os CACs. "Com as emendas acatadas pelo relator, o projeto deixa de focar só CACs e derruba o Estatuto do Desarmamento completamente, dando porte para diversas categorias. É um projeto para gerar lucro, vender arma de fogo", avalia Felippe Angeli, gerente de advocacy do Instituto Sou da Paz.

Agindo nos bastidores, um personagem que ganhou destaque na pressão pela aprovação da proposta é o advogado e presidente do movimento Proarmas, Marcos Pollon.

O advogado transita com facilidade pelo Senado e, durante as sessões, tem tido acesso a áreas reservadas a senadores. Ele assessora a equipe do relator dentro e fora das reuniões da CCJ.

Em uma live logo após uma sessão da comissão, no dia 23 de fevereiro, ele chegou a dizer que apresentou emendas ao projeto.

"Eu apresentei oito emendas. Quatro eu pedi para o César fazer na hora. Falei: 'César, me dá uma emenda disso, uma disso, uma disso. Ele mandou. Peguei com a minha equipe mais quatro, apresentei. [...] O César viu meu desespero no WhatsApp. Eu lá falando, tava dando suporte para outros senadores", disse.

Ele se referia a César Mello, que também é CAC e advogado, e assim como ele atua no lobby para aprovação do projeto.

> Eu já venho atuando nessa área há anos, já fui ameaçada outras vezes. A gente não pode naturalizar e precisa encaminhar o caso para investigação
>
> **Eliziane Gama (Cidadania-MA)**
> senadora contrária ao projeto

> Quer a prova real de que armas salvam vidas? [...] Assim que começou a guerra com a Rússia, a primeira coisa que o atual presidente [da Ucrânia] fez —porque havia passado legislação para desarmar a população— foi conceder o porte de armas para a população civil, foi dar fuzil para a população defender a sua soberania, a sua pátria
>
> **Flávio Bolsonaro (PL-RJ)**
> senador, filho do presidente da República

Em entrevista à Folha, o senador Marcos do Val confirmou que pediu sugestões na construção do relatório para Pollon por considerá-lo uma pessoa equilibrada e com conhecimento jurídico.

"Tenho pedido a ele sugestões e ideias em relação a alguns pontos, do mesmo jeito que pedi aos peritos [outra categoria citada no PL]. Ele fez um evento no ano passado e vi um perfil moderado como o meu. Então, peço sugestões quando há essas pautas. Precisamos dar segurança jurídica aos CACs, sem radicalizar e sem retrocesso", afirmou o senador.

Na última semana, em outra live, Pollon disse que conversou com todas as categorias que foram adicionadas ao PL para pedir apoio. Ele também solicitou às pessoas que assistiam à transmissão que procurassem, por email ou telefone, alguns senadores indicados por ele.

"Precisamos que o senhor [senador] apoie a aprovação na CCJ do PL 3.723/2019 que dá um pouco de segurança jurídica para os CACs". É essa frase, que tem que ser dita dessa forma. Como? Mandando email ou telefonando", argumentou Pollon.

A assessoria de imprensa de Marcos Pollon negou, por meio de nota, que ele tenha acesso especial no Senado. "O trabalho que ele faz é o mesmo que as ONGs desarmamentistas fazem. Apenas apresenta um contraponto técnico por ser especialista em legislação de controle de armas."

A atuação de César Mello é descrita pelo advogado e CAC Jorge Barreto em uma live. "O César está agindo nos bastidores e eu vou demonstrar já essa informação veiculada. Ele está trabalhando para vários", disse Barreto.

Mello disse, por nota, que não trabalha em bastidor, está auxiliando o senador de forma aberta.

"A matéria é extremamente complexa e é necessário conhecê-la para opinar. Por ser especialista em direito público e atirador esportivo há dez anos, coloquei meu conhecimento à disposição do senador na defesa dos interesses da comunidade", afirma Mello.

Neste sábado (19), ele fez uma live relatando os questionamentos da Folha sobre sua atuação. "Por enquanto, senador que me perguntou qualquer coisa foi Marcos do Val, que é parça, gente boa", disse.

O projeto também tem sido acompanhado de perto pelos filhos do presidente Jair Bolsonaro (PL). O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) participou da última reunião que ocorreu na CCJ e defendeu mais armas para a população.

"Quer a prova real de que armas salvam vidas? Foi o que fez o presidente da Ucrânia agora, nessa guerra com a Rússia. Assim que começou a guerra com a Rússia, a primeira coisa que o atual presidente fez —porque havia passado legislação para desarmar a população— foi conceder o porte de armas para a população civil, foi dar fuzil para a população defender a sua soberania, a sua pátria", disse Flávio.

No mesmo dia, o deputado Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP) chamou em suas redes sociais para a votação que estava prevista para acontecer. Horas depois, ainda compartilhou a fala do irmão na CCJ.

Flávio e Eduardo foram procurados pela reportagem, mas não se manifestaram até a conclusão desta edição.

O presidente, sua família e vários de seus apoiadores são ferrenhos defensores do armamento da população. Bolsonaro estimula o cidadão comum a se armar e deu acesso à população a calibres mais poderosos.

O governo já editou 15 decretos presidenciais, 19 portarias e 2 resoluções que flexibilizam regras, além de enviar 2 projetos ao Legislativo.

Os CACs têm sido beneficiados com uma série de normas no governo, o que tem influenciado o crescimento de armas e munições nas mãos dessa categoria.

Houve aumento do número de registros e do arsenal bélico neste grupo. No total, há 795 mil armas registradas de CACs e 492 mil pessoas com registro ativo de CAC no Exército Brasileiro até novembro de 2021.

Conheça alguns pontos do PL

CACS

Como é hoje
Não há regras no Estatuto do Desarmamento para essa categoria
Como pode ficar
Insere no Estatuto do Desarmamento regras para CACs
Situação
Aprovado na Câmara e até então sem mudança no Senado

PORTE DE ARMA DE TRÂNSITO

Como é hoje
O Decreto 10.629/2021 autorizou os CACs a transportarem uma arma de fogo curta municiada e pronta para uso no trajeto entre o local de guarda do equipamento e os locais de treinamento ou de caça
Como pode ficar
Dá status de lei ao decreto de Bolsonaro. O texto considera trajeto qualquer itinerário realizado pelo CAC, independentemente do horário
Situação
Aprovado na Câmara e até então sem mudança no Senado

ARMAS ADQUIRIDAS POR CACS

Como é hoje
Pelos decretos, atiradores podem ter no máximo 60 armas e caçadores, 30
Como pode ficar
A quantidade de armas autorizadas para caça ou tiro esportivo será regulamentada pelo Comando do Exército, assegurada a quantidade de 16 armas, sendo 6 de uso restrito. Não há máximo, podendo ser concedidas autorizações a critério do Comando do Exército
Situação
Emenda acatada pelo relator Marcos do Val em 23.fev

BANCO DE DADOS

Como é hoje
Não há na legislação
Como pode ficar
Os acessos aos bancos de dados com cadastros de acervo dos CACs serão restritos a servidor credenciado pelas respectivas instituições e passarão a ser feitos somente após registro prévio da motivação
Situação
Aprovado na Câmara e até então sem mudança no Senado

DIREITO A SER CAC

Como é hoje
Não há legislação sobre o tema
Como pode ficar
Define as atividades de caça, tiro desportivo e colecionamento como "direito de todo cidadão brasileiro" e estrangeiros residentes no país
Situação
Emenda acatada em 9.mar

OUTRAS CATEGORIAS PORTE DE ARMAS

Como é hoje
Não têm direito ao porte de armas
Como pode ficar
São duas emendas ao projeto. Uma concede porte de arma a para membros das procuradorias estaduais; integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente designados para as atividades de fiscalização; auditores fiscais agropecuários e agentes de trânsito. Outra para agentes socioeducativos, defensores públicos, policiais de assembleias legislativas, oficiais de justiça e do Ministério Público, peritos criminais, membros do Congresso Nacional, auditores estaduais distritais, advogados públicos, auditores fiscais agropecuários
Situação
As duas emendas foram acatadas

Tokenismo e lavagem definem falsa diversidade em empresas

Termo 'token' foi citado por Martin Luther King em 1962 e depois aplicado ao ambiente corporativo

Priscila Camazano

SÃO PAULO "A noção de que a integração por meio de 'tokens' vai satisfazer as pessoas é uma ilusão. O negro de hoje tem uma noção nova de quem é", afirmou Martin Luther King em um artigo publicado em 1962 durante a luta pelos direitos civis. O ativista foi um dos primeiros a utilizar o termo "tokenismo" para definir um movimento de falsa inclusão racial. Depois, o conceito foi transportado para o ambiente corporativo.

"Tokenismo é basicamente pegar grupos que estão sub-representados dentro do ambiente de trabalho e usá-los em ocasiões muito pontuais para representar o todo", afirmou Luana Génot, diretora-executiva do ID_BR (Instituto Identidades do Brasil).

Segundo Génot, um exemplo de uma pessoa negra feita de "token" é quando uma empresa, na semana da Consciência Negra, usa a imagem da única liderança negra do seu quadro de funcionários para dizer que é diversa. "É uma prática que se mostra muito superficial e de um esforço pontual para se mostrar diverso", afirmou.

Em inglês, a palavra "token" "é usada para se referir a algo que é feito para prevenir outras pessoas de reclamarem, apesar de não ser uma atitude sincera e de não ter nenhum significado prático", explica o Dicionário Cambridge.

O tokenismo também está relacionado a outro termo, denominado "diversitywashing", ou lavagem de diversidade. Criado por Liliane Rocha, CEO da Gestão Kairós, uma empresa de consultoria, o conceito se define pelo esforço das empresas em se mostrar diversa quando na verdade não o é.

São empresas que se apropriam de atributos de diversidade porque entenderam a importância do mercado consumidor formado por pessoas negras, mas que não estão dispostas verdadeiramente a trabalhar a diversidade da porta para dentro, afirma Rocha.

Ela conta que o conceito de "diversitywashing" surgiu em 2016, quando assistia a um comercial. Em um primeiro momento, ficou empolgada com a representatividade, mas depois lembrou de reclamações que tinham chegado a ela sobre a empresa.

"Como eu venho da sustentabilidade e o termo 'greenwashing' [ação de empresas que tentam se mostrar sustentáveis aos consumidores] era muito forte, eu fui procurar sobre e resolvi escrever", disse. Assim, transportando o conceito para a questão racial criou o termo diversitywashing.

Com a pauta antirracista sendo cada vez mais discutida, as especialistas concordam que os "tokens" têm aumentado no ambiente corporativo. No entanto, afirmam que esse não é o principal problema das empresas que estão começando a se engajar. "O 'token' é problema quando isso se perpetua ao longo do tempo", afirmou Génot.

Para evitá-lo, é preciso construir um plano de ação para que os profissionais tenham acesso, por exemplo, a investimentos dentro da empresa, de modo que possam se desenvolver e ter um plano de aceleração de carreira, diz Génot. "Assim, deixamos de ter 'tokens' para de fato multiplicar as oportunidades para as pessoas negras naquele ambiente."

Para Rocha, a primeira ação a ser feita para evitar a falsa inclusão racial é fazer um diagnóstico da diversidade da empresa por um censo demográfico. Assim, a tomada de consciência sobre quem são as pessoas que compõem o quadro funcional pode ajudar a definir ações de forma mais efetiva.

Contar com o apoio de empresas de consultoria de diversidade também pode ser eficaz para elaborar esse plano de ação, mas não basta. "Podem [até] ter poucos negros na estrutura, mas para que eles não sejam 'tokenizados' é necessário que haja um plano de ação que balize as atividades relativas à pauta antirracista, para que isso não fique só sob a alçada dos tokens", diz Génot.

Segundo Rocha, a diversidade está em todos os lugares porque os indivíduos são diferentes, porém inclusão é querer de forma propositiva trazer as pessoas para dentro da empresa de forma com que se sintam bem-vindas a ponto de falar, trazer as suas ideias e a sua forma de agir.

Justiça de SP autoriza Aparecida a ter estátua maior do que o Cristo

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo autorizou a construção de uma estátua de Nossa Senhora na cidade de Aparecida, no interior de São Paulo, colocando fim a um impasse que durava cinco anos. O monumento, de aço inoxidável, deve ter cerca de 50 metros de altura, ou cerca de 20 metros a mais do que o do Cristo Redentor, no Rio.

Atualmente, as peças da obra estão amontadas em um terreno público. Segundo a prefeitura, elas necessitam de revitalização e será necessário uma parceria com a iniciativa privada para a retomada do projeto.

A montagem da imagem religiosa havia sido barrada pela Justiça em 2019, após a Atea (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos) ingressar com uma ação questionando o uso de recursos públicos na obra e a suposta doação de áreas do município para a construção de monumentos religiosos.

A ação requisitava ainda a remoção de estátuas religiosas de cinco pontos da cidade, além da condenação do prefeito ao ressarcimento aos cofres públicos do montante gasto com essas obras.

Para os desembargadores da 9ª Câmara de Direito Público, porém, a obra se justifica porque Aparecida tem como principal foco econômico o turismo religioso. Consideraram ainda não haver ofensa ao princípio da laicidade nem ato ilegal do prefeito à época.

Em nota, a prefeitura informou que a decisão veio reconhecer a importância da cidade de Aparecida no contexto social e religioso do Brasil.

A Atea não se manifestou.

Paulo Eduardo Dias

Fotos Dado Galdieri/Hylaea Media

1 A professora Maura Silva, 49, abraça a aluna Laysa; 2 Adriano Laurentino da Silva, 9, paramentado com o 'kit abraço'; 3 Mural de boas-vindas com fotos da professora e dos alunos para a volta às aulas; 4 Maura visita o aluno Edward

Professora cria 'kit abraço' para conseguir se encontrar com alunos durante a pandemia

DIAS MELHORES

Dado Galdieri

RIO DE JANEIRO Durante a pandemia, a professora da rede municipal do Rio de Janeiro Maura Silva, 49, visitou em casa seus alunos para lhes entregar capas plásticas e máscaras —uma espécie de "kit abraço".

Era a proteção necessária contra a Covid-19 para poder então abraçá-los, uma forma de demonstrar que estavam juntos, mesmo que fora da sala de aula.

Mineira de São João del Rey, Maura dá aulas na rede municipal do Rio desde 2001. Seus atuais alunos cursam do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental em uma escola do bairro de Padre Miguel, zona norte da cidade.

O gesto de tocar as crianças, na visita às casas, não passou batido na volta para a escola, em fevereiro, conta a docente.

"Até hoje somos lembrados e falam sobre nossos abraços, do movimento e sentimento que envolveu o 'kit abraço'", conta ela. "A relação com a família é muito mais coletiva. As crianças falam com amor de nossos abraços. Foi especial para elas, pelo fato de a professora ter ido até elas, ter estado em suas casas. Se sentem em um lugar importante da minha vida".

Com a volta das aulas presenciais, Maura tem feito uma busca ativa para resgatar os alunos que ainda não regressaram.

O desafio, agora, é equilibrar a diferença entre os que conseguiram aprender e os que ficaram atrasados com a distância física da escola. "Percebo as diferenças gritantes nos níveis de aprendizagem. Alguns tiveram um acompanhamento mais efetivo da família com as atividades, outros alunos tiveram muitas situações que dificultaram", diz.

A falta de apoio nos estudos, lembra ela, não foi só do meio eletrônico —internet e celular—, mas também a dificuldade de ter alguém em casa para orientar nos trabalhos. "Tivemos um trabalho muito proveitoso, pois levei, de todas as formas possíveis, trabalhos aos alunos os quais consegui estar perto e a maioria, ao retornar, esta conseguindo acompanhar."

Defensora do que chama da pedagogia da proximidade e adepta dos ensinamentos do intelectual brasileiro Paulo Freire, Maura conta que utiliza vínculos emocionais passar o conteúdo para uma população jovem e carente. "É tudo educação, o afeto é o motor, precisamos reaprender a nos querer. Quando me abro ao outro, o outro se abre pra mim", diz a professora.

Em sua sala de aula, ela inclusive tem vários equipamentos —máquina de algodão doce, pipoqueira, livros— para dar um ar mais familiar ao local.

A pandemia foi, por isso, um golpe duro para Maura, acostumada a entregar esse carinho e atenção. Durante uma aula remota, uma aluna antiga a quem ela havia ajudado com problemas de déficit de atenção no passado, disse que sentia saudades do abraço da professora. "Isso me partiu o coração, vi que estávamos nos desconectando e fiquei pensando no que fazer para que todo o esforço de aprendizado não fosse em vão".

> "As crianças falam com amor de nossos abraços. Foi especial para elas, pelo fato de a professora ter ido até elas, ter estado em suas casas. Se sentem em um lugar importante da minha vida
>
> **Maura Silva, 49**
> professora da rede municipal do Rio de Janeiro

Depois de ver uma fotografia de jornal mostrando um abraço através de proteções plásticas, Maura considerou criar e distribuir seus próprios "kits de abraço".

A partir daí passou a buscar pacotes de guloseimas, a costurar máscaras à mão, a comprar capas de chuva transparentes e a contratar um carro de som para levar músicas aos alunos.

Ela então saiu pelas ruas de Padre Miguel, Bangu e Realengo com seus kits e um pouco de álcool para proteção. Vestia, sempre que podia, uma camiseta com os dizeres: "O melhor lugar do mundo é dentro de um abraço".

Suas visitas foram fundamentais para ajudá-los a lidar com a solidão, isolamento e mesmo depressão, bem como para manter os alunos minimamente interessados em um formato de ensino desenvolvido às pressas.

Por isso, reencontrar os alunos em 2022 tem um sabor de acolhida que nunca deixou de existir, apesar da pandemia. "Voltamos para a escola mais felizes, com mais esperança, ligados, sem estranhamento no convívio. É difícil mensurar o que senti em cada abraço".

Este projeto foi financiado pela National Geographic Society

Da esq. para a dir., Adenilson Ferreira dos Santos, 24, Luan Almeida, 20, e João Marcos Gonçalves Ribeiro, 25, no viveiro de Campinas Karime Xavier/Folhapress

Serviço público patina em inclusão de pessoas com Down

TST afirma que vai recomendar medidas de fiscalização de empresas

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Pessoas com síndrome de Down estão cada vez mais ocupando espaços sociais e exercendo cidadania. O serviço público, contudo, ainda patina na inclusão efetiva desses brasileiros que não conseguem ocupar cargos em administrações governamentais, em nenhuma esfera, mesmo amparados pela Constituição.

Levantamento feito por grupos de apoio a pessoas com Down pelo Brasil e compartilhado com a **Folha** não encontrou servidores públicos concursados com deficiência intelectual, incluindo Downs, em nenhum estado. As portas de entrada nas gestões de governo, em geral, são apenas temporárias e improvisadas, com apoio de organizações filantrópicas ou assistenciais por meio de convênios e parcerias.

Questionado sobre o tema, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) reagiu à apuração e informou que vai editar ato, nos próximos dias, recomendando a todos os Tribunais Regionais do Trabalho a "adoção de ações e medidas de fiscalização de empresas terceirizadas para que, no cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, incluam pessoas com síndrome de Down".

O tribunal, que reconheceu o quadro atual de exclusão, inclusive em sua estrutura, afirmou ainda que "abrirá suas portas ao diálogo com entidades que abordam a causa para avaliar novas iniciativas que ampliem as ações de inclusão".

Nesta segunda-feira (21), é celebrado o Dia Internacional da Síndrome de Down e uma das demandas mais urgentes dos grupos de pessoas com deficiência intelectual é justamente mais acesso ao emprego. Atualmente, isso tem acontecido com mais efetividade em programas segmentados tanto no setor público quanto no privado, espalhados pelo Brasil.

O cardiologista José Francisco Kerr Saraiva, presidente da Fundação Síndrome de Down de Campinas, explica que essas pessoas podem conquistar empregos com autonomia monitorada para haver equidade. O médico lembra que apesar de os concursos públicos não incluírem pessoas com deficiências intelectuais, existe o olhar mais contemporâneo para a inclusão do Down.

"É uma luta constante para promover igualdade. Antes essas pessoas nasciam e morriam, muitas vezes, sem desenvolver autonomia, apesar de terem assistência. Era a inclusão excludente. Não havia integração com a sociedade."

Saraiva prossegue. "Essas ações de inclusão são recentes e têm contribuído para o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho. Mas para essa inclusão chegar ao serviço público, ainda há um longo caminho a se trilhar."

Em Campinas, uma parceria entre a Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento), a Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da cidade e o Departamento de Parques e Jardins, da Prefeitura de Campinas (SP), permitiu a contratação de três pessoas com Down para trabalhar no viveiro municipal da cidade.

Luan Almeida, 20, Adenilson Ferreira dos Santos, 24, e João Marcos Gonçalves Ribeiro, 25, ao lado de outras 25 pessoas com deficiência intelectual, são responsáveis pelo cultivo de mudas de flores que, depois, são plantadas parques, canteiros centrais e bosques de Campinas. Cada um deles recebe um salário mínimo por mês (R$ 1.212).

"Aprendi bastante nesses quatro anos, desenvolvi muitas habilidades. Já estou craque em jardinagem, tanto que também cuido até das plantas lá de casa. É bom ter responsabilidades, gosto dessa rotina de trabalho", diz Adenilson.

Trabalhar e ter uma rotina ajuda as pessoas com deficiência a ter noção tanto dos seus direitos como dos seus deveres, segundo a fisioterapeuta e pedagoga Ana Paula D. Binoto, 43, coordenadora do programa Treinamento Profissional de Campinas, da Apae.

> "
> Aprendi bastante nesses quatro anos, desenvolvi muitas habilidades. Já estou craque em jardinagem, tanto que também cuido até das plantas lá de casa. É bom ter responsabilidades, gosto dessa rotina de trabalho
>
> **Adenilson Ferreira dos Santos**
> funcionário do viveiro municipal de Campinas

"O objetivo é que eles adquiram habilidades específicas para sua inclusão no mercado de trabalho. Eles ganham independência, autonomia e empoderamento, mas, em especial, igualdade de oportunidades."

O desembargador Alvaro Nôga, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), de São Paulo, reconhece que falta um mecanismo que possibilite o ingresso de pessoas com deficiência intelectual no serviço público.

"Não existe, ainda, norma para exigir prova acessível para eles ficarem em pé de igualdade com os demais competidores, em todos os cargos, o que considero uma injustiça."

Atualmente, ele lembra, só é possível ingressar no serviço público por meio de concurso. "Temos uma preocupação em não tratar esse público de forma diferenciada, mas, sim, com respeito. É preciso compreender que para haver igualdade, nesses casos, precisa haver flexibilização."

A advogada Daniela Kovács, funcionária do TRT-SP e membro da Comissão de Acessibilidade do órgão, que tem uma deficiência visual, afirma que o concurso público é uma barreira para pessoas com deficiência intelectual. "A prova exige várias habilidades como forma de raciocínio, e muitas vezes isso pode prejudicar alguém com Down, por exemplo, que precisa de uma comunicação simplificada."

A Constituição de 1988 já previa a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços públicos, mas de maneira genérica. A lei 8.112/90 estabelece o percentual máximo de 20% para reserva de cargos públicos, mas os órgãos têm reservado o mínimo de 5%, segundo Daniela.

A legislação deve ser mais clara e específica, segundo a presidente da Associação Reviver Down do Paraná, Regiane Gimenez Mendonça, que tem uma filha de 26 anos com a síndrome. Ela explica que nas empresas privadas, as cotas são preenchidas por pessoas com deficiência física, e não intelectual.

"Para cumprir a cota, contratam pessoas que se adaptam mais às vagas e acabam rejeitando deficientes intelectuais, que precisam que os cargos sejam adaptados a eles, que é o emprego apoiado. Toda pessoa é capaz de aprender e de trabalhar", diz.

Ela afirma que concursos públicos poderiam, por exemplo, oferecer vagas administrativas a esse público, em trabalhos como auxiliar, escrituração e até mesmo a docência.

O empreendedor social Maurício Carvalho concorda. Ele questiona, ainda, a falta de cargos inclusivos disponíveis no setor público para deficientes intelectuais. Ele, que completa 59 anos justamente em 21 de março, é pai de Rafael, 25, que tem síndrome de Down e foi o primeiro nessa condição a completar a corrida de São Silvestre, em São Paulo.

"Meu filho é palestrante e comunicativo, poderia atuar em diversas funções no setor público e privado. É preciso sempre respeitar a vontade do Down. Muitos querem entrar para o serviço público porque é tradição de família, outros simplesmente querem entrar pela porta da frente por meio de concurso. Isso não é favor, é um dever do Estado."

De acordo com o presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Antonio Carlos Sestaro, apesar dos avanços nos últimos anos para a inclusão desse público no mercado de trabalho, o setor público ainda descumpre a Lei das Cotas.

"O governo não faz sua parte, já que não há concursado com Down trabalhando no setor público. A inclusão de uma prova mais acessível, com linguagem simplificada para garantir a interpretação de quem tem a síndrome, e até mais tempo para realizar o exame, é o que vai garantir a igualdade. Isso pode ser o primeiro passo para avançarmos nessa questão de acessibilidade do Down."

Nôga afirma que "há a expectativa que as coisas mudem. Dentro da Justiça do Trabalho existe essa intenção. É provável que venha a acontecer de deficientes intelectuais competirem por uma vaga no serviço público por meio de uma prova em concurso. Pequenas lutas viram verdadeiras batalhas. Então, estamos trabalhando para isso, de maneira que eles sejam incluídos, não só na área judicial."

Estimativas de entidades ligadas à causa da deficiência intelectual são de que o Brasil tem cerca de 300 mil pessoas com síndrome de Down.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Apaixonado por cerveja e surfe, teve apoio dos amigos

MARIO ACHILLES PEREIRA DE BARROS (1973-2022)

Isabella Menon

SÃO PAULO Burocracia, contrato e papelada não eram a praia de Mario Achilles Pereira de Barros, 48. Seu irmão mais novo Carlos Amadeu o define como alguém que veio ao mundo a passeio.

"Ele trabalhava, mas não era o negócio dele. Ele gostava mesmo de festa, diversão e curtir a vida ao lado dos amigos", diz.

Ele e o irmão cresceram no bairro, do Paraíso, em São Paulo, na casa da avó —que não gostava da ideia dos netos brincarem na rua. "Ela gostava de ver a gente ali dentro", lembra Carlos. Por isso, eles e os amigos montaram uma pista de bicicross no quintal da avó, que era repleto de jabuticabeiras centenárias.

"Se criou um grupo muito grande dessa turma", diz o irmão. Ele ganhou o apelido de "Mario Surf" entre os amigos. Em sua juventude, Mario surfava todo fim de semana e sempre adorou o mar, assim como o irmão.

Mario se formou como designer gráfico, mas sua verdadeira paixão eram cervejas artesanais. Não à toa, no ano passado, ele abriu um bar junto com Carlos.

"Ele me chamou para fazer parceria porque estava com um problema de saúde, que lhe tomaria um certo tempo", diz o irmão.

Na verdade, Mario havia descoberto um melanoma, mas não quis que os amigos descobrissem para evitar a preocupação.

Ele tinha convicção de que ficaria bem e queria ver os amigos felizes no seu bar. "Quando eu sair disso, vou fazer festa lá", era o que ele costumava a dizer.

O irmão costuma dividir a vida de Mario em duas etapas: nos primeiros 25 anos, foram marcados por muita festa, balada e amigos ao lado o tempo todo. Com o tempo e após algumas decepções, acabou se fechando nos últimos anos.

Um amigo, que não sabia da gravidade da situação, resolveu visitá-lo e tomou um susto ao vê-lo debilitado. Assustado, ele avisou os amigos em um grupo sobre a situação de Mario. Não demorou muito para que mais de 25 pessoas se mobilizassem para fazer uma escala para visitá-lo e ajudá-lo — cozinhando e o levando ao médico, por exemplo.

"Ele conseguiu se despedir de todo mundo e foi muito legal isso", diz o irmão. Depois que o irmão morreu, no domingo (13), a turma começou a relembrar as histórias que viveram com ele: "algumas impagáveis e outras impublicáveis", brinca Carlos.

Mario deixa amigos, o irmão e dois sobrinhos.

7º DIA

PROF. MAURO DE MELLO LEONEL JÚNIOR
Nesta segunda (21/3) às 18h, Paróquia Imaculado Coração de Maria, Vila Buarque (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (15h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Aumento de entregas obriga prédios a se adaptarem

Novos cômodos, armários e avisos pelo WhatsApp tentam dar conta do fluxo de encomendas em edifícios

Wesley Faraó Klimpel

SÃO PAULO Com a pandemia, não foram só os entregadores de comida que tiveram bastante trabalho. Na outra ponta, quem recebe os pedidos e encomendas nos prédios também viu o serviço aumentar —cresceu a demanda, mas não o salário.

Funcionários, sindicatos e construtoras concordam que já virou parte da rotina essa comodidade das compras pela internet chegarem em casa e todos precisarem se adaptar.

Uma alternativa encontrada por grandes condomínios ou os de alto padrão foi criar um cômodo para guardar as encomendas, seja comida ou caixas de compras. Fabricar uma sala para encomendas, porém, não pode ser da noite para o dia.

"Você não pode, por exemplo, pegar um ateliê de pintura que não é usado e transformar em sala para estocar mercadoria, porque a convenção não permite ter alteração de destinação de área", explica o advogado e síndico profissional Sidney Spano.

A solução encontrada por ele foi aproveitar locais perdidos do condomínio. "Sabe aquela sala jogada no subsolo? Sempre tem um cantinho que não é usado e que não era nada e aí virou alguma coisa." Onde não tinha um cômodo desocupado, Spano aproveitou espaços vagos, levantou parede, colocou porta e fez drywall.

Prédios novos, porém, já estão sendo lançados com ambientes destinados às encomendas ou recursos mais práticos. A Luggo, braço da MRV dedicado ao aluguel de imóveis, tem adotado armários na entrada do prédio para armazenar as correspondências.

"O próprio entregador escolhe o apartamento e deposita a encomenda. O morador recebe push e, à noite, ao chegar em casa, busca", explica Rodrigo Lufty, gestor executivo de negócios e comercial da Luggo.

O síndico profissional Sidney Spano na sala de encomendas em um dos prédios que administra Ronny Santos/Folhapress

Num primeiro momento, os entregadores tiveram dificuldade em usar os lockers, e a empresa teve que criar uma comunicação visual com as instruções. E não são todos os profissionais e moradores que se adaptaram à funcionalidade. De acordo com Lufty, trabalhadores dos Correios preferem entregar tudo para uma pessoa só, enquanto empregados de outras empresas se acostumaram a distribuir as caixas no armário.

A Luggo também passou a adotar, durante a pandemia, uma entrada auxiliar em seus prédios, destinada ao delivery de comida. A medida surgiu após ser constatado um gargalo no início da noite, quando a fila de entregadores na portaria atrapalhava o fluxo dos moradores.

Outra tendência que a empresa monitora é o uso de drone por aplicativos de alimentação, e já se prepara para criar locais para o equipamento pousar.

Alguns administradores adotaram aplicativos para facilitar a comunicação com os residentes. A startup TownSq, responsável por apps de gestão de condomínios e que atende mais de 14 mil prédios no Brasil, além de locais nos Estados Unidos, no Canadá e no México, diz que houve um aumento, de 2020 para 2021, de 135% nas entregas, o que representa mais de 1 milhão apenas no Brasil.

De olho na segurança, funcionários de edifícios com dois portões na entrada para pedestres são aconselhados a orientar a pessoa com a encomenda a deixá-la na clausura, o espaço entre as duas grades.

"[Isso é] Para não ter o contato físico do empregado do prédio com o entregador, que pode ser o de verdade ou pode ser um que assaltou o entregador real ali na rua de trás e está se passando por ele", justifica Sérgio Meira de Castro Neto, diretor de condomínios do Secovi-SP (sindicato da habitação).

Mesmo com essas mudanças estruturais, os funcionários dos condomínios, tanto os menores quanto os de alto padrão, sentiram a demanda aumentar. "Ele [porteiro] tem que tomar conta das áreas comuns, da recepção, da guarita, fiscalizar as entregas, ligar para o apartamento, esperar a pessoa buscar, conferir se é um entregador ou se é um bandido", diz Paulo Ferrari, presidente do Sindifícios (Sindicato dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios de São Paulo).

Spano, o síndico profissional, conta que em alguns dos prédios sob sua responsabilidade já havia o serviço do courier. Em outros, trabalhadores eventualmente levam as encomendas para os apartamentos.

"A gente utilizou os recursos já disponíveis para não onerar o caixa do condomínio. O máximo que fez foi adquirir um telefone em algum prédio e criar um [número de] WhatsApp para avisar os moradores sobre a entrega", afirma.

Apesar desses recursos, ainda é comum haver reclamações por parte dos condôminos sobre demora ou falta de aviso da chegada da encomenda. "Às vezes não deu tempo da portaria fazer a recepção, catalogar, passar para a salinha [de estoque], o courier ligar para o morador ou passar um WhatsApp. É mais uma questão de logística do que erro, na verdade", conta o síndico.

Chuvas fortes fazem Petrópolis (RJ) acionar sirenes de emergência

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO Pouco mais de um mês após a tempestade que deixou 233 mortos e 4 desaparecidos, Petrópolis (RJ) voltou a se assustar com fortes chuvas na tarde deste domingo (20). A Defesa Civil acionou duas vezes as sirenes para que as pessoas deixassem as áreas de risco. Até agora não há registro de vítimas.

Em duas horas e meia, foram registrados 208 milímetros de água, o que fez o órgão recomendar que a população se deslocasse para locais seguros, como os 19 pontos de apoio que existem nos bairros —no dia da tragédia foram 260 milímetros, o maior volume desde o início das medições, em 1932.

Vídeos feitos por moradores mostram ruas completamente alagadas e enxurradas de água enlameada descendo de morros e arrastando objetos. Segundo a Defesa Civil houve deslizamentos em locais que já haviam sido afetados e estavam interditados, como em uma casa desocupada no bairro Caxambu. .

O órgão já havia enviado alertas por mensagem pela manhã informando a previsão de chuva moderada a forte na cidade da região Serrana, com ventos intensos, por conta da passagem de uma frente fria no Sudeste. Ela pode se prolongar pela noite e se estender até esta segunda (21).

A tempestade chegou a interromper as buscas voluntárias pelos desaparecidos no desastre. O marceneiro Leandro da Rocha, 48, que tem liderado essas ações, diz que foi surpreendido quando voltava com três companheiros do rio Quitandinha, que transbordou novamente, deixando o centro da cidade alagado.

Área em frente à Câmara Municipal de Petrópolis fica alagada após a chuva deste domingo (20) Reprodução/Diário de Petrópolis

"Desceu água tudo de novo, a cidade está submersa. Eu estou ilhado aqui, consegui parar o carro num ponto mais alto. Muita chuva, muita água descendo de novo, coisas sendo carregadas. Estou aguardando isso tudo parar de novo, não sei o que vai ser. É difícil, tudo de novo, só Deus para nos ajudar mesmo", afirmou.

Foi ele quem começou a varredura no curso do rio pelo filho Gabriel, 17, que estava em um dos dois ônibus arrastados pela correnteza naquele dia 15 de fevereiro. Ele voltou ao local para procurar outros três desaparecidos logo depois que o adolescente foi achado e enterrado.

A tragédia deste verão foi a maior da história da cidade, superando em número de vítimas as grandes tempestades de 2011 (73 mortos e cerca de 30 desaparecidos), quando o estrago foi maior em outros municípios da região, e de 1988 (171 mortos, segundo a prefeitura).

Mais de um mês depois, os moradores que tiveram seus lares atingidos ainda improvisam, já que em sua maioria continuam sem casa, sem aluguel social e sem perspectivas.

Muitos seguem morando com parentes e amigos dentro ou fora do município, outros voltaram para seus lares em áreas de risco, e cerca de 400 seguem nos abrigos.

Os imóveis de baixo custo que já eram escassos na cidade agora são quase inexistentes, e em áreas consideradas seguras custam muito acima dos R$ 1.000 que as famílias devem receber do governo do estado e da prefeitura.

saúde

657.261 mortes 104 entre sábado e domingo | **29.627.305 casos** 13.599 infecções em 24 horas

Paulistanos se dividem sobre o uso de máscara na rua 25 de Março no sábado (19) Zanone Fraissat/Folhapress

Não usar máscara pode favorecer o surgimento de variantes da Covid

Aumento da circulação do vírus eleva as chances de novas mutações preocupantes, dizem especialistas

Samuel Fernandes

SÃO PAULO A flexibilização do uso de máscara em ambientes fechados no estado de São Paulo acendeu o alerta para a pandemia de Covid-19. Isso porque a transmissão do vírus pode aumentar, resultando em uma elevação na média de mortes e sobrecarga no sistema de saúde.

Outra preocupação com o relaxamento da medida é com a chance de surgir uma nova variante do Sars-CoV-2. Especialistas e organizações de saúde já vinham afirmando que há uma grande probabilidade de surgirem novas cepas que podem ser mais preocupantes do que aquelas que temos agora.

Para Christovam Barcellos, pesquisador do Observatório Covid-19 da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), o problema é que o não uso de máscaras favorece o aumento de casos e este, por conseguinte, se relaciona com o desenvolvimento de mutações.

"As variantes sempre surgem em momentos de maior transmissão. Dessa forma, a probabilidade de ocorrer uma variante nova é exatamente proporcional ao número de casos que estão sendo gerados. Se a gente gerar milhões de casos no Brasil nas próximas semanas ou meses, é bem provável que surja uma nova cepa."

O maior dilema que envolve o surgimento de uma nova variante é não saber o impacto que ela pode trazer para o estágio atual da pandemia, que passa por um arrefecimento no Brasil, mas volta a mostrar sinais de preocupação em outras regiões do mundo.

"Toda variante que surge são perguntas que aparecem: ela é mais ou menos letal? Transmite mais fácil? Causa casos mais graves? Qual a reação clínica das pessoas vacinadas e daquelas não vacinadas?", diz Barcellos.

Em casos anteriores, novas cepas do vírus conseguiram piorar enormemente o quadro epidemiológico da doença, como no caso da ômicron e da delta. No entanto, para Vitor Mori, pesquisador da Universidade de Vermont, o desenvolvimento dessas novas variantes que impactaram fortemente o aumento de transmissão da doença foram poucos.

"Se a gente olhar o curso da pandemia, nós vemos que foram cinco variantes de preocupação: alfa, beta, delta, gama e ômicron. Isso no curso de dois anos de uma pandemia que afetou muita gente."

Por isso, o pesquisador acredita que é muito difícil que necessariamente o abandono do uso de máscara colabore com o desenvolvimento de novas cepas. "Acho que talvez seja um pouco exagerado falar com convicção que tirar o uso da máscara gere novas variantes, porque isso é muito difícil de prever e são muitos fatores que influenciam as mutações", complementa.

Mesmo assim, ele reitera que a suspensão da obrigação de máscaras em locais fechados deve colaborar com a circulação do vírus, um dos fatores importantes para as mutações ocorrerem.

Ponto semelhante é apontado por Fernando Spilki, virologista e coordenador da Rede Corona-ômica BR-MCTI, um projeto de laboratórios que sequencia os genomas de amostras do Sars-CoV-2 no Brasil.

"Toda situação que mantém o vírus em circulação alta e com número de casos muito grande é uma circunstância que pode levar à possibilidade de o vírus se diversificar", afirma.

O virologista acredita que não seria o momento de suspender a obrigação de uso de máscara em ambientes fechados, já que esses espaços proporcionam maior risco de transmissão do patógeno, algo que não é tão grande em ambientes abertos sem grandes aglomerações.

> Toda situação que mantém o vírus em circulação alta e com número de casos muito grande é uma circunstância que pode levar à possibilidade de o vírus se diversificar
>
> **Fernando Spilki**
> virologista e coordenador da Rede Corona-ômica BR-MCTI

"A circulação do vírus ainda é muito alta e, com medidas que propiciam mais isso, há uma maior possibilidade de o vírus encontrar ramificações ao longo da evolução dele, podendo gerar novas variantes", afirma.

Outro fator que poderia entrar na análise sobre o impacto que a flexibilização de máscaras tem para possíveis mutações é a cobertura vacinal. No Brasil, em média de 73% já concluíram o primeiro ciclo vacinal, mas somente 33% tiveram a dose de reforço.

Para Spilki, o problema é que as vacinas atuais não têm uma grande eficácia em barrar a transmissão do vírus, mas sim em evitar quadros sintomáticos ou críticos da doença. Por isso, a continuidade do uso de máscara, principalmente em ambientes fechados, seria importante, já que é um equipamento que, usado de forma correta, consegue barrar a transmissão do patógeno.

Outro aspecto é que o surgimento de novas variantes já representou uma mudança na eficácia das vacinas, como no caso da ômicron, onde foi visto que o esquema vacinal precisaria ser de três doses e não somente duas. Situações como essa fazem com que o quadro epidemiológico continue instável mesmo com uma cobertura vacinal já alta, sendo então necessário continuar com outras medidas de proteção.

"Toda variante mexe com o quadro da cobertura vacinal. Por exemplo, seria 80% de vacinados no Brasil se os imunizantes usados hoje fossem capazes de imunizar a pessoa, mas não está acontecendo isso, porque tem variantes com escape imunológico", afirma Barcellos.

Anteriormente, a OMS (Organização Mundial da Saúde) já tinha afirmado que o uso somente da vacina não seria suficiente para barrar a transmissão do vírus, sendo então necessárias outras medidas como a utilização das máscaras. A organização também já havia indicado que é "muito otimista" acreditar que a ômicron será a última variante do Sars-CoV-2, posição reiterada por Spilki.

"Nós não temos nenhuma evidência para pensar o contrário do que diz a OMS. O que é possível fazer é refrear o processo de evolução do vírus com medidas adequadas de controles. Agora, se é dada toda chance possível de o vírus circular, podem acontecer no futuro variantes que possam alterar pelo menos momentaneamente o quadro epidemiológico, como aconteceu com a ômicron", diz o virologista.

Maioria do STF proíbe que Damares abra Disque 100 a antivacinas

BRASÍLIA Dez dos 11 ministros do STF votaram pela proibição do uso do Disque 100 por pessoas contrárias à vacinação contra a Covid. Em uma votação no plenário virtual da Corte, encerrada no fim da noite desta sexta-feira (18), a grande maioria dos ministros concordou com o veto à iniciativa da ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos).

O Disque 100 é o principal canal do governo federal para denúncias de violação dos direitos humanos. É por esse canal que chegam milhares de acusações de violência como contra mulheres, crianças e adolescentes e idosos.

O ministério de Damares decidiu colocar o Disque 100 à disposição de pessoas antivacinas que se sentiam "discriminadas" por não portar o passaporte vacinal exigido por determinados estabelecimentos.

A revelação foi feita pela **Folha**, que mostrou a existência de uma nota técnica da pasta com ataques à vacinação obrigatória de crianças e ao passaporte vacinal. No mesmo documento, o Disque 100 foi colocado como uma opção para denúncias. A reportagem foi publicada em 27 de janeiro.

Damares endossou a nota técnica e a repassou a dezenas de autoridades federais e estaduais. O canal atendeu um "número considerável" de antivacinas, como confirmou o ministério em uma segunda reportagem publicada pela **Folha**, em 7 de fevereiro.

Após a primeira reportagem, partidos acionaram o STF para barrar a iniciativa e o conteúdo da nota técnica com desestímulo à vacinação da população. As ações miraram também uma nota técnica do Ministério da Saúde.

O ministro Ricardo Lewandowski, em uma decisão em 14 de fevereiro, determinou que o Disque 100 deixe de ser usado para queixas contrárias à exigência de comprovante de vacinação. Ele também determinou alteração das notas técnicas.

Lewandowski levou sua decisão cautelar ao plenário virtual do STF. A votação ficou aberta até a noite desta sexta (18). O voto divergente de André Mendonça.

Vinicius Sassine

Covid-19: já acabou a emergência?

Fim precipitado do estado de emergência dificulta assistência aos mais afetados

Marcia Castro

Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard

Após uma fala do presidente Jair Bolsonaro declarando que o status da Covid-19 deveria mudar de pandemia para endemia até o final de março, o ministro da Saúde declarou, no dia 17 de fevereiro, que o que estava em discussão era, na verdade, o fim do estado de emergência em saúde pública em decorrência da Covid-19 (declarado em 3 de fevereiro de 2020).

O cenário atual da Covid-19 no Brasil é, sem dúvida, diferente do observado no começo de 2021 e 2022. Entretanto, o Brasil ainda registra média móvel de cerca de 350 mortes diárias, a cobertura vacinal é extremamente desigual, antivirais aprovados pela OMS (Organização Mundial da Saúde) ainda não têm uso aprovado no Brasil, e tanto a testagem como o sequenciamento de amostras ainda são baixos.

Além disso, os casos de Covid-19 estão aumentando em países da Europa e da Ásia.

Decretar o fim do estado de emergência traz sérias consequências, uma vez que várias portarias emitidas durante a pandemia estão atreladas ao estado de emergência. Isso inclui uso de vacinas, simplificação da importação de medicamentos e insumos, direitos trabalhistas especiais, recursos destinados aos estados e municípios, dentre outros.

Situação semelhante aconteceu com o fim do estado de calamidade pública em 31 de dezembro de 2020, o que reduziu os recursos disponíveis para políticas de assistência, levando ao fim do auxílio emergencial (posteriormente reiniciado em abril de 2021).

O precipitado fim do estado de emergência tornará mais difícil a implementação de programas de assistência aos mais afetados pela pandemia. É necessário acompanhar os efeitos da Covid longa. Segundo a OMS, de 10% a 20% das pessoas apresentam algum tipo de complicação.

Com cerca de 29 milhões de infectados que sobreviveram à Covid-19 no Brasil, a Covid longa poderia afetar de 2,9 milhões a 5,8 milhões de pessoas, número com certeza ainda maior em função da testagem limitada.

É necessário detectar e tratar o quanto antes as complicações, assim como investir em pesquisa para que se entenda os fatores que tornam indivíduos mais vulneráveis à Covid longa, e que se busquem tratamentos alternativos.

Por enquanto não há um esforço nacional em rastrear e prover assistência aos afetados pela Covid longa, e o apoio à pesquisa foi muito reduzido.

Mais de 183 mil crianças e adolescentes ficaram órfãs de pai, mãe ou ambos devido à Covid-19, o que afeta negativamente o desenvolvimento infantil.

Os estados do Nordeste, inspirados por uma iniciativa do Maranhão, implementaram o Programa Nordeste Acolhe, que inclui uma transferência mensal de R$ 500 a cada órfão até os 18 anos de idade. Porém, ainda não há um programa nacional.

Considerando a forma de transmissão da Covid-19 e reconhecendo que o vírus não será eliminado, ambientes com filtragem e ventilação precárias e transportes coletivos lotados continuam demandando o uso de máscaras, de preferência PFF2.

Ao invés de flexibilizar o uso de máscaras, como várias cidades vêm fazendo, deveria haver distribuição de máscaras aos mais vulneráveis e aos que trabalham em ocupações com risco de contágio.

Além disso, a criação de um selo de qualidade da ventilação e filtragem de ambientes fechados poderia guiar o uso de medidas de proteção (máscara e distanciamento).

Um exemplo é o modelo proposto pelo Grupo Consultivo Científico Independente para Emergências do Reino Unido.

A emergência não acabou. O precipitado fim do estado de emergência deixará os mais afetados pela Covid-19 desassistidos, aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

saúde

Rede pública de São Paulo tem ao menos 28 medicamentos em falta

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Na última terça (15), 28 medicamentos usados pelas farmácias da rede estadual de saúde de São Paulo estavam em falta total ou parcial. É o que aponta um documento que a Folha teve acesso, elaborado pela Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Estadual da Saúde.

Das substâncias em falta, 16 são responsabilidade do Ministério da Saúde e 12, do próprio governo estadual. Ambos afirmaram que trabalham para resolver o problema.

Dos 28, quatro estão com desabastecimento total. A alfapoetina 1.000 ui injetável, para tratamento contra a anemia em pacientes com insuficiência renal crônica e dependentes de diálise, e o deferasirox 125 mg, para sobrecarga crônica de ferro devido a transfusões de sangue, são de responsabilidade federal.

Na mesma situação encontram-se a pomada clobetasol, 0,5 mg/g, indicada ao tratamento de doenças de pele, e o naproxeno 250 mg, para artrite reumatoide e psoríaca, espondilite anquilosante e artrite idiopática juvenil —ambos adquiridos pela secretaria estadual.

O principal medicamento para controle da epilepsia consta na lista: é o levetiracetam, nas apresentações de 250 mg, 750 mg e 100 mg/ml—frasco de 100 ml (solução oral).

O remédio foi incluído no rol das medicações para epilepsia no SUS (Sistema Único de Saúde) em 2017, mas disponibilizado apenas em 2020 devido à demora para a publicação do protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para a epilepsia.

Além dos já citados, estão na lista azitromicina 500 mg, bezafibrato 400 mg, budesonida 200 mcg, calcipotriol 50 mcg/g, desferroxamina 500 mg injetável, fenofibrato 250 mg, genfibrozila 600 mg, mesalazina 1g+diluente 100 ml, pravastatina 20 mg, fórmula enteral oral para crianças a partir de um ano (todos de responsabilidade da Secretaria Estadual da Saúde).

De aquisição do Ministério da Saúde completam a relação biotina 2,5 mg, cinacalcete 60 mg, entacapona 200 mg, infliximabe 10 mg/ml injetável, micofenolato de sódio 180 mg, octreotida lar 10 mg injetável, rituximabe 500 mg injetável, teriflunomida 14 mg.

Por meio de nota, o Ministério da Saúde diz que mantém todos os esforços para garantir o abastecimento de medicamentos ofertados pelo SUS.

"Para a programação do primeiro trimestre de 2022 do levetiracetam para o estado de São Paulo, a pasta entregou, em janeiro, mais de 682 mil comprimidos de 250 mg. Para a apresentação de 100mg/ml, 9.770 comprimidos foram entregues no mês de fevereiro. Mais 1.494 unidades estão disponíveis para envio ao estado, que precisa agendar o recebimento desse lote", diz o texto.

Em relação à alfapoetina 1.000 ui injetável, o Ministério da Saúde disse que atendeu integralmente as demandas apresentadas pelo estado, num total de 264 unidades. Sobre o deferasirox 125 mg, o órgão afirma que entregou mais de 1.500 unidades ao estado no mês de fevereiro.

Também através de nota, a Secretaria Estadual da Saúde afirmou que a fórmula enteral oral para crianças já foi comprada e está em distribuição para as farmácias. A mesalazina e naproxeno 250 mg estão em processo de aquisição, com previsão de reabastecimento para a segunda quinzena de abril.

A azitromicina 500 mg, o bezafibrato 400 mg, clobetasol 0,5 mg/g creme e o fenofibrato 250 mg tiveram atraso na entrega pelos fornecedores e estão sendo cobrados.

A desferroxamina 500 mg injetável e a pravastatina 20 mg foram descontinuadas pelos fabricantes e por isso a secretaria dialoga com os fornecedores. Os medicamentos budesonida 200 mcg, calcipotriol 50 mcg/g pomada, genfibrozila 600 mg estão em fase de nova compra.

esporte

ESPORTE AO VIVO | 20h **Botafogo x Fluminense** Carioca, CARIOCÃO PLAY | 20h **Internacional x São Paulo** Brasileiro feminino, SPORTV | 20h30 **B. Nets x U. Jazz** NBA, SPORTV2

Último do ranking da CBF rifa bicicleta e sonha com SAF

Rondoniense, 236º lugar na lista da confederação, tenta se virar como pode

Alex Sabino

SÃO PAULO Alheio à final da Supercopa do Brasil, disputada entre Flamengo e Atlético-MG no mês passado, Antonio Tadeu de Oliveira, 57, foi à loja Naldo Bikes, em Porto Velho, Rondônia.

Enquanto o líder do ranking da CBF de 2022 e o terceiro colocado disputavam o primeiro troféu do futebol nacional na temporada, o presidente do Rondoniense recebia a doação de uma bicicleta pintada de vermelho e azul.

"Vou fazer uma rifa com ela. Se conseguir juntar R$ 5 mil, já vai ajudar bastante. Fazer futebol sem dinheiro é uma correria", afirma.

No ranking nacional de clubes de 2022, o Flamengo é o primeiro colocado, com 17.054 pontos. O Rondoniense é o 236º e último, com 15.

A diferença entre os dois é bem maior do que as 235 posições da lista que leva em conta resultados recentes.

O maior salário do Flamengo é de Gabigol, cerca de R$ 1,6 milhão por mês. Para contratar o meia Fernandinho, Tadeu fez um acordo. Ele chama de "pacotinho". Pelos três meses do estadual de Rondônia, paga R$ 5 mil. Se for campeão, mais R$ 8 mil.

A maior parte do elenco é composta por garotos das categorias de base, que recebem R$ 100 de ajuda de custo, vale-transporte e uma cesta básica. Quando há treinos duas vezes por dia, o Rondoniense oferece almoço. Algo possível porque um supermercado da cidade doa as verduras.

Neste ano, o Flamengo prevê faturamento em R$ 1 bilhão.

"Vou explicar para você como mantenho o time. Durante o ano, junto dinheiro. Consigo uns R$ 30 mil ou R$ 40 mil. Mas não dá. Se for olhar tudo, viagem, alimentação, salários, gasto R$ 100 mil. Não tenho essa quantia. Então, passo os 12 meses de cada ano economizando para financiar o campeonato seguinte ou pagando as dívidas do estadual passado", diz o presidente.

Se para os principais clubes do país o topo é ser campeão da Libertadores e jogar o Mundial, o sonho do Rondoniense é muito mais modesto: ganhar o campeonato estadual e ir à Copa do Brasil, que paga R$ 625 mil pela participação na primeira fase. Superada essa etapa, a partida seguinte vale R$ 1 milhão.

"Aí eu tiro a barriga da miséria", constata Tadeu.

É a sobrevivência não apenas dele mas dos seus jogadores. Dos jovens que sonham com a ascensão e dos veteranos que planejam apenas como sobreviver mais um ano.

Fernandinho, 27, atua por três meses em Rondônia, geralmente no Rondoniense, e depois sai a campo. É preciso ganhar algum dinheiro nos outros meses. Pode ser um clube da Série D do Brasileiro. Pode ser a várzea de Porto Velho, onde atua mediante o pagamento de um bicho.

"O estadual abre mercado. Se trabalha bem, aparece gente interessada", explica.

Para aparecer, vale se adaptar. Revelado como atacante, passou para a meia e hoje joga como segundo volante.

É mais ou menos o pensamento do Rondoniense como um clube. Fundado como projeto social em 2007, apenas com equipes de base, tornou-se profissional pela vontade de Tadeu. Analista de sistemas da Eletrobras, ele divide suas atenções e consegue se dedicar ao clube.

Dirigentes do Juventude entraram em contato com ele na semana passada. O time gaúcho enfrentaria o Porto Velho, pela Copa do Brasil. O Rondoniense é uma das poucas agremiações do estado que têm um centro de treinamento.

"A gente cede, não tem problema. Eles nos dão uma camisa oficial, alguns ingressos para o jogo, e emprestamos o campo", informa o presidente.

Todas as "doações" serão rifadas ou vendidas para ajudar a financiar a temporada. O sonho é conseguir ter um orçamento de R$ 300 mil por ano ou R$ 25 mil por mês.

Se o líder do ranking da CBF não pensa em se tornar SAF, antes de tudo porque não precisa, o último colocado está de portas abertas. Tadeu jura "estudar muito a legislação" para conseguir investidor para o seu clube. Mas, enquanto ter esperança não paga imposto, ele sonha.

"Vocês acham que a realidade do futebol é o Flamengo. Não é, não. A realidade do futebol é a do Rondoniense. É passar o ano com o pires na mão. Estou tentando vender placa de publicidade no CT. Peço R$ 1.200 ou que o patrocinador compre dez camisas para nos ajudar porque..."

No meio da frase, o piauiense para de falar e percebe a chance. "Rapaz... Coloca aqui que estamos pensando em virar SAF e queremos investidor aqui no futebol de Rondônia. Quem sabe não aparece esse cabra?"

Antonio Tadeu (à dir.) exibe bicicleta recebida Divulgação

Ferrari abre temporada da F1 com dobradinha

SÃO PAULO Foi com ótimo desempenho da Ferrari que começou a temporada 2022 da F1. A escuderia italiana conseguiu uma dobradinha no GP do Bahrein, com vitória do monegasco Charles Leclerc, seguido pelo espanhol Carlos Sainz. O britânico Lewis Hamilton, da Mercedes, completou o pódio.

Leclerc, que lidera o campeonato pela primeira vez, esteve na primeira posição durante quase toda a corrida. Foi apenas após a primeira parada nos boxes que ele foi ameaçado pelo holandês Max Verstappen, da Red Bull.

A vantagem cresceu e era bastante segura, mas um acidente do francês Pierre Gasly, da AlphaTauri, fez o "safety car" entrar na pista. Verstappen, então, pôde se aproximar e viu a ponta ao alcance após a relargada, a sete voltas do final. Leclerc, no entanto, não deu chance à concorrência e manteve a ponta com tranquilidade. Verstappen teve problema e abandonou a prova.

Foi um delicioso domingo de futebol

Quem gosta de bola rolando no gramado teve a chance de viver fim de semana repleto de emoções

Juca Kfouri

Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

José Carlos é louco por futebol e se preparou durante a semana para viver o sábado e o domingo da maneira mais intensa e prazerosa que pudesse.

Mestre Tostão jamais entenderá como ele é capaz de ver tantos jogos ao mesmo tempo, embora JC confesse que a curiosidade é maior que o prazer, porque adoraria ver um jogo por vez. Como não é possível, vê tudo ao mesmo tempo e relatou à coluna como foi seu fim de semana, principalmente o domingo.

No sábado torceu para o Santos não ser rebaixado no Paulistinha e vibrou com o peixinho de Ricardo Goulart que livrou o Peixe do afogamento (3 a 2), embora não tenha bastado para classificá-lo para as quartas de final — o que pode acabar sendo positivo na preparação do time para disputar o Brasileiro com dignidade.

Ao mesmo tempo o fanático por futebol viu a providencial vitória do misturado São Paulo sobre o Botinha, outra vez no fim do jogo (2 a 1), para manter a chance de chegar à semifinal como mandante.

Mas o melhor do sábado aconteceu no Beira-Rio, onde o visitante Grêmio atropelou o Inter, enfiou-lhe 3 a 0 e praticamente eliminou o Colorado das finais do Gauchinho, pegando na bola só para fazer os três gols.

O domingo começou cedo. JC quis ver Mbappé, Messi e Neymar e viu o Mônaco marcar 3 a 0 no PSG, que não teve o argentino. O PSG vai ganhar deprimido mais uma Ligue 1.

Continuou com Manchester City 4, Southampton 1, aparentemente em jogo fácil, mas que só se decidiu quando Pep Guardiola pôs no jogo os decisivos Mahrez e Foden depois da metade do segundo tempo.

Ainda pela Copa da Inglaterra, no começo da tarde brasileira, o Liverpool sofreu para vencer por 1 a 0 o Nottingham Forest, da segunda divisão, também porque poupou seus principais jogadores, dos alas aos mortais Salah e Mané.

City e Liverpool, que disputam cabeça a cabeça o título da Premier League, disputarão também entre si as semifinais da Copa.

Então, chegou de novo a hora do Paulistinha, de seguir o líder Palmeiras, em Bragança, e o vice-líder Corinthians, em Novo Horizonte.

Abel Ferreira poupou de fato seus titulares, nem os levou para o banco, exceção feita ao paraguaio Gustavo Gómez. O suficiente para empatar 1 a 1 e manter-se como único invicto no campeonato, embora tenha feito o bastante para derrotar o Bragantino pela primeira vez na casa dele em 2022.

Já Vítor Pereira também escalou os reservas alvinegros, mas levou as estrelas e as pôs todas no segundo tempo para obter a apertada vitória (1 a 0) que garantiu o segundo lugar na classificação geral e tornou inútil a vitória são-paulina.

Estranho que Pereira não tenha feito a estreia do goleiro Ivan e mantido Cássio, que andou batendo roupa, tomando bola no travessão, fazendo belas defesas e sofrendo com o rebaixado Novorizontino.

Só que importante de verdade era o jogo do Maracanã, com a esperada vitória do Flamengo, 1 a 0, embora injusta, porque o Vasco, no mínimo, fez por ser eliminado da final com igualdade no placar.

Para terminar o domingo, para coroá-lo, Real Madrid e Barcelona.

Sim, não é o mesmo "El Clásico" que nos acostumamos a ver, dada a vantagem atual dos madridistas, 15 pontos à frente do rival.

Mesmo sem Benzema, em casa, o favoritismo merengue era tamanho que os 4 a 0 impostos pelos catalães é desses de ficar na história.

JC dormiu feliz com esse tal de futebol.

DOM. Juca Kfouri, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | **TER. Renata Mendonça** | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
prachetadopvc@gmail.com

As frases por trás da tática do futebol moderno

Guardiola definiu o Atlético de Madrid, seu adversário nas quartas de final da Champions League, em uma frase que também explica o futebol defensivo: "Eles são quem são e impedem que você seja quem é".

Bingo!

Diego Simeone é, hoje em dia, o antiGuardiola, como dez anos atrás era José Mourinho, o professor de Abel Ferreira. Simeone não quer seu time todo dia do mesmo jeito, só bola para o mato que o jogo é de campeonato. Ou não teria eliminado o Barcelona nas quartas de final de 2014.

Mas há partidas em que é preciso admitir a dificuldade e montar táticas defensivas.

Dois anos antes de expulsar o Barça da Champions, o Atlético ganhou a Liga Europa, disputando uma semifinal brilhante, ofensiva, contra o Valencia. Simeone não é retranca todo dia.

O livro "Cabeça Fria, Coração Quente", de Abel Ferreira, tem um trecho em que o autor explica o papel do técnico: "Temos de dar a melhor rota do ataque". Irônico, Abel disse depois de vencer o Santos que sua equipe é "um bocadinho retranqueira".

Guardiola e Jürgen Klopp nunca são. Mas Klopp precisou ter 42% de posse de bola na semifinal e na final da Champions League de 2013, contra Real Madrid e Bayern. Klopp dirigia um Borussia Dortmund mais fraco do que seu Liverpool atual.

Torcedores torcem por times, e comentaristas não devem torcer por suas ideias. Jornalista não tem amigo, exceto o leitor, ouvinte ou telespectador. Também não tem inimigo.

Jogos diferentes têm estratégias diferentes, técnicos e jogadores merecem elogios ou críticas de acordo com suas atuações.

Tem dia sim e dia não.

É raríssimo ouvir ou fazer críticas a Guardiola, porque é o mais criativo treinador da atualidade. O jornalista Martí Perarnau, autor dos dois livros que têm o técnico catalão como rosto, disse à **Folha** que Pep é o mais extremista em reinterpretar sistemas.

Foi ele quem começou a atacar adversários jogando cinco homens na última linha ofensiva, contra quatro zagueiros rivais, como no antigo sistema WM, das décadas de 1920 a 1950.

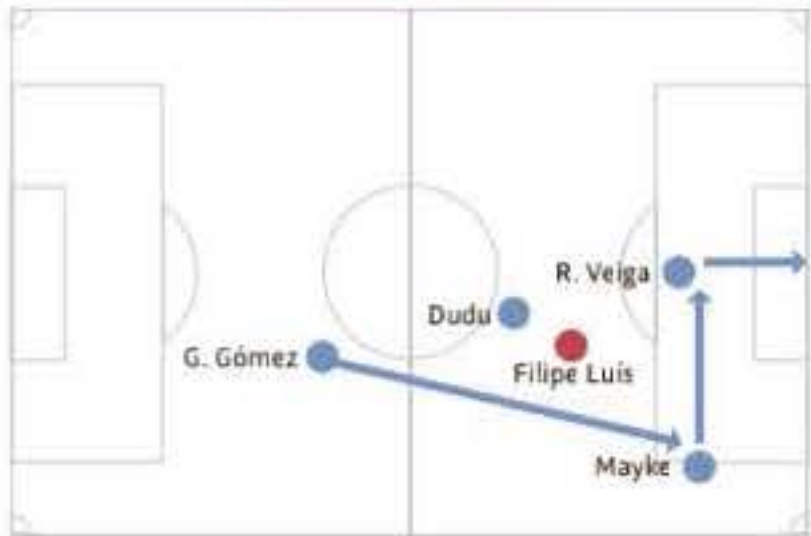
Abel Ferreira faz o mesmo no Palmeiras e é chamado de retranqueiro. Alexander Medina também o fez pelo Internacional, na derrota por 3 a 0 para o Grêmio. Corre o risco de demissão. Não por sua ideia. Por sua derrota.

Pode apostar que, depois de sofrer para fazer seu Atlético vencer o Rayo Vallecano por 1 a 0, Simeone planeja como se defender do Manchester City. Atacar o campeão inglês é como ir ao cartório e preencher uma requisição para ser derrotado.

Uma das questões próprias ao futebol moderno é a capacidade de criar estratégias para atacar e para defender. Tratar a bola como ouro, quando a possuir, estudar os pontos fracos do rival e conhecer seus pontos fortes.

Raphael Veiga conta que a jogada do primeiro gol do Palmeiras, contra o Flamengo, na final da Libertadores, foi treinada exaustivamente. Abel confirma a informação.

Nossas críticas fazem parecer que futebol moderno é atacar ou defender. Não é assim. Seja com Guardiola, Tite, Simeone ou Abel, trata-se de atacar e defender.

O primeiro gol da **final da Libertadores**: treinado

O **Manchester City** com cinco atacantes na última linha

AS FINAIS

O Palmeiras chega como favorito às finais, mas o único campeão com a melhor campanha da fase inicial foi o São Paulo do ano passado. Então, será necessário ter atenção em todos os jogos. Abel usa seu prestígio para falar sobre calendário e sobrecarga nos atletas. É justo.

SEM OS GRANDES

O 22º Campeonato Paulista do século é também o 17º sem os quatro grandes nas semifinais. Nem chegamos às semifinais, e o Santos já está eliminado. Para o Brasileiro, Fabián Bustos quer cinco reforços, e o Santos precisa dar estabilidade aos treinadores e seus trabalhos.

Aluno é suspenso por levar uma melancia à sala de aula em escola da zona leste de São Paulo

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO Comunicado de suspensão de um aluno do Colégio Fereguetti, na zona leste de São Paulo, viralizou na internet nesta sexta (18). Tudo porque o texto informava aos pais que o estudante havia sido punido por levar "uma melancia inteira e compartilhar com os muitos alunos no intervalo e sala de aula, gerando tumulto e desordem".

O comunicado foi postado nas redes sociais por um amigo do estudante e ganhou projeção e memes. Mas, segundo a própria mãe do garoto, a escola fez o correto.

À **Folha**, ela afirmou que concorda com a decisão da escola e que o problema, na verdade, foi a carta ter sido mal redigida. Segundo ela, o garoto foi advertido porque abriu a melancia e todo mundo comeu com a mesma colher em plena pandemia. Além disso, sujaram o pátio, jogaram os restos na privada do banheiro e um colega chegou a colocar a casca da fruta na cabeça. Ela resumiu dizendo que "foi coisa boba de adolescente".

De acordo com a secretária da escola, Talita Isidoro, um representante da Diretoria de Ensino da região também foi ao colégio para se inteirar do caso. Nas redes sociais, o caso gerou postagens criticando o colégio com a hashtag #LiberaAMelancia.

Colégio Fereguetti

SUSPENSÃO

NOME:
SÉRIE: 3ª série B
PERÍODO: MANHÃ

O aluno acima foi suspenso por 1 dia (um dia) por trazer uma melancia inteira e compartilhar com muitos alunos no intervalo e sala de aula, gerando tumulto e desordem. Essas atitudes são incompatíveis com o ambiente escolar, transgredindo o regimento escolar.

São Paulo, 16 de março de 2022.

O texto do comunicado de suspensão Reprodução do Twitter

ACERVO FOLHA | Há 100 anos 21.mar.1922

Ernani Braga e Guiomar Novaes fazem apresentações em São Paulo

O maestro Ernani Braga, pianista de grande reputação, realiza um concerto nesta terça-feira (21) no salão do Conservatório, em São Paulo.

Observando os sucessos obtidos em eventos anteriores desse músico, é de esperar-se para o de hoje um público numeroso.

Já na próxima quinta-feira, a pianista Guiomar Novaes, que foi convidada pela Sociedade de Concertos Sinfônicos, vai se apresentar no Theatro Municipal de São Paulo. Ela executará um concerto com orquestra.

Os bilhetes estão à venda e, pela grande procura, também é possível prever que o Municipal ficará cheio.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

MULTIDÃO SEGUE ENTERRO DO RABINO CHAIM KANIEVSKY
Homens judeus ultraortodoxos acompanham o cortejo do rabino Chaim Kanievsky, realizado na cidade de Bnei Brak, em Israel. O líder religioso morreu no último dia 18 Gil Cohen-Magen/AFP

MENSAGEIRO SIDERAL | *Salvador Nogueira*
folha.com/mensageirosideral

Europeus suspendem missão ExoMars que enviaria rover para buscar vida em Marte

A invasão russa da Ucrânia jogou água no chope da primeira tentativa europeia de operar um rover na superfície de Marte. Em reunião de seu conselho na quinta-feira (17), a ESA (Agência Espacial Europeia) anunciou a suspensão dos trabalhos na missão ExoMars.

O projeto já havia lançado um orbitador e um módulo de pouso de teste (que falhou) em 2016, mas a grande ambição era levar ao solo marciano o rover Rosalind Franklin. Batizado em homenagem à pesquisadora que ajudou a decifrar estrutura da molécula de DNA, ele teria por objetivo buscar evidências de vida passada ou pregressa no planeta vermelho, a um custo superior a 1 bilhão de euros.

Originalmente, ele deveria ter partido em 2018. Mas o desenvolvimento atrasou, o que empurrou o lançamento para 2020. E então essa janela também foi perdida, por falhas na qualificação dos paraquedas. Só se pode lançar algo para Marte a cada 26 meses, aproveitando o alinhamento apropriado dos planetas. Aí ficou para 2022. E agora estava tudo pronto: paraquedas, módulo de pouso, rover e veículo lançador. Só faltou combinar com os russos.

Parceiros no projeto (eles forneceram o lançador, um veículo Proton a decolar de Baikonur, no Cazaquistão, e construíram o módulo de pouso, além de terem instrumentos no rover), decidiram invadir a Ucrânia e botar fogo no mundo. Em meio à troca de ameaças e sanções, a ESA "reconheceu a impossibilidade presente de manter a cooperação contínua com a Roscosmos [corporação espacial russa] na missão do rover ExoMars com lançamento em 2022". Indo além, "autorizou o diretor-geral da ESA a executar um estudo industrial rápido para definir melhor as opções disponíveis para um caminho adiante a fim de implementar a missão".

O caminho é tortuoso. Se a crise se encerrar em curto prazo e a parceria com a Roscosmos for retomada, pode rolar em 2024. Caso isso não aconteça, o voo ficaria, no mínimo, para 2026, possivelmente 2028. O problema não é só trocar o lançador (por sinal, diversos outros projetos da ESA também ficaram sem carona, depois que a Rússia decidiu interromper as operações dos foguetes Soyuz na Guiana Francesa). Envolve a intensa cooperação no módulo de pouso e no próprio rover, que teria de, de algum modo, ser desfeita e refeita com outro parceiro ou com novos investimentos europeus.

Isso também não seria fácil, nem rápido. Vale lembrar que o ExoMars, antes de ser uma parceria ESA-Roscosmos, era ESA-Nasa, mas a agência americana pulou fora em 2012 por falta de disponibilidade orçamentária (precisou reinvestir o dinheiro nos estouros do Telescópio Espacial James Webb). De lá para cá, a situação não melhorou, com os preços exorbitantes das missões lunares Artemis. Da mesma forma, a ESA não está exatamente nadando em dinheiro e teve de pedir autorização dos países membros para gastar mais no próprio ExoMars, em 2016, após estouros de orçamento. Não será surpresa total se o rover acabar se tornando mais uma baixa da guerra.

ilustrada

Guerra e paz

Remake de 'Pantanal' promete ao Brasil em chamas de Bolsonaro um banho de calmaria diante da paisagem devastada

A atriz Alanis Guillen, que interpreta a personagem Juma no remake da novela 'Pantanal' João Miguel Jr./TV Globo

Laura Mattos

SÃO PAULO Fazia poucos dias que Fernando Collor havia confiscado o dinheiro da caderneta de poupança dos brasileiros quando "Pantanal" estreou na tela da TV Manchete, em 27 de março de 1990. Diante do pesadelo imposto pelo plano econômico ao universo mais urbano e ligado ao consumo, o telespectador se voltou para ver uma novela que resgatava a identidade rural do país, a simplicidade e a possibilidade de ser feliz em contato com a natureza.

Se o Brasil turbulento daquele ano de 1990 precisava da calmaria de cenas de rios, tuiuiús, mata e pôr do sol, com música instrumental, sons da natureza ou mesmo com o silêncio, o que dizer do país de 2022, que encara Bolsonaro, pandemia e guerra na Europa?

No próximo dia 28 entra no ar, desta vez na Globo, o remake de "Pantanal", 32 anos depois de a primeira versão ter proporcionado placidez enquanto causava um tsunami na guerra do Ibope. Com a novela, a Manchete conseguiu permanecer seguidas vezes com mais audiência do que a Globo, que havia recusado o projeto de Benedito Ruy Barbosa.

Num momento em que os anunciantes haviam se retraído em razão do Plano Collor, o sucesso da trama pantaneira gerou disputa por espaço nos seus intervalos, segundo registra "Pantanal – A Reinvenção da Telenovela", de Arlindo Machado e Beatriz Becker — o livro foi publicado em 2008, quando o SBT exibiu a reprise da novela, que dobrou a audiência da emissora no horário.

Os autores analisaram como a novela havia rompido com a linguagem que vigorava na teledramaturgia, de ritmo acelerado, cenas curtas e cortes rápidos, planos fechados e closes nos atores. A Globo já era uma fábrica de novelas e não via por que alterar sua fórmula bem-sucedida de produção. Já a Manchete era uma jovem emissora, fundada sete anos antes, que queria se vender como uma alternativa de qualidade e de ousadia.

Adolpho Bloch, seu dono, morto em 1995, "era uma pessoa ousada e de muito bom gosto", lembra Jayme Monjardim, que foi o diretor-geral de "Pantanal". "Era um homem que andava com Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer. Olha que trio", diz à repórter. "Ele comprou a ideia. Disse 'vai lá, meu filho, pode fazer'".

> **O ser humano está nervoso, ansioso, tudo é motivo para briga. A ideia foi manter as pausas, os sons da natureza e até o silêncio da versão original [da novela 'Pantanal']**
>
> **Rogério Gomes**
> diretor da primeira fase de 'Pantanal'

O diretor tinha uma formação cinematográfica e transpôs à televisão uma linguagem até então mais própria do cinema, de planos mais abertos, pausas nos diálogos e tempo para contemplação. Monjardim afirma que essa ruptura não foi premeditada, e sim algo que foi acontecendo no decorrer da exibição da novela.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PULSO FORTE

A pré-campanha de Jair Bolsonaro (PL) à reeleição está fazendo uma série de pesquisas qualitativas para encontrar os pontos frágeis em que Lula (PT) poderá ser atacado.

PULSO 2 Esse tipo de trabalho, tradicional em campanhas eleitorais, reúne eleitores das mais variadas ideologias e testa os argumentos que podem convencê-los a manter ou mudar o voto.

MÃO DUPLA O governo está convencido de que a eleição será resolvida no embate direto entre Bolsonaro e o petista, sem espaço para uma terceira via.

PONTO A PONTO Bolsonaro vem se recuperando lentamente nas pesquisas. Segundo levantamento do Instituto Ipespe feito neste mês, ele chegou a um piso de 24% em novembro de 2021, e agora tem 28% —ainda distante de Lula, que se manteve no patamar de 43%.

NA MESMA Candidatos do que se convencionou chamar de terceira via, Ciro Gomes (PDT) e Sergio Moro (Podemos) permanecem com 8%. João Doria (PSDB) tem 3%.

É FOGO O ex-presidente Lula está tendo que gastar boa parte de seu tempo para tentar apagar incêndios de seu próprio partido, o PT —que tem se desentendido internamente, ou com aliados, até mesmo em estados em que ele tem ampla dianteira de votos em relação aos outros candidatos.

FOGO 2 O maior deles é em Pernambuco: Marília Arraes (PT-PE) decidiu deixar o PT depois de sofrer veto à sua candidatura ao Senado. Ela tem hoje 25,8% nas pesquisas. Mas o senador Humberto Costa (PT-PE) prefere apoiar o deputado federal Carlos Veras, que tem 1%.

URNA VAZIA Na Bahia, o desentendimento é tamanho que o PT não lançará nomes hoje competitivos para a campanha eleitoral. Jaques Wagner desistiu de se candidatar ao governo do estado, e Rui Costa, o atual governador, também não concorrerá a cargo algum.

MESMO LUGAR O senador Otto Alencar (PSD-BA), que é aliado do PT no estado, vai concorrer à reeleição.

INDO EMBORA No Rio Grande do Norte, o atual senador Jean Paul Prates (PT-RN) também ameaça deixar o PT depois que a governadora Fátima Bezerra (PT-RN), candidata à reeleição, escolheu o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, para disputar o cargo de senador em aliança com ela.

NOVA CASA Prates quer concorrer à reeleição e ameaça migrar para o PSD.

TEMPO LIVRE Lideranças do PT e de partidos aliados se preocupam com o fato de Lula não ter, hoje, porta-vozes que possam costurar alianças e resolver os problemas nos estados.

*

Desta forma, dizem, ele não pode ficar com a "cabeça livre para voar" e se dedicar a questões mais amplas e nacionais.

TAPETE VERMELHO

Fotos Ali Karakas/Divulgação

A cantora Karol Conká [1] participou do evento de lançamento do reality show "Queen Stars Brasil", da HBO Max, realizado em São Paulo, na semana passada. A atração será apresentada pelas cantoras Luísa Sonza [2] e Pabllo Vittar. O cantor e ex-BBB Tiago Abravanel [3], que atuará como jurado do programa, também compareceu

MARCO O juiz de direito do Tribunal de Justiça do RJ André Nicolitt assume neste mês o posto de editor-chefe da Revista Brasileira de Ciências Criminais (RBCCRIM). Ele é o primeiro negro a ocupar o cargo. A publicação aborda temas da esfera penal e da criminologia.

FALA... Pessoas LGBTQIA+ e mulheres egressas do sistema prisional de SP poderão contar, a partir da próxima terça (22), com um serviço especializado de apoio psicológico, regularização de documentos, orientação jurídica e encaminhamento para vagas de trabalho.

...QUE EU TE ESCUTO Na data, será inaugurada na capital paulista a primeira Central de Atenção ao Egresso e Família destinada a esses dois públicos. A iniciativa da Secretaria da Administração Penitenciária ainda prevê encaminhamentos para uma rede referenciada no campo da diversidade sexual e de gênero. Os trabalhos serão iniciados em presídios femininos que abrigam a população LGBTQIA+.

POR ELES O diretor André Bushatsky lança, em 4 de abril, a série documental "Animas Sem Lar", no canal fechado Prime Box Brasil. Dividida em cinco episódios, a produção traz depoimentos de especialistas e aborda a causa animal no Brasil, além da necessidade de políticas públicas contra a crueldade com os pets. A produção executiva da minissérie é de Rogerio Garcia.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Guerra e paz

Continuação da pág. C1

"Isso foi definido pelo próprio Pantanal. Quando você está lá e filma aquele pôr do sol, na hora de editar as imagens, pensa 'por que vou cortar se isso é tão lindo?'. O tempo da novela é o tempo do Pantanal." Os primeiros capítulos, que já traziam o ritmo mais lento e as cenas contemplativas, fizeram sucesso. Monjardim então seguiu nessa trilha até o final, e a novela marcou um novo caminho para a teledramaturgia no país.

Três décadas depois, a vida está mais corrida e tumultuada. E, de novo, o Pantanal vem para desacelerar, comenta Rogério Gomes, o Papinha, diretor da primeira fase da nova versão. "A ideia foi dar prosseguimento ao que o Jayme fez. É também uma homenagem ao que representou a novela", diz ele, que na semana passada deixou a Globo, onde atuou por 42 anos, e passou o comando para Gustavo Fernandez.

Papinha passou quatro meses com uma equipe de 120 pessoas no Pantanal, onde gravou os 60 primeiros capítulos dos cerca de 170 que a novela deverá ter. Ele também acha que a obra tem de respeitar "a energia forte do lugar".

"Não adianta querer dominar o Pantanal, você tem que respeitar. O tempo da edição vem disso", diz. "Para chegar ao local das gravações, a gente precisa de avião, de barco e depois demora seis, sete horas de carro, abre e fecha porteira umas 40 vezes. Esse é o ritmo."

O diretor concorda que, assim como, em 1990, "Pantanal" acolheu um Brasil traumatizado pelo Plano Collor, hoje pode "cumprir um papel social" ao levar "paz e tranquilidade" ao público, que vive o ritmo alucinante da tecnologia e assiste a noticiários dramáticos. "O ser humano está nervoso, ansioso, tudo é motivo para briga. A ideia foi manter as pausas, os sons da natureza e até o silêncio da versão original", diz o diretor, que reviu a novela de 1990 antes de começar a produzir o remake.

A diferença, a favor do remake, são as ferramentas tecnológicas de hoje, inimagináveis em 1990. "Para as imagens aéreas, a gente tinha que pendurar um profissional na porta do avião", lembra Monjardim. E, como o barulho do motor atrapalhava, a equipe chegou a utilizar balões para as gravações. "Agora, temos os drones para as aéreas, e foi sensacional trabalhar com eles no Pantanal", diz Papinha.

O som agora, diz o diretor, é Atmos. Superior ao surround, ele se aproxima ainda mais do cinema, dando a sensação de vir de vários pontos da sala. E a qualidade das imagens, obviamente, nem se compara à de 1990, quando os televisores eram pequenos e analógicos. O primeiro capítulo será feito em 8K, de "ultra-alta-definição".

A tecnologia atual, aliás, vai facilitar os efeitos especiais.

Continua na pág. C3

Os atores Irandhir Santos e Renato Góes em cena do remake de 'Pantanal' João Miguel Jr/TV Globo

Continuação da pág. C2

Mas Papinha diz que não se deve abusar ao comentar cenas como quando a personagem Juma vira onça pintada, um dos pontos altos da trama com toques de realismo fantástico. "Não se pode fugir daquela linguagem que só insinuava a transformação porque é uma lenda", observa o diretor.

Ele também diz não ter feito nada no estilo de "As Aventuras de Pi", que ganhou o Oscar de efeitos especiais. O filme mostra um garoto e um tigre compartilhando o mesmo barquinho depois um naufrágio —o bicho, ultrarrealista, não passava de um truque de animação. "A ideia é trabalhar com animais de verdade."

Ele afirma que, diante da concorrência com os conteúdos e formatos do streaming, a Globo esteja caminhando para uma fase de experimentação e de investimento em novelas de sagas de famílias.

Monjardim também conta que esse é o caminho para manter a força da telenovela, mesmo diante da avalanche de novas opções audiovisuais. "Com a concorrência do streaming, a TV aberta precisará investir em grandes projetos, como 'Pantanal', obras que tenham a força de trazer de volta a família para a frente do mesmo televisor."

"Não pode ser qualquer produto, ou o público vai para a TV fechada, para o streaming", diz Monjardim. "E a TV aberta tem esse papel de criar um momento para a família, de abordar temas relevantes e fazer algo bom pelas pessoas."

Ele defende que as novelas, apesar de hoje terem de ser pensadas para diferentes telas e para o consumo sob demanda, devem garantir a audiência tradicional da televisão, medida quando o telespectador assiste ao programa no horário em que vai ao ar.

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Beatriz Becker diz que, em 1990, "Pantanal", com o tema da ecologia, reforçou a ideia de que "há produtos da mídia que podem contribuir para ampliar a percepção da realidade e transformar" a realidade.

"A novela não pretendia denunciar crimes ecológicos e fomentar o ativismo a favor do desenvolvimento sustentável", diz a pesquisadora. "Mas despertou os telespectadores para a importância do equilíbrio ecológico e da biodiversidade, antecipando o debate sobre a sustentabilidade no país, promovendo ações políticas e movimentos sociais."

Mais de 30 anos depois, com "o mundo em guerra, o aumento do sofrimento humano e o difícil contexto político e econômico do Brasil", o remake de "Pantanal", diz Becker, "pode contribuir para o debate sobre a necessidade de novos modelos de desenvolvimento, ancorados na equidade social, na ética e na responsabilidade planetária".

Segundo a pesquisadora, o remake também "é uma estratégia para promover vínculos com diferentes atores sociais que repudiam o desmatamento, o garimpo ilegal, o desrespeito às comunidades vulneráveis e retrocessos de proteção socioambiental em curso no Brasil no atual governo".

> "
> **A TV aberta precisará investir em grandes projetos, como 'Pantanal', obras que tenham a força de trazer de volta a família para a frente do mesmo televisor. Não pode ser qualquer produto, ou o público vai para a TV fechada, para o streaming**
>
> **Jayme Monjardim**
> cineasta e diretor da versão original de 'Pantanal', de 1990

Se, em 1990, houve a ousadia de levar à TV um ritmo próprio do cinema, hoje, pondera Becker, o remake se dá quando os formatos se misturam nas multiplataformas, com "a maior fluidez e semelhança nas formas de se consumir filmes, séries, novelas e jornalismo". A digitalização trouxe uma "hibridização de linguagens", o que "tem gerado novas formas de narrar histórias da ficção e do mundo real, com narrativas que não se prendem a gêneros específicos".

Em 1990, Becker era jornalista da TV Manchete e acompanhou a equipe de Monjardim nas gravações para fazer reportagens sobre a novela. A experiência foi explorada por ela em seu mestrado e no livro sobre "Pantanal", em coautoria com Arlindo Machado. "Aquele tempo pantaneiro, da mesma forma que influenciou a linguagem da telenovela, ditou a maneira como eu produzia para o jornalismo. É um tempo outro, que não o cronológico."

Não há como prever, ela diz, apesar do contexto social propício para essa temática, se o remake vai "se constituir novamente como fenômeno de mídia". Não há dúvida, porém, de que é uma aposta para reconquistar o telespectador que tem fugido da tensão e da gritaria nas novelas das nove.

Diante de tanta tragédia nos telejornais e em meio ao clima de guerra previsto para este ano eleitoral, nada como o tempo pantaneiro. "As coisas que acontecem aqui, acontecem paradas. Acontecem porque não foram movidas. Ou então, melhor dizendo, desacontecem", já lembrava o livro "Pantanal", obra do escritor Manoel de Barros.

Os atores Renato Góes e Irandhir Santos em cena do remake da novela 'Pantanal', que estreia na semana que vem na Globo João Miguel Jr./TV Globo

Rejeitar 'Pantanal' há 30 anos foi um erro da Globo, diz Boni, chefe da época

Emissora repara dívida histórica com Benedito Ruy Barbosa com remake feito pelo neto do autor

Cristina Padiglione

SÃO PAULO A saga familiar que marca a trajetória dos Leôncios no enredo de "Pantanal" se repete, de certa forma, nos bastidores da trajetória da novela, que ganha nova versão a partir do dia 28 de março, no horário mais nobre da TV do país —o das 21h30, na Globo.

Agora adaptada e atualizada por Bruno Luperi, neto do autor da obra original, Benedito Ruy Barbosa, a produção é bancada pela empresa que se recusou a produzir essa mesma história 32 anos atrás.

Como numa novela, a Globo se rende enfim ao herói que desprezou em 1990, quando a então promissora TV Manchete abocanhou a chance de ser vanguardista. Fez do folhetim um divisor de águas no gênero telenovela, tanto pela questão audiovisual quanto pelo debate ecológico, que ainda não era modinha naqueles dias.

"Foi um erro", admite o hoje empresário José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, chefão da Globo naquela época. Mas Boni atribui o equívoco que custou caro a Herval Rossano, diretor que na ocasião foi até o Pantanal para verificar as condições locais de gravação. "Ele disse que nem ia ler", conta Ruy Barbosa.

"Não foi bem isso", pondera Boni. "Chamei o Daniel Filho, que era responsável pelas novelas, e ele mandou o Herval ao Pantanal. Herval disse que era época de cheias. Fizemos outras tentativas depois, mas ele mantinha a informação de que a produção teria um custo inestimável. Ele apresentou um orçamento inviável, e as gravações demandariam uma semana de produção para cada capítulo em uma época em que a gente conseguia gravar três capítulos no mesmo tempo", lembra.

Ruy Barbosa, o criador da mítica Juma Marruá, conta que o chefão disse a ele "Ruy, eu confio em você". "Abriu um horário para você, pode fazer o que quiser." "Eu disse 'Pantanal'. E ele disse 'Pantanal' não. Eu pedi então que ele me liberasse para eu fazer a novela na Manchete. 'Ah, na Manchete? Pode ir'."

Deu no que deu. "Duvidei que ele fosse embora", admite.

A Globo pode ter demorado três décadas para abrir espaço a Juma Marruá, a mulher que vira onça, mas trouxe Ruy Barbosa de volta logo depois de "Pantanal". Em 1993, veio "Renascer", primeira novela rural do horário mais nobre da TV, então de 20h30. A maior parte das cenas externas foi gravada in loco, na Bahia, como nunca havia acontecido até então na emissora líder.

Tudo isso é efeito de "Pantanal". Hoje, Boni afirma que Herval Rossano teve uma avaliação equivocada, mas arrisca dizer que a Manchete pode ter iniciado ali a sua derrocada —a emissora sucumbiu à falência nove anos mais tarde.

Agora, "Pantanal" é regravada com novo elenco e sem algumas vilanias impensáveis no âmbito das queimadas que vitimam todo o bioma.

"É uma adaptação. Estamos trazendo a história para os dias de hoje, eliminando o que ficou datado, como as menções ao Plano Collor e ao congelamento da inflação", conta Bruno Luperi que, como o avô fazia, trabalha sozinho na redação do texto.

Joventino, o filho de Leôncio que, criado no Rio de Janeiro, era visto como alguém pouco viril na primeira versão, agora entra mais em conflito com o pai em razão das maneiras de explorar a terra. O embate, que antes ficava a cargo de Marcos Winter e Cláudio Marzo, na nova versão será entre Jesuíta Barbosa e Marcos Palmeira.

"Antigamente, esse conflito era muito mais questão de ser ou não ser o filho varão que vai assumir o lugar do Zé Leôncio. Hoje ele vem com uma questão ideológica muito forte. Onde tinha um espaço ligado ao 'filho que eu espero', agora é 'você também não é o pai que eu espero'. Há esse choque geracional em função dos temas atuais, como desmatamento, queimadas e a expansão do agronegócio, que troca rios por plantações de soja para exportação", diz o novo roteirista.

Tenório, interpretado desta vez por Murilo Benício, perde o estereótipo vilanesco que Antônio Petrin deu ao personagem em 1990. "Esse cara mudou muito em 30 anos. Ele é alguém hoje muito próximo da gente, do nosso convívio, que de repente está abrindo uma portinha e começando a falar coisas que você jamais imaginou, com naturalidade. São coisas que antes o Tenório faria com pose de vilão, mas hoje ele manda esse recado por mensagens no WhatsApp", afirma Luperi.

A grilagem de terras, assunto desde sempre presente nos enredos de Benedito Ruy Barbosa, prova mais uma vez o potencial de ser tema atual e universal. "A briga pela cerca está em todos os lugares o tempo todo", argumenta Luperi. "Há uma série de assuntos que precisam ser revisitados, mas existe uma espinha central atemporal."

Nascido e criado em cenário urbano, ele sabe que é menos "matuto" que o avô. Mas conta ter uma ligação forte com o universo rural, até em função das histórias e lendas sempre contadas por Ruy Barbosa, que fará 91 anos em abril.

Com 33 anos, Luperi nasceu logo depois da "Pantanal" original. Passou a vida ouvindo o avô prometer que queria levar todos os netos para visitar o cenário que ele acabou conhecendo só agora, há menos de dois anos, por causa da missão de reescrever a novela.

Não é de hoje que a Globo pensa em reparar a dívida com Ruy Barbosa para abraçar uma nova versão da saga rejeitada lá atrás, em 1990.

Em 2008, quando a emissora já vinha pagando pelos direitos autorais da obra, o SBT surpreendeu o mercado televisivo ao comprar a produção da massa falida da Manchete e levar a novela ao ar. A Globo então interrompeu o negócio com o autor, retomando a aquisição em 2019, por ocasião da renovação do contrato do dramaturgo.

Quando a Record refez "Escrava Isaura" em 2005, calcada na versão da Globo de 1976, houve muitas críticas à falta de inventividade do remake sobre a obra de Bernardo Guimarães. Mas o diretor de ambas era o mesmo —Herval Rossano, a quem Boni atribui o erro de recusar "Pantanal" em 1990. Agora, Rogério Gomes assume na primeira fase da obra o posto que projetou o nome de Jayme Monjardim então.

Desta vez, a Globo se baseia tão fielmente na novela da Manchete que a música da abertura vem sendo usada nas chamadas do remake.

Sobre o avanço da nudez que a novela proporcionou na época, com os infindáveis banhos de rio de suas atrizes, há a percepção de que aquela era uma produção realizada pouco depois do fim da censura. "Eles vinham de uma pós-ditadura, de uma experiência de liberdade muito grande, de testar limites. Hoje, pelo contrário, a gente se policia com 90% do que fala para se dirigir à massa", diz Luperi.

Guardadas as proporções que distanciam as duas produções, vale ainda o diagnóstico de Homero Icaza Sánchez, que se dedicou a pesquisas que buscavam traçar o destino da dramaturgia da Globo na época e atribui às lendas do enredo de "Pantanal" o potencial de encantar o público a qualquer tempo.

"É a obra mais genuína do meu avô", diz Luperi. Ruy confirma —"depois que eu fiz 'Pantanal', não queria mais escrever novelas". "Eu sofro muito, penso naqueles personagens dia e noite. Modéstia à parte, 'Pantanal' é uma aula de televisão, tudo o que eu aprendi em TV desde que nasci está ali", afirma o roteirista.

Novela iraquiana que imita Brasil vira sucesso

Gravada há mais de dez anos no Rio de Janeiro, 'Samba' viralizou em rede social e também se tornou um clássico cult

Diogo Bercito

WASHINGTON Nas últimas décadas, o público noveleiro se divertiu às custas de estereótipos sobre culturas que, vistas do Brasil, podem parecer extravagantes. Foi o caso de "O Clone" e "Caminho das Índias", de Glória Perez. Pois bem, esse espelho tem um outro lado —a novela "Samba".

A série iraquiana estreou em 2011 no canal Al Sharqiya como parte da programação especial de ramadã, o mês sagrado do islã. Tradicionalmente, muçulmanos passam o dia em jejum durante esse período. É comum que as famílias se reúnam para assistir às estreias das novelas. "Samba", porém, passou completamente batida no Brasil. Até que, nesta semana, o trailer começou a circular pelas redes sociais—e foi imediatamente transformado num clássico cult.

A série trata de um mafioso apaixonado por uma mulher no Rio de Janeiro. Eles são interpretados por dois grandes artistas iraquianos, o ator Ayad Radhi e a cantora Dali. É uma comédia romântica musical em que cada episódio mostra uma abordagem fracassada do bandido. Apesar de falarem em árabe, os personagens são brasileiros.

A primeira pessoa a falar sobre a novela foi o jornalista Andrey Raychtock, que se deparou por acaso com a pérola enquanto navegava pela internet profunda. Usuários da rede ficaram alucinados com o vídeo, que tem um pouco de tudo —um gol do Flamengo celebrado por torcedores vestindo a camisa da seleção, um homem batendo com um taco de sinuca num traficante armado, um ator que se parece com uma versão cinquentona de Agostinho Carrara, personagem de "A Grande Família", uma atriz a cara da comediante Dani Calabresa. E, é claro, as obrigatórias tomadas aéreas do Cristo Redentor.

Fora o trailer, uma outra razão para o entusiasmo com a descoberta foi o fato de que o brasileiro Edmundo Albrecht —celebrado pelo papel da criança espevitada Matraca na TV Globinho— trabalhou na produção de "Samba" e chegou inclusive a fazer o papel de chefe do tráfico. Numa entrevista a este repórter, disse que foi um dos projetos mais importantes de sua carreira.

Albrecht chegou à novela um pouco por acaso. Tinha acabado de se formar em cinema quando sua amiga Rachel Nahon telefonou com uma oportunidade de trabalho. O diretor iraquiano Ali Abu Khumra estava na loja de antiguidades dela, no Rio, procurando um local para filmar. Nahon ficou sabendo que Abu Khumra precisava de ajuda para produzir a novela, deu algumas sugestões de como economizar com coisas como bufê e camarins, e acabou contratada no ato.

A princípio, Albrecht ia só alugar equipamentos para os iraquianos, que trabalhavam para uma produtora dos Emirados Árabes chamada Etana. Mas virou produtor também. "Quando eu vi, estava dando R$ 50 para uma pessoa na rua para usar a bicicleta dela em uma cena", conta. A dupla foi responsável por boa parte da logística da equipe árabe no Brasil durante o que Albrecht descreve como "os 15 dias mais loucos da minha vida". "O roteiro era em árabe, a gente negociava em inglês, nosso time local falava em português. Era praticamente a Torre de Babel."

Já se passaram mais de dez anos, mas Nahon se lembra bem das cenas que produziu. Ela conta, por exemplo, que um dia seu time foi filmar com um carro de época e armas cenográficas na Tijuca. Era uma cena de briga, com direito a garrafas quebradas e uma grua montada num veículo. "De repente, veio um policial atrás da gente, e até explicar para ele que a gente estava fazendo uma série árabe [levou um bom tempo]."

Outro momento marcante, diz, foi a filmagem na Cinelândia com sambistas e passistas. Nahon afirma que teve de arranjar cem figurantes de um dia para outro e comprar figurino no mercadão do Saara para fingir que era Carnaval. "A gente jogando confete, um monte de gente que não se conhecia sambando junto, isso para mim é o Rio. E é uma coisa que nunca mais vai acontecer", conta.

Nahon e Albrecht comentam aqueles dias com carinho e falam de amizades seladas para toda a vida. Albrecht chegou a visitar os produtores em Dubai, inclusive. A experiência de produzir a série transformou o ex-ator mirim em empresário do ramo audiovisual. Ele montou a produtora Film In Rio, especializada em trazer equipes para filmar dentro da cidade.

Cenas da novela iraquiana 'Samba', gravada em 2011, que tem enredo que se passa no Rio de Janeiro Reprodução

Ali Abu Khumra tem também ótimas lembranças do seu trabalho no Brasil. Ao saber da reportagem sobre a novela, telefonou para este jornalista direto da Turquia, às duas da madrugada.

Abu Khumra diz que "Samba" foi uma entre tantas de suas produções no exterior. Tinha acabado de ir à Índia, antes de viajar para o Brasil. Não é tão comum que novelas árabes sejam gravadas no exterior. O típico, na verdade, são as produções de época ambientadas no Oriente Médio.

"Na televisão, ouvimos dizer que o Brasil é perigoso, mas decidimos mostrar uma realidade totalmente diferente."

A série foi filmada no Rio por quatro meses. Só a equipe da direção era iraquiana. O restante eram brasileiros, como Nahon e Albrecht. André Skowronski, da exportadora de fantasias Brazil Carnival Shop, também ajudou. Diz, por exemplo, que negociou com a escola de samba União da Ilha para trazer passistas para uma cena.

"Tive outros trabalhos, mas essa experiência foi única", diz Albrecht, o produtor. "Eles eram extremamente competentes. Eu tinha uns três anos de formado e me vi produzindo cenas de troca de tiros. "Mas nunca imaginei que estaria aqui, dez anos depois, dando uma entrevista sobre isso."

Um minutinho para daqui a pouco

Atrasado ou pontual? Espacial ou temporal? Quem é você no rolê do relógio?

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro "Almanaque da TV". Escreve para a TV Globo

Começa com um pi-pi-pi. "Bom dia, flor do dia." Depois, um xilofone sombrio. "Vai acordar não?" Um sonar de navio. "Ei, tá viva?" E, por fim, o som de uma buzina, uma bateria e uma bigorna. "Levanta, desgraçada!"

Como toda pessoa impontual, sou escrava de alarmes de celular. E de forma tão indigna que os batizo como se fossem recados para mim. "Hora de sair de casa." Dez minutos depois: "Hora de sair de casa MESMO". Mais 15: "Hora de mentir ao chefe e fingir que estou presa no trânsito".

Descobri que meu relógio biológico tem pilha fraca cedo na vida. Toda manhã, já tendo que ter ido pra escola, via na TV o Bozo perguntar as horas ao Papai Papudo. Inexorável feito um deus Cronos da programação infantil, ele respondia: "São cinco e 60. Falta um minuto pra daqui a pouco". Parecia uma sentença.

(Sim, na cabeça dos atrasados, falta sempre um minutinho para qualquer coisa.)

Acostumada à superioridade moral dos cumpridores de horário, inventei que não existe melhor ou pior, só duas categorias de pessoa: as espaciais e as temporais. Pertencendo à primeira delas, estaciono em vagas minúsculas e tiro medidas exatas só no olho. Ando sem mapa e tenho a mira de um sniper para bolinhas de papel. Falta-me, porém, aquela noção de "desculpa, fiquei de ligar em cinco minutos, passaram-se cinco dias".

Contudo, não é que minha teoria faz sentido? Segundo a BBC, nós procrastinadores nascemos com uma percepção cronológica própria. Expandida. Enquanto os pontuais possuem uma habilidade neurológica maior para estimar a passagem do tempo e planejar ações futuras. Com boa vontade e deadlines, inclusive, atrasados podem abandonar essa vida de crime que é ter de matar a mesma tia várias vezes para justificar entregas fora do prazo.

Redimida por essa esperança, comuniquei aos amigos que acertaria de vez meus ponteiros. Mas sabe quando eles me apoiaram? Nunca. "Você é nossa adorável esquisita. A atrasilda oficial." "Demora tanto a chegar que a gente já acha que nem vem..." "Mas quando vem, que surpresa! Quanta alegria!".

Puxa, que doora. Os pontuais são realmente admiráveis. Generosos. "É, mas tem o seguinte também: se começar a chegar cedo demais, seremos obrigados a passar muito tempo com você. Melhor não." E assim, entre humilhada e perdoada, continuo brindando a todos com minha semipresença impreterivelmente tardia. Podendo criar mais e mais alarmes, agora gentis. "Atrasa, sua linda."

Marcelo Martinez

DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Novela infantil ganha sequência com mocinha adolescente

Poliana Moça
SBT, 20h30, livre
Quase três anos depois da estreia de "As Aventuras de Poliana", a novela finalmente ganha uma continuação, adiada várias vezes por causa da pandemia. Agora com 15 anos de idade, a protagonista vivida por Sofia Valverde enfrenta os dilemas típicos da adolescência. Vários atores do elenco original, como Dalton Vigh e Otávio Martins, também estão de volta.

Amsterdam
HBO, 21h, 14 anos
O título desta série mexicana não se refere à capital da Holanda, mas, sim, a um cachorro de rua que começa a seguir um rapaz —justamente quando ele estava se separando de sua namorada. Dois episódios serão exibidos em sequência.

Canal Magnolia
Discovery+, livre
Conhecido pela série "Do Velho ao Novo" do Discovery Home & Health, o casal Chip e Joanna Gaines formou uma parceria com o Discovery para fornecer mais de 150 horas de conteúdo sobre decoração, gastronomia e empreendedorismo.

Amar Demais
Globoplay, 16 anos
Nesta novela portuguesa, um homem aceita ser preso por um crime que não cometeu, em troca de dinheiro para salvar a mãe. Quando ele é solto 16 anos depois, parte em busca de justiça.

Faustão na Band
Band, 20h30, livre
O quadro "Pizzaria do Faustão" recebe o cantor Diogo Nogueira e os atores Miguel Falabella, Fernanda Rodrigues e Oscar Magrini.

Roda Viva
Cultura, 22h, livre
O técnico português Abel Ferreira, que está lançando o livro "Cabeça Fria, Coração Quente", é o entrevistado da semana. Desde que assumiu o Palmeiras no final de 2020, ele já levou o time à vitória em quatro campeonatos.

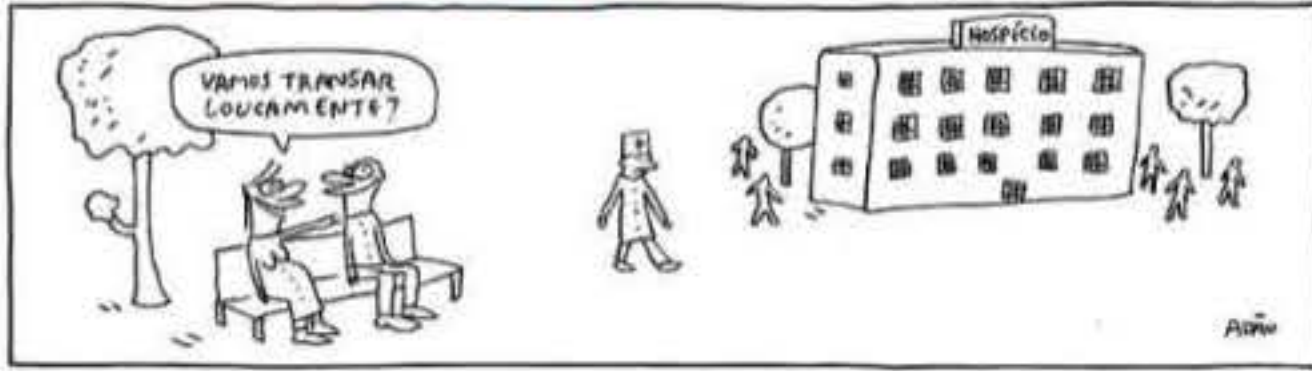
A Vigilante
Globo, 0h15, 16 anos
Livre da influência do marido brutal, uma vítima de violência doméstica se torna a protetora de outras mulheres que sofreram abusos.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto art.br/fsp

FÁCIL

	5					3	7	
8	3		7					4
		9	4		5		6	
				2	9	8		
		8	3	1				
	6		1		2	7		
3					8		4	5
	8	1					2	

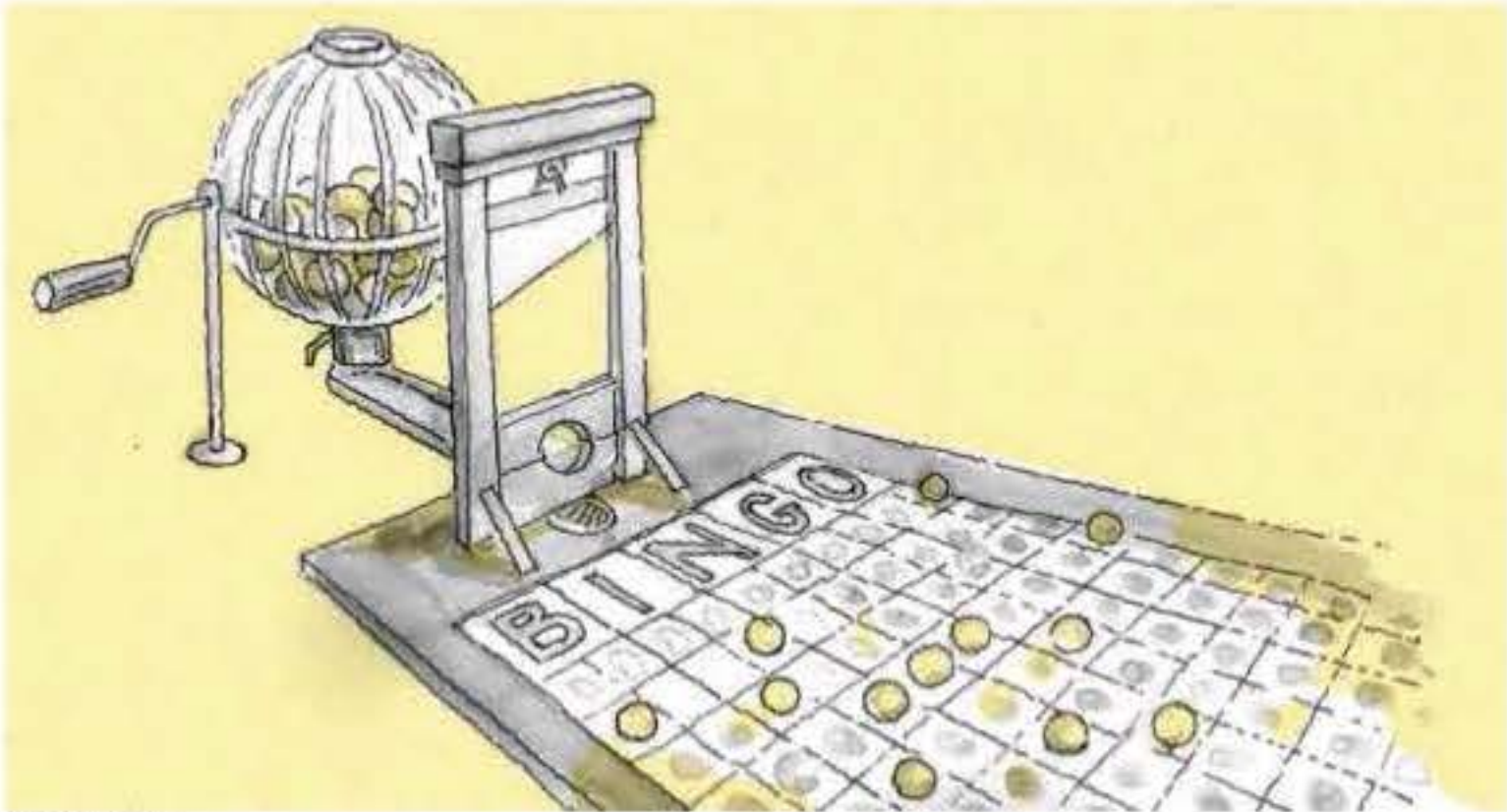
O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. A cantora baiana Sangalo / Ponto de Venda **2.** Em gramática, cada um dos paradigmas que o verbo apresenta: indicativo, subjuntivo e imperativo / (Gír.) Sujeito que entra de gaiato com a maior facilidade **3.** (Quím.) Platina / Amar com verdadeira devoção **4.** Corte lento de partículas de uma coisa dura por meio dos dentes **5.** O Rodrigo, ator de "Bicho de Sete Cabeças" **6.** Guia da Previdência Social / Parte onde começa um monte **7.** O compositor, letrista e violonista Rosa (1910-1937), o "Poeta da Vila" / A forma do que é sagital **8.** Deste modo / O som que imita um tambor **9.** Dalton Trevisan, escritor paranaense / Ama de leite dos filhos de seus senhores **10.** (Fig.) Memória auditiva / Bromo, elemento químico **11.** Tornar lento **12.** Cada uma das elevações de grande porte formadas nos mares, rios, lagos etc. pelos movimentos de vento, marés etc. / Nome de uma famosa música de Dorival Caymmi **13.** Adquirir limpidez ou luminosidade.

VERTICAIS
1. Embebido, encharcado / Você, nas conversas on-line **2.** Promessa solene feita aos santos / (Fisiot.) O P da RPG **3.** O ator Harris, de "A Rocha" / São dois no compasso / A atriz espanhola Paz, de "Espanglês" **4.** Qualquer cantiga de melodia simples e monótona e com letra curta / Restringir **5.** De + um (pl.) / Planta de viveiro, para posterior plantação definitiva **6.** Falecidos / Fio que dá o som ao violão **7.** Pequena cidade de Minas Gerais, próxima a Sete Lagoas / A de facão é fina e intensa **8.** Teste que examina os genes / Fazer estrondo **9.** A estação mais quente, entre a primavera e o outono / Dar nó ou laço.

HORIZONTAIS: 1. Ivete, PDV. **2.** Modo, Mané. **3.** Pt, Adorar. **4.** Roedura. **5.** Santoro. **6.** GPS, Sopé. **7.** Noel, Seta. **8.** Assim, Bum. **9.** DT, Mucama. **10.** Ouvido, Br. **11.** Retardar. **12.** Vaga, Dora. **13.** Clarear. **VERTICAIS: 1.** Impregnado, Vc. **2.** Voto, Postural. **3.** Ed, Esses, Vega. **4.** Toada, Limitar. **5.** Duns, Muda. **6.** Mortos, Corda. **7.** Paraopeba, Dor. **8.** DNA, Retumbar. **9.** Verão, Amarrar.

Ricardo Cammarota

O bingo da interseccionalidade

Assim como na fabricação de bikes, a educação também aspira a inovação

Luiz Felipe Pondé
Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Política no Cotidiano'. É doutor em filosofia pela USP

Bingo todo mundo sabe o que é. Mas teoria da interseccionalidade nem todo mundo sabe. Ela tem ficado mais famosa, junto com a importação de termos como supremacista branco e similares. Além da Coca-Cola, os Estados Unidos exportam a crítica social também. Normal: os ricos sempre ensinaram a gramática aos miseráveis.

Mas, suspeito que mesmo os letrados na teoria da interseccionalidade devem achar estranho relacioná-la a bingo, atividade irrelevante de velhos sem futuro.

O mundo muda, e sempre para melhor, não é mesmo? Os americanos inventaram uma forma disruptiva de bingo para as crianças, o bingo dos privilégios. Imagine que logo alguma coordenadora de escola com preocupações sociais copiará tal modelo disruptivo. Assim como na fabricação de persianas e bikes, a educação também aspira a inovação como propósito.

Antes do bingo, um rápido esclarecimento sobre a brilhante teoria da interseccionalidade, que considero um primor de didática.

Lembre a intersecção entre conjuntos. As professoras de matemática costumavam ensinar isso nas escolas. Hoje, não sei se a teoria dos conjuntos também caiu em desgraça por ser uma forma de opressão. Penso que seria ruim para o justo entendimento da teoria da interseccionalidade.

Se você for branco e gay, você, pelo menos, participa de um conjunto de oprimidos, os gays. Sendo branco, gay e cis — se veste e age de acordo com as normais sociais de gênero — você tem menos lugar de fala do que um trans. Um gay negro está em melhor condição que você, entende? Há uma intersecção neste caso entre dois conjuntos de oprimidos, os gays e os negros. Entendeu o princípio? Um gay negro trans, melhor ainda.

Agora, se você for branco, cis, hétero, evidentemente você nunca terá lugar de fala porque a intersecção aqui no seu caso é apenas entre conjuntos de opressores. Uma mulher trans branca é menos oprimida do que uma mulher trans negra. E por aí vai.

Entender como funciona o princípio da interseccionalidade é como andar de bike, uma vez aprendido, você sempre poderá navegar por essas águas revolucionárias.

Dito isso, o que vem a ser o bingo dos privilégios? (O que eu aqui denomino bingo da interseccionalidade porque é mais conceitual.) Tem mais credibilidade e poderá ser objeto de muitas teses acadêmicas e artigos em revistas Qualis A.

Imagine seu filho na sala de aula e a professora sorteando características sociais, étnicas, religiosas ou econômicas para ver em quais ele se enquadra.

A professora tira a cartela "branco". Você pensa se você se enquadra nessa característica. Em seguida "homem", mesmo processo. Em seguida, "pai médico", segue o mesmo procedimento de identificar-se ou não com essa característica. "Mãe trans", mesmo processo. E assim por diante. "Mãe cis", "férias no exterior". Vamos criando opções, o universo é o limite.

Feito o bingo, as crianças saberão o quão privilegiadas são ou não. "Estudo do meio em Trancoso", "pais veganos", "família adotou um vira-lata" — tudo coisa de opressor rico. Em seguida, levarão para casa suas cartelas identitárias e mostrarão aos pais o quão eles são privilegiados ou não. Claro que o objetivo não é renunciar aos privilégios, mas imagine se sua identidade tiver pais brancos, médicos, héteros cis. Nem o inferno terá lugar para alguém assim.

Enfim, o objetivo é criar consciência social ou crítica, esse fetiche da indústria educacional e cultural. O máximo de materialidade da consciência social é, hoje, o cancelamento ou justiçamento nas redes sociais — nome gourmet para linchamento.

Há, é claro, outras formas de consciência social: a criação de nichos de mercado, ganhar patrocínios e eleições.

Todo o debate cultural ou ideológico hoje é picuinha de mercado e luta por espaço de poder. Normal: a política sempre se ancorou na violência e na destruição do outro, só nos últimos tempos é que virou moda dizer que se faz política em nome do amor ao próximo.

A teoria da interseccionalidade é um método didático de cerceamento do pensamento público. Uma lógica impecável de exclusão em nome de uma justa causa.

SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Funcionário passa por gasoduto russo, em Sudzha Denis Sinyakov - 13.jan.09/Reuters

Há perspectiva de a Alemanha se livrar do gás russo, mas não em curto prazo

Com o carvão e a energia nuclear, país poderá gerar eletricidade e limitar consumo do commodity

ANÁLISE

Paul Krugman

Prêmio Nobel de Economia, colunista do jornal The New York Times

THE NEW YORK TIMES A Alemanha é uma das maiores nações comerciais do mundo. Em 2019, importou US$ 1,2 trilhão em mercadorias de todo o planeta. Apenas cerca de 2% desse total veio da Rússia.

Na verdade, a Federação Russa, com cerca de 144 milhões de habitantes, era só um pouco mais importante no comércio alemão do que a Irlanda, com cerca de 5 milhões de pessoas. Normalmente, então, você não esperaria que uma ruptura das relações econômicas com a Rússia tivesse um grande efeito na economia alemã.

Infelizmente, a Rússia é um importante fornecedor de um bem que a Alemanha terá dificuldade para substituir: o gás natural. Quase todo o consumo de gás natural da Alemanha é importado por meio de gasodutos, e cerca de 55% dele vêm da Rússia.

Nunca deveriam ter deixado essa situação acontecer. Sucessivos governos dos Estados Unidos alertaram a Alemanha para não se tornar tão dependente de um regime despótico. Mas aqui estamos.

E, enquanto as nações democráticas impuseram uma ampla gama de sanções econômicas ao regime de Putin, as restrições às vendas de gás russo permanecem visivelmente fora da lista.

No entanto, as atrocidades russas vêm mudando rapidamente o cálculo político da resposta do Ocidente.

Algumas semanas atrás, parecia inconcebível que os políticos alemães se dispusessem a impor qualquer aflição significativa a seus eleitores em resposta à agressão de Vladimir Putin. Agora, há sérias discussões sobre se e até que ponto a Alemanha pode se libertar do gás russo.

Uma pequena redução no consumo de gás não deve ser difícil de alcançar. Exatamente porque o gás tem sido barato, parte dele está sendo queimado atualmente de maneiras de baixa prioridade, facilmente desencorajadas com preços moderadamente mais altos e/ou uma regulamentação branda. Grandes reduções, no entanto, são outra questão.

Coloque desta forma: um novo estudo importante de um grupo de economistas alemães estima que eliminar as importações de gás da Rússia exigiria um corte no consumo de gás de aproximadamente 30%, de cerca de 900 terawatts-hora (TWh) para cerca de 600 TWh.

Por que não 55%, a parcela russa do gás alemão? Porque a Alemanha provavelmente pode obter um pouco mais de gás de outras fontes e limitar o uso de gás para geração de eletricidade, contando mais com o carvão e a energia nuclear.

(Sim, o carvão deve ser eliminado gradualmente para nos salvar da catástrofe climática —mas não no meio de uma guerra. É o princípio de santo Agostinho: "Faça-me casto, mas ainda não".)

Mesmo uma queda de 30% no consumo, entretanto, será difícil de alcançar em curto prazo. Cortar o consumo de 900 para 800 TWh pode não ser tão caro; a redução de, digamos, 700 para 600 TWh seria muito mais dolorosa.

Os economistas alemães se concentram em um conceito econômico chave chamado elasticidade de substituição —a grosso modo, o quanto a demanda por gás natural diminui a cada 1% de aumento em seu preço.

Se essa elasticidade for baixa, o valor que os alemães estariam dispostos a pagar por um pouco mais de gás quando o consumo já tiver sido substancialmente reduzido é grande, o que implica que o custo econômico de novas reduções também é grande.

Infelizmente, estimativas empíricas sugerem que a elasticidade de substituição do gás natural é pequena, pelo menos em curto prazo.

Não é zero: devido aos altos preços do gás, as famílias baixam os termostatos, os consumidores param de comprar bens cuja produção exige a queima de muito gás natural e assim por diante.

Ainda assim, o melhor palpite é que estamos falando de uma elasticidade de aproximadamente 0,18, o que por sua vez significa (se estou fazendo a conta certa) que o preço do gás natural teria que subir cerca de 600% para reduzir a demanda em 30%.

Isso parece muito e os pesquisadores usaram deliberadamente uma elasticidade estimada ainda mais pessimista, de 0,1.

Mesmo com essas suposições pessimistas, eles concluem que a Alemanha poderia de fato dispensar o gás natural russo, precisamente porque o país hoje gasta tão pouco em importações russas.

Os custos seriam graves: a renda real alemã poderia cair cerca de 2%, o equivalente a uma recessão moderada. Mas não seria o fim do mundo.

Uma ação tão drástica teria sido inconcebível um mês atrás. Mas Putin parece estar no processo de realizar uma coisa notável: lembrar às democracias do mundo o que elas representam. Ele já arruinou a reputação da Rússia como superpotência militar; agora também está no processo de reduzir qualquer poder econômico que ela tivesse.

> [...]
>
> [Putin] já arruinou a reputação da Rússia como superpotência militar; agora também está no processo de reduzir qualquer poder econômico que ela tivesse

Federal Reserve deve manter a calma e seguir em frente

Kevin McCarthy, líder da minoria republicana na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, disse algo cínico e desonesto outro dia.

Para ser justo, esse comentário é quase sempre válido; você poderia dizer a mesma coisa sobre ele praticamente todas as semanas nos últimos anos.

Mas esta declaração em particular pareceu importante porque envolveu uma mentira que tem um peso direto sobre como os EUA vão reagir à invasão da Ucrânia pela Rússia.

Eis o que McCarthy tuitou: "Esses não são os preços da gasolina de Putin. São os preços da gasolina do presidente Biden".

Bom, isso é simplesmente mentira. Você pode discutir quanta responsabilidade as políticas de Biden têm pela inflação em outras partes da economia, mas o aumento do preço da gasolina reflete o preço em ascensão do petróleo, que não foi afetado significativamente por nada que Biden fez.

E o disparo fez os preços nas bombas subirem em países do mundo todo, na verdade aproximadamente na mesma proporção. Isto é, esses realmente são os preços da gasolina de Putin.

Por que isso importa? Fora a tentativa canhestra de McCarthy de culpar Biden por algo que realmente, verdadeiramente, não é culpa dele, há uma importante questão econômica aqui.

Goste ou não, o mundo está enfrentando um choque Putin: um surto nos preços do petróleo e outras commodities em consequência tanto da agressão russa como da retaliação do Ocidente com sanções econômicas.

Mas o choque Putin levará a uma recessão (fora da própria Rússia, que provavelmente está enfrentando uma quase depressão)?

A resposta é que isso não é obrigatório; podemos evitar uma "Recessão Putin". Se o faremos dependerá de nossa resposta política. E para acertar nessa resposta precisamos ter a mente clara sobre a natureza do problema.

Esta não é a primeira vez que enfrentamos um aumento dos preços do petróleo conduzido por fatos externos aos EUA. Houve depois da guerra do Yom Kippur em 1973, mas também em 2010 e 2011, quando a economia mundial se recuperava da crise de 2008.

Essa alta, aliás, aumentou os preços da gasolina; em relação aos salários médios, chegaram a um pico equivalente a mais de US$ 5 por galão hoje [cerca de R$ 6,80 por litro].

As consequências econômicas mais amplas, porém, variavam. Os choques do petróleo dos anos 1970 foram seguidos por severas recessões nos EUA; o choque de 2010 e 2011 não atrapalhou em nada a recuperação econômica.

Lá em 1997, Ben Bernanke, Mark Gertler e Mark Watson publicaram uma análise clássica dos efeitos do aumento dos preços do petróleo sobre a economia americana.

Eles concluíram que as recessões que acompanham os choques de petróleo refletiam principalmente "a reação endógena de política monetária".

Quer dizer que as recessões aconteciam não porque os preços do petróleo subiram, mas porque o Fed, temendo uma espiral de salários e preços, reagiu ao petróleo elevando as taxas de juros.

E isso foi o que não aconteceu em 2010 e 2011. Apesar da intensa pressão dos republicanos que advertiram que o dólar estava sendo degradado, Bernanke —então presidente do Fed— e seus colegas mantiveram os juros baixos.

E a recusa do Fed em aumentar os juros foi justificada pelos acontecimentos: os preços da gasolina se nivelaram, a inflação não decolou e a economia continuou crescendo.

O que essa experiência nos diz sobre a situação atual? Se a inflação nos EUA estivesse baixa, a política certa seria não aumentar as taxas de juros.

Infelizmente, entramos no choque Putin com a inflação alta. E embora eu seja positivo sobre essas questões, acredito que o Fed deveria estar tirando o pé do acelerador. Isto é, deveria estar aumentando as taxas de juros para esfriar uma economia que parece um pouco superaquecida.

O que o Fed não deveria fazer é permitir provocações para que pise nos freios, aumentando drasticamente os juros como fez nos anos 1970.

O aumento dos preços do petróleo levará a grandes números de inflação nos próximos meses, e haverá muita pressão sobre o Fed para reagir com firmeza.

Parte dessa pressão virá de pessoas como McCarthy, que insiste que os altos preços da gasolina estão sendo causados por opções políticas domésticas. Parte disso virá dos eternos falcões, em cujas mentes sempre estamos prestes a ver um reinício daquele show dos anos 1970.

Mas 2022 não é 1979. A inflação atual está alta, assim como as expectativas para o próximo ano, mas as expectativas em médio prazo não subiram tanto e não estão perto de seus níveis por volta de 1980. Se a economia esfriar um pouco e o choque inflacionário dos preços do petróleo for assunto isolado, ficaremos bem se o Fed apenas mantiver a calma e seguir em frente.

Vale considerar os custos de estar errado na direção oposta e pisar nos freios sem necessidade. Agora, parece que uma política firme pode impedir que o choque Putin vire uma recessão Putin. Esse é o resultado que queremos. **PK**

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

LEIA TAMBÉM

educação

➲ É mais importante ensinar matemática ou empatia? p. 2

opinião

➲ Municípios devem evitar crises investindo onde são vulneráveis p. 3

f5

➲ Peggy é um reflexo meu, diz atriz de 'A Idade Dourada' p. 4

É mais importante aula de matemática ou de empatia?

Colégios criam projetos para alunos desenvolverem habilidades socioemocionais

EDUCAÇÃO
OPINIÃO

Laura Mattos

Foram mais de 500 mortos, entre os quais 300 crianças, no pior incêndio do Brasil. Logo depois da tragédia, em um circo de Niterói, em 1961, um homem do interior de São Paulo mudou-se para lá e, onde havia cinzas, fez um jardim e passou a distribuir flores e mensagens de afeto às famílias das vítimas e a toda a população traumatizada.

A história inspiradora de José Datrino (1917-1996), o Profeta Gentileza, que, depois de Niterói, fez o mesmo em ruas do Rio por mais de duas décadas, foi recentemente contada a alunos do 4º ano de uma escola de Guarulhos, convidados a refletir sobre a importância de ser gentil com os outros e consigo.

Estudantes do Colégio Mater Amabilis (SP) trabalham com material sobre emoções Divulgação

A partir disso, a turma produziu um vídeo encenando situações em que a gentileza faz a diferença. Em uma delas, uma menina representa dois papéis, o de uma aluna, triste por ter ficado de recuperação, e o de sua mãe, que fala: "Meu amor, sabia que já fiquei de recuperação? Então eu disse: 'Eu consigo!' Estudei dia e noite, e passei de ano. Você vai conseguir também!"

A atividade foi dada em uma aula do Programa Semente, metodologia de aprendizagem socioemocional que começou a ser implantada em escolas em 2017.

Dentre os colégios particulares, cresceu nos últimos anos a procura por sistemas que desenvolvam habilidades como foco, empatia e persistência. Essas competências ganharam relevância na educação com a constatação de que haviam se tornado uma exigência do mercado de trabalho no mundo moderno.

A partir de 2020, trabalhar com esses aspectos tornou-se uma obrigação de todas as escolas brasileiras, tanto quanto ensinar matemática ou qualquer conteúdo tradicional.

A nova orientação consta da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento com diretrizes pedagógicas elaborado entre 2015 e 2018, em conjunto pelo Ministério da Educação, por governos estaduais, municipais e por representantes da sociedade civil.

Os educadores mal haviam começado a elaborar projetos para isso quando veio a pandemia e levou o planejamento escolar por água abaixo. O fechamento das escolas, no entanto, com todos os prejuízos que causou ao aprendizado e à saúde mental, evidenciou o quão vital é aprender, por exemplo, a ser resiliente, ter foco, lidar com a frustração, controlar a ansiedade e a recuperar o entusiasmo.

"Em uma situação como a da pandemia, será que a escola deve se preocupar com a matemática que o aluno não está aprendendo, quando ele está com o pai internado?", questiona Eduardo Calbucci, professor há quase 30 anos, doutor em linguística pela USP, fundador e CEO do Programa Semente.

Ele teve a ideia de criar a metodologia, em parceria com o psiquiatra e também educador Celso Lopes de Souza, porque percebeu, ao longo dos anos na educação, a importância do socioemocional.

"Quando encontramos ex-alunos, a recordação que nos trazem é sempre emocional. Ninguém fala: 'Aquela aula de vírgula entre períodos compostos foi inesquecível'. Eles se recordam de uma conversa, de uma frase."

> [...]
> **Os pais devem averiguar se a escola fez apenas uma 'maquiagem' no currículo ou se, de fato, está se reestruturando para que todo o projeto pedagógico traga esse novo conceito chamado de alfabetização socioemocional, com o respaldo de pesquisas**

Os professores, em geral, têm essa consciência, e muitos tentam ajudar os estudantes de forma intuitiva, até com algumas atividades em aula. Mas lhes faltam ferramentas e conhecimento para trabalhar as habilidades socioemocionais de uma maneira mais assertiva, dentro de um projeto que envolva toda a escola e com respaldo científico.

A BNCC tornou-se um norte, mas não traz orientações detalhadas sobre como as escolas devem atuar. Muitas estão perdidas e dizem cumprir as novas exigências com atividades extracurriculares que já ofereciam antes, como robótica, artes e esportes.

Todas elas, claro, podem fazer parte de um projeto de aprendizagem socioemocional, mas, por si só, não garantem que os alunos aprimorem essas competências.

Os pais devem averiguar se a escola fez apenas uma "maquiagem" no currículo ou se, de fato, está se reestruturando para que todo o projeto pedagógico traga esse novo conceito chamado de alfabetização socioemocional, com o respaldo de pesquisas.

Mesmo famílias e escolas "conteudistas", que priorizam o conteúdo cobrado por provas, devem entender que aula de empatia é tão importante quanto de matemática. As habilidades socioemocionais, inclusive, servem não "só" para que o aluno se sinta melhor e se prepare para o futuro; elas fazem toda a diferença no rendimento escolar.

Calbucci dá um exemplo:

"Vamos supor que um aluno comece uma prova e não saiba responder à primeira pergunta, nem à segunda. Se, nesse momento, ele pensar 'Não sei nada', a chance de ir mal é grande", afirma. "Mas ele pode pensar: 'Dei azar, não sei as duas primeiras, mas ainda tenho mais oito questões pela frente'."

Levar o aluno a essa postura mental, que aumenta a probabilidade de tirar uma boa nota, é uma construção de longo prazo, e há métodos para isso. Os professores precisam passar por formação, e o trabalho deve ser interdisciplinar e, de preferência, contar com o suporte de material didático específico, inclusive audiovisual.

Desenvolver um projeto assim não é simples para as escolas, e acaba se tornando mais viável para aquelas que têm maior estrutura. Por isso, as de menor porte têm buscado programas prontos, que vendem um pacote que inclui formação de professores, material didático, plataforma digital e consultoria na aplicação da metodologia.

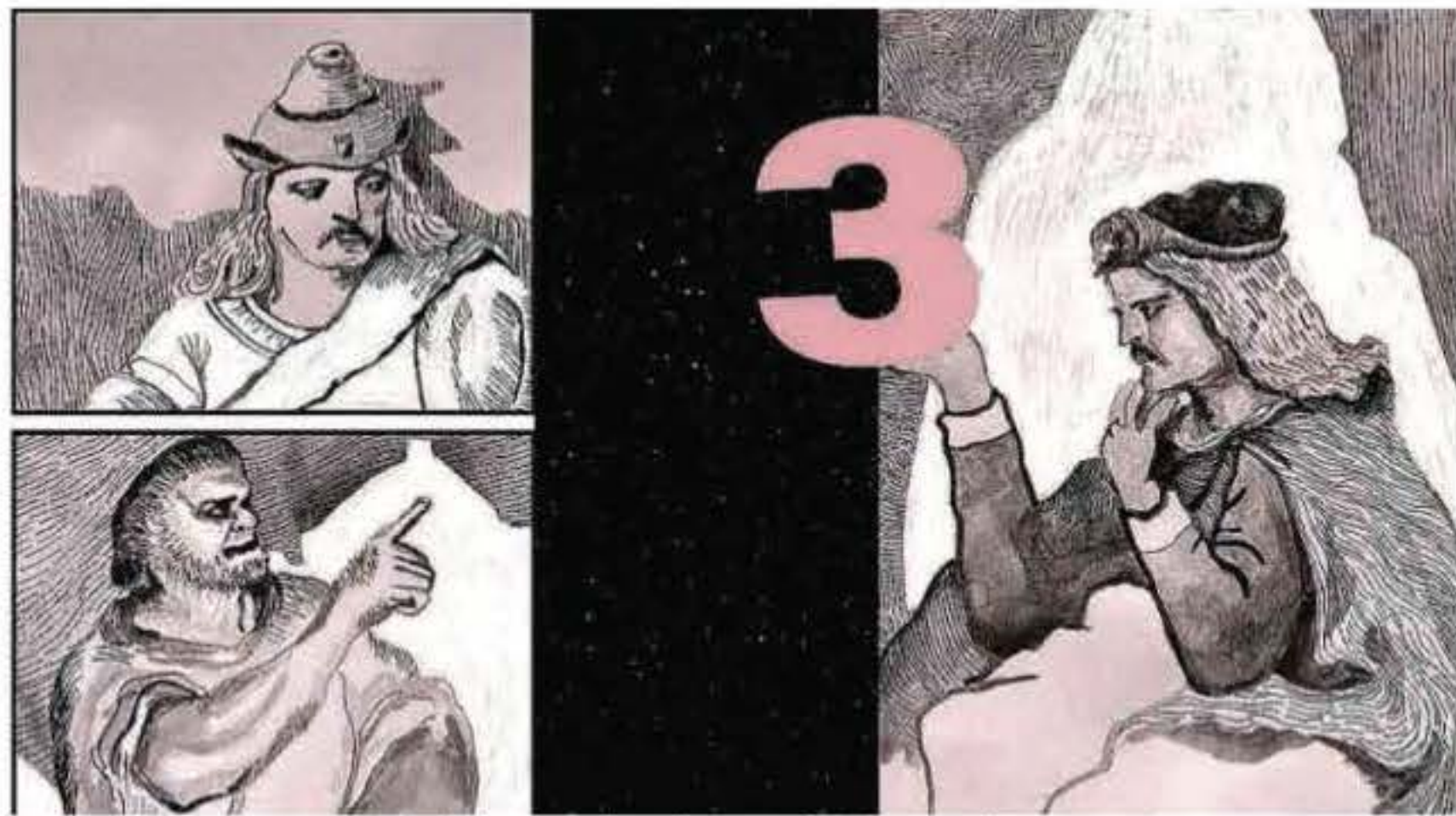
Além do Semente, iniciativa independente de educadores brasileiros, presente em cem escolas, há programas de grandes grupos de educação. Um deles, adotado por 500 colégios, é o Liv (Laboratório Inteligência de Vida), do Eleva, que tem como acionista Jorge Paulo Lemann.

O Líder em Mim, utilizado por 530 escolas, é da Somos Educação, que detém o sistema Anglo e editoras como Saraiva, Ática e Scipione. A metodologia é norte-americana, inspirada no best-seller "Os Sete Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes", de Stephen R. Covey.

Também autor de best-sellers, o psiquiatra brasileiro Augusto Cury tem seu programa de educação socioemocional, a Escola da Inteligência, em mais de mil estabelecimentos de ensino. Baseia-se na teoria da inteligência multifocal, criada pelo escritor, que já vendeu mais de 25 milhões de exemplares de seus livros de autoajuda.

O custo desses programas costuma variar de R$ 200 a R$ 300 por ano, por aluno. Fora desse universo estão as escolas públicas, que dependem da aprovação de verba de prefeituras ou governos de Estado. Há alguns projetos voluntários, normalmente centrados na formação de professores, a exemplo do Volta ao Novo, do Ayrton Senna.

O Semente tem somente uma prefeitura parceira, a de Campanha (MG), e Calbucci conta que, com a Covid, foram interrompidos processos de licitação para a aquisição desses programas para escolas públicas.

A esperança é que, por outro lado, a pandemia tenha sensibilizado os gestores para a importância de se investir em educação socioemocional. E que, das cinzas, possa então brotar a gentileza.

Conhecer números gigantescos pode ajudar a entender melhor como funcionam as coisas Ilustração Julia Jabur

Por que o mundo precisa de números maiores do que a quantidade de estrelas do universo?

CIÊNCIA FUNDAMENTAL

Edgard Pimentel
Pesquisador do Centro de Matemática da Universidade de Coimbra e professor da PUC-Rio

O conjunto de todos os números é infinito, e existem números tão grandes quanto quisermos. O que fazer com estes ilustres senhores? O mundo precisa de números assim?

Uma forma de ver que o conjunto de todos os números é infinito é supor o oposto. Vamos imaginar que o conjunto de todos os números seja finito. Se assim fosse, haveria um número maior do que todos os outros. Somemos 1 a este colega. O resultado será um número que não estava na gaveta de todos os números (simplesmente por ser maior do que o "maior" deles). Ora, isto é um absurdo! E então?

Quando supomos que o conjunto dos números é finito, obtemos uma conclusão descabida. Logo, a premissa está errada, e há infinitos números.

Uma consequência desse argumento é que há números tão grandes quanto quisermos. Mas aqui está a beleza da matemática: não precisamos recorrer a números cada vez maiores para constatar que eles são infinitos. Há infinitos números entre 0 e 1. A média entre 0 e 1 é 1/2. Já a média entre 0 e 1/2 é 1/4. Repetindo este cálculo umas dez vezes, chegamos a 1/1024. E continuando indefinidamente, obtemos infinitos números entre 0 e 1 —cada vez menores. É um exercício simples, mas que tem qualquer coisa de maravilhoso quando feito pela primeira vez. Voltemos aos números muito grandes.

Estima-se que o corpo humano tenha em torno de 31 trilhões de células; em notação científica, escreve-se 3,1 x 1013 células. Já o número de estrelas no universo é estimado em torno de 50 sestilhões, ou 5 x 1022. E o número de átomos no universo observável seria algo como 100 quinzelhões, ou 1 x 1080. E a pergunta mais interessante: para que utilizar números maiores do que a quantidade de átomos no universo? Será que há algo tão espetacular que justifique o uso de números maiores do que a quantidade universal da unidade mínima das coisas?

Bem, é claro que a matemática nos garante a resposta afirmativa. Vejamos o número Pi. Sabemos que o Pi é um número próximo de 3; logo, o que teria a ver com números grandes? Simples: o Pi tem infinitas casas decimais!

Há mais casas decimais no Pi do que estrelas no céu. Ou átomos no universo. É a eternidade depois da vírgula. Obter o maior número possível de casas decimais do Pi é conhecer cada vez melhor um ingrediente importante para a ciência em geral. Seja para estimar o diâmetro da Via Láctea com a precisão de um átomo de hidrogênio, seja para nos preparar como civilização para os desafios que ainda estão por vir.

Uma curiosidade: a sequência de casas decimais do Pi é infinita e não repetida; logo, é possível encontrar o dia de nascimento de qualquer pessoa por lá.

Apesar de (muito) tentador, relacionar o Pi com números muito grandes pode ser uma trapaça. Afinal, qualquer litro de gasolina custa mais do que dois Pis. Vamos criar coragem e encarar os números bem grandes!

Alguns séculos atrás, os matemáticos Marin Mersenne e Pierre de Fermat costumavam escrever cartas uma ao outro. Numa delas, Mersenne teria pedido a Fermat que fatorasse o número 100895598169 — ou seja, que encontrasse números cuja multiplicação resultasse 100895598169, com a condição de esses números serem primos.

Fermat manteve a conversa em bom nível e respondeu: o número sugerido por Mersenne poderia ser escrito como o produto dos primos 112303 e 898423. À primeira vista, estes não são números pequenos. Mas quando o assunto são os primos, as coisas são sutis.

Atualmente, um esforço computacional relevante dedica-se a encontrar novos números primos, já que há uma quantidade infinita deles por aí. O mais recente primo descoberto não caberia neste post. Trata-se do número 282589933-1, que possui 24.862.048 dígitos. Ou seja, há aproximadamente cinco vezes mais dígitos neste número do que letras em uma edição da bíblia, em qualquer língua.

Em notação científica, ele é escrito como 1,4 x 1024862046! Há, portanto, muito mais dígitos no mais recente número primo conhecido do que átomos no universo ou estrelas no céu. E daí? Ao menos em teoria, conhecer números primos cada vez maiores pode ser útil para que dados pessoais — como números de cartões de crédito — passeiem por aí em segurança.

Sejam números gigantescos ou ínfimos, se Hamlet tivesse feito um curso de teoria dos números, talvez dissesse a Horácio que há muito mais coisas na matemática do que entre o céu e a terra.

Comunidade Capadócia, na Vila Brasilândia, zona norte de São Paulo Zanone Fraissat - 23.nov.21/Folhapress

Municípios devem evitar crises investindo onde são vulneráveis

Há espaços institucionais que podem reduzir de maneira estruturada a distância entre prefeitura e sociedade

OPINIÃO

Jorge Abrahão
Coordenador geral do Instituto Cidades Sustentáveis, organização realizadora da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis

Não é possível estarmos passando por experiências como a pandemia e, mais recentemente, uma guerra, sem tirarmos lições. Até quando teimaremos em não aprender com as experiências vividas?

A guerra, independentemente de eleger heróis e vilões, é uma insanidade e evidencia a nossa incapacidade de dialogar e construir consensos mínimos. Repensar os processos de negociação e o papel das lideranças, que precisam trabalhar para reduzir os riscos de conflitos, deve ser um dos maiores objetivos.

A pandemia é uma tragédia e, segundo a revista The Lancet, matou 18 milhões de pessoas no mundo, direta e indiretamente, três vezes mais do que o número oficial.

O mundo se diz preparado para guerras, mas está despreparado para combater um vírus. E não por incapacidade da ciência, mas pelos processos que regem nossas relações, pautados pelo privilégio dos países mais ricos e por disputas de poder e protagonismo que impedem a solução estruturante dos problemas.

Tudo leva a crer que somos mais um caso de terapia coletiva do que qualquer outra coisa. Somos capazes de agir, mas temos uma enorme dificuldade de compreender os impactos de nossas ações. Este comportamento está nos levando a encruzilhadas que nos colocam em risco.

As cidades são importantes agentes de transformação na realidade que vivemos.

Para reduzir o impacto de crises —sanitária, climática e social—, as cidades devem se antecipar, investindo desde já onde são mais vulneráveis.

A Agenda 2030 é uma oportunidade para o avanço das cidades. Quando foi lançada em 2015 não se imaginava o advento da pandemia ou da guerra, mas permanece sendo um roteiro para a melhoria da qualidade de vida.

A Prefeitura de São Paulo lançou o Plano de Ação da Agenda 2030. Ele contempla 665 ações, relacionadas aos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O Plano promove a integração entre a Agenda 2030 em nível municipal, o Plano Plurianual e o Programa de Metas.

Fruto do trabalho da Comissão Municipal dos ODS, contou com a cooperação entre gestão pública e sociedade civil. Prevê um investimento de R$ 13 bilhões até o ano de 2024. Uma maneira da Agenda fazer sentido para todos é cuidar para que estes recursos sejam direcionados aos distritos mais vulneráveis da cidade, reduzindo a enorme desigualdade ainda existente na mais rica cidade do país.

Resta ainda um desafio: um olhar atento ao ODS 17, que trata de parcerias. O mesmo diálogo que falta para evitar guerras, também está ausente no combate à violência nas cidades. Uma maneira de avançar é aproximar a política e a sociedade, estimulando a participação social nas tomadas de decisão.

Há espaços institucionais que devem ser valorizados, como os Conselhos Participativos Municipais, existentes nas 32 subprefeituras, e que podem, se levados a sério, reduzir de maneira estruturada a distância que separa a prefeitura da sociedade.

Durante o evento de lançamento do Plano o prefeito Ricardo Nunes (MDB) se comprometeu a promover a eleição dos Conselhos em até noventa dias, o que será muito importante para a cidade. A combinação entre o Plano de Ação e mecanismos de participação é poderosa para avançarmos nas agendas do desenvolvimento sustentável.

Vivemos a década de ação da Agenda 2030 da ONU. Restam dez anos para fazer acontecer objetivos como a erradicação da pobreza, saúde e educação de qualidade para todos, neutralização das emissões, redução das desigualdades e avanços para tornar as cidades sustentáveis, entre outros.

Com o lançamento do Plano de Ação, São Paulo mostra que as cidades podem assumir agendas, independentemente do governo federal. As cidades que avançarem nessa direção estarão ampliando parcerias, participando de redes, ganhando visibilidade e aumentando as chances de obter investimentos.

São Paulo sai na frente ao lançar o Plano de Ação e pode tornar-se uma referência global na Agenda 2030. Resta colocá-lo em prática e direcionar os investimentos aos distritos mais vulneráveis, fortalecendo os espaços de participação.

VLT é apresentado em feira em SP após testes nos trilhos do Trem do Vinho

SOBRE TRILHOS

Marcelo Toledo

Depois de ter passado por testes na linha férrea entre Bento Gonçalves e Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) foi apresentado em feira do setor metroferroviário em São Paulo.

O VLT, primeira incursão da Marcopolo no setor, começou a ser testado em setembro na Serra Gaúcha, em horários em que a maria-fumaça do Trem do Vinho não operava.

Lançado em dezembro de 2020, o veículo teve a Giordani Turismo, operadora do Trem do Vinho, como primeiro cliente. O objetivo é iniciar um novo roteiro turístico na região Sul com o VLT.

Batizado de Prosper, o VLT teve uma réplica exposta no São Paulo Expo durante a 22ª edição da NT Expo (Negócios nos Trilhos), que terminou na última quinta (17).

É a primeira vez que a empresa coloca em circulação um veículo sobre trilhos criado por ela, que teve desenvolvimento baseado em baixos custos de implementação ou recuperação de sistemas existentes. Pode ter quatro versões: diesel, diesel e elétrico, híbrido (baterias ou capacitores) e elétrico.

"Com a exposição do Prosper VLT em tamanho real, estreitamos os laços com parceiros e possíveis clientes que entendem a importância da inserção de novos modais para a promoção de alta capacidade, velocidade, segurança nos trajetos, eficiência e conforto", disse Petras Amaral dos Santos, diretor de negócios da Marcopolo Rail, braço do grupo gaúcho Marcopolo dedicado ao transporte ferroviário.

A composição com quatro carros, que em sua versão intercidades tem capacidade de transportar 280 passageiros, tem 2,7 m de largura, três portas laterais em cada carro, quatro saídas de emergência e um posto para cadeirante em cada veículo.

Na versão urbana, a capacidade é de até 760 passageiros.

Segundo a Giordani, que opera 23 quilômetros de trilhos entre Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa, a proposta não é que o VLT substitua o tradicional roteiro com a locomotiva a vapor, mas que seja utilizado no novo roteiro turístico.

Os testes entre setembro e outubro nas cidades gaúchas integraram a fase chamada de comissionamento, em que foi feita uma avaliação geral do funcionamento dos sistemas, principalmente freios, tração, parte elétrica e itens de segurança.

A Marcopolo, com sede em Caxias do Sul (RS) e atuação internacional, desde 2017 atua no transporte sobre trilhos com desenvolvimento de tecnologia para aeromóvel, tipo de meio de transporte para vias elevadas.

Em 2019, lançou a Marcopolo Next, divisão de novos negócios, e a Marcopolo Rail, voltada para a mobilidade no segmento metroferroviário.

O projeto do VLT foi desenvolvido antes da pandemia, segundo a empresa, e o objetivo é disputar mercados no país, onde só 13 dos 63 principais centros urbanos têm trens ou metrôs, e na América Latina.

VLT que foi testado na rota do Trem do Vinho, no Rio Grande do Sul Fotos Divulgação/Marcopolo

Assentos no interior do veículo, o primeiro do tipo criado pela Marcopolo

Denée Benton diz que Peggy, de 'Idade Dourada', é um reflexo seu

Atriz fala sobre estereótipos que se mantêm desde o século 19; primeira temporada da série se encerra hoje

F5

Alexis Soloski

THE NEW YORK TIMES "Oh, cara", disse Denée Benton, 30, encarando a porta metálica de uma loja fechada. "Nada está funcionando, mesmo."

Era uma manhã gelada de terça-feira, e Benton, atriz indicada ao Tony e estrela do drama de época "A Idade Dourada", na HBO Max, estava caminhando pela avenida Tompkins, no bairro de Bedford-Stuyvesant, Brooklin, com a intenção de fazer compras. Sua lista incluía velas, cristais, ervas e talvez algumas roupas "vintage".

Seja por culpa da variante ômicron ou do frio, quase todas as lojas na avenida estavam fechadas. "Não os culpo", disse Benton, olhando para as vitrines escuras da Ancient Blends Apothe'Care. "Amo que as pessoas negras descansem. Mas eu queria mesmo comprar velas."

Quando Benton se mudou para Nova York, em 2015, depois de se formar na Universidade Carnegie Mellon, ela encontrou um apartamento no bairro. "Amei a área", ela disse.

Mas depois que começou a trabalhar na Broadway —primeiro em "The Book of Mormon" e depois em "Natasha, Pierre & the Great Comet of 1812" e "Hamilton"—, Benton se mudou para Manhattan.

Durante a pandemia de Covid-19, ela tinha lido sobre os mercados de rua do projeto Building Black Bed-Stuy. Ela os visitou e se apaixonou pelo bairro mais uma vez, a ponto de ela e o marido, o ator Carl Lundstedt, terem encontrado um apartamento lá e decidido se mudar para a região.

Apesar das lojas fechadas, Benton estava determinada a curtir o dia. "As pessoas me perguntam quais são os meus hobbies e eu digo que gosto de ficar sentada no sol, caminhar com calma, e procurar alguma roupa bonitinha para comprar", afirma.

Ela estava vestida confortavelmente para enfrentar o inverno, com um sobretudo marrom, jeans com a bainha dobrada, um suéter branco, tênis brancos de cano alto e um chapéu onde se lia "Black Is Beautiful". Usava uma gargantilha com pendentes de ametista e turmalina negra, brincos de aros dourados, e sombra dourada nos olhos.

Na Sincerely, Tommy, uma das poucas lojas do bairro que estavam abertas, ela saiu à procura de alguma roupa bonitinha, parando para admirar uma saia feita de couro falso e diversos chapéus parecidos com o seu.

No café em frente, ela perguntou sobre o "beetroot latte" [beterraba com leite]. O pó de beterraba tinha acabado. Optou por um chá com leite e cogumelos juba de leão. O barista disse que a bebida melhoraria sua saúde cognitiva. "Foco", ele disse. "Mais percepção, uma mente mais alerta." A ideia agrada Benton.

De volta à rua, ela parou para olhar as vitrines de mais algumas lojas fechadas —Peace & Riot, Make Manifest BK—, bebendo seu chá e derramando alguns pingos no casaco.

Caminhando sem pressa alguma rumo ao Herbert Von King Park —"costumo andar bem devagar", ela disse—, Benton parecia completamente relaxada, em contraste acentuado com Peggy Scott, a personagem que ela interpreta em "A Idade Dourada".

Como secretária negra na casa de Agnes van Rhijn (Christina Baranski), que é branca, Peggy se sente distanciada por sua raça. E na casa de seus pais endinheirados, Dorothy e Arthur Scott (Audra McDonald e John Douglas Thompson), as ambições literárias de Peggy criam distâncias.

Benton respondeu à personagem de imediato, por ser uma artista negra que frequentemente precisa navegar por espaços brancos. "Vi um reflexo imediato de mim mesma na corda bamba sobre a qual ela caminha, todas aquelas identidades se entrecruzando", disse a atriz. "A corda bamba não mudou tanto assim", completou.

E ela também viu em Peggy alguma coisa inspiradora. "Ela tenta ser o árbitro de sua própria liberdade", disse Benton.

Em um dos primeiros episódios, Peggy diz à sua amiga Marian que "para um nova-iorquino, tudo é possível". Benton, que modelou sua personagem nas escritoras negras Julia Collins e Ida Wells, do século 19, acredita nisso. A questão que ela se propôs para este ano foi: "O que acontece se eu não precisar me explicar para qualquer outra pessoa a fim de ser eu mesma?"

Chegando ao parque, Benton escolheu um banco e inclinou seu rosto de forma a receber o sol. Nos primeiros anos de sua carreira, ela disse que nem sempre soube como se reabastecer diante das demandas físicas e emocionais da atuação. Mas depois veio a aprender o que funciona.

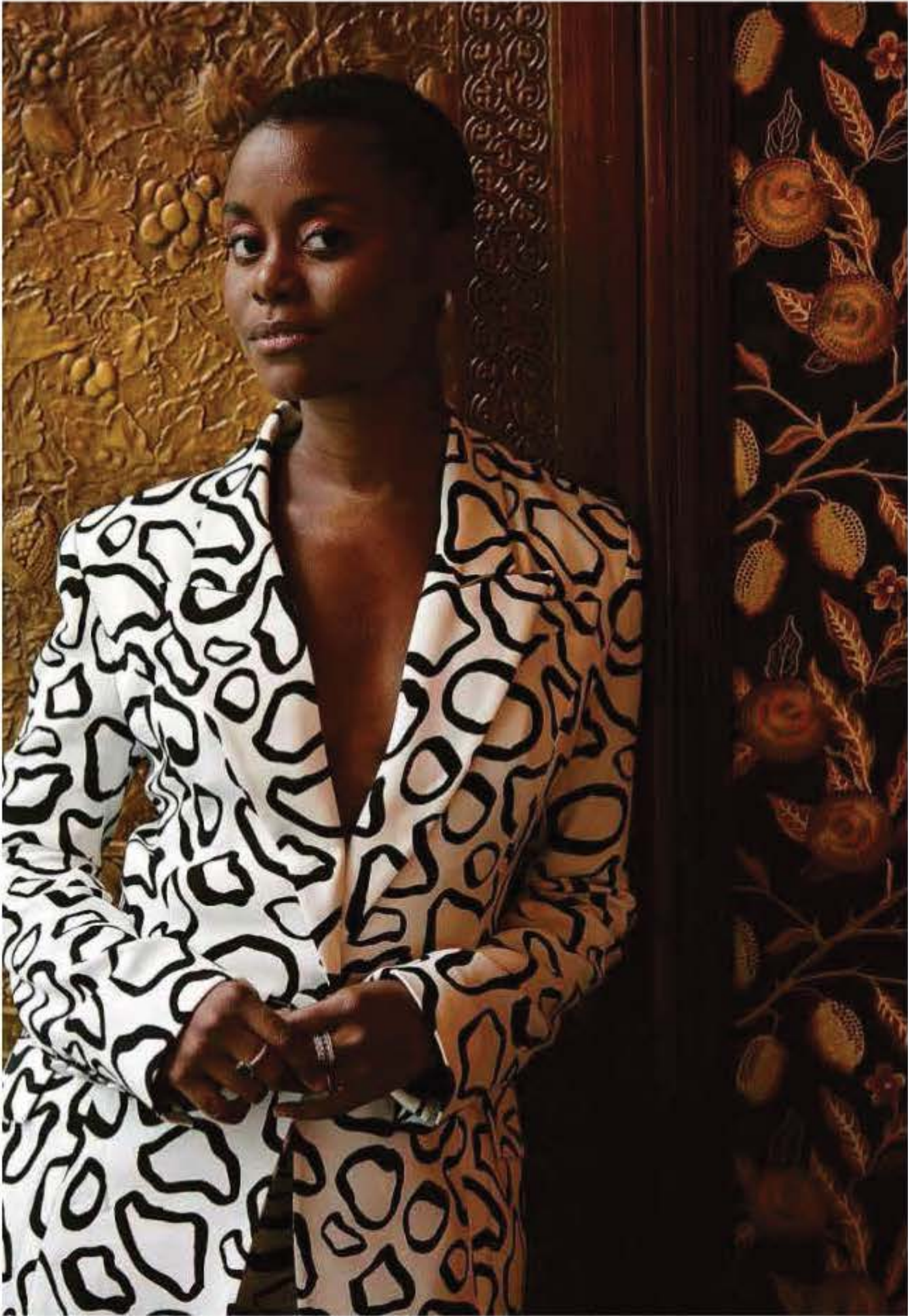
"Sentar em um banco de praça, no sol, me dá energia suficiente para o dia todo, e uma aula de pilates nunca terá o mesmo efeito", disse a atriz.

Além de vitamina D, ela também acredita em banhos espirituais, banhos físicos, meditação, sauna vaginal, reiki. "Sinto que os atores precisam fazer fisioterapia para a alma. O trabalho espiritual se tornou vital para mim, porque preciso sentir que ainda tenho algo que extravasar."

Os cristais também ajudam. "Eu nunca imaginei que seria a mulher que tem cristais no bolso ou no sutiã. Nem é que eu ainda use sutiã, aliás". (Quando usa, pode ser que carregue nele um cristal rosa.)

Bastam alguns minutos de sol de inverno para energizá-la. Benton se lembrou de mais um lugar onde podia tentar fazer compras: o Life Wellness Center, um spa e salão de massagem na avenida Tompkins que tem um viveiro de plantas e uma loja que vende cristais, velas e sais de banho. "É meu refúgio. As massagens deles são maravilhosas."

Ao se aproximar do local, ela percebeu sinais de vida. "Estão erguendo uma das grades." Uma placa indicava que o centro estava aberto há uma hora. Mas a despeito de diversas batidas na porta e gritos polidos, nada aconteceu. O lugar parecia vazio. Benton aceitou a situação graciosamente. "Se eu fosse dona de uma loja, também estaria dormindo, hoje."

Tradução Paulo Migliacci

A atriz Denée Benton posa para retrato em Nova York, onde mora Douglas Segars - 4.fev.22/The New York Times

Denée Benton como a Peggy, de 'Idade Dourada', que se passa na Nova York do século 19 Divulgação

> **Vi um reflexo imediato de mim mesma na corda bamba sobre a qual ela caminha, todas aquelas identidades se entrecruzando. A corda bamba não mudou tanto assim**
>
> **Denée Benton**
> atriz, sobre sua personagem Peggy, de 'Idade Dourada', que se passa na Nova York do século 19